



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

SERGIO PAULO DE OLIVEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA
TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA

FOZ DO IGUAÇU/PR
2024

SERGIO PAULO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA
TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury.

Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

**FOZ DO IGUAÇU/PR
2024**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Oliveira, Sergio Paulo de
Políticas públicas educacionais de prevenção às drogas na
Tríplice Fronteira Brasil - Paraguai - Argentina / Sergio
Paulo de Oliveira; orientador Mauro José Ferreira Cury. --
Foz do Iguaçu, 2024.
221 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2024.

1. Drogas. 2. Prevenção. 3. Educação. 4. Fronteira. I.
Cury, Mauro José Ferreira, orient. II. Título.

OLIVEIRA, S. P. **Políticas públicas educacionais de prevenção às drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina**. 221 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury. Foz do Iguaçu, 2024. SERGIO PAULO DE OLIVEIRA.

Aprovado em: 12/04/2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. MAURO JOSÉ FERREIRA CURY – Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - (UNIOESTE)

Prof. Dr. OSCAR KENJI NIHEI – Membro Titular
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - (UNIOESTE)

Prof. Dr. GILSON BATISTA DE OLIVEIRA – Membro Titular
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - (UNILA)

Prof. Dr. MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI – Membro Titular
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - (UFMS)

Prof. Dr. FÁBIO LOPES ALVES – Membro Titular
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - (UNIOESTE)

À minha mãe,
HEDWIG KEHL;
maior sacrifício, maior amor.
Maior perda, maior dor,
saudades maior.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador, Dr. Mauro José Ferreira Cury, pela disponibilidade, paciência, profissionalismo, dedicação e competência com que me conduziu em todas as etapas da produção desse trabalho.

À minha esposa, Patrícia, pelo incentivo e pelo amor a mim dedicado.

À minha mãe, Hedwig Kehl (*in memoriam*), pela vida e pelo amor.

Ao meu filho, Eduardo, pela amizade, parceria e amor incondicional.

Ao meu neto, Bento (que chegou durante o período de estudos), por me lembrar que o amor é um sentimento inesgotável e imensurável.

Aos demais membros da minha família que comemoram comigo este momento, em especial, à irmã Maria Bernadete, por todo o competente apoio profissional.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, pelos ensinamentos transmitidos durante as aulas.

À UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu – direção, professores e servidores – instituição de ensino superior de excelência que me oportunizou a conclusão de 4 cursos.

Aos professores doutores membros da Banca de Qualificação, Gilson Batista de Oliveira, Fábio Lopes Alves, Oscar Kenji Nihei (efetivos), José Carlos dos Santos (suplente) e Mauro José Ferreira Cury (orientador), pelas contribuições de inestimável valor com vistas à qualidade e conclusão desse estudo.

Aos Participantes da Pesquisa do Brasil, Paraguai e Argentina (gestores(as) públicos, diretores e professores) que me receberam, atenderam e responderam às questões da entrevista com o mais elevado senso de colaboração, generosidade, profissionalismo e competência.

Ao Pablo Sosa (Argentina) e ao Marcelo Velazquez (Paraguai), por todo o apoio ao me receber, agendar as entrevistas, me acompanhar e orientar em todos os trabalhos nos países vizinhos. Eterna gratidão a esses novos e queridos amigos.

Aos amigos Giuliano Derrosso que me orientou com generosidade e paciência no uso da Plataforma Brasil e Jonatas Filipe Rodrigues Gerke pelo tempo gasto, pela gentileza e competência com que me auxiliou na utilização do software Iramuteq.

Aos colegas da Turma 2021 do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado, pela parceria e ajuda mútua nesta jornada.

A Deus, pela saúde e pela vida.

Os ninguéns:
os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
que não são, embora sejam [...]
Que não são seres humanos, são recursos humanos [...]
Que não tem cara, tem braços.
Que não tem nome, tem número.
Que não aparecem na história universal,
aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns,
que custam menos que as balas que os matam.

(Eduardo GALEANO)

OLIVEIRA, Sergio Paulo de. **Políticas públicas educacionais de prevenção às drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina** 221 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury. Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO

Na atualidade, as drogas se constituem um dos maiores desafios à sociedade mundial. As consequências desse fenômeno se disseminam por diversas esferas da vida. Desse modo, o tráfico, a violência, os homicídios, o encarceramento e a dependência são apenas alguns resultados visíveis dessa situação. Por sua vez, a Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina, devido à sua localização geográfica e à intensa circulação de veículos, pessoas e mercadorias, encontra-se em situação de acentuada vulnerabilidade aos reflexos dessa problemática. De um modo geral, as principais estratégias de enfrentamento da drogadição ocorrem no âmbito da repressão. No entanto, em função da nossa vasta experiência pessoal na área, temos plena convicção de que a prevenção produz resultados mais efetivos. Assim sendo, visando contribuir nesse processo, a presente investigação científica apresenta como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Como a implementação de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas de forma conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina pode contribuir de forma eficaz para o enfrentamento dos riscos relativos à iniciação e à dependência de substâncias psicoativas por parte de crianças e adolescentes? Na busca por respostas, procuramos identificar e analisar as políticas públicas (ações, programas e projetos) de prevenção ao uso indevido de drogas na área da educação implementadas nos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este*-Paraguai e *Puerto Iguazú*-Argentina. Com vistas a levantar esses dados, a principal ferramenta utilizada se trata da pesquisa de campo. Destarte, efetuou-se aplicação de entrevista semiestruturada a gestores e executores dessas políticas públicas. Nesse prisma, ressalte-se que essa pesquisa se caracteriza como qualitativa quanto à abordagem, descritiva conforme a natureza e bibliográfica, documental e de campo no que diz respeito aos procedimentos. Na interpretação dos dados, a Análise de Conteúdo. Enfatize-se que Bardin (2016), Yin (2016), Flick (2004) e Creswell (2007; 2014) são os autores mais utilizados com vistas à análise do material coletado. Ademais, nesse processo, utiliza-se o *software* IRAMUTEQ. Ao final de todas as etapas do trabalho, são elaboradas algumas propostas de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas passíveis de adoção conjunta pelos três municípios que compõem este território pleno de belezas e possibilidades e, paradoxalmente, riscos e desafios. O produto definitivo desse estudo será disponibilizado aos gestores públicos das áreas afins dos três municípios, dos três países.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Prevenção; Drogas; Educação; Tríplice Fronteira.

OLIVEIRA, Sergio Paulo de. Políticas públicas para la prevención de drogas en la Triple Frontera Brazil – Paraguay – Argentina. 221 f. Tesis (Doctorado en Sociedad, Cultura y Fronteras) – Universidad Estatal del Oeste de Paraná. Líder: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury. Foz do Iguaçu. 2024.

RESUMEN

Actualmente, las drogas constituyen uno de los mayores desafíos que enfrenta la sociedad global. Las consecuencias de este fenómeno se extienden a diferentes ámbitos de la vida. Así, la trata, la violencia, los homicidios, el encarcelamiento y la adicción son sólo algunos de los resultados visibles de esta situación. A su vez, la Triple Frontera Brasil – Paraguay – Argentina, por su ubicación geográfica y la intensa circulación de vehículos, personas y mercancías, se encuentra en una situación de marcada vulnerabilidad a las consecuencias de este problema. En general, las principales estrategias para afrontar la drogadicción se dan en el ámbito de la represión. Sin embargo, basándonos en nuestra amplia experiencia personal en el área, estamos plenamente convencidos de que la prevención produce resultados más efectivos. Por lo tanto, con el objetivo de contribuir a este proceso, esta investigación científica presenta como problema de investigación la siguiente pregunta: ¿Cómo puede la implementación de políticas públicas educativas para la prevención de drogas de manera conjunta por parte de los municipios de la Triple Frontera contribuir de manera efectiva a enfrentar los riesgos relativos a la iniciación y la dependencia sobre sustancias psicoactivas por parte de niños y adolescentes? En la búsqueda de respuestas, buscamos identificar y analizar políticas públicas (acciones, programas y proyectos) para prevenir el uso indebido de drogas en el área de educación implementadas en los municipios de Foz do Iguaçu-Brasil, Ciudad del Este-Paraguay y Puerto Iguazú-Argentina. Para recolectar estos datos la principal herramienta utilizada es la investigación de campo. Por ello, se realizó una entrevista semiestructurada a gestores y ejecutores de estas políticas públicas. En este sentido, cabe señalar que esta investigación se caracteriza por ser cualitativa en cuanto al enfoque, descriptiva según su naturaleza y bibliográfica, documental y de campo en cuanto a los procedimientos. Al analizar e interpretar datos, se utiliza el Análisis de Contenido. Cabe destacar que Bardin (2016), Yin (2016), Flick (2004) y Creswell (2007; 2014) son los autores más utilizados para interpretar el material recopilado. Además, en este proceso de análisis se utiliza el software IRAMUTEQ. Al final de todas las etapas del trabajo, se elaboran unas propuestas de políticas públicas educativas para la prevención de drogas, susceptibles de adopción conjunta por los tres municipios que conforman este territorio lleno de belleza y posibilidades y, paradójicamente, riesgos y desafíos. El producto definitivo de este estudio será puesto a disposición de los gestores públicos de áreas afines en los tres municipios, de los tres países.

Palabras clave: Políticas Públicas; Prevención; Drogas; Educación; Triple Frontera.

OLIVEIRA, Sergio Paulo de. Public educational policies for drug prevention in the Triple Border Brazil – Paraguay – Argentina. 221 f. Thesis (Doctorate in Society, Culture and Borders) – State University of Western Paraná. Supervisor: Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury. Foz do Iguaçu. 2024.

ABSTRACT

Currently, drugs constitute one of the biggest challenges facing global society. The consequences of this phenomenon spread across different spheres of life. Thus, trafficking, violence, homicides, incarceration, and addiction are just some visible results of this situation. In turn, the Brazil – Paraguay – Argentina Triple Border, due to its geographic location and the intense circulation of vehicles, people, and goods, is in a situation of marked vulnerability to the consequences of this problem. In general, the main strategies for coping with drug addiction occur within the scope of repression. However, based on our vast personal experience in the area, we are fully convinced that prevention produces more effective results. Therefore, aiming to contribute to this process, this scientific investigation presents as a research problem the following question: How can the implementation of public educational policies for drug prevention jointly by the municipalities of the Triple Border contribute effectively to confronting the relative risks the initiation and dependence on psychoactive substances by children and adolescents? In the search for answers, we sought to identify and analyze public policies (actions, programs, and projects) to prevent the misuse of drugs in education implemented in the municipalities of Foz do Iguaçu-Brazil, Ciudad del Este-Paraguay, and Puerto Iguazú-Argentina. To collect this data, the main tool used is field research. Therefore, a semi-structured interview was carried out with managers and executors of these public policies. In this light, it should be noted that this research is characterized as qualitative in terms of approach, descriptive according to its nature and bibliographical, documentary and fieldwork in terms of procedures. In the analysis and interpretation of the data, the Content Analyses is used. It should be emphasized that Bardin (2016), Yin (2016), Flick (2004) and Creswell (2007; 2014) are the authors most used to interpret the collected material. Furthermore, in this analysis process, the IRAMUTEQ software is used. At the end of all stages of the work, some proposals for educational public policies for drug prevention are drawn up that can be adopted jointly by the three municipalities that make up this territory full of beauty and possibilities and, paradoxically, risks and challenges. The definitive product of this study will be made available to public managers in related areas in the three municipalities, in the three countries.

Keywords: Public Policies; Prevention; Drugs; Education; Triple Frontier

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AC	Análise de Conteúdo.
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana.
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários.
AR	Argentina.
ARICCAME	<i>Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis Medicinal.</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
BNCC	Base Nacional Curricular Comum.
BR	Brasil.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBD	Canabidiol.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
CJC	Comunidade de Jovens Cristãos.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CODENI	<i>Consejería Municipal por los Derechos del niño, niña y adolescente.</i>
CODEFOZ	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu.
CODELESTE	<i>Consejo de Desarrollo Económico, Social y Medioambiental de Ciudad del Este.</i>
CODESPI	<i>Consejo de Desarrollo Económico y Social de Puerto Iguazú.</i>
CODETRI	Conselho de Desenvolvimento Trinacional
COMAD	Conselho Municipal Antidrogas.
COMEN	Conselho Municipal de Entorpecentes.
COMUD	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
DARE	<i>Drug Abuse Resistance Education.</i>
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
EE UU	Estados Unidos da América.
EM	Escola Municipal.
ESI	<i>Educación Sexual Integral.</i>
HIV	<i>Human Immuno-Deficiency Virus.</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFPR	Instituto Federal do Paraná.

ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política.
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires.</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.
MEC	Ministério da Educação (Brasil).
MEC	<i>Ministerio de Educación y Ciencias (Paraguay).</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MJ	Ministério da Justiça.
NBR	Norma Técnica Brasileira.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PEIF	Programa Escolas Interculturais de Fronteira.
PISA	<i>Programme for International Student Assessment.</i>
PL	Projeto de Lei.
POD	Cigarro Eletrônico.
PP	Participantes da Pesquisa.
PPGPPD	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.
PROERD	Programa Educacional de Resistência às drogas e à Violência.
PY	Paraguai.
RD	Redução de Danos.
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.
SERVIM	Serviço de Valorização e Integração do Menor.
SP	Sujeitos da Pesquisa.
SPA	Substância Psicoativa.
STF	Supremo Tribunal Federal.
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
TF	Tríplice Fronteira.
THC	Tetra-Hidrocanabinol.
TTI	Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu.
UNB	Universidade de Brasília.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais atos ilícitos transfronteiriços.....	43
Figura 2 – Percentual de presos por tráfico no país.....	44
Figura 3 – Formatura do PROERD em Toledo/PR – 2023.....	53
Figura 4 – Formatura do PROERD em Oriximiná/PA – 2018.....	54
Figura 5 – Aumento do número de presos por tráfico de drogas no Brasil entre 2005 e 2017...	83
Figura 6 – Legislação posse de drogas para consumo pessoal no Brasil	85
Figura 7 – Proposituras contidas no PL 399/2015	86
Figura 8 – Legislação posse de drogas para consumo pessoal na Argentina ..	88
Figura 9 – Legislação posse de drogas para consumo pessoal no Paraguai	91
Figura 10 – PROERD volta a ser ofertado nas escolas de Foz - 20/09/2022	105
Figura 11 – PROERD volta a ser ofertado nas escolas de Foz - 21/09/2022	105
Figura 12 – Alunos escolas municipais recebem certificado do PROERD – 2017.....	106
Figura 13 – Proerd forma 500 alunos de escolas municipais em Foz – 2018	106
Figura 14 – Cartaz de divulgação da VIII edição do Concurso “A arte sem cigarro é um show” - E. M. Írio Manganelli.....	108
Figura 15 – Cartaz de divulgação da IX edição do Concurso “Arte sem cigarro é um show”.....	108
Figura 16 – Cartaz de divulgação da X edição do Concurso “Arte sem cigarro é um show”.....	109
Figuras 17 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2005 e 2006.....	111
Figuras 18 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2020.....	111
Figuras 19 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2022	112
Figuras 20 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2022	112
Figuras 21 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” no 1º semestre 2023.....	113
Figuras 22 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” no 2º semestre/2023.....	113
Figura 23 – Palestra sobre violência intrafamiliar realizada em junho de 2021 no Centro	

Educativo Municipal em <i>Ciudad del Este</i> – Paraguai.....	115
Figura 24 – Palestra sobre prevenção ao consumo problemático realizada em junho de 2021 na Escola 694 em <i>Puerto Iguazú</i> – Argentina.....	116
Figura 25 – <i>Charla sobre prevención en adicciones a alumnos de Puerto Iguazú/201</i>	117
Figura 26 – Nuvem de Palavras: Iramuteq - Vulnerabilidade Paraguai	153
Figura 27 – Nuvem de Palavras: Iramuteq - Vulnerabilidade Brasil	154
Figura 28 – Nuvem de Palavras: Iramuteq - Vulnerabilidade Argentina	156
Figura 29 – Análise de Similitude: Iramuteq - Papel da educação.....	160
Figura 30 – Nuvem de palavras: Iramuteq - Material didático.....	168
Figura 31 – Análise de Similitude: Iramuteq - Obstáculos à prevenção em Educação.....	175
Figura 32 – Nuvem de Palavras: Iramuteq - Trabalho conjunto na Tríplice Fronteira.....	183
Figura 33 – Nuvem de Palavras: Iramuteq - Participação da Família	186

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Número de vezes que cada obstáculo ao trabalho de prevenção das drogas foi apontado pelos(as) Participantes da Pesquisa.....171
- Gráfico 2** – Número de Participantes da Pesquisa (por país) que colocam a família como o principal obstáculo à realização de atividades relacionadas às drogas.....172
- Gráfico 3** – Número de Participantes da Pesquisa (por função) que atribuíram à família o principal obstáculo ao trabalho de prevenção das drogas.....173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de entrevistados(as) por país e função.....	34
Quadro 2 – Critérios de inclusão dos(as) entrevistados(as) na pesquisa de campo.....	35
Quadro 3 – Síntese das políticas públicas implementadas nos municípios da Tríplice Fronteira.....	166
Quadro 4 – Sugestões e propostas dos(as) Participantes da Pesquisa.....	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PERGUNTA DE PESQUISA.....	22
OBJETIVOS.....	23
Objetivo geral.....	23
Objetivos específicos.....	23
JUSTIFICATIVA.....	24
METODOLOGIA.....	30
1. A QUESTÃO DAS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA.....	41
1.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	41
1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS.....	49
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO.....	52
1.4 O MATERIAL DIDÁTICO E A FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES.....	56
1.5 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	59
2. O DESAFIO DO ENFRENTAMENTO DAS DROGAS.....	62
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.....	62
2.2 MODELOS DE ENFRENTAMENTO DAS DROGAS.....	71
2.2.1 Proibicionismo.....	72
2.2.2 Redução de Danos.....	76
2.2.3 Abolicionismo.....	77
2.3 BASE NORMATIVA LEGAL SOBRE DROGAS ADOTADA NOS PAÍSES DA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	80
3. A QUESTÃO DAS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA SOB O PRISMA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	93
3.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	94
3.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS.....	98
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO....	103

3.4 O MATERIAL DIDÁTICO.....	118
3.5 FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES.....	122
3.6 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO TRABALHO PREVENTIVO.....	125
3.7 SUGESTÕES E PROPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	130
3.8 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	136
3.9 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA.....	141
 4. ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	 151
4.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	152
4.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS.....	157
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO.....	162
4.4 O MATERIAL DIDÁTICO.....	166
4.5 FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES.....	169
4.6 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO TRABALHO PREVENTIVO.....	170
4.7 SUGESTÕES E PROPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	177
4.8 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	180
4.9 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA.....	184
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 188
REFERÊNCIAS.....	197
APÊNDICES.....	210
APÊNDICE A: ROTEIRO PADRÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	210
APÊNDICE B: <i>GUIÓN ESTÁNDAR DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS</i>	211
ANEXOS.....	212
ANEXO I: AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (BRASIL).....	212
ANEXO II: AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (PARAGUAI).....	213
ANEXO III: AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (ARGENTINA).....	214
ANEXO IV: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	216
ANEXO V: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	219

INTRODUÇÃO

Registros apontam que a utilização de substâncias psicoativas com finalidades religiosas, lúdicas e medicinais acompanha o ser humano ao longo da sua história (Bessa, 2010). As razões que motivaram esse uso estavam condicionadas a diversos fatores, dentre eles, a cultura, o povo e o momento histórico.

Todavia, na atualidade, observa-se que o hedonismo e o consumismo moldam os estilos de vida, assim sendo, além de ditar as regras de comportamento na sociedade, podem ser apontados como potencializadores do uso indiscriminado de substâncias psicoativas (Martins, 2011). Desse modo, depreende-se que o fenômeno da drogadição não é – conforme se interpreta equivocadamente – o agente causador de grande parte das mazelas sociais; devendo ser entendido, isso sim, como mais um dentre os sintomas dos problemas nos quais essa sociedade se vê imersa.

Nesse contexto, ressalte-se que o tráfico se torna o vínculo mais visível da relação drogas/violência, haja vista que essa é utilizada como “estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados” quer seja nas disputas por territórios, desacordos acerca de preço, qualidade ou quantidade dos entorpecentes (Minayo; Deslandes, 1998, p. 38). Somado a isso, percebe-se que muitos dependentes químicos são assassinados em função de dívidas contraídas e não pagas. Estabelecem-se, em decorrência disso, as relações de poder, a apropriação e territorialização do espaço (Raffestin, 1993) nas quais o emprego da força determina quem vive ou morre no submundo da criminalidade gerada nesse processo.

Não se pode deixar de destacar, sob pena de se estar incorrendo em omissão ou descompromisso com a realidade brasileira, o fato de que os negros, pobres e moradores das periferias totalizam o maior número de adolescentes e jovens - principalmente nos grandes centros urbanos - que perdem a vida ou a liberdade no atual modelo de enfrentamento às drogas alicerçado no Proibicionismo (também vigente na Argentina e no Paraguai). Evidencie-se que, além da violência intrínseca ao vício e ao tráfico, verifica-se que a repressão por parte do Estado tem contribuído substancialmente nessas estatísticas. Configura-se, desse modo, o “apartheid social”, as “zonas selvagens e as civilizadas” (Santos, 2007, p. 80) que demarcam a cartografia urbana.

Consoante ao anteriormente afirmado, o modelo repressivo é adotado e encontra-se parcialmente em vigência também no Paraguai e na Argentina, entretanto, no Brasil, a situação é mais grave, levando-se em consideração que as maiores “baixas” na “guerra ao

tráfico” são os usuários jovens negros e pobres da periferia (Andrade, 2011). Essas considerações nos remetem às palavras de Galeano (1997, p. 71):

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: que não são, embora sejam [...] Que não são seres humanos, são recursos humanos [...] Que não tem cara, tem braços. Que não tem nome, tem número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos que as balas que os matam.

Constata-se que outros dados que comprovam essa situação de seletividade inserida nas estratégias repressivas encontram-se no Atlas da Violência/2019 onde se configura um “padrão de vitimização” – homicídios/raça/cor (Cerqueira *et al.*, 2019). Ademais, o relatório da Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia (2016) atesta a derrocada do modelo de enfrentamento às drogas ancorado apenas na repressão.

No que se refere particularmente ao recorte geográfico da nossa investigação científica, percebe-se que a intensa circulação de pessoas, veículos e mercadorias se constitui uma característica marcante da Tríplice Fronteira (TF) Brasil (BR) – Paraguai (PY) – Argentina (AR). Sendo assim, as cidades de Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR formam um território transfronteiriço de importância logística/geográfica estratégica no contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). De um modo geral, verifica-se que o comércio, o turismo, o transporte de cargas e a geração de empregos e renda fazem desse polo regional um organismo vivo pulsante cujas potencialidades, particularidades, possibilidades, riscos e desafios se manifestam de forma mais acentuada no cotidiano da vida em comunidade nos municípios dos três países vizinhos.

Logo, a TF se projeta como a fronteira “mais dinâmica da América do Sul” (Derrosso, 2018, p. 16). No entanto, faz-se necessário enfatizar que, não obstante as belezas naturais tais como as Cataratas do Iguaçu – uma das sete Maravilhas da Natureza¹ – e as artificiais, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Itaipu – uma das sete Maravilhas da Engenharia Moderna² – que compõem esse cenário pleno de atrações que recebe a visita de turistas do mundo todo, a TF encontra-se “aberta em seus fluxos” (Cury, 2010, p. 195). Como resultado, muito além de produtos transportados dentro da legalidade, ocorre o contrabando de agrotóxicos, o tráfico de pessoas e circulam, conjuntamente e de forma bastante acentuada,

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/cataratas-do-iguacu-e-consagrada-uma-das-sete-maravilhas-da-natureza.html> Acesso em: 02 dez. 2023.

² Disponível em: <https://engenheirodevida.blogspot.com/2015/01/7-maravilhas-da-engenharia-do-mundo.html> Acesso em: 02 dez. 2023.

também armas e drogas, essas, por sua vez, tanto lícitas – a exemplo do contrabando de cigarros e de bebidas alcoólicas – quanto ilícitas, sendo que, dentre elas, podem ser citadas, principalmente, a maconha, o crack e a cocaína.

Destarte, em consequência desse fenômeno, nesse denominado pela comunidade e pela imprensa “Corredor do Narcotráfico”, nota-se que o acesso às drogas na região se torna mais facilitado, de modo que a população regional se encontra mais vulnerável à experimentação de entorpecentes e ao ingresso no narcotráfico.

Registre-se que a maconha produzida no Paraguai se destina a abastecer grande parte do Brasil. Assim sendo, de acordo com Silva (2020, p. 21) “no tráfico de drogas Brasil – Paraguai ganha destaque o tráfico de maconha, já que o Paraguai é grande produtor na América do Sul da substância, com imensa aceitação do produto no mercado nacional”. Contudo, sendo a Tríplice Fronteira uma das rotas de passagem, verifica-se a maior disponibilidade dessa droga em Foz do Iguaçu de modo que a facilidade de acesso no município é apontada dentre as motivações para a iniciação ao uso (Oliveira, 1999). Assim, como resultado direto dessa dinâmica perversa no cenário da TF, segundo Oliveira e Oliveira (2020b, np):

[...] mães veem seus projetos em relação aos filhos, juntamente com a ilusão da busca de prazer desses filhos, se converterem em pesadelos no momento em que adolescentes e até mesmo crianças se tornam escravos das drogas. Registre-se ainda que, neste território de oportunidades, a busca do “dinheiro fácil” através do tráfico também encarcera muitos sonhos. Dessa forma, esperanças de vida melhor, nesta fronteira única, têm se transformado no pesadelo da dependência química, da prisão ou da morte violenta e prematura.

A situação de violência gerada pela questão das drogas, especificamente em Foz do Iguaçu, pode ser comprovada *in loco* no cotidiano ou diariamente ao longo de dezenas de anos pelos veículos de comunicação. Exemplo disso é o jornal diário Gazeta do Iguaçu que em sua edição 5.115 de 04 de agosto de 2005 apresentava a seguinte matéria: “Drogas são causa de 100% dos crimes entre os jovens – Sistema carcerário de Foz do Iguaçu está superlotado de traficantes ou usuários. Autoridades de segurança consideram crítico o quadro e pedem ajuda para salvar geração.” Já, em 20 de agosto de 2012, noticiava que “cerca de 90% das infrações cometidas por adolescentes estão ligadas a drogas”. Por sua vez, a edição de 16 de janeiro de 2019 apontava um aumento de 20,54% nos casos de homicídios no município; 88 mortes em 2018 e 73 em 2017. Na maioria dos casos, a faixa etária das vítimas se encontrava entre os 17 e os 35 anos. “Vemos muitos casos ligados ao tráfico, principalmente envolvendo pessoas que são usuárias,” afirmou o delegado entrevistado para a produção da matéria jornalística.

Consequentemente, os jovens, os adolescentes e, até mesmo, as crianças da TF se

encontram em situação de maior exposição tanto no concernente à iniciação ao uso e à dependência de substâncias psicoativas quanto ao recrutamento para o tráfico; fatos geradores de mortes violentas ou privação de liberdade. Por conseguinte, tendo em vista que esse fenômeno perpassa os três municípios em estudo, há que se destacar a necessidade de que o Estado, no âmbito dos três países, cumpra o seu papel e dever constitucional de garantir a segurança e de proteger a saúde e a vida dos cidadãos através da implementação de políticas públicas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens residentes na TF, de modo mais especial, na área da prevenção.

Entretanto, importante realçar que a sociedade civil organizada deve assumir, nesse processo, um papel decisivo que se trata do exercício da pressão popular e do controle social. Nesse viés, Souza (2009), particularmente em referência à problemática do tráfico de drogas na fronteira Brasil – Paraguai, alerta para a ausência, omissão ou conivência do Estado. No entanto, por sua vez, Bourdieu (1996) adverte que no concernente ao Estado, a sociedade nunca duvida demais, ou seja, os governos devem ser provocados, cobrados e fiscalizados no cumprimento de suas obrigações. Em vista disso, nessa perspectiva, Oliveira e Cury (2022b, p. 237) reiteram:

[...] devido às múltiplas causas, às dimensões e aos reflexos da problemática das drogas sobre a comunidade, o Estado tem, por dever de ofício, a atribuição de, em diálogo e com a participação da sociedade civil [...] coordenar o ciclo das políticas públicas (Secchi, 2014) nos mais diversos âmbitos dessa controversa questão.

Drogas se enfrentam em três esferas de atuação: a repressão ao tráfico, o tratamento de usuários e a prevenção. Não temos dúvidas em afirmar, dada a nossa experiência pessoal na temática (conforme será demonstrado a seguir na Justificativa) que as políticas públicas, programas e demais estratégias no campo da prevenção apresentam resultados mais consistentes em todos os aspectos. Nesse entendimento, apontamos ainda que a prevenção pode ser realizada nas áreas da Saúde e/ou da Educação. Novamente, embasados em nossa condição de profissional da educação e na atuação pessoal no âmbito da drogadição, afiançamos que a **prevenção em educação** se constitui a ferramenta de maior abrangência.

Sobreleve-se que as atividades educativas com vistas a evitar a iniciação ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas deve ocorrer, principalmente, inseridas no processo pedagógico, pois o âmbito escolar se constitui no ambiente mais eficaz, considerando que atinge um público-alvo em cuja faixa etária pode ser verificada a maior vulnerabilidade aos comportamentos de risco, às condutas antissociais e ao consequente primeiro contato com entorpecentes. Duvicq *et al.* (2004, p. 346) asseguram que a adolescência “*es el*

comienzo de un período de gran vulnerabilidad por los aspectos biopsicosociales”, ou seja, nessa fase da vida, a pressão do grupo de pertencimento, bem como a curiosidade, somadas à facilidade de acesso, podem se transformar em “gatilhos” para a experimentação de substâncias psicoativas.

Cury (2010, p. 221) entende a Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina como um “espaço geográfico único, separado apenas por políticas públicas advindas das três Nações a que pertencem”. Concordando com essa linha de raciocínio, construímos nosso estudo, haja vista defendermos que o enfrentamento eficaz da problemática da drogadição depende de atuação conjunta na implementação de políticas públicas entre os municípios que compõem a Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina.

Ressaltamos que Foz do Iguaçu se trata de um município localizado no extremo oeste do Estado do Paraná-Brasil e conforme censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, a população é composta por 285.415 habitantes. Por seu turno, *Puerto Yguazú* se localiza na Província de Misiones – Argentina e conta com 105.368⁴. *Ciudad Del Este*-Paraguai é a capital do Departamento de Alto Paraná e levantamento de 2019 aponta o número 304. 282⁵, totalizando 695.065 habitantes nos três municípios da TF em estudo.

PERGUNTA DE PESQUISA

Com vistas a colaborar no enfrentamento da problemática da drogadição no recorte geográfico do estudo, embasados em nossa trajetória de três décadas tanto na educação quanto no trabalho preventivo de enfrentamento às drogas, este estudo apresenta a seguinte Pergunta de Pesquisa: Como a implementação de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas de forma conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina pode contribuir de forma eficaz para o enfrentamento dos riscos relativos à iniciação e à dependência de substâncias psicoativas por parte de crianças e adolescentes?

Entendemos se fazer necessária a busca de respostas a essa Pergunta de Pesquisa, tendo em vista que, alicerçados na nossa experiência na área, bem como em estudos anteriores, partimos da hipótese de que não se encontram implementadas políticas públicas continuadas de prevenção às drogas no âmbito da educação de forma conjunta entre os

³Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html> Acesso em: 02 dez. 2023.

⁴Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Puerto_Iguaz%C3%BA Acesso em: 02 dez. 2023.

⁵Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciudad_del_Este Acesso em: 02 dez. 2023.

municípios que compõem a Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Consideramos importante enfatizar que Flick (2004, p. 63) argumenta que “uma etapa central e que determina essencialmente o sucesso na pesquisa qualitativa, mas que tende a ser ignorada na maioria das apresentações de métodos, é a que define como formular a questão ou as questões de pesquisa”. Afirmar ainda:

Particularmente, na decisão sobre o(s) método(s) de coleta de dados, na conceitualização de programas de entrevistas, mas também na conceitualização da interpretação, isto é, do método empregado e do material selecionado, refletir sobre a questão de pesquisa e reformulá-la são pontos centrais de referência para avaliar se as decisões tomadas são apropriadas. A formulação de questões de pesquisa, em termos concretos, é guiada pelo objetivo de esclarecer o que os contatos do campo irão revelar (Flick, 2004, p. 63).

Ademais, destaca que as questões de pesquisa são originadas, de um modo geral, a partir da “biografia pessoal do pesquisador e em seu contexto social” (Flick, 2004, p. 64). Além disso, alerta para a necessidade da clareza na formulação da pergunta de pesquisa.

OBJETIVOS

Em consonância com a Pergunta de Pesquisa, o presente trabalho apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Analisar como as políticas públicas de prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas na área da educação implementadas nos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este*-Paraguai e *Puerto Iguazú*-Argentina impactam no enfrentamento da disseminação do consumo de substâncias psicoativas na Tríplice Fronteira.

Objetivos específicos

- a. Pesquisar as bases normativas legais vigentes e os modelos de enfrentamento das drogas adotados no Brasil, Paraguai e Argentina;
- b. Identificar as políticas públicas de prevenção drogas às drogas na esfera da educação implementadas nos municípios de Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR;
- c. Efetuar o estudo das estratégias e ações de prevenção às drogas através de práticas educativas no território da Tríplice Fronteira;
- d. Propor políticas públicas educacionais de prevenção às drogas passíveis de adoção

conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

JUSTIFICATIVA

Consoante com o já defendido, a TF se encontra mais vulnerável aos efeitos nefastos do consumo e tráfico de drogas. Logo, a realização dessa investigação científica se justifica sobretudo em função da necessidade de serem realizadas pesquisas a respeito tanto dos reflexos do problema sobre a qualidade de vida dos cidadãos quanto das estratégias, ações e políticas públicas de enfrentamento, com ênfase na prevenção no âmbito da educação, adotadas nos três municípios que compõem este território pleno de particularidades.

Faz-se necessário sobrelevar que, apesar da gravidade da situação, existem poucos estudos atualizados que contribuam com dados e informações que possam subsidiar os profissionais da educação no trabalho preventivo, bem como os gestores públicos a fim de que, de posse de informações e diagnósticos, melhor se orientem na construção e na implementação de políticas públicas no setor.

A citada lacuna existente em nível geral verifica-se na escassez de estudos sobre o tema na forma de artigos científicos, tendo sido também comprovada em consulta ao Catálogo de Teses da CAPES⁶ e, localmente, através de levantamento bibliométrico efetuado junto à Biblioteca Digital da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – *Campus* de Foz do Iguaçu na qual uma das únicas produções encontradas se trata da tese defendida por Kelly Cardoso da Silva intitulada “As operações de combate ao tráfico transnacional de maconha na fronteira Brasil - Paraguai como estratégia de poder do Estado”. Por sua vez, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, dentre dissertações e teses, um dos poucos estudos disponíveis relativos à problemática das drogas no contexto da fronteira se trata da dissertação “Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR” desenvolvida por este autor na conclusão de seu Mestrado.

Em decorrência dessa situação, Creswell (2007, p. 45) corrobora a escolha do nosso objeto de estudo ao afirmar que para que um tópico seja elevado a “um estudo de pesquisa, devemos também refletir se o tópico pode e deve ser pesquisado”. No que tange ao “pode”, temos plenas condições de efetivar o estudo, tanto no que se refere aos “participantes” quanto aos “recursos” necessários. Além disso, no que concerne ao “deve”, afirma o autor:

⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 26 dez. 2023.

A questão do *deve* é mais complexa. Diversos fatores pesam nessa decisão. Talvez o mais importante seja saber se o tópico agrega ao grupo de conhecimento de pesquisa disponível sobre o assunto. O primeiro passo em qualquer projeto é gastar um tempo considerável na biblioteca examinando a pesquisa sobre um tópico (Creswell, 2007, p. 45).

Por conseguinte – e não obstante a inequívoca importância dos estudos já realizados em ambas as instituições públicas de ensino superior de Foz do Iguaçu – entendo que, devido à minha experiência de décadas na área da drogadição, tenho condições de produzir um trabalho científico de caráter interdisciplinar – levando-se em consideração que essa produção demanda estudos nas áreas da educação, saúde, direito, psicologia, geografia, sociologia, entre outras – sobre o tema que apresente novas reflexões oportunizando maior compreensão deste fenômeno social além de que, ao mesmo tempo, possa servir de base para futuros estudos mais específicos.

A citada “minha experiência de décadas na área da prevenção à drogadição” se constitui a principal fonte de motivação pessoal para a realização dessa investigação, haja vista que venho atuando em várias frentes nessa questão ao longo de muitos anos.

Na década de 1980, nos tempos de juventude, enquanto dirigente da Comunidade de Jovens Cristãos da Catedral São João Batista (CJC), vivenciei experiências marcantes no contato com meninos de rua de modo que participei da fundação da instituição pioneira que buscou acolher menores em situação de rua em Foz do Iguaçu, o Serviço de Valorização e Integração do Menor (SERVIM). Entidade fundada basicamente por lideranças da igreja católica e da qual fui membro da primeira diretoria. Em virtude dessa atuação, participei em São Paulo do curso Educação Alternativa para Meninos de Rua, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Saliente-se que, na década de 1980, um dos principais desafios no que se refere aos menores abandonados, no âmbito da drogadição, se tratava da dependência da cola de sapateiro que vinha causando graves danos à saúde física das crianças e dos adolescentes.

Na sequência, iniciei carreira no magistério na qual, ao longo de duas décadas em sala de aula tanto na rede pública quanto privada, busquei através de atividades diversas (dinâmicas de grupo, vídeos, textos) conscientizar os alunos acerca dos perigos envolvidos na iniciação ao uso e na dependência de drogas lícitas e ilícitas.

De 1996 a 2008, exerci três mandatos de vereador em Foz do Iguaçu, sendo que, nessa função e período, fui autor de Projetos que se transformaram em Leis Municipais na esfera do enfrentamento às drogas. Dentre elas, podem-se citar: Lei nº 2647 de 06 de setembro de 2002 que institui a Semana Municipal de Combate às Drogas e a Lei nº 3044 de 05 de maio de 2005

que cria o programa "Sem Drogas é Bem Melhor" destinado aos alunos de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental da rede municipal. Somado a isso, como membro do Poder Legislativo Municipal, presidi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico e participei do I e II Fórum Nacional Antidrogas realizados em Brasília, respectivamente em 1998 e 2001.

Assim sendo, em decorrência dessa aproximação, sensibilização e comprometimento cada vez maior com a temática, em 1997, comecei a realizar palestras e, até o final de 2023, totalizei cerca de 4.000 encontros, sendo que, desses, em torno de 3.500 foram efetivados de forma totalmente voluntária. Ao longo desses anos, foram atendidos os mais diversos públicos, dentre os quais, crianças, adolescentes, jovens, pais, policiais, professores, menores infratores, presidiários, conselheiros tutelares entre outros.

No que se refere aos ambientes e locais de realização desse trabalho, podem-se elencar escolas, universidades, igrejas, quarteis, clubes de serviço (Rotary e Lions), eventos, empresas, penitenciária, centro de ressocialização de menores, clubes de escotismo e entidades diversas. Com relação ao raio de abrangência, as atividades vêm alcançando, principalmente, os estados da Região Sul com maior concentração no Paraná. Desse modo, cidades como Curitiba, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guaíra, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cornélio Procopio, Apucarana, Toledo, Cambará, Dois Vizinhos, entre dezenas de outros municípios paranaenses, têm sido atendidos ao longo dos anos.

Ressalte-se que o maior número de palestras em um único ano ocorreu em 2001 onde foram realizados 383 encontros. Essa excepcionalidade se deve ao fato de que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) escolheu como Tema e Lema da Campanha da Fraternidade: *Vidas sim, drogas não!* Por conseguinte, fui convidado a trabalhar a questão de forma mais extensiva geograficamente e mais intensiva quantitativamente.

Enfatize-se que, nas palestras para pais, aborda-se o papel educativo da família com vistas à formação de filhos adultos saudáveis, equilibrados, capazes de fazer escolhas mais acertadas na vida, ou seja, que evitem adotar comportamentos de risco e condutas antissociais. Destaca-se essencialmente a importância da presença dos pais na vida dos filhos, do diálogo, da colocação de limites e dos exemplos. Por sua vez, nas palestras para crianças, adolescentes e jovens, busca-se evitar o moralismo, o alarmismo ou a pedagogia do medo sendo abordados temas que reforçam a proteção e a qualidade de vida, dentre eles, o valor da família, das boas companhias, do estudo e de objetivos na vida; as motivações ao uso de drogas: a influência dos amigos e a curiosidade; os problemas causados pela dependência de drogas, em especial, cigarro e álcool; os riscos causados pelas drogas: saúde, violência, sofrimento dos pais e interrupção de projetos de vida; as escolhas e suas consequências; a importância da amizade, amor, respeito,

dedicação, esforço, disciplina, autoestima e bom senso; a projeção de perspectivas de vida: educacional, profissional e familiar. Dentre principais temas transversais dessas palestras, encontram-se o trânsito, harmonia familiar, liberdade, profissões, esportes e artes.

No princípio da realização do trabalho de palestras em escolas, percebi o quanto a falta de material didático ou de apoio sobre o tema dificultava a abordagem da questão por parte dos professores. Sendo assim, produzi uma obra intitulada “Inimigo Público nº 1: A realidade das drogas em Foz do Iguaçu” publicada no ano de 1999 em edição independente cujos 20.000 exemplares impressos foram distribuídos gratuitamente a todas as bibliotecas de todas as escolas públicas e privadas de todos os níveis de ensino, bem como à integralidade dos professores de Foz do Iguaçu com vistas a subsidiar os profissionais da educação e suprir essa carência. O livro também foi disponibilizado sem custos a todos os agentes de segurança pública – guardas municipais, policiais civis, federais e militares – que atuavam no município, além dos membros dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Destaque-se que, para a produção de “Inimigo Público nº 1”, entrevistei, durante vários meses, 1.000 estudantes da então 7ª série (atual 8º ano do Ensino Fundamental) até os anos finais do Ensino Superior. As entrevistas foram aplicadas pessoalmente pelo autor e os participantes da pesquisa foram distribuídos por faixa etária, nível de escolaridade, sexo, rede pública ou particular, religião, localização geográfica, renda familiar entre outras variáveis e dados sociométricos. Apesar de que todo o processo de pesquisa, tabulação e interpretação dos dados ter sido conduzido com rigor ético-científico pelo autor e acompanhado por consultoria da área, além de profissional da psicologia, o referido estudo não tem validação acadêmica tendo em vista não ter sido vinculado a algum programa ou instituição de ensino.

Anos após a publicação desse livro sobre drogas e palestras para famílias, novamente percebendo a necessidade de materiais relativos ao papel dos pais na educação dos filhos, efetuei ampla pesquisa, li e analisei dezenas de obras da área e redigi mais dois livros em edições independentes: “Um Presente de Pai” (2007) e “NÃO Uma Prova de Amor” (2011), os quais igualmente foram disponibilizados à comunidade.

Nessa “luta” contra as drogas, desenvolvi também um amplo trabalho através de veículos de comunicação de massa, pois além de ter abordado o tema em um espaço em nível regional em canal aberto de televisão, apresentei, através de emissora de rádio, durante aproximadamente 10 anos, um programa semanal, além de boletins diários. O citado programa intitulado “Vida Sem Drogas” foi levado ao ar por trinta minutos todos os sábados no período matutino pela Rádio Cultura AM-820 de Foz do Iguaçu.

Relato ainda outra fase da vida que agregou conhecimentos acerca da temática em estudo, haja vista a oportunidade de participar de vários debates, painéis, seminários, grupos de estudo, audiências públicas e votações como membro do Congresso Nacional levando-se em conta que assumi o mandato de deputado federal por dois anos na Legislatura 2011/2014. Novamente, na condição de suplente, assumi o mandato por alguns meses na Legislatura 2015/2018. Não obstante eu ter abandonado a vida política há alguns anos (no âmbito de candidaturas), o fato de ter sido membro do Poder Legislativo Municipal e Federal me proporcionou a possibilidade de analisar a questão das drogas por um prisma diferenciado.

Todavia, apesar da experiência acumulada, optei pelo maior aprofundamento científico acerca das substâncias psicoativas, seus reflexos na sociedade local e as formas de enfrentamento adotadas no município. Desse modo, em meu Mestrado cursado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD), efetuei o estudo denominado “Políticas Públicas Sobre Drogas em Foz do Iguaçu – PR”, sob a orientação do Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira.

Nessa investigação qualitativa, fiz uso da pesquisa bibliográfica, documental e de campo – onde apliquei 32 entrevistas semiestruturadas em participantes constituídos por gestores públicos e membros de conselhos municipais – com vistas a analisar a breve trajetória da Secretaria Municipal Antidrogas (2005/2013), o fracasso em Foz do Iguaçu do Programa do Governo Federal “Crack, é possível vencer” e os conselhos da área: Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN-1999), o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD-2002) e Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD-2017).

Somado à produção da nossa Dissertação, ainda sobre a temática das drogas, redigi e publiquei, nos últimos anos, em revistas nacionais e internacionais, seis artigos científicos, sendo dois em 2020, um em 2021, dois em 2022 e, finalmente, um em 2023. Obtive também a aprovação e publicação de dois capítulos de livros, sendo um em 2021 e um em 2022.

No que se relaciona à minha familiaridade com o tema do presente estudo, não tenho dúvidas em afirmar que as experiências mais profundas e sensíveis que vivenciei em todos esses anos de atuação dizem respeito às dezenas de famílias, especialmente, as mães, que têm me procurado em busca de orientação, internação e apoio na tentativa de libertar seus filhos da dependência de drogas. No entanto, acima de tudo, o principal “gatilho” motivacional para essa trajetória do meu trabalho ocorreu ainda em 1996 com a morte da minha mãe vitimada pelo câncer pulmonar desenvolvido em decorrência do tabagismo.

Dadas as informações de cunho íntimo-pessoal acerca da motivação para efetuar a

presente investigação, enfatizamos nossa escolha em concordância com o questionamento e a afirmação seguintes: “O problema de pesquisa em um estudo começa a tornar-se claro quando o pesquisador pergunta ‘Qual é a necessidade deste estudo?’ [...] Novos estudos precisam acrescentar algo à literatura” (Creswell, 2007, p. 94). Por conseguinte, entendemos ser necessária a ampliação dos estudos do nosso Mestrado, abrangendo *Ciudad del Este*-Paraguai e *Puerto Iguazú*-Argentina no contexto específico da prevenção na esfera da educação.

Enfim, como nos adverte Cury (2010) nas considerações finais do seu estudo sobre as Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), nesta região, além das contradições e da miséria, “há outros problemas a serem resolvidos” e, dentre eles, encontram-se “o tráfico de drogas, de armas [...]” (Cury, 2010, p. 222). Neste sentido, esta produção científica se propõe a prestar uma contribuição para a academia e a sociedade trinacional, tendo em conta que, no prisma de Marx (2008, p. 48) “a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver [...] o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir”. Especificamente nesse aspecto, o caráter prático deste trabalho se encontra manifesto em todas as etapas da investigação (Kuenzer, 1998), quer seja na escolha do tema, do recorte geográfico, do marco teórico, da metodologia e dos demais aspectos presentes no transcurso da pesquisa.

Considerando-se que este estudo científico não apresenta caráter contemplativo, ou seja, não visa apenas à compreensão do problema, em decorrência disso, fez-se a opção pela análise da questão das drogas, tanto do Brasil quanto do Paraguai e da Argentina, a partir da utilização de entrevistas com os atores que têm a função de implementar ou executar as políticas públicas em Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR. Registre-se o compromisso assumido de que, ao final do trabalho, os resultados alcançados no processo investigativo serão disponibilizados aos gestores públicos dos três municípios com vistas à possibilidade de serem utilizados para intervenções práticas mais efetivas na problemática em análise.

Neste prisma, Yin (2016, p. 217) observa que, no âmbito da pesquisa qualitativa, “o pedido de ação tende a dominar as conclusões do estudo”. Logo, a proposição de uma ação subsequente – em especial na esfera das políticas e agendas públicas – a partir de “uma interpretação meramente descritiva” deve ser cercada de reflexões e cuidados.

Ao incluir um pedido de ação, o pesquisador qualitativo corre o risco de apresentar uma versão ingênua dos temas de políticas. Isso por sua vez pode ter um efeito de ceticismo em relação à qualidade da parte empírica do estudo. Muitos estudiosos creem que um papel aceitável da pesquisa em ciências sociais é coletar e apresentar evidências que sustentem ou contestem posturas políticas (Yin, 2016, p. 217).

As citadas observações acerca do cuidado acadêmico que deve invariavelmente subsidiar as pesquisas em ciências sociais decorrem do risco de que “os autores de um estudo podem involuntariamente impor seus próprios valores pessoais a sua pesquisa” (Yin, 2016, p. 217-218). Desse modo, há que se ter em conta a possibilidade de que os vieses próprios presentes no sistema cultural de valores dos pesquisadores não interfiram na seleção de temas ou métodos da pesquisa. Em virtude disso, enfatize-se que esse é um risco que optamos conscientemente por correr e um cuidado extremo que temos tido na concretização do estudo.

METODOLOGIA

Destacamos que, conforme citado no Resumo, a pesquisa proposta se caracteriza como qualitativa quanto à abordagem, descritiva conforme a natureza e bibliográfica, documental e de campo no que diz respeito aos procedimentos.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Flick (2004, p. 17) atesta que sua “relevância específica [...] para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida”. Por sua vez, Creswell (2014) esclarece:

[...] as definições da pesquisa qualitativa variam, mas sempre a encaro como uma abordagem da investigação que deve começar com pressupostos, uma lente interpretativa teórica e o estudo dos problemas de pesquisa, explorando-se o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Os pesquisadores coletam dados em ambientes cultivando uma sensibilidade às pessoas em estudo e analisam seus dados indutiva e dedutivamente, para estabelecer padrões ou temas (Creswell, 2014, p. 64).

Argumenta ainda Creswell (2014, p. 64) que “o relatório final apresenta as vozes dos participantes, uma reflexividade dos pesquisadores, uma descrição completa e interpretação do problema e um estudo que se soma à literatura ou faz um chamado à ação”. Por outro lado, as diferenças da pesquisa qualitativa para a quantitativa residem nas ideias centrais que conduzem a ambas (Flick, 2004). Nessa linha de raciocínio:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos (Flick, 2004, p. 20).

Somado a isso, outro aspecto essencial a ser observado na condução de estudos qualitativos se refere ao que Bardin (2016, p. 34) convencionou denominar “vigilância crítica”, característica essa que deve ser foco de atenção ainda mais criteriosa quando o pesquisador apresentar maior “familiaridade face ao seu objeto de análise”. Nesse contexto, segundo a

autora, deve-se evitar a sedutora “leitura simples do real”, bem como aceitar que as hipóteses têm caráter provisório, entre outros desafios colocados, em especial, à pesquisa qualitativa.

Todavia, não obstante toda a vigilância empregada, “não é possível evitar as interpretações pessoais, na análise de dados qualitativos”, em decorrência disso, o pesquisador qualitativo deve refletir “sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo” (Creswell, 2007, p. 187). Nesse aspecto, devido à aprofundada proximidade com o tema do nosso estudo, reconhecemos nos encontrar em posição que nos exige contínua e criteriosa autorreflexão ético-crítica com vistas à impessoalidade e à imparcialidade na condução dessa investigação.

Em parcial consonância com essa preocupação, Yin (2016, p. 33) argumenta que, por sua vez, “as diferenças nos sistemas de valor permeiam nossos próprios processos de pensamento [...] afetarão o modo como a pesquisa qualitativa será conduzida e relatada”. Em decorrência de questões dessa natureza, o citado autor conclui:

Fazer pesquisa qualitativa é difícil. Você precisa ter uma mente incisiva e manter uma atitude coerente frente ao trabalho. Os temas de investigação não se enquadram em limites nítidos ou conhecidos, e sempre há surpresas. Além disso, o papel do pesquisador como instrumento básico de pesquisa apresenta desafios críticos (Yin, 2016, p. 44).

Em função dessa busca da neutralidade no fazer científico, novamente Yin (2016, p. 84) nos adverte que o pesquisador tem a necessidade de efetuar um “autoexame de seus próprios conhecimentos e opiniões que podem influenciar seu papel como um instrumento de pesquisa”. Ou seja, há que se frisar que o condutor do estudo

[...] deve identificar os conhecimentos ou predileções prévios que podem influenciar seu delineamento ou ações de coleta de dados. Inevitavelmente, e em função direta de ter escolhido um tema que é do seu interesse, haverá alguns fatores contextuais. Normalmente as pessoas tendem a levar visões simpatizantes, antagônicas, ou excessivamente ingênuas a seus temas de interesse. Quaisquer dessas orientações podem influenciar as linhas de investigação de um estudo e consequentemente seus potenciais resultados (Yin, 2016, p. 84).

Assevera o autor que o pesquisador “estaria enganando a si mesmo se pensasse que assume uma postura totalmente neutra ou objetiva em seu estudo”. Ainda, de acordo com Yin (2016, p. 117), tendo em vista que, na investigação qualitativa, o pesquisador “provavelmente será o instrumento de pesquisa mais importante,” exige-se dele que “esteja ciente das potenciais tendenciosidades e idiossincrasias do instrumento (ou seja, as suas)”. Em consequência disso, “precisará adotar algumas diretrizes para reconhecer um fenômeno de interesse de maneira consistente” (Yin, 2016, p. 132). Com relação a esses desafios, novamente Creswell (2007, p. 203) alerta que “o papel do pesquisador como instrumento primário de coleta de dados necessita

de identificação de valores pessoais, suposições e vieses no início do estudo”. Creswell (2007) discorre também acerca de listas de características da pesquisa qualitativa que “apreendem tanto as perspectivas tradicionais como as perspectivas mais recentes da investigação qualitativa reivindicatória, participatória e autorreflexiva.” Entretanto, elenca as seguintes características:

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural [...] usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos [...] é emergente em vez de estritamente pré-configurada [...] é fundamentalmente interpretativa [...] reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo [...] usa um raciocínio complexo multifacetado; interativo e simultâneo [...] adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para os procedimentos no estudo qualitativo (Creswell, 2007, p. 186-187).

Para além dessas características, Yin (2016) também entende que a pesquisa qualitativa, no primeiro momento, busca compreender o significado e as reais condições de vida das pessoas, objetivando assim apreender as suas visões e perspectivas. Isso é possível em função de que essa prática de investigação engloba as condições nas quais os sujeitos da pesquisa se inserem e atuam quer seja na esfera social, institucional ou ambiental. Desse modo, a pesquisa qualitativa não se trata apenas de uma narrativa cronológica do cotidiano, sendo, isso sim, uma oportunidade para o desenvolvimento de novos conceitos devido à particularidade de que se serve de fontes variadas na fase de coleta dos dados para posterior interpretação e análise.

Flick (2004, p. 22) assevera que a “pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Várias abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa”, portanto:

Não faz sentido defender a ideia de que um método específico deva ser empregado na pesquisa qualitativa como o correto e o único. Esse tipo de compromisso não cabe à pesquisa qualitativa. Porém, há outras formas de compromisso necessárias. A pesquisa deve ser planejada metodologicamente e baseada em princípios e na reflexão. Noções como as de paradigmas fixos e bem definidos servem mais para obstruir o caminho para o assunto em estudo do que para abrir rumos novos e adequá-los para ele (Flick, 2004, p. 283).

No que se refere especificamente à nossa investigação científica, com vistas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, o estudo qualitativo proposto se divide em etapas distintas assim distribuídas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise e interpretação das informações.

De acordo com Pizzani *et al.* (2012, p. 54), “a pesquisa bibliográfica é um trabalho investigativo minucioso em busca do conhecimento e base fundamental para o todo de uma pesquisa [...]”. Dessa forma, apesar da nossa experiência teórico-prática na área da drogadição, objetivando estabelecer maior suporte científico às demais etapas da pesquisa, buscamos ampliar o embasamento literário através do estudo de diversas publicações acadêmicas

relativas à temática das substâncias psicoativas e suas interfaces na sociedade contemporânea, haja vista que “a pesquisa bibliográfica deve ser somada, necessariamente, a todo e qualquer outro tipo de pesquisa ou trabalho científico, constituindo uma base teórica para o desenvolvimento de todo trabalho de investigação em ciência” (Fonseca, 2012, p. 21). Por conseguinte, procedemos a leitura de diversas produções dentre elas, principalmente, teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros e artigos científicos.

Além de fontes secundárias, na condução de nossa investigação científica, faz-se uso de fontes primárias, ou seja, da pesquisa documental. Por conseguinte, efetua-se o estudo de material que, por sua natureza, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 01) “ainda não receberam tratamento analítico”. Dentre esses materiais, para melhor compreensão do tema, ressaltamos que a estrutura fundamental da pesquisa documental se encontra alicerçada no exame da base normativa legal geral acerca das drogas vigente no Brasil, Paraguai e Argentina.

No que se relaciona à pesquisa de campo, foi realizado o levantamento de informações através de entrevistas semiestruturadas acerca das ações e projetos de prevenção às drogas na área educacional efetivados na comunidade transfronteiriça, bem como dos resultados dessas políticas públicas implementadas nos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este*-Paraguai e *Puerto Iguazú*-Argentina.

Informamos que nossa investigação foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o número 64363922.7.0000.0107, tendo sido aprovada na data de 20 de outubro de 2022, conforme Parecer nº 5.713.862 (Anexo IV) e que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo V) foi lido e assinado em duas vias por todos os Participantes da Pesquisa, não tendo sido encontrada nenhuma negativa ou objeção à assinatura do TCLE.

No que diz respeito à coleta de dados efetuada através da aplicação de entrevistas de inquérito, Bardin (2016, p. 28) evidencia que quando essas ferramentas forem utilizados acerca de um tema “devem referir-se a ele, ter sido obtidas por meio de técnicas idênticas e ser realizadas por indivíduos semelhantes. Essa regra é, sobretudo, utilizada quando se deseja obter resultados globais ou comparar entre si os resultados individuais”. A vantagem do emprego de entrevistas semiestruturadas, segundo Flick (2004) advém do fato de que

[...] o uso consistente de um guia da entrevista aumenta a comparabilidade dos dados e sua estruturação é intensificada como resultado das questões do guia. Se os enunciados concretos sobre um assunto forem o objetivo da coleta de dados, uma entrevista semiestruturada será a maneira mais econômica (Flick, 2004, p. 107).

Assim sendo, salientamos que todos os(as) Participantes da Pesquisa responderam a um mesmo roteiro de perguntas, sendo esse instrumento apresentado tanto em Língua Portuguesa (Apêndice A) quanto em Língua Espanhola (Apêndice B). Cabe registrar a nossa mais profunda gratidão pelo senso de colaboração, respeito e valorização à pesquisa proposta que todos(as) os(as) Participantes da Pesquisa demonstraram no momento das entrevistas, sendo que todos esses encontros ocorreram sem interrupções ou problemas de qualquer natureza.

Ressaltamos que todas as entrevistas efetuadas no trabalho de campo foram realizadas individualmente com cada interlocutor(a). Destaque-se que todos os encontros foram gravados (totalizando duzentos e cinquenta e seis minutos e trinta e cinco segundos de gravação), conduzidos e transcritos na íntegra pelo próprio autor dessa produção. Reitere-se que os(as) 15 entrevistados(as) aceitaram contribuir sem quaisquer ressalvas com esse estudo, o que demonstra o nível de colaboração e comprometimento desses profissionais.

Quadro 1 – Número de entrevistados(as) por país e função:

ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI
Um(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou equivalente.	Um(a) Secretário(a) Municipal de Educação.	Um(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou equivalente.
Dois(duas) professores(as).	Quatro professores(as).	Dois(duas) Professores(as).
Um(a) diretor(a) de escola.	Dois(duas) diretores(as) de escolas.	Um(a) diretor(a) de escola.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022/2023

Consideramos importante frisar que em Foz do Iguaçu – que soma 50 escolas municipais – devido à maior gravidade da questão da drogadição e seus reflexos na dependência de substâncias psicoativas, nos altos índices de violência (roubos, assaltos e homicídios) e encarceramento em função do tráfico, foram entrevistados, conforme o Quadro 1, o dobro de diretores (2) e professores (4) comparativamente a *Ciudad del Este*/PY ou *Puerto Iguazú*/AR.

Consoante com o que se pode observar, em pesquisa qualitativa, no que se relaciona especificamente às amostras, essas “tendem a ser escolhidas de uma maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional. O objetivo [...] de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos” (Yin, 2016, p. 100). Nesse mesmo contexto, Flick (2004, p. 86) reitera:

As decisões relativas à amostragem não podem ser tomadas isoladamente. Não existe decisão nem estratégia certa *per se*. A apropriabilidade da estrutura e dos conteúdos da amostra, e, assim, a apropriabilidade da estrutura escolhida para a obtenção de ambas, somente poderá ser avaliada com referência à questão de pesquisa do estudo: quais e quantos casos são necessários para responder às perguntas do estudo?

Assim sendo embasados em nossa experiência na área e nos estudos realizados na fundamentação teórica dessa produção, estabelecemos os critérios para escolha dos(as) Participantes da Pesquisa, conforme se verifica no quadro a seguir.

Quadro 2 – Critérios de inclusão dos(as) entrevistados(as) na pesquisa de campo:

CARGO/FUNÇÃO	CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)
a) Secretário(a) Municipal de Educação ou Equivalente.	Critério único: Estar ocupando o cargo/função de Gestor(a) Público(a) responsável pela Educação no Município à época da entrevista.
b) Diretor(a) de Escola Municipal ou Equivalente.	1 – Estar na direção da maior escola do município em nº de alunos. 2 – Estar na direção de escola localizada em região mais vulnerável. 3 – Estar há mais de 15 anos concursado(a) na Educação.
c) Professor(a).	1º – (Critério obrigatório) Estar atuando no 5º ano do Ensino Fundamental (ou faixa etária equivalente – alunos entre nove e doze anos de idade). 2º – Estar há, no mínimo, 10 anos, concursado na área da Educação. 3º – Atuar em uma das maiores escolas do município. 4º – Atuar em escola situada em região de maior vulnerabilidade.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022/2023

Com relação aos critérios de inclusão, pode-se destacar o seguinte:

a) No que tange ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação ou equivalente, o critério único foi alcançado, tendo sido entrevistada a Secretária Municipal de Educação de Foz do Iguaçu/BR, o Diretor de Educação da *Dirección de Educación y Cultura – Municipalidad de Ciudad del Este/PY* e a Supervisora Departamental Zona XI del Consejo General de Educación da Provincia de Misiones/AR.

b) No que concerne aos(às) diretores(as) de escolas, ressalte-se que nenhum critério é obrigatório, sendo, portanto, necessário que cada entrevistado(a) atenda a apenas um dos critérios. Todavia, tanto no Paraguai quanto na Argentina, foram atendidos todos os critérios. Quanto aos(às) diretores(as) de Foz do Iguaçu, um(a) Participante da Pesquisa atendeu a todos os critérios e um(a) entrevistada(o) atendeu apenas ao critério 2, o qual consideramos de extrema importância para a coleta de dados. Ressalte-se que para a inclusão desse(a) 2º(a) entrevistado(a) levou-se em consideração a situação de extrema vulnerabilidade às drogas no entorno da instituição de ensino dirigida pelo(a) Participante da Pesquisa.

No que se refere aos(às) professores(as), apenas o 1º critério é obrigatório. Mesmo assim, em *Puerto Iguazú/AR*, foram atendidos todos os critérios, em *Ciudad del Este/PY*, foram atendidos os critérios de 1º, 2º e 3º enquanto em Foz do Iguaçu/BR, três entrevistados(as) atenderam a todos os critérios e um(a) professor(a) atendeu aos critérios 1º, 2º e 4º. Ressalte-se que, alicerçados em nossa experiência na esfera da prevenção em educação, entendemos que o critério obrigatório – que demanda que os(as) professores(as) entrevistados(as) estejam atuando no 5º ano do Ensino Fundamental ou faixa etária equivalente entre nove e doze anos

de idade – se faz necessário em função de que a pré-adolescência se constitui fase da vida de acentuada vulnerabilidade à iniciação ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Nesse contexto, deve ser priorizada a implementação de atividades de prevenção a esse público específico.

Cabe destacar que, mesmo havendo critérios de inclusão não obrigatórios, foram envidados esforços no sentido de ser abrangido o maior número possível de critérios na seleção das amostragens de diretores(as) e professores(as) Participantes da Pesquisa. Desse modo, encontram-se contemplados os requisitos necessários para a obtenção de suficientes informações com vistas à análise do nosso objeto de estudo.

Registre-se que o trabalho de campo foi efetivado entre 04 de outubro de 2022 e 13 de dezembro de 2023, sendo que antes da realização desse foi necessário obter presencialmente a autorização dos órgãos públicos, isto é, das Instituições Coparticipantes (Anexos I, II e III). Ressalte-se que o processo todo demandou várias idas ao Paraguai e à Argentina, tendo em vista que os(as) participantes foram entrevistados(as) em datas e horários agendados por eles(as) e em seus respectivos locais de trabalho. Em vista disso, reconhecemos que o processo como um todo se tratou de um teste à paciência e à perseverança desse pesquisador em função das reconhecidas dificuldades de travessia para os países vizinhos – horas na fila para atravessar a Ponte Internacional da Amizade para adentrar ao Paraguai e grande demora em filas no trâmite aduaneiro para ingresso na Argentina, do mesmo modo, congestionamentos e filas imensas para regressar de ambos os países.

Enfatizamos que, durante maior parte do percurso do trabalho de campo na coleta de dados e subsequente, interpretação desses, nos referíamos aos(às) entrevistados(as) como Sujeitos da Pesquisa (SP). Porém, na etapa de aprofundamento da pesquisa bibliográfica, deparamo-nos com as seguintes considerações de Yin (2106, p. 43):

A literatura qualitativa também usa o termo alternativo “membros”. Entretanto, a afiliação de um participante a um estudo qualitativo não é necessariamente forte para justificar tal termo. A maioria dos pesquisadores qualitativos também rejeitaria outra alternativa, de rotular um participante como um “sujeito” de estudo. Consequentemente, usar o rótulo “participantes” parece ser a melhor alternativa.

Em face da nossa total concordância com o referido autor, efetuamos as alterações necessárias em todo o material produzido até então e passamos a nominar nossos(as) entrevistados(as) como Participantes da Pesquisa (PP). Concernente à gravação das entrevistas, novamente Flick (2004, p. 184) aponta que “na hipótese de os dados terem sido gravados com o emprego de meios técnicos, sua transcrição será uma etapa necessária no caminho para a sua interpretação”. Entretanto, o autor questiona as transcrições de dados “excessivamente exatas” levando-se em consideração que essa estratégia “absorve tempo e energia que poderiam ser

investidos de forma mais racional em sua interpretação” (Flick, 2004, p. 184). No entanto, Yin (2016) questiona parcialmente essa visão:

Para aproveitar esses registros ao máximo será necessário analisá-los de maneira exclusiva e sistemática. Tal análise pode consumir muito tempo, porque as gravações produzem imensos volumes de informação. Além disso, a menos que você seja perito em localizar aleatoriamente trechos diversos em gravações de áudio ou vídeo, a análise terá que ser realizada de maneira linear, o que pode tornar o processo mais tedioso do que estimulante. **Investir o tempo necessário neste processo de análise pode ter valiosas compensações** (Yin, 2016, p. 179). (Grifo nosso).

Afirmamos compartilhar esse último entendimento (conforme grifo). Logo, procedemos pessoalmente a transcrição *ipsis litteris* de todas as entrevistas realizadas em nosso estudo.

Em se tratando de pesquisa qualitativa, a busca da melhor compreensão do contexto e dos eventos em estudo ocorre através da adequada coleta de dados narrativos (Yin, 2016). Sendo assim, conforme Creswell (2007, p. 202): “Os dados que emergem de um estudo qualitativo são descritivos”. Em essência, isso significa afirmar que esses dados, primeiramente, são relatados nas palavras dos participantes.

No tangente à interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo, Caregnato e Mutti (2006, p. 684) assim se manifestam:

[...] encontrar uma forma ideal para interpretar esses dados é utópico. Acredita-se que não exista uma análise melhor ou pior, o importante é que o pesquisador conheça as várias formas de análise existentes na pesquisa qualitativa e sabendo suas diferenças, permitirá uma escolha consciente do referencial teórico-analítico, decorrente do tipo de análise que irá empregar na sua pesquisa, fazendo sua opção com responsabilidade e conhecimento.

Sobrelevamos que, no concernente à pesquisa documental, o estudo engloba a legislação geral sobre drogas vigente nos três países. Destarte, analisaram-se os seguintes instrumentos legais: Brasil - Lei 11.343/2006, Argentina - Lei 23.737/1989 e Paraguai - Lei 1.340/1988. Por seu turno, no que tange à análise do material coletado nas pesquisas de campo, fizemos a opção pela Análise do Conteúdo (AC) em concordância com o pensamento de Chizzotti (2006, p. 98):

A decodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador.

De sua parte, acerca da Análise de Conteúdo, Flick (2009, p. 291) salienta que essa estratégia se constitui “um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”. Sobreleve-se que esse instrumento metodológico, na visão de Bardin (2016, p. 44), pode ser conceituado da seguinte forma:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Para esse fim, na Análise de Conteúdo (Capítulo IV), além da análise descritiva, a ferramenta utilizada é o software IRAMUTEQ através do qual são construídas Nuvens de Palavras e Análises de Similitude. Por sua vez, Chizzotti (2006, p. 98) argumenta que "o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas". Neste aspecto, Neto (2011, p. 44) discorre a respeito da capacidade de abstração que permite ao investigador isolar um determinado elemento da sua totalidade e examiná-lo.

Nesta mesma linha de raciocínio, Sautu *et al.* (2010, p. 46-47) enfatizam que os investigadores qualitativos *"postulan que la realidad es subjetiva e intersubjetiva, y ellos mismos, en tanto actores sociales intervinientes, contribuyen a producir y reproducir el contexto de interacción que desean investigar"*. Desse modo, reforça-se a importância da autovigilância crítica que deve acompanhar o pesquisador em seu trabalho.

No que diz respeito à estrutura desta produção, evidencie-se que na Introdução redigimos um breve histórico acerca da questão das drogas e seus reflexos na sociedade, abordamos também de forma sucinta essa problemática na Tríplice fronteira e, na sequência, apresentamos o Problema de Pesquisa, os Objetivos, a Justificativa para a realização do trabalho, bem como a Metodologia.

O primeiro capítulo tem como objeto de estudo a Fundamentação Teórica relativa à questão das drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina, à vulnerabilidade às drogas na região em estudo, ao papel da educação na prevenção às drogas, às políticas públicas educacionais no âmbito da prevenção, ao material didático, à formação e atualização dos professores e aos obstáculos ao trabalho conjunto na Tríplice Fronteira. Desse modo, apresenta-se uma Revisão da Literatura concernente à problemática do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na sociedade atual; suas interfaces e desafios.

O capítulo segundo analisa os desafios no combate às drogas através de políticas públicas, os modelos de enfrentamento das drogas adotados nos países da Tríplice Fronteira e a base normativa legal sobre drogas vigente no Brasil, no Paraguai e na Argentina.

Por sua vez, o capítulo terceiro se dedica a uma abordagem acerca das particularidades e vulnerabilidades dos municípios de Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR no que se refere ao uso, abuso, dependência e tráfico de drogas, especialmente devido à localização geográfica da região. De suma importância destacar que esse "olhar" é

construído a partir da visão dos(as) Participantes da Pesquisa, ou seja, efetua-se a apresentação do material coletado na pesquisa de campo com ênfase às ações e às políticas públicas de prevenção implementadas no âmbito da educação. Nessa mesma linha de raciocínio, destacamos as contribuições de Bardin (2016, p. 218):

O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições. Isto é particularmente evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação.

A partir dessas observações, cabe sobrelevar que a apresentação dos dados se constitui um desafio especial no que tange aos estudos qualitativos devido à singularidade de que geralmente “incluem as narrativas dos participantes”. Em decorrência dessa característica particular, “os arranjos podem ser muito detalhados ou extensos para aparecerem no corpo principal de seu estudo final” (Yin, 2016, p. 232). Exatamente nesse aspecto, encontramos nosso maior desafio na redação do presente estudo, ou seja, não conseguimos “resumir” em um menor número de páginas a apresentação dos dados coletados haja vista a importância e a profundidade desses. Por seu turno, Creswell (2014, p. 64) adverte para o fato de que “a pesquisa qualitativa requer tempo, envolve a coleta e a análise ambiciosas dos dados, resulta longos relatórios”. Logo, reiteramos reconhecer que não conseguimos vencer o desafio de efetuar uma síntese mais apurada e, desse modo, produzir um trabalho menos extenso em seu aspecto descritivo.

No capítulo quarto, efetua-se a Análise de Conteúdo das entrevistas realizadas no trabalho de campo. Desse modo, neste momento dessa produção, consideramos oportuno agregar as considerações de Yin (2016, p. 183):

Ao mesmo tempo, embora a análise de estudos qualitativos não siga um livro de receitas, tampouco ela é totalmente desregrada. Na verdade, a experiência prática na realização de pesquisa qualitativa, bem como os estilos analíticos representados em numerosos textos sugerem que a maior parte da análise qualitativa – seja qual for a orientação qualitativa particular adotada – segue um ciclo geral de cinco fases.

Ressalte-se que as cinco fases às quais Yin (2016) se refere são as seguintes: (1) compilar, (2) decompor, (3) recompor (e arranjar), (4) interpretar e (5) concluir. No intuito de completar eficazmente todo esse ciclo, faz-se necessário que o pesquisador leve em consideração e se empenhe em seguir o quanto possível os atributos da “competência [...] precisão empírica [...] valor agregado [...] credibilidade” (Yin, 2016, p. 210). Desse modo, “interpretar pode ser considerada a arte de dar seu próprio significado a seus dados recompostos e arranjos de dados”. Logo, levando-se em consideração que uma “interpretação abrangente ou

boa não tem definição fixa” (Yin, 2016, p. 210), torna-se imperativo que, no processo de redação final do trabalho, o autor atente para o fato de que seu estudo será, de um modo geral, visto, interpretado e analisado com base na qualidade da interpretação dos dados.

Nesse prisma, com vistas a efetuar a interpretação e análise dos dados coletados em nossa pesquisa de campo, buscamos também estar atentos e cumprir as etapas propostas por Bardin (2016). De modo que, após a transcrição integral das 15 entrevistas, estruturamos o processo seguindo as três fases indicadas pela autora. Logo, realizamos a pré-análise e a exploração do material, bem como estruturamos as nove categorias desse, conforme exposto no capítulo terceiro. Na sequência, efetuamos o tratamento dos dados, as inferências e a interpretação das informações, resultados esses apresentados no quarto capítulo.

Assim sendo, a interpretação de dados se consolida como o ponto central da pesquisa qualitativa e os textos, conforme Flick (2004, p. 45), tendo em vista que, além de representar “não apenas os dados essenciais nos quais as descobertas se baseiam,” constituem-se a “a base das interpretações e o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas”. Por conseguinte, pode-se afirmar que o processo de pesquisa engloba “não apenas a interação entre o pesquisador e o assunto, mas também a interação entre o pesquisador e seus leitores potenciais para os quais ele acaba redigindo sua apresentação” (Flick, 2004, p. 254). Por fim, saliente-se que as Considerações Finais contêm reflexões e sugestões de estratégias e proposituras, individuais ou conjuntas, na área de prevenção em educação, passíveis de adoção pelas instituições de ensino e pelos gestores públicos municipais do três países com vistas ao enfrentamento mais resolutivo da problemática concernente ao uso indevido de drogas na Tríplice Fronteira.

1. A QUESTÃO DAS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA

1.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Ressaltamos que a presente revisão da literatura abrange, em sua maior parte, produções científicas que, ao tratar a temática do enfrentamento às drogas, dão ênfase à questão no âmbito da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Justificamos a escolha dessas fontes em função de que esse material tem como objetivo servir de alicerce para a análise dos dados coletados na pesquisa de campo efetivada através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. No que diz respeito à fundamentação teórica, Creswell (2007, p. 46) afirma:

A literatura fornece um pano de fundo útil para o problema ou para a questão que gerou a necessidade do estudo, como quem já escreveu sobre isso, quem já estudou isso e quem indicou a importância de estudar a questão. Esse "enquadramento" do problema é, evidentemente, dependente dos estudos disponíveis.

Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú* compõem um espaço único no território de cada um dos três países em função de suas múltiplas particularidades, possibilidades, belezas, desafios e riscos. Nesse sentido, em estudo sobre o deslocamento e circulação dos ‘brasiguaios’ entre os limites geográficos do Brasil e do Paraguai, Albuquerque (2009, p. 159) aponta que “as fronteiras nacionais são fenômenos complexos, não se resumem a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando”. Podem, isto sim, segundo o autor, “ser analisadas como espaços privilegiados de intercâmbios, de travessias, hibridismo e mestiçagem” (Albuquerque, 2009, p. 160). Assim sendo, entendemos inicialmente que o “olhar” sobre esse território único deve ser ao máximo desprovido de pré-conceitos.

Com relação à fronteira Brasil - Paraguai, Baller (2014, p. 240) salienta que, “as pessoas envolvidas com atividade rural possuem uma relação diferencial quando moldam o espaço fronteiro para torná-lo um lugar de convivência ao estilo que lhes agrada e assim constroem o local”. Em contrapartida, “as pessoas que estão ligadas ao turismo, ao comércio e às atividades ilícitas, ou ao trabalho informal, percebem nesse espaço uma forma de obter ganhos rápidos”. Em consequência dessa relação, cruzam a fronteira apenas visando ao lucro, ou seja, sem estabelecer vínculos. Logo, percebe-se a distinção na existência do pertencimento e seus graus entre as pessoas que vivem e circulam neste território, conforme anteriormente citado, pleno de possibilidades e potencialidades.

Desse modo, no âmbito da ilegalidade, conforme Silva (2020, p. 21), dentre as “possibilidades” que se descortinam na fronteira entre os dois países, verifica-se que no “tráfico de drogas Brasil – Paraguai ganha destaque o tráfico de maconha, já que o Paraguai é grande produtor na América do Sul da substância, com imensa aceitação do produto no mercado nacional”. Por sua vez, em produção científica que tem como objetivo efetuar a análise das atribuições e das ações das instituições brasileiras na faixa de fronteira, Nunes (2018, p. 74) busca destacar que em decorrência do “grande volume de atividades ilícitas, as ações de instituições ligadas à segurança pública são fomentadas visando à implementação de políticas específicas e incentivos voltados à ampliação dessas ações e ao controle fronteiriço”. Agregado a isso, autora defende ainda o ponto de vista de que

[...] as fronteiras do Brasil com os países sul-americanos são espaços marcados pelas diferenças econômicas, históricas e culturais que construíram estereótipos fronteiriços, sobretudo com relação à manifestação cultural dos países mais pobres, e com isso o desenvolvimento de desconfiança de pessoas que atravessam a fronteira em busca de uma vida melhor, mas que são confundidas com aquelas de índole duvidosa. De outra forma, alguns recortes têm sido utilizados por grupos criminosos que buscam dominar as rotas ilícitas transnacionais e geram um quadro de violência que aprofunda o medo da região (Nunes, 2018, p. 108).

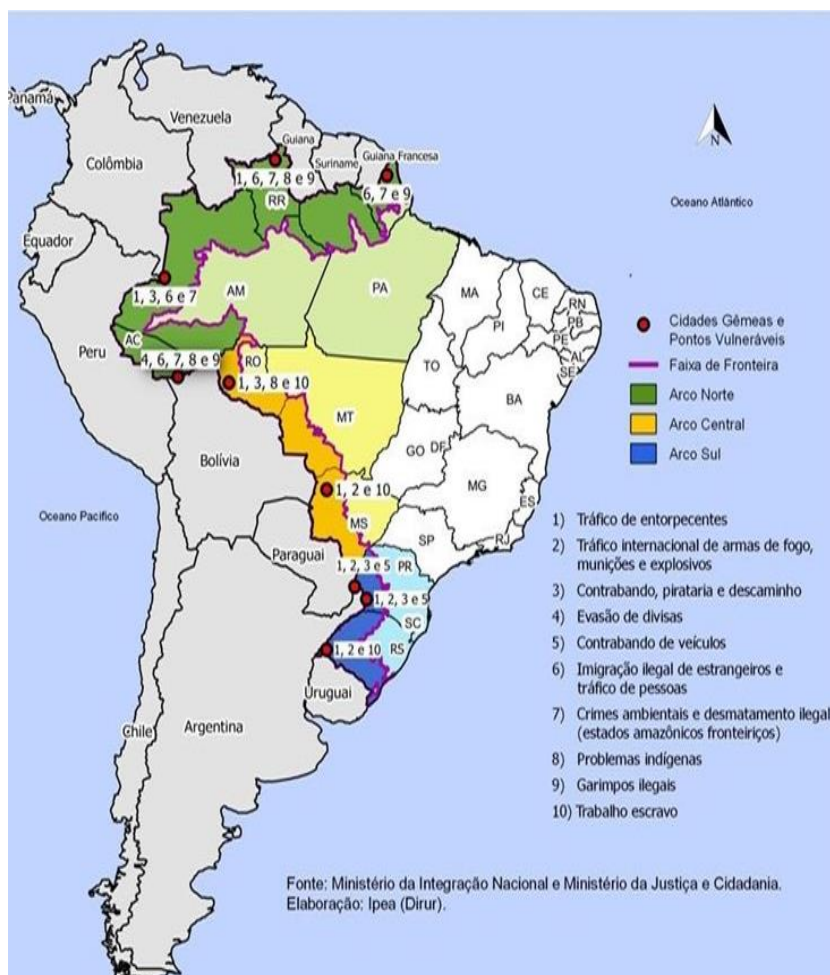
O narcotráfico, além do tráfico de pessoas e do contrabando de mercadorias legais e ilegais, se apresenta como um dos maiores desafios ao poder público conforme estudo realizado por Andrade e Lima (2018) acerca da segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. Desse modo, o “Brasil reconhece que há uma conexão entre a criminalidade organizada e a transnacional”, sendo que no que se reporta especificamente às drogas ilícitas, “a faixa de fronteira tem sido foco de apreensões de cocaína, cannabis sativa (maconha), entre outros” (Andrade; Lima, 2018, p. 117). Nessa perspectiva, em trabalho sobre a cooperação entre as forças de segurança pública dos municípios de Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*, Bordignon (2019, p. 18-19) tece as seguintes considerações:

A ameaça atual são as organizações criminosas transnacionais que se movimentam sorrateiramente nas grandes sombras dos Estados lentos e rapidamente ameaçam suas estruturas e democracias com a lavagem de ativos e corrupção decorrentes de crimes como tráficos de pessoas, drogas, armas, munições, contrabando e descaminho.

Ressalte-se que, conforme Silva (2020, p. 65), o tráfico de drogas não se constitui um problema que ocorre unicamente nas margens dos Estados Nacionais, tendo em vista que se dá também no interior desses. Entretanto, o narcotráfico nas fronteiras ganha “proporções gigantescas, já que envolve dinâmicas nacionais de vários países, passando as estratégias a serem vistas como uma questão não somente de manutenção de ordem interna, como de soberania,” assevera a já referenciada autora.

O mapa apresentado na figura 1 (a seguir), nesse prisma, demonstra que entre os principais ilícitos na Tríplice Fronteira se encontram o tráfico de drogas e o contrabando.

Figura 1 – Principais atos ilícitos transfronteiriços:



Fonte: Andrade (2021, p. 29).

Por seu turno, no que concerne especificamente a Foz do Iguaçu, Oliveira e Oliveira (2020b, np) observam que a situação se agrava ainda mais devido ao fato de que o município está geograficamente localizado no “corredor do narcotráfico”

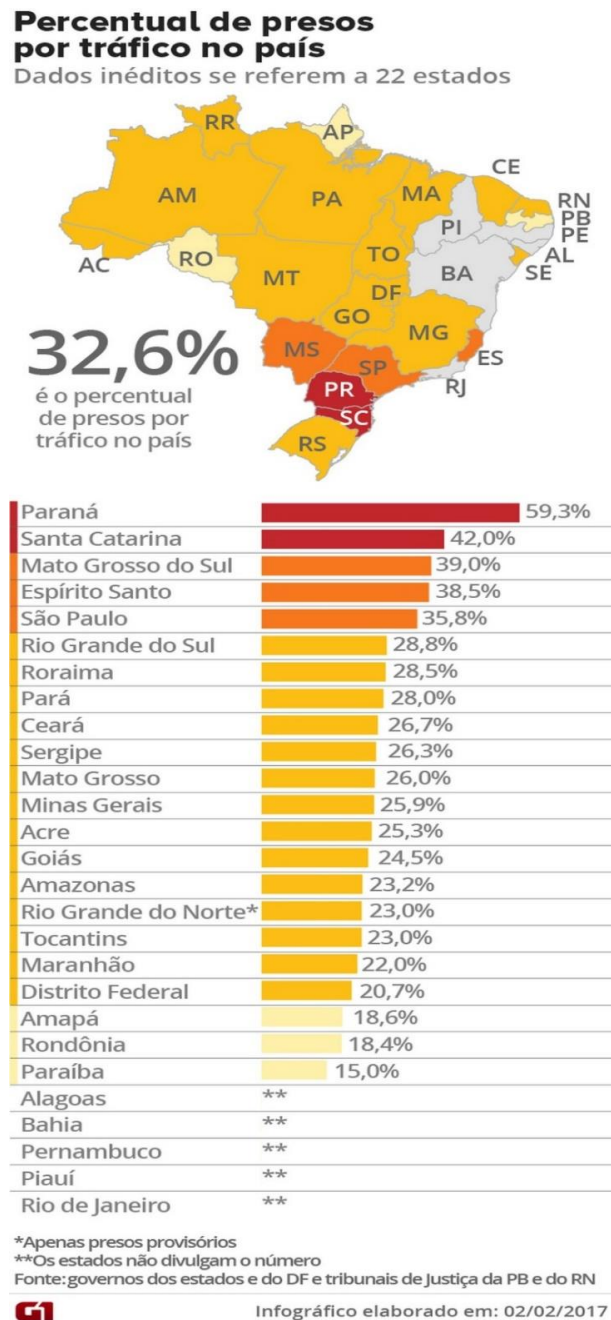
[...] Foz do Iguaçu se torna porta de entrada para a maconha e o lança-perfume oriundos de países vizinhos e que se disseminam por diversos estados do Brasil. Também se constitui em rota de passagem para o crack e, mais especialmente, para a cocaína traficada da Colômbia e da Bolívia que se destina aos grandes centros urbanos brasileiros ou então à Europa, Ásia e outros países e regiões consumidoras.

Por conseguinte, a imagem pela qual a “Fronteira do Iguaçu” é conhecida até no contexto internacional forma-se a partir da “face estarrecedora do crime, ilegalidade e impunidade [...] Contrabando de mercadorias, tráfico de drogas, armas, pessoas” (Oliveira, 2012, p. 31) e outros tipos de crimes que assolam a região.

Tendo em vista que de acordo com afirmação de Troncoso Zuñiga (2017), a América Latina produz 100% da cocaína consumida em nível mundial, o tráfico de drogas se constitui a principal manifestação do crime organizado na região.

Entendemos que o mapa apresentado na figura 2 (a seguir) contribui para que se tenha uma noção mais exata da proporção em que o tráfico de drogas afeta a TF e o Estado do Paraná.

Figura 2 – Percentual de presos por tráfico no país:



Fonte: Velasco, D'agostino, Reis (2017, np).

De acordo com o evidenciado, os dados da Figura 1 (pág. 43) contribuem para a compreensão dos dados da Figura 2 (pág. 44) que apontam o Paraná como o estado com o maior percentual de presos por tráfico de drogas no país, pois conforme se identifica na Figura 1, em duas regiões de fronteira (no Estado do Paraná) entre Brasil e Paraguai (Foz do Iguaçu/BR e *Ciudad del Este*/PY – Guaíra/BR e *Salto del Guairá*/PY), entre os principais atos ilícitos transfronteiriços (Legenda 1 da Figura 1) se encontra o tráfico de entorpecentes.

A maior vulnerabilidade de Foz do Iguaçu e da Tríplice Fronteira ao tráfico de drogas e à violência tem se acentuado a partir da década de 1990. Catta (1994, p. 114), em estudo que analisa os reflexos do período de construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a herança deixada no cotidiano da população de Foz do Iguaçu após a conclusão das obras, tais como o aumento da “pobreza, da criminalidade e das alternativas informais de trabalho pela sobrevivência das camadas populares”, aponta:

As instabilidades próprias das áreas de fronteira, que permitem uma circulação muito grande de produtos e pessoas, e que são esconderijos adequados para atividades marginais, favoreceram o crescimento do número de atos ilícitos de toda ordem, bem como tornaram práticas comuns o contrabando, o roubo e o narcotráfico, praticados como alternativa ao desemprego (Catta, 1994, p. 114).

Nessa mesma direção, Naim (2006, p. 136) afirma que “as receitas da cocaína, vinda dos países andinos” tornam *Ciudad del Este* uma encruzilhada de atividades ilícitas. Da mesma forma, Oliveira e Cury (2022b, p. 229), em produção específica sobre a fronteira Foz do Iguaçu-Brasil e *Ciudad del Este*-Paraguai, argumentam que se pode observar nas últimas décadas que “a situação relativa aos reflexos das drogas tem se agravado”. Todavia, os autores alertam que apesar das drogas serem um componente da violência na região

[...] culpá-las como o único fator explicativo para a violência em Foz do Iguaçu/BR, em *Ciudad del Este*/PY e em seus entornos se configura mero reducionismo, ingenuidade ou até mesmo má-fé, apesar de que se pode comprovar – através das ações dos órgãos de segurança pública, pelas abordagens dos veículos de comunicação e pelos níveis e perfil da ocupação do sistema carcerário – que o consumo e o tráfico de entorpecentes se estabelecem como as peças-chave que compõem este mosaico (Oliveira; Cury, 2022b, p. 230).

De um modo geral, nesse mesmo prisma, identifica-se que o crescimento da violência, especialmente nos grandes centros urbanos, também costuma ser diretamente associado ao aumento do consumo ou comercialização de drogas ilícitas.

Entretanto, em investigação científica a respeito das redes de tráfico de drogas ilícitas que atuam entre o Brasil e o Paraguai, Gemelli (2013, p. 92) atenta para o fato de que “o aumento da violência é um fenômeno bastante complexo, sendo que designá-lo apenas como causa da maior presença de atividades relacionadas ao tráfico de drogas implica em (*sic*)

maquiar as verdadeiras causas de tal realidade”. A partir desse raciocínio, entendemos que a mesma reflexão se aplica às regiões de fronteira.

Percebe-se que a grande movimentação fronteiriça facilita o tráfico de drogas, no entanto, segundo Baller (2014), o principal fator que impulsiona a movimentação de pessoas entre Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú* diz respeito às questões de trabalho e emprego. Além disso, destacam-se as relações de parentesco. Cita também o autor que se percebem alterações no fluxo na proximidade de épocas específicas, tais como: Natal, Ano Novo e Páscoa. Mesmo assim, reitera:

Não é fácil traçar o perfil das pessoas que estão em constante movimentação e deslocamento tanto do Brasil para o Paraguai quanto do Paraguai para a Argentina, uma vez que as dinâmicas relativas a esse movimento, sobretudo na América Latina, envolvem vários eixos de interesse (Baller, 2014, p. 121).

Nessa perspectiva, Fuini (2017) analisa a movimentação diária entre Brasil e Paraguai com vistas às atividades laborais. Por sua vez, Gemelli (2013, p. 17) assevera que “o grande fluxo existente nas regiões de fronteira – de pessoas, capitais, informações, dinheiro, mercadorias lícitas e ilícitas,” dentre outros fatores

[...] contribui para a complexificação da análise dos inúmeros processos envolvidos nesse espaço geográfico, tornando-o denso e dinâmico. A grande fluidez espacial que caracteriza ambos os lados da fronteira faz surgir atividades paralelas ao poder estatal que, em sua ausência, deixa livre acesso a estratégias de subsistência (Gemelli, 2013, p. 17).

Gemelli (2013), ainda nesse entendimento relativo à criminalidade decorrente do tráfico de drogas na fronteira Brasil - Paraguai, assegura que “a atividade de tráfico de drogas ilícitas possui inúmeros desdobramentos e consequências. A criminalidade se configura como umas das realidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai” (Gemelli, 2013, p. 152). Dessa forma, pode-se verificar que uma rede ilegal complexa é constituída e construída pelo território.

Os problemas em áreas fronteiriças, a exemplo de Foz do Iguaçu, contribuem para os altos índices de assassinatos de acordo com constatação de Andrade *et al.* (2011) em sua pesquisa acerca da interiorização dos homicídios de adolescentes e jovens no Estado do Paraná. Atestam os autores que “é plausível que o problema das áreas fronteiriças tenha forte repercussão no processo de interiorização da violência no estado e explique em parte as altas taxas observadas no presente estudo” (Andrade *et al.*, 2011, p. 1286). Somado a isso, chamam a atenção para a necessidade de que sejam melhoradas as condições de vida da população em geral em diversas áreas, mais em especial dos adolescentes e jovens, para se fazer o enfrentamento das “altas taxas de homicídios de homens de 15 a 29 anos evidenciadas nas áreas

fronteiriças”. Nessa perspectiva, agregam ainda as seguintes observações:

Relativamente à população juvenil do estado, a maior presença de jovens, maior disponibilidade de armas de fogo e drogas ilícitas, favorecidas pela proximidade com as fronteiras, hipóteses aventadas como explicativas para a dinâmica observada no espaço analisado, exigem, entre as estratégias de enfrentamento, a implementação de políticas multissetoriais capazes de atender às necessidades básicas da população, oferecer suporte social e perspectiva de redução das discrepâncias socioeconômicas, com políticas de inserção no mercado de trabalho, para que os jovens não sejam facilmente seduzidos pela oferta de dinheiro fácil, além do controle de armas de fogo e aprofundamento da compreensão da relação entre violência juvenil no estado e regiões transfronteiriças (Andrade *et al.*, 2011, p. 1287).

Neste sentido, em sua produção científica a respeito do trabalho infantil na região da Ponte Internacional da Amizade⁷, Reimann (2013) apresenta o relato de uma assistente social: “Na região do Jardim Jupira nós tivemos no passado, agora nem tanto, muitas crianças aliciadas para o uso do crack, muitas crianças paraguaias [...] ficavam no interior das favelas, viciadas em crack e perdiam o contato com suas famílias no Paraguai”. Afirmar também:

Milhares de crianças e adolescentes nesta Tríplice Fronteira vivem em condições extremamente precárias, moram em favelas às margens do rio Paraná, são vítimas de violência doméstica, estão desprotegidos em uma região de comprovada existência de exploração sexual de crianças e adolescentes e são cooptadas pelo tráfico. A pobreza dessas famílias joga seus filhos e filhas nas ruas ou oculta-os em casas alheias (Reimann, 2013, p. 75).

Ainda, no que se refere à Ponte da Amizade, Mascarenhas (2021, p. 13) evidencia que “a memória do ilícito é muito presente, principalmente impressa pela mídia, onde algumas vezes é retratada como símbolo do medo, da insegurança, da anomia”. Ressalte-se que, em decorrência dessa dinâmica, esse espaço de fronteira tem sido denominado “corredor do narcotráfico”, especialmente, pelos veículos de comunicação.

Villa (2014) aponta que as cidades contíguas (Foz do Iguaçu-Brasil, *Puerto Iguazú*-Argentina e *Ciudad del Este*-Paraguai), devido ao seu intenso intercâmbio comercial, se constituem uma zona de fronteiras vivas. Todavia, “mais que um espaço geográfico, a Tríplice Fronteira é um espaço cognitivo sobre o qual se tem construído representações, a maior parte das quais fortemente negativas” (Villa, 2014, p. 362). Segundo o autor, o tráfico de drogas, além de suspeitas de ligações com o terrorismo, é um dos elementos que compõem essa imagem estereotipada da região.

Doldan (2019, p 23), nesse mesmo viés, cita que além de todos os atrativos turísticos que detém, corriqueiramente, a região da Tríplice Fronteira “é lembrada pelas acusações da

⁷ A Ponte Internacional da Amizade construída sobre o Rio Paraná e inaugurada em 27 de março de 1965 liga as cidades de Foz do Iguaçu/Brasil e *Ciudad del Este*/Paraguai.

imprensa norte-americana de apoio ao terrorismo internacional e por ser uma importante rota do narcotráfico e do tráfico de armas”. Neste aspecto, Aita (2016, p. 39) assim manifesta seu entendimento a respeito da questão:

[...] a porosidade da fronteira tríplice, materializada pelo intenso trânsito de pessoas e mercadorias, além do contrabando e tráfico de drogas e de armas, seria indicativo da possibilidade da ligação da região com o jihadismo, sobretudo por favorecer o financiamento de atividades terroristas em outras regiões do mundo.

Nesse mesmo contexto, Doldan (2019, p. 50), alicerçado em vasta experiência profissional adquirida na condição de Delegado da Receita Federal – tendo inclusive chefiado a Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu – relata:

Desde o início do século XXI as forças de fiscalização e segurança, municipais, estaduais e federais, passaram a realizar investimentos em infraestrutura, equipamentos e pessoal para combater com mais força os crimes de contrabando, descaminho, tráfico de armas e drogas na região da Tríplice Fronteira.

Por seu turno, Bordignon (2019) – também já citado – igualmente ancorado em conhecimentos adquiridos ao longo de anos no exercício da função de Delegado da Polícia Federal – tendo atuado nessa função em Foz do Iguaçu – ressalta:

O enfrentamento à criminalidade transnacional é fundamental para garantia substantiva da dignidade da pessoa humana e da cidadania, pois as organizações criminosas internacionais atuam principalmente no tráfico de pessoas, drogas, armas e munições, ilícitos que vulneram frontalmente a dignidade humana, principalmente dos mais pobres e expostos, diminui a condição humana à mercadoria que se vende, explora e vicia e confronta os Estados Nacionais com seu poderio econômico, mediante as atividades de lavagem de dinheiro e corrupção. O crime organizado desafia a própria soberania dos Estados, através do domínio de territórios, aprisiona a cidadania e faz bairros e cidades inteiras reféns da tirania do crime (Bordignon, 2019, p. 81).

Na visão de Silva (2020) em sua já citada tese “As operações de combate ao tráfico transnacional de maconha na fronteira Brasil - Paraguai como estratégia de poder do estado”, a análise relativa ao território se torna fundamental para a compreensão da dinâmica do tráfico. No entanto, a compreensão acerca de território deve ir além da questão física e esse deve ser observado enquanto cenário no qual diversos atores se movimentam de modo que o “tráfico transnacional [...] se realiza no desnível de dois territórios determinados por soberanias distintas” (Silva, 2020, p. 25). Em consequência disso, pode-se depreender que

[...] o território do tráfico se aproveita desse desnível para criar o seu próprio território, que trespassa as fronteiras de soberania e tenta impingir a sua própria. Produção, distribuição, rotas de transporte, planos de fuga se dão dentro desse contexto territorial da tríplice fronteira. E é natural que o Estado também tenha de considerar, em suas estratégias, o território: aduanas, barcos, helicópteros, mapas, enfim, estratégias que só podem ocorrer em vistas a especificidade local (Silva, 2020, p. 25).

Assim sendo, o enfrentamento da situação demanda a coordenação de diversos atores nos níveis federal, estadual e municipal, tendo em vista que as “políticas de segurança nas fronteiras tendem a ser bastante complexas” conforme afirmam Andrade e Lima (2018, p. 112). Na mesma linha de raciocínio, Oliveira e Oliveira (2020b, np) argumentam que a questão na Tríplice Fronteira apresenta complexidade ainda maior tendo em vista que cada país, além de coordenar as políticas nas suas três esferas de governo, necessita também alinhar as ações com os demais países que compõem esse território, considerando-se que

A vida na região da Tríplice Fronteira implica maior vulnerabilidade à família e à sociedade em geral, quer seja na facilidade de acesso às drogas, no recrutamento para o narcotráfico ou na violência gerada neste processo. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de atenção mais especial por parte do Estado, nos três países e conjuntamente, no que concerne ao efetivo enfrentamento do problema através de ações e políticas públicas (Oliveira; Oliveira, 2020b, np).

Portanto, em virtude da situação de maior vulnerabilidade, principalmente entre as crianças, adolescentes e jovens, ao problema da drogadição existente na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, faz-se ainda mais urgente e necessário o trabalho conjunto de prevenção no âmbito da educação.

1. 2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS

A escola se constitui um espaço privilegiado no trabalho preventivo à drogadição, tendo em vista que a adolescência compreende a faixa etária mais vulnerável à iniciação ao uso de drogas. De acordo com Duvicq *et al.* (2004, p. 346): “*El proceso de desarrollo social implica para el adolescente cumplir ciertas tareas, entre ellas está establecer una identidad personal [...] Entre los problemas externos que deberá enfrentar el adolescente, se cuentan las drogas*”. Porém, muito embora reconheça essa característica inerente às instituições de ensino, Fonseca (2006), em sua tese “Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental,” argumenta que

A escola deve e pode fazer muito, mas não tudo. Há que se ter uma mobilização de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais. Acredito que somente uma vontade política a ser manifestada em ações concretas possa incrementar nos municípios medidas mais ágeis, versáteis e contextualizadas para tornar a prevenção ao abuso de drogas próxima às instituições escolares (Fonseca, 2006, p. 128).

Concernente à responsabilidade das instituições de ensino no que tange à realização de ações direcionadas à prevenção ao uso de drogas, Oliveira e Oliveira (2021a, p. 07) defendem que, não obstante a questão relativa às drogas não ser “um problema DA escola e sim NA escola,

é atribuição do poder público [...] implementar programas de prevenção às drogas através da rede de ensino”. Asseveram ainda os autores que essa ação deve se dar de forma municipalizada.

Em produção científica efetivada a partir de interação com professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas de diversas regiões administrativas do Distrito Federal que haviam participado da 5ª edição do curso de prevenção ao uso de drogas oferecido pela Universidade de Brasília (UNB) em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Ministério da Educação (MEC), Chagas *et al.* (2017, p. 1) apontam que tiveram como objetivo efetuar reflexão acerca da “a importância de criar formas pedagógicas pautadas no acolhimento às vivências das crianças,” em função de que “atualmente, de acordo com as características de nossa sociedade, a escola se tornou, cada vez mais cedo, um ambiente, com o espaço familiar, importante para a interação, educação e formação da identidade social e pessoal das crianças”. Com base nesse estudo, afirmam os autores:

Nossas crianças já são cidadãs de direitos e desejos com responsabilidades e possibilidades que contribuem para a sociedade [...] Diante disso, defendemos que na escola é possível dialogar com as crianças sobre questões que envolvam o tema da relação entre as pessoas, os deveres e direitos de cada um e de todos e problematizar questões que elas mesmas tragam para a discussão, e aquelas que estão postas pela mídia, pela literatura infantojuvenil, como os problemas contemporâneos com que nos deparamos no cotidiano. Eventualmente, as crianças podem levantar questões sobre a criminalidade ou as drogas (Chagas *et al.*, 2017, p. 5).

Nessa mesma concepção, cabe serem destacadas as contribuições de Herrera (2010, p. 96) ao mencionar que: “*Se considera que el espacio idóneo para la prevención de las drogas es el ambiente educativo, por ser un ambiente natural en el que se puede actuar antes de que inicie el primer contacto con las drogas*”. Do mesmo modo, Nascimento e De Micheli (2015), no estudo denominado “Avaliação de diferentes modalidades de ações preventivas na redução do consumo de substâncias psicotrópicas em estudantes no ambiente escolar” do qual participaram 1316 estudantes entre o 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio de 8 escolas da rede pública estadual do Município de Guarulhos-SP, enfatizam a importância substancial dos profissionais da educação no trabalho preventivo à iniciação ao uso e dependência de drogas. No entanto, destacam que essa responsabilidade não pode ser atribuída unicamente aos professores. Sustentam ainda:

É imperioso ter-se cautela para não encarar a instituição escolar como único órgão responsável na solução de problemas decorrentes do uso/abuso de drogas. Ou seja, um educador adequadamente preparado para abordar aspectos relativos ao uso de substâncias, não exige que outros atores sociais (pais, profissionais de saúde) inscritos nos diferentes espaços educativos da vida do adolescente estejam de fato compromissados com relação a essa temática (Nascimento; De Micheli, 2015, p. 2507).

Em pesquisa-ação realizada junto a duas escolas públicas da periferia da cidade de São Paulo que buscou investigar os entraves às ações com vistas à prevenção às drogas no âmbito escolar, Moreira, Vóvio e De Micheli (2015, p. 122-123) apresentam resultados a partir da visão dos professores participantes e sustentam que “para ampliar a compreensão sobre prevenção no ambiente escolar, é necessário conhecermos as ideias, valores, sentimentos e a visão de mundo que os educadores possuem em relação às drogas, a seus usuários e ao papel da família e da escola”. No que concerne às atribuições de “culpa” pelos obstáculos enfrentados pelos professores para a realização de trabalho de prevenção às drogas através de práticas educativas, alertam os pesquisadores sobre os perigos da “responsabilização de outras instituições pela prevenção, como a família, as áreas de saúde e segurança, desimplicando-se do papel preventivo proposto ao campo da educação e à figura do educador” (Moreira; Vóvio; De Micheli, 2015, p. 131-132). Nesse caso, verifica-se principalmente a responsabilização da família.

Evidenciam ainda os autores a questão da “fragilidade da rede apoio, pouca condição para o estabelecimento de parcerias com os equipamentos de saúde, segurança esporte e lazer” e destacam que em situações nas quais são identificados usuários de drogas, os professores que participaram de sua pesquisa afirmaram que buscam efetuar intervenção a partir do diálogo com os familiares e com a rede de apoio.

No que se relaciona ao trabalho conjunto entre as áreas de educação e saúde, Peres, Grigo e Schneider (2017), em seu estudo sobre a intersetorialidade entre essas áreas no trabalho preventivo à drogadição, elencam dentre as dificuldades para a concretização das ações:

[...] a demanda excessiva de trabalho no próprio serviço e a percepção dos profissionais de que esta é um encargo a mais. Logo, faz-se necessário que os coordenadores do programa, juntamente com as instâncias de gestão, tanto da saúde como da educação pensem em estratégias para que os profissionais envolvidos tenham respaldo das equipes e atribuam sentido à sua prática profissional, quando de sua execução (Peres; Grigo; Schneider, 2017, p. 879).

Entretanto, afirmam ainda que “as questões políticas intervêm no desenvolvimento de ações intersetoriais em termos da implementação de uma política pública” (Peres; Grigo; Schneider, 2017, p. 880). Apesar dos entraves às alianças entre esses dois setores chave dentro da estrutura pública, Pereira, Paes e Sanchez (2016, p. 9) defendem que as parcerias “consistentes entre os setores da saúde e da educação também poderão contribuir, desde que visem à integração e à articulação permanente desses setores para o desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas”. Por seu turno, Pedroso, Juhászová e Hamann (2019, p. 11) consideram que “a prevenção ao uso de álcool e outras drogas deve estar alinhada a políticas públicas de saúde, educação e proteção social”. Logo, pode-se perceber que esse se

trata de entendimento similar ao dos demais autores referenciados.

Não obstante a importância da escola no trabalho preventivo à iniciação ao consumo de drogas, ressalte-se que Sanchez *et al.* (2010) procederam um estudo em que entrevistaram 62 adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos, de baixa classe socioeconômica, dentre os quais, 32 eram não-usuários de drogas e 30 eram usuários pesados e, segundo os autores, as informações relativas aos aspectos positivos e negativos das drogas se destacaram como o principal fator de proteção para o não-uso. Todavia, enfatizamos um dado em especial que nos chamou a atenção e merece ser objeto de reflexão tanto por parte das instituições educativas quanto das famílias:

Dentre os meios de divulgação da informação sobre drogas, a informação trazida pela família mostrou-se como a de maior impacto e a adquirida no ambiente escolar destacou-se como a de menor relevância, refletindo, talvez, a inadequação da abordagem desta temática nas escolas. Esses resultados sugerem a necessidade de ampla reflexão sobre possíveis meios para se aproveitar a informação como um dos alicerces das medidas preventivas em programas na escola e o planejamento de programas de prevenção que desenvolvam habilidades educativas e de comunicação na cena familiar, conscientizando os pais da importância que eles têm como agentes de saúde para seus filhos (Sanchez *et al.*, 2010, p. 707).

Entendemos que o advento da pandemia de Covid-19 contribuiu para que se pudessem fazer reflexões mais aprofundadas a respeito da importância da escola e da família no que tange à educação e à proteção das crianças, adolescentes e jovens. Assim, em estudo que analisa a possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia, Gatti (2020) argumenta que a educação não mais poderá ser fragmentária e focada apenas no aspecto cognitivo, pois conforme nos demonstrou a pandemia:

Sem dúvida, a angústia pela preservação das vidas marcou pontos. A educação tem tudo a ver com a preservação da vida em todos os seus aspectos, sejam sociais, ambientais, científicos, sejam culturais ou outros. É ela que pode propiciar a formação de valores de vida com base em conhecimentos, para as novas gerações. É nela que o sentido das aprendizagens é garantido e estamos diante da possibilidade de criação de nova consciência e posturas diante da vida, nas relações, na sociedade, na educação das futuras gerações (Gatti, 2020, p. 39).

Salienta ainda a autora que “o cuidado de si adquire sentido no cuidado de todos e no cuidado com o mundo onde vivemos” (Gatti, 2020, p. 39). Nesse contexto, evidencia que a superação dos “individualismos excessivos e competitividade insana” se constitui um chamamento imperativo presente para a humanidade.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO

Dentre as políticas públicas mais implementadas no Brasil com vistas à prevenção ao uso de drogas, encontra-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

(PROERD) que se trata da versão brasileira do programa D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*) criado em 1983 em Los Angeles, nos Estados Unidos. Em nosso país, o PROERD foi implantado nas escolas em 1992 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Outros Estados, tais como, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul adotaram o PROERD em 1997, o Paraná, em 2000 e, a partir de 2002, o programa se expandiu a todos os estados brasileiros alcançando grande parcela dos estudantes em muitos dos 5.570 municípios do país.

Nesse sentido, a figura 3 (a seguir) demonstra a disseminação e a abrangência do PROERD, tendo em vista que no município de Toledo, localizado no Oeste do Estado do Paraná, Região Sul do Brasil, o Programa já formou 41 turmas totalizando 28.395 alunos.

Figura 3 – Teatro Municipal de Toledo fica lotado para formatura de mais uma turma do Proerd - 03/05/2023:



Solenidade realizada na manhã desta quarta-feira (3) foi prestigiada por autoridades, professores e pais de 757 estudantes matriculados em 15 instituições de ensino.

Esta é a 41ª turma que o Proerd formada em Toledo, a primeira de 2023. Em 21 anos de atividades, 28.395 estudantes participaram do programa.

Fonte: Gazeta de Toledo, 2023.

Em face da situação de desigualdade e exclusão social, Demetrio, Viana e Hoeflich (2013, np) alegam que “o Estado se torna responsável em desenvolver políticas públicas que atendam às diferentes demandas que decorrem desta problemática, entre elas, a segurança social”. Nesse entendimento, relacionado ao PROERD, citam:

Para tanto, visualiza-se diversos programas políticos e sociais que procuram amenizar as preocupações que constituem a segurança dos indivíduos, essencialmente no crescimento da criminalidade violenta, resultante do fácil acesso às drogas e armamentos. Dentre diversos programas de assistência social, destaca-se o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que se fundamenta

principalmente como uma ação educativa preventiva, desenvolvido junto às instituições de ensino (Demetrio; Viana; Hoeflich, 2013, np).

Observa-se que o PROERD é a política pública de prevenção às drogas com maior abrangência nacional, sendo, em muitas escolas brasileiras, o único trabalho que se faz. Dessa forma, Valente *et al.* (2022, p. 4187) entendem que

Considerando que o PROERD hoje é o programa escolar de prevenção com maior capilaridade nas escolas Brasileiras e que contará com considerável expansão nos próximos anos, é importante que se invista não só em avaliações de efetividade, mas também em estudos que preencham as lacunas de conhecimento sobre a efetividade do programa americano que deu origem ao atual currículo do PROERD.

Exemplificamos essa “maior abrangência nacional” do PROERD, através da Figura 4 (a seguir) que comprova a formatura, em 2018, de 800 estudantes do Município de Oriximiná, localizado na Amazônia, Região Norte do Brasil, no Oeste do Estado do Pará.

Figura 4 – Polícia militar forma 800 alunos de oito escolas de Oriximiná no Proerd de 2018 - 01/12/2018:



Duas turmas de 400 alunos cada se formaram pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) de 2018 em Oriximiná — Foto: Polícia Militar de Oriximiná.

Fonte: Jornal G1 o Globo, 2018.

Em estudo apresentado à Universidade Federal do Paraná, Barszcz (2017) detalha que o PROERD é aplicado tanto na rede de ensino pública quanto privada através de atividades preparadas para pré-adolescentes na faixa etária dos nove aos doze anos. São desenvolvidas práticas que buscam levar conscientização a respeito dos perigos inerentes ao uso de drogas.

Além desse tema específico, são trabalhados o bullying, a violência, as amizades, as escolhas e o respeito, entre outros assuntos.

Nesse prisma, Lana e Nascimento (2020, p. 159) realçam que, após receber as lições ministradas pelo PROERD, o aluno passa a ter “a capacidade de entender melhor o significado de viver uma vida harmoniosa, pacífica e saudável, sendo-lhe oportunizada a condição de tomar suas decisões de forma mais consciente e viver uma vida longe das drogas e da violência”. Já, na avaliação de Leal (2018, p. 13), em estudo realizado no Estado do Mato Grosso do Sul:

A existência do Programa possui o sentido de prevenção, de disputa, de conquista como uma das formas de combater o uso e tráfico de produtos ilícitos. Procura produzir também sentidos ainda em sujeitos em idade escolar na expectativa que haja certa identificação que possa criar um tipo “consciência” política de resistência aos outros discursos cujo efeito é exatamente o oposto, sentido de adesão ao uso e consumo de produtos lícitos e ilícitos, ou seja, drogas.

Por seu turno, Barszcz (2017, p. 26) afirma que, devido ao fato de que as polícias militares desempenham “diversas atividades (preventivas e repressivas) não conseguem disponibilizar parte maior de seu efetivo para aplicação do programa sendo necessários maiores investimentos em estrutura e pessoal para o atendimento das escolas interessadas”. De sua parte, na análise relativa ao PROERD no contexto dos direitos da criança e do adolescente, Maia e Veloso (2018, p. 19) destacam que as práticas educativas “em parceria com escolas e com a participação da família, cuja participação é de grande valia para o fortalecimento dos vínculos familiares, o programa vem ganhando credibilidade e surtindo efeitos positivos no campo da prevenção primária”. Citam ainda os autores:

Percebe-se, dessa maneira, que o ganho social proporcionado pelo PROERD é alto em relação ao baixo custo de sua implementação. O alinhamento do programa ao preceituado pelos Direitos Humanos e em conformidade com a legislação constitucional e infraconstitucional fazem dessa estratégia de prevenção uma boa maneira de trabalhar para que crianças e adolescentes conheçam seus direitos e sejam orientadas quanto a formas de resistências à questão das drogas e da violência, viabilizando assim a proteção para que seus direitos não sejam violados (Maia; Veloso, 2018, p. 19).

Por outro lado, Pereira e Tavares (2017, p. 53), em pesquisa realizada em cidade do Estado de Minas Gerais, apresentam uma crítica parcial ao PROERD no que se refere à sua eficácia na prevenção ao uso de drogas: “Apesar de o PROERD aumentar o discernimento dos malefícios das drogas, enquanto programa de prevenção primária, com base na informação, é insuficiente para evitar a experimentação de drogas”. No entanto, os autores entendem que essa fragilidade ocorra “talvez, pela ausência de reforços sobre o tema nas séries posteriores.” Citam ainda que o PROERD contribui para melhorar a imagem da instituição Polícia Militar perante as comunidades atendidas. Nessa perspectiva, Santos (2022, p. 436) observa que o PROERD

contribui para a quebra “estereótipos negativistas dos agentes de segurança”. Por conseguinte, constroem-se alicerces tanto para a confiabilidade quanto para a integração com a comunidade.

Conforme citado, o PROERD está implantado há 32 anos no Brasil, sendo adotado por todos os Estados e mobilizando um considerável número de policiais, mesmo assim, Rolim, Hermann e Oliveira (2020, p. 387) ressaltam que “não obstante sua longevidade e alcance, faltam estudos com rigor científico que avaliem objetivamente os resultados e o impacto do programa”. Entretanto, apesar dessa lacuna, verifica-se na literatura acerca do Programa a sua grande aceitação em nível nacional entre os professores, os alunos e as famílias.

1.4 O MATERIAL DIDÁTICO E A FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Ressaltamos que, além da nossa experiência particular enquanto profissional da educação, as produções científicas utilizadas para fundamentar teoricamente a produção deste trabalho atestam que o adequado material didático, em todas as áreas e não apenas no que concerne à prevenção às drogas, constitui-se um dos principais alicerces para as práticas educativas, tendo em vista que cumpre o papel de orientá-las e organizá-las de modo a contribuir efetivamente no processo ensino-aprendizagem.

Neste viés, com vistas à realização de um trabalho mais aprofundado de prevenção às drogas através de práticas pedagógicas, Chagas *et al.* (2017), em sua pesquisa anteriormente citada, defendem a tese de que, além de estratégias, são necessários

[...] materiais didáticos construídos de maneira reflexiva e crítica que possam auxiliar as professoras em sua prática cotidiana. Isso justifica a realização de pesquisas que compreendam as concepções das professoras sobre o tema das drogas, visando à elaboração de materiais que partam de seus conhecimentos, suas experiências, questionamentos, desafios e necessidades quanto à sua prática pedagógica para abordar a questão das drogas em sala de aula (Chagas *et al.*, 2017, p. 9).

Especificamente ainda com relação ao material didático, Chagas *et al.* (2017, p. 16) relatam que as professoras entrevistadas em seu estudo apontaram para a necessidade de “ter um material bem mais leve, mais sutil, com os mais novos, como meios que se deve trabalhar a questão das drogas lícitas para não incentivar a curiosidade das outras”. Constata-se que uma das possibilidades para a educação, tendo em vista a escassez de materiais didáticos específicos elaborados pela área do ensino sobre a temática das drogas, é a utilização de materiais produzidos pela área da saúde.

Em contrapartida, Paixão *et al.* (2018), em estudo que teve como objetivo “apresentar o

processo de elaboração de material educativo para apoiar ações com jovens, na temática das drogas, resultado de pesquisa-ação emancipatória, desenvolvida ao longo de 14 oficinas, com pesquisadores e trabalhadores da saúde,” questionam a efetividade desses materiais impressos produzidos pela área de saúde no Brasil levando-se em consideração que eles

[...] estão fundamentados no paradigma da guerra às drogas, pois descrevem estratégias baseadas no proibicionismo, veiculam informações apresentadas de forma autoritária e incontestável e apresentam conteúdos que reforçam o estigma ao usuário de drogas, ao responsabilizá-lo por escolhas saudáveis, impondo ações prescritas pela saúde pública (Paixão *et al.*, 2018, p. 625).

Ademais, argumentam em acréscimo os autores que as oficinas realizadas em seu trabalho concluíram que o material educativo deve ter como um dos conteúdos imprescindíveis o esclarecimento de que as drogas não se constituem a causa dos problemas sociais; elas são isso sim, consequências das desigualdades e desproteção social geradas pelas formas tanto de trabalhar quanto de viver na atualidade.

Com base em nossa experiência tanto profissional enquanto educador bem como nas quase três décadas dedicadas à temática da drogadição, além da necessidade de adequado material de apoio disponível para a realização de programas, projetos e atividades com vistas à prevenção à iniciação ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, enfatizamos a importância da formação continuada e da constante atualização do corpo docente, tendo em vista que os cursos de graduação, via de regra, não contam em sua grade curricular com disciplinas que privilegiem uma preparação mais específica acerca do tema da drogadição.

Nessa mesma linha de raciocínio, em sua anteriormente referenciada investigação científica a respeito da prevenção ao abuso de drogas no Ensino Fundamental através de práticas pedagógicas, Fonseca (2006) discorre acerca da necessidade da realização de atividades com vistas à preparação da escola e da família: “É premente que a escola seja o lugar privilegiado para intervenções educacionais, instituindo cursos, seminários, debates e reciclagem para os educadores – professores, gerentes escolares, pessoal técnico-pedagógico e administrativo, famílias de estudantes” (Fonseca, 2006, p. 128). No entanto, reconhece-se o constante desafio de atrair as famílias para o ambiente escolar. Ressalte-se que esse distanciamento entre as famílias e as escolas se agravou ainda mais com o prolongado período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

Referente à preparação dos professores, Monteiro *et al.* (2016) procederam investigação que avaliou o nível de satisfação e a operacionalização do curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas realizado em ambiente virtual e promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ),

juntamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Destaque-se que esse curso teve a participação de 4.960 professores de escolas públicas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Os autores asseguram que a utilização da ferramenta da educação à distância no contexto nacional se faz imperativa “enquanto estratégia para propiciar o processo de desenvolvimento e implementação de projetos de prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas enquanto execução das políticas públicas existentes na área de drogas” (Monteiro *et al.*, 2016, p. 234). Observam ainda que se faz necessário desenvolver e implementar

[...] ações de caráter preventivo do uso abusivo de álcool e outras drogas, esforços para capacitar os profissionais designados a lidarem com a temática devem ser priorizados de forma que o planejamento e execução de projetos com índices de efetividade comprovados possam ser adaptados à diversas realidades de contextos escolares. A Educação à Distância se apresenta como alternativa de formação continuada para disseminação de práticas preventivas entre educadores da rede pública de ensino brasileira, maximizando o alcance dessas (Monteiro *et al.*, 2016, p. 234).

Em consonância com o pensamento dos demais pesquisadores, somado à questão do material didático, Chagas *et al.* (2017, p. 17) relatam que o público-alvo de sua já citada produção apresentou “a demanda de formação teórico-prática como instrumento que auxilie o seu trabalho pedagógico”. Todavia, não obstante essas deficiências constantes no cotidiano das escolas, entendem os entrevistados que há espaço no processo educativo para a realização de abordagens direcionadas à prevenção às drogas.

Sobreleve-se que no já nominado estudo conduzido por Nascimento e De Micheli (2015, p. 2509), os resultados apontam para “a efetividade das intervenções preventivas realizadas por educadores em reduzir a prevalência de uso de substâncias e a intensidade de problemas relacionados”. Ainda segundo os autores, “um possível diferencial para a aquisição deste resultado talvez tenha sido a capacitação prévia dos educadores”. Comprova-se, desse modo, que as iniciativas com vistas à prevenção às drogas através de práticas educativas podem apresentar resultados significativos.

Destacamos a investigação científica realizada por Pereira e Sanchez (2020) junto a 1.151 dirigentes tanto de escolas públicas quanto de instituições privadas de ensino do país no âmbito do Ensino Fundamental II e Ensino Médio com o objetivo de “identificar as características dos programas de prevenção ao uso de drogas desenvolvidos nas escolas brasileiras e verificar a existência de princípios de boas práticas de prevenção nestes programas”. Dentre as conclusões do estudo, constata-se:

A oferta de cursos de qualidade que instrumentalizem os profissionais do campo da prevenção, a elaboração de diretrizes nacionais de boas práticas em prevenção ao uso de drogas e a implantação de políticas públicas baseadas em evidências podem

contribuir para garantir que os dirigentes das escolas brasileiras possam implantar um programa eficaz na prevenção ao uso de drogas e que se enquadre na proposta pedagógica de cada escola (Pereira; Sanchez, 2020, p. 3140).

Finalmente, após refletir acerca do papel da educação, da necessidade de material de apoio e da preparação dos professores, enfatizamos que as ações isoladas podem apresentar efetividade, entretanto, as instituições de ensino devem fazer com que os programas e ações de prevenção às drogas estejam presentes no cotidiano escolar. Por conseguinte, torna-se importante desconstruir o pensamento de que a prevenção às drogas não é parte integrante da função de educar.

1.5 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

As características peculiares da região da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina desafiam os gestores públicos no que tange à concretização de parcerias com vistas à implementação de projetos e programas para a execução de ações e atividades em diversas esferas da vida no território. Trata-se de uma relação de interdependência cujos reflexos podem ser observados sobre as três comunidades. Especificamente neste sentido, Pereira (2009, p. 108) ressalta a importância do estabelecimento de parcerias tendo em vista que a Tríplice Fronteira

[...] agrega especificidades que demandam no mínimo ações conjuntas dos países envolvidos, pois as condições de existência na fronteira tocam a todos que residem nessas áreas, portanto, a fronteira é uma zona constante de fluxos e complementaridades e a educação cumpre um papel fundamental na integração.

Na conclusão de sua produção acerca da vulnerabilidade às drogas na Tríplice Fronteira, Oliveira e Oliveira (2020b, *np*) enfatizam que, em função das consequências da questão das drogas nas mais variadas esferas em Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*,

[...] as políticas públicas devem ser trabalhadas de forma coordenada e conjuntamente pelos três países em duas frentes de atuação com relação às drogas, quer sejam na repressão – tendo em vista que Brasil, Paraguai e Argentina adotam, sobretudo, o proibicionismo enquanto modelo de enfrentamento às drogas e no âmbito do tratamento e recuperação de dependentes químicos – haja vista não existir fronteira para o consumo. Destacamos, neste sentido, a importância de se reforçarem as políticas de redução de danos e de apoio ao funcionamento das comunidades terapêuticas.

Reiteram ainda que “as ações e políticas públicas mais importantes se situam no campo da prevenção, tendo como público-alvo as crianças e os adolescentes [...] a prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas deve ocorrer inserida, em especial, no sistema de ensino de cada país” (Oliveira; Oliveira, 2020b, *np*). Essa observação se deve ao fato de que os autores (ambos da área da educação) entendem que a faixa etária mais vulnerável à iniciação ao uso

indevido de drogas lícitas ou ilícitas se encontra no âmbito escolar.

Em estudo referente às políticas educacionais para a diversidade e as escolas de fronteiras, Paiva (2016, p. 129) pondera que “ao considerar a fronteira uma região que engloba as cidades de Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*, a proposição de políticas públicas em conjunto com os países envolvidos são importantes para atender as demandas locais”. Desse modo, pode-se perceber na visão dos autores referenciados a sua confiança na eficácia do trabalho conjunto com vistas ao enfrentamento das problemática das drogas na região da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina.

Por outro lado, não obstante a importância da adoção de políticas públicas conjuntas entre os três países, verifica-se a existência de diversos entraves à efetivação de parcerias. Ressalte-se que as dificuldades não são encontradas exclusivamente no âmbito da prevenção às drogas na esfera da educação, tendo em vista que Bordignon (2019) relata que, no combate aos crimes transnacionais, dentre os quais o tráfico de drogas, os aspectos burocráticos se constituem os maiores entraves às ações dos agentes de segurança.

Vencer esses obstáculos burocráticos é a maior fronteira imaterial a ser superada pelas forças policiais que atuam nas regiões de limites entre os países da região trinacional e, no geral, de todos os países membros e associados ao MERCOSUL e confirma ser a atuação interdisciplinar um agir que merece enfrentamento e coragem por parte dos gestores estratégicos e políticos que atuam nas capitais dos Estados Nacionais, normalmente distantes dessas áreas, como a Tríplice Fronteira (Bordignon, 2019, p. 103).

Nas análises efetuadas em seu estudo, relata ter percebido “a necessidade de articulações locais e centralizadas para vencer o desafio da criminalidade transnacional que opera e se protege a partir das bordas desarticuladas dos Estados Nacionais” (Bordignon, 2019, p. 123) em função de que as colaborações ágeis entre as forças de segurança pública localizadas nas regiões de fronteira são geralmente dificultadas pelas legislações nacionais. Por sua vez, Aranda e Ovando (2018) reconhecem que, ao mesmo tempo em que as fronteiras possibilitam a cooperação e a integração, são demandados maiores dispositivos de controle acerca do trânsito de mercadorias tanto legais quanto ilegais.

Finalizando essas reflexões sobre as possibilidades de trabalhos conjuntos no território da Tríplice Fronteira, destacamos três iniciativas já implementadas na região: o movimento *Pedagogía de Frontera*, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) – ambos na esfera da educação – e o Comando Tripartite na área da segurança pública. Por sua vez, o movimento *Pedagogía de Frontera* é assim descrito por Flores, Pessini e Tallei (2021, p. 1):

[...] el movimiento *Pedagogía de Frontera* ofrece formación continua para los docentes y la comunidad escolar de la red municipal de Foz de Iguazú, pues algunas

escuelas presentan un elevado número de niños de otras nacionalidades, principalmente hispanoamericanas. Profesores de Unila, Unioeste e Ifpr imparten la formación con el fin de discutir y repensar prácticas pedagógicas que consideren la diversidad lingüística y cultural presentes en el contexto local, que posibiliten una pedagogía intercultural y decolonizadora en la triple frontera. Se propone una formación crítico-reflexiva para que puedan pensar otras prácticas pedagógicas que coincidan con las demandas locales.

De sua parte, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) desenvolvido no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) consiste na troca de experiências educacionais entre escolas de cidades gêmeas de fronteira como, por exemplo, a Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, localizada em Foz do Iguaçu e a *Escuela Intercultural Bilingüe 2*, situada em *Puerto Iguazú* – Argentina.

Na área de segurança pública, encontra-se o Comando Tripartite que, no estudo de Bordignon (2019, p. 87), é conceituado “como mecanismo formal de cooperação policial internacional local, existente na região da Tríplice Fronteira e em atuação desde 1996 e congrega instituições policiais e de inteligência de Argentina, Brasil e Paraguai”. Afirma ainda Bordignon (2019, p. 124) que o Comando Tripartite “representa este encontro palpável e perceptível da teoria com a prática, de articulação real em prol da segurança da região da Tríplice Fronteira”. Assim sendo, na conclusão de seu estudo reitera ter comprovado que

[...] ultrapassar a disciplinarização do conhecimento e da atuação policial – principalmente em regiões de fronteira – é fundamental para fazer frente a uma criminalidade transnacional que não reconhece, tampouco respeita, as fronteiras dos Estados Nacionais. Para vencer a criminalidade transnacional, é de todo mister que as polícias sejam cada vez mais internacionais e as fronteiras representem espaços de encontro e não barreiras ao agir integrado policial. É necessária a articulação de políticas e estratégias centrais que facilitem o trabalho local em fronteiras, ultrapassando-se fronteiras imateriais, legislações e acordos internacionais virtuais, notadamente no MERCOSUL, que não avançam para a efetividade e eficácia (Bordignon, 2019, p. 124).

Por conseguinte, entendemos ter evidenciado que as iniciativas citadas podem servir de exemplo e inspiração também para futuros programas compartilhados entre as cidades que compõem essa Tríplice Fronteira na área de prevenção à iniciação ao uso de drogas no âmbito da educação ou mesmo o envolvimento com o narcotráfico.

2. O DESAFIO DO ENFRENTAMENTO DAS DROGAS

Com vistas a alicerçar este breve capítulo acerca de políticas públicas na área das drogas, dos modelos de enfrentamento e da legislação vigente no Brasil, na Argentina e no Paraguai, buscamos utilizar principalmente literatura produzida por pesquisadores sul americanos por entendermos que essa é a perspectiva mais adequada para se refletir a respeito da problemática em análise no território da Tríplice Fronteira. Confessamos ter se tratado de uma experiência por vezes exaustiva, pois conforme reconhece Cunial (2016, p. 222): *“Existen en la actualidad pocos trabajos académicos que hayan analizado las políticas de drogas en Argentina [...] Pocos trabajos han abordado la problemática del uso de drogas desde la ciencia política y/o han hecho un análisis del proceso de elaboración de este tipo de políticas en el país”*. Todavia, concluímos ter logrado êxito em nossa empreitada.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Levando-se em consideração que o fenômeno das drogas é multifatorial e muito complexo, há que se compreender que políticas de enfrentamento, em quaisquer âmbitos, devem ter em conta as diversas variáveis que atuam sobre essa problemática. Portanto, as ações, programas e projetos cujo objetivo seja interferir nessa questão devem ser elaborados com criteriosa e realista projeção dos seus efeitos antes de serem implementados. Neste sentido, como exemplo de experiência fracassada pode-se citar a “Guerra às Drogas”⁸ empreendida a partir de 1971 pelo governo dos Estados Unidos no 1º mandato de Richard Nixon na tentativa de dismantelar os carteis e interromper a produção de cocaína, especialmente, na Colômbia.

Destarte, a necessidade da implementação de políticas públicas em atenção às drogas deve ser prioridade nas agendas dos gestores públicos, haja vista que, em muitos países, tanto o uso quanto o abuso e a dependência de drogas, quer sejam lícitas ou ilícitas, se trata de um fenômeno em ascensão que, por seu turno, tem gerado impactos significativos nas mais variadas dimensões da vida em sociedade. Isso ocorre porque o consumo, em especial a dependência de

⁸ De acordo com Costa e Mendes (2022, p. 512), a Guerra às Drogas: “É germinada em solo estadunidense, em 1971, no governo Nixon, atrelada a toda uma engenharia militar que, por meio da retórica de combate às drogas, se destinava, internamente, ao combate, repressão e encarceramento de grupos e organizações de esquerda e movimento negro e, externamente, à dominação imperialista dos países latino-americanos, caracterizados como produtores e distribuidores de tais substâncias, cancelando assim intervenções militares e demais ações restritivas e de controle”.

substâncias psicoativas, apresenta consequências no sistema público de saúde, no trânsito, no mundo do trabalho, na educação, na segurança pública, no âmbito da família entre outras interfaces. Assim sendo, os custos sociais e econômicos dessa escalada no tráfico e no consumo recaem sobre o Poder Público e todo o conjunto da sociedade.

Observa-se no cotidiano que essa dinâmica perversa interfere de forma direta no sistema de saúde, pois não apenas as doenças causadas pelas drogas socialmente aceitas tais como o cigarro (câncer, enfisema pulmonar etc.) e o álcool, (cirrose etc.) ou as ilícitas a exemplo do crack entre outras drogas geram elevação na aplicação de recursos financeiros no sistema, maior utilização de estruturas e serviços públicos de saúde (Oliveira, 2019). Agregado a isso, destaca-se que aportam diariamente ao pronto-socorro dos hospitais das médias e grandes cidades brasileiras muitos adolescentes e jovens feridos em acidentes de trânsito provocados pelo abuso do álcool além de vítimas de tentativas de homicídio; práticas comuns nos acertos de contas e lutas por pontos de venda de substâncias psicoativas ilícitas.

Objetivando o enfrentamento das diversas formas de violência contra adolescentes e jovens, as políticas públicas direcionadas a esse recorte devem se qualificar e ser construídas intersetorialmente a partir da compreensão do universo dessa população, ou seja, os problemas vivenciados no cotidiano das mais diversas esferas da vida. Logo:

A promoção da saúde e o enfrentamento das diferentes expressões da violência contra adolescentes e jovens [...] só se efetivarão por meio de políticas intersetoriais que tenham capacidade de produzir respostas que visem, também, o enfrentamento da exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes, o desarmamento, a diminuição dos acidentes no trânsito [...] que estruture e implemente planos nacionais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, contra a juventude negra e a população jovem LGBT. Esses problemas vividos no cotidiano dos jovens, em ato, em seus diferentes cenários de vida, precisam iluminar as políticas públicas voltadas à esta população, reforçando a urgência do alinhamento destas à defesa intransigente da vida (Reis; Malta; Furtado, 2018, p. 2887).

Somados aos reflexos das drogas no citado sistema de saúde, há que se considerarem os prejuízos causados pelo uso, abuso e dependência no âmbito educacional de crianças e adolescentes onde são frequentes o baixo rendimento, a repetência, a evasão escolar e a consequente maior exposição desses a comportamentos de risco e condutas antissociais. Além disso, o setor de segurança pública, para o efetivo enfrentamento do tráfico, necessita de altos investimentos; conta essa que é paga por todos os cidadãos; recursos esses que poderiam e deveriam ser investidos em áreas mais prioritárias como a saúde e a educação.

Verifica-se que “estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) colocam o Brasil entre os cinco primeiros países do mundo em número de acidentes no trabalho [...] Nos últimos 12 anos (2006 a 2017), 447.900 brasileiros se afastaram do emprego por causa do álcool

e outras drogas”.⁹ Além disso, acidentes de trabalho – no deslocamento ou no ambiente laboral – agregam-se aos prejuízos causados pelas drogas (em especial, o álcool).

Ademais, podem ser observados os prejuízos emocionais que a drogadição e o estado de violência acarretam à vida dos cidadãos de um modo geral. Porém, de maneira mais profunda essa situação se materializa no âmbito das relações familiares onde conforme se costuma dizer: “a droga entra pela porta de uma casa e a paz sai pela janela” (Oliveira, 2019, p. 14). A desarmonia e a desestruturação geralmente ocorrem no seio de famílias onde o vício se instala.

Não temos dúvidas a respeito das afirmações anteriores acerca da gravidade da toxicomania na esfera da instituição familiar, tendo em vista que, ao longo de tantos anos de atuação na área, temos presenciado e buscado interferir em dezenas de situações a pedido das famílias, geralmente, em especial, das mães. Lamentamos admitir que, entretanto, na maioria das vezes, não alcançamos “finais felizes”. Registre-se e enfatize-se que essa situação de difícil reversão é mais recorrente entre os dependentes pesados de álcool ou crack.

Em decorrência do anteriormente exposto, no que tange às consequências da questão das drogas na sociedade, torna-se de fundamental importância que o Estado implemente um amplo conjunto de políticas públicas nas áreas da educação, da geração de emprego e renda, do esporte, da cultura, do lazer, da saúde, da segurança, da assistência social, da segurança pública entre outras tendo como público alvo os adolescentes e jovens de famílias mais desprotegidas pelo aparato estatal, pois os cidadãos de países como Argentina, Paraguai e Brasil não podem mais conviver com tanta violência ocorrendo entre jovens, adolescentes e até mesmo crianças sob o praticamente cego olhar do Estado.

Nessa mesma linha de raciocínio, Morais (2005) assevera que quer seja na elaboração de leis ou na implementação de programas, ações e atividades, isto é, quaisquer políticas públicas que se relacionem à problemática das substâncias psicoativas e suas interfaces, deve ser levada em consideração a complexidade desse fenômeno social.

Para se interferir em algum aspecto do fenômeno, deve-se utilizar o meio adequado. Nenhuma lei, por mais complexa e severa, nenhum programa preventivo, por mais racional e sedutor, são suficientes para resolver os diversos problemas relacionados às drogas. Deve-se, primeiro, definir o alvo da ação: reduzir o consumo de drogas em geral, o consumo em adolescentes, a violência do tráfico, o uso compulsivo, atenuar o abuso ou elevar o preço da droga? Cada uma dessas metas demanda instrumentos específicos. A interferência em um desses fenômenos pode repercutir no curto, médio e longo prazo em outro ou outros (Morais, 2005, p. 258).

⁹ Disponível em: <https://www.sesipr.org.br/informacoes-sst/recursos humanos/impactos-do-uso-de-alcool-e-outras-drogas-no-ambiente-de-trabalho-1-38723-454116.shtml> Acesso em: 14 nov. 2023.

Nesse prisma, “para que uma política pública possa ser considerada efetiva, é necessário que ela seja sensível à conjuntura em que será adotada”, afirmam Tatmatsu; Siqueira e Del Prette (2018, p. 9). No entanto, em países como Paraguai, Argentina e Brasil, plenos de desigualdades em que muitos adolescentes e jovens não têm acesso a equipamentos e estruturas públicas de lazer, esporte e cultura, as drogas se colocam como uma possibilidade de prazer.

Nesse contexto, as tentativas de convencer os jovens a não usarem drogas se tornam menos eficazes “ainda que por meio de estratégias interativas e informações realísticas sobre as drogas. São novos meios de manter velhas práticas” (Tatmatsu; Siqueira; Del Prette, 2018, p. 9). Entendem ainda os autores que as políticas públicas no âmbito da prevenção são as que apresentam melhor relação custo-benefício para a redução do consumo de drogas. No processo de construção e implementação dessas políticas que verdadeiramente atendam às demandas da sociedade, faz-se necessário, na concepção da pesquisadora argentina Renoldi (2014, p. 128):

Reconocer la complejidad de los fenómenos, sus propias contradicciones y ambigüedades, y hacerlo más allá de cómo nos gustaría que fuese, no es una contribución despreciable. Pues es a partir de ese difícil proceso de conocimiento, llevado a cabo con ayuda de técnicas y conceptos, que podremos imaginar mundos mejores en dirección a los cuales orientar una política pública, como es el caso, por ejemplo, de la opción por el uso de drogas, sobre todo cuando acarrea algún tipo de padecimiento.

As ações dos governos que visam à realização, com eficácia e eficiência, de objetivos de interesse público denominam-se políticas públicas e devem ser fruto da interação entre o Estado e a sociedade civil, não sendo, portanto, uma ferramenta apenas governamental (Villanueva, 2012). Nessa perspectiva, trata-se de um processo coletivo de aprendizagem sobre a melhor forma de resolver problemas de interesse da coletividade. Demanda, por isso, análise técnica e comunicação com os cidadãos.

El gobierno sigue siendo una instancia necesaria y potente, pero el gobernar es una actividad en la que los recursos y las acciones del gobierno son insuficientes y requieren de actores extra gubernamentales para cumplir sus funciones públicas y crear un futuro social de prosperidad y equidad. En el contexto actual, aumenta la posibilidad de que la política pública sea en verdad una obra pública, un producto elaborado por la autoridad pública y el público ciudadano (Villanueva, 2012, p. 44).

Neste momento de nossas reflexões relativas às políticas públicas, cabe examinar, de que forma e em que momento uma questão social consegue entrar na agenda governamental para fazer parte de suas prioridades. Em primeiro lugar, há que se ponderar que são várias condições isoladas ou conjuntas que definem o ingresso de um tema na pauta de interesse do Estado de modo a se transformar em política pública.

A opinião pública, as pressões do Legislativo, os movimentos sociais, as agências

administrativas e o processo eleitoral exercem influência decisiva neste processo (Capella, 2006). Além disso, segundo Cunial (2016, p. 229), em se tratando da Argentina, a igreja católica se coloca como um ator social com muito poder para interferir nas agendas governamentais.

[...] desde los años de retorno de la democracia, la opinión de la Iglesia Católica fue determinante en la construcción del problema de las drogas y buscó unificar en sus análisis temas tan disímiles como: aborto, prostitución, drogadicción, divorcio, violencia y subversión, presentándolos como los nuevos males que la sociedad argentina debía enfrentar (Cunial, 2016, p. 229).

Nessa mesma premissa, Oliveira e Oliveira (2021a) alertam para o fato de que, muitas vezes, um tema de interesse público só entra na agenda do Estado quando atrelada a interesses eleitorais, ou seja, vinculada ao efetivo retorno que poderá dar nas urnas. Logo:

Os problemas podem chegar à agenda política por meio das evidências, mas geralmente chegam por outras vias, como a influência dos meios de comunicação, a difusão de ideias advindas de círculos profissionais e interesses de elites políticas, sendo que, muitas vezes, ocorrem na mudança de partidos no controle do governo, por meio de eleições (Pedroso; Juhászová; Hamman, 2019, p. 2).

Ressaltamos que as observações anteriores nos reportam à criação do programa de combate ao uso de crack proposto pelo Poder Executivo Federal do Brasil, intitulado *Crack, é possível vencer*, regulamentado pelo Decreto Presidencial n. 7.179, de 20 de maio de 2010. Importante realçar que essa política pública (fracassada, registre-se) só foi implementada em função de que os veículos de comunicação de massa – em especial, a televisão – passaram a exibir várias vezes ao dia em rede nacional a realidade chocante das crackolândias que estavam se espalhando pelas ruas das grandes cidades brasileiras. Desse modo, conforme Oliveira; Oliveira (2020a), a população do país passou a conviver no dia a dia dentro de seus lares com cenas das deploráveis condições de vida dos dependentes de crack e da forma como os traficantes agiam nessas aglomerações de seres humanos que mais se assemelhavam a zumbis.

Em consequência da intensificação da “veiculação do crack como uma epidemia no País que transformava pessoas em zumbis e viciava usuários já na primeira tragada” (Worm, 2016, 153), como uma “estratégia de governo que precisava dar uma resposta imediata à população, que passou a exigir ações rápidas contra o novo inimigo nacional forjado pela mídia – o crack” (Worm, 2016, p. 153), o Governo Federal estruturou, às pressas, o Programa “*Crack, é possível vencer*”. Ademais, na visão de Worm (2016) tratou-se de uma demanda aflorada no período das eleições presidenciais de 2010 que transformou em programa de governo ainda em 2010.

Na Argentina, da mesma forma, as políticas públicas são definidas e implementadas basicamente em função do interesse político dos seus formuladores. Sendo assim, Cunial (2016)

se propôs a analisar o papel exercido pela cultura política sobre as decisões tomadas pela classe política e aponta que as políticas públicas

[...] nunca se insertan en un vacío: los decisores políticos, los actores burocráticos, las poblaciones objetivo y los ciudadanos en general poseen acervos de conocimientos y creencias que condicionan los modos de pensar un problema y responder frente al mismo [...] Los decisores políticos eligen y moldean las políticas públicas en función de las creencias e intereses de los ciudadanos [...] Para el caso argentino, el cristianismo permea las decisiones de los políticos en la medida que son los propios decisores quienes conciben a las iglesias —en particular a la católica— como actores cuyo apoyo es necesario para ganar elecciones e implementar una agenda de gobierno (Cunial, 2016, p. 241).

Reitera ainda Cunial (2016, p. 283) que “*el problema de las drogas dista de ser una cuestión central en las preocupaciones de los ciudadanos argentinos*”. Portanto, qualquer possibilidade de mudança na esfera legal em matéria de políticas públicas concernentes a problemas moralmente complexos – entre os quais as drogas se enquadram – demanda questionar os marcos de referência dos atores envolvidos na alteração da base normativa vigente acerca da matéria em análise. Evidencie-se que, especificamente no âmbito das políticas públicas relacionadas à temática das substâncias psicoativas, Laranjeira (2010) chama a atenção para os quatro aspectos que, a partir do seu entendimento, precisam ser levados em consideração quando se for estudar as políticas relacionadas às drogas de um país:

[...] (1) vários fatores externos influenciam a política: os tratados internacionais, as políticas de saúde e de assistencial social, os direitos individuais, a autoridade e a autonomia dos médicos e outros; (2) os objetivos estabelecidos influenciam não somente as políticas formais, mas também, sua implementação; (3) as políticas recebem influência simbólica que transcende à sua implementação – pessoas influentes fazem declarações que atingem fortemente a legitimidade e a aderência das ações; (4) as políticas formais e sua implementação recebem influência direta dos danos percebidos socialmente pelo uso de drogas que podem ser independentes do nível real do uso em determinada sociedade (Laranjeira, 2010, p. 631).

Há que se destacar “a necessidade de parcerias com atores/entidades locais, nas quais esses atores assumam a responsabilidade de aumentar a capilaridade da divulgação da prevenção ao uso de álcool e outras drogas” (Costa *et al.*, 2013, p. 329). Outrossim, faz-se também necessária a disponibilização de suporte “à implementação das práticas de acordo com as potencialidades e peculiaridades de cada localidade, promovendo o engajamento da comunidade”. Afiançam ainda os autores que é preciso avançar nas iniciativas de prevenção

*[...] ao uso de álcool e outras drogas na América Latina como um todo. Tais ações precisam ser planejadas para médio e longo prazo e não podem ser realizadas para obter resultados imediatos, apesar da demanda da gestão, profissionais e população por respostas instantâneas. Por isso, a importância de pesquisas-intervenções que levem em conta metodologias de implementação ampliadas, participativas, levadas a cabo em rede e contextualizadas, com destaque para desafios e possibilidades de disseminação nos países latino-americanos (Costa *et al.*, 2013, p. 330).*

Acerca das políticas em atenção ao álcool e outras drogas, a formulação de políticas públicas deve ocorrer levando em conta a necessidade da intersetorialidade. Nesse sentido, vários aspectos devem ser englobados no processo, tais como: a promoção da saúde, o cuidado, a prevenção, a reinserção social, o controle da oferta, devendo também ser considerada a validação científica (Pedroso; Juhászová; Hamman, 2019). Note-se que essa transversalização das políticas públicas nas áreas da Educação e da Saúde demanda a parceria nas ações entre ambos os setores da administração pública.

Assim sendo, os programas e projetos a serem trabalhados no âmbito da prevenção ao uso de álcool e outras drogas devem ser construídos e implementados de forma coordenada entre as duas pastas. Em vista disso, o alinhamento das políticas públicas de Educação, Saúde e Proteção Social deve ser capaz de “transformá-las e de elevar suas intervenções aos níveis de sistemas de prevenção que atuem de forma ampliada para a transformação de economias, legislações e normas sociais” (Pedroso; Juhászová; Hamman, 2019, p. 11). Destarte, a intersetorialidade se constitui um dos grandes desafios a serem enfrentados no campo das políticas públicas, em especial as que se destinam ao enfrentamento da problemática relacionada à drogadição. Ademais, outro desafio que se coloca à questão, de acordo Teixeira; Lacerda; Ribeiro (2018), é conseguir trabalhar o multifatorial tema das drogas sob a ótica dos Direitos Humanos que, por sua vez, também traz em seu bojo a concepção intersetorial.

No que concerne aos obstáculos colocados à intersetorialidade na esfera da administração pública no campo das políticas públicas sobre drogas, citamos um exemplo concreto e prático com o qual nos deparamos durante a realização da nossa pesquisa de campo para a coleta de material com vistas à produção de nossa Dissertação de Mestrado intitulada “Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu – PR” (Oliveira, 2019).

A situação em tela se reporta à Secretaria Municipal **Antidrogas** – município de Foz do Iguaçu, Paraná – criada em 18 de janeiro de 2005, através da Lei nº 3025. No entanto, em 14 de agosto de 2008, a Lei nº 3.477 alterou a denominação para Secretaria Municipal da **Juventude, Cidadania e Antidrogas**. Todavia, foi transformada em Secretaria Municipal da **Juventude, Trabalho e Antidrogas**, através da Lei nº 3.655, de 21 de dezembro de 2009. Por fim, em 09 de setembro de 2011, com a sanção da Lei nº 3.879, a pasta passou a ser denominada Secretaria Municipal da **Juventude e Antidrogas**. Registre-se que todas essas alterações ocorreram nos dois mandatos consecutivos de um mesmo prefeito (Oliveira; Oliveira, 2023). No ano de 2013, outra administração assumiu o comando do Poder Executivo municipal extinguindo de forma definitiva a derradeira secretaria municipal que tinha em sua nomenclatura o termo **Antidrogas**.

Ressalte-se que o art. 5º da Lei nº 3025/2005, dentre as atribuições referentes à cultura, ao esporte, à ciência e ao trabalho que foram conferidas a essa Secretaria, pode-se destacar o seu caráter articulatório, de coordenação e de cooperação com outros setores:

[...] viabilizar o desenvolvimento da política municipal de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes e outras drogas, em **articulação** com instituições públicas e privadas existentes no Município; **coordenar**, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso indevido de drogas; **colaborar**, **acompanhar** e **formular sugestões** para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União; estimular e **cooperar** para a realização de estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que causem dependência física ou psíquica; manter contato e cadastrar entidades, instituições, programas e pessoas que atuam na área da dependência química no âmbito do Município [...] (Foz do Iguaçu, 2005, np). (Grifos nossos).

Apresentadas essas informações preliminares, vejamos a partir de agora o que de fato interessa ao nosso atual estudo acerca da breve trajetória (8 anos de duração) dessa importante e necessária estrutura de governo, em especial, por Foz do Iguaçu estar localizada em região de acentuada vulnerabilidade ao consumo, dependência e tráfico de drogas, bem como a todas as consequências negativas decorrentes dessa situação geográfica particular.

Pois bem, em princípio, pode-se afirmar que essa secretaria não conseguiu cumprir sua missão e finalidade em função de um fator decisivo: os obstáculos colocados à intersetorialidade, à transversalização. Desse modo, o caráter eminentemente articulatório não foi colocado em prática em função de que não se conseguiram transversalizar as ações, programas e atividades entre os demais entes da estrutura administrativa (Secretarias, Fundações e Autarquias municipais). A premissa original da Secretaria consistia em que

[...] todas as atividades que apresentassem viés na prevenção, tratamento ou repressão às drogas estivessem articuladas e interligadas possibilitando uma visão de conjunto e pudessem ser acompanhadas, coordenadas e avaliadas pela secretaria específica. Dessa forma, acreditava-se que se impulsionariam e se potencializariam de forma mais efetiva as ações e políticas públicas nessa área tão complexa (Oliveira, 2019, p. 91).

Citamos, na sequência, recortes das entrevistas de dois gestores dessa Secretaria que comprovam cabalmente nossas considerações: “Era difícil você trabalhar dentro da perspectiva de ter uma atuação intersetorial, com ações transversais sendo que os outros secretários, a maioria, não queriam.” Ou então, conforme o outro gestor: “Nós não conseguimos atuar perante as outras secretarias [...] Os secretários da época não permitiam isso, porque na verdade, eu senti assim: cada secretário tinha a sua secretaria como um aparelho: ‘O aparelho aqui é meu e aqui ninguém entra’”. Detecta-se, portanto, que, em decorrência dessa estratégia de boicote, impossibilitou-se o entrelaçamento em todo o conjunto das políticas públicas referentes às

drogas, isto é, essas políticas deveriam obrigatoriamente ter sido inseridas de forma articulada nas ações de Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social, Cultura, Esporte, Segurança Pública e demais setores afins da administração pública municipal.

Entretanto, esse caráter articulatório não se concretizou de modo que a Secretaria Antidrogas não conseguiu realizar o trabalho para o qual tinha sido proposta, situação essa que, com certeza, gerou muitos prejuízos à população tendo em vista a vulnerabilidade às drogas nesta região de Tríplice Fronteira.

Por fim, pode-se afiançar sem quaisquer dúvidas que, em função de ser uma das cidades pioneiras no Brasil a criar uma secretaria específica para fazer frente às drogas, Foz do Iguaçu se colocou como referência na área. Porém, a constatação da incompetência em se administrar questões de ego, “territorialidade/aparelhamento”, conflitos e interesses político-partidário-eleitorais de ocupantes de cargos públicos fez com que Foz do Iguaçu, literalmente, “andasse para trás” em uma esfera em que a sociedade se encontra bastante vulnerável.

Pedimos desculpas aos leitores pela prolixidade na apresentação do caso anterior, no entanto, compreendemos que ele expõe e comprova como, muitas vezes, o *modus operandi* não tão republicano de determinados fazedores ou executores de políticas públicas atua de forma contrária aos interesses e necessidades da coletividade, o que aliás, deve ser sempre denunciado ao Ministério Público em havendo comprovações de tais práticas nocivas aos munícipes.

Com relação ao tratamento da questão das drogas de forma intersetorial argumenta-se que os usuários de drogas – especialmente o crack – são vistos como doentes pelo campo da saúde ou como criminosos pelo campo jurídico (Teixeira; Lacerda; Ribeiro, 2018). Por conseguinte, apenas sob o prisma de um olhar plural a partir de diversos setores, isto é, da intersectorialização da abordagem é que se pode vencer o desafio de sair desse foco.

Conclui-se que as políticas sobre drogas não deveriam ter como foco somente o seu uso ou na tentativa de eliminar a sua produção como direciona a política proibicionista, mas sim, em investir na educação com informação nítida sobre seus efeitos para que os sujeitos possam usar drogas sem causar maiores danos à sua vida, e para aqueles que fazem uso prejudicial, seja garantido acesso ao cuidado no modelo da atenção psicossocial, a partir da premissa da RD¹⁰ (Teixeira *et al.*, 2017, p. 1464).

Afirmam em acréscimo os autores que, não obstante as políticas em atenção às drogas sobrelevarem o trabalho conjunto entre a segurança pública e a saúde, “a quebra de preconceitos e estigmas é atravessada por outros fatores de ordem social” (Teixeira *et al.*, 2017, p. 1464). Logo, torna-se imperativo que seja lançado um olhar mais atento sobre a configuração atual do

¹⁰ Redução de Danos.

cenário das drogas no Brasil (Machado; Boarini, 2013). Faz-se necessário responder às demandas na esfera da prevenção, em especial, do álcool e do crack.

Para tanto, exige-se o envolvimento dos diferentes setores da sociedade – Educação, Segurança, Saúde – articulando e dividindo responsabilidades. Somado a isso, é recomendado, paralelamente, que os veículos de comunicação de massa reconstruam o enfoque propagado sobre as drogas (Machado; Boarini, 2013). Atestam ainda as autoras:

A abordagem do fenômeno das drogas demanda não apenas a parceria entre a saúde e a segurança públicas, mas também a articulação entre os sistemas jurídico e educacional e o comprometimento social. Tal fato conduz à conjectura de que é o próprio imaginário social a respeito da droga que deve ser modificado. Nesse sentido, a mídia e as redes de comunicação em geral, como formadoras de opinião pública, são setores importantes no enfrentamento às drogas (Machado; Boarini, 2013, p. 592).

Enfim, nessas poucas páginas nas quais abordamos a questão das políticas públicas e suas interfaces, possibilidades e desafios quando direcionadas à complexa questão das drogas, buscamos agregar subsídios que são utilizados na sequência desse estudo, tendo em vista que, a partir do capítulo 3 concentraremos esforços no intuito de desvendar, compreender, analisar e interpretar de que forma, em que proporção, a partir de quais agentes e com quais resultados foram/são implementadas (se é que são) políticas públicas de prevenção às drogas no âmbito da educação nos municípios que compõem este território pleno de oportunidades, possibilidades e belezas; a Tríplice Fronteira BR/PY/AR.

2.2 MODELOS DE ENFRENTAMENTO DAS DROGAS

A sociedade mundial tem sido cada vez mais, nas últimas décadas, desafiada pelo fenômeno das drogas. Verifica-se que nas esferas de poder e da sociedade civil, estudos e iniciativas têm envidado esforços no sentido de fazer o enfrentamento do problema. Lideranças políticas, religiosas, militares, cientistas, sociólogos e dezenas de outras categorias e organizações não governamentais têm sido chamadas à mesa de debates com vistas a se encontrarem as estratégias mais adequadas e eficazes para confrontar esse desafio que, de uma forma ou de outra, interfere nas políticas públicas, na qualidade de vida, na economia, na segurança, na saúde, além de diversas outras dimensões da vida dos cidadãos e, até mesmo, na preservação da soberania de algumas nações.

Assim, neste subcapítulo de nossa tese, apresentaremos, de forma sucinta, algumas reflexões fundamentadas nas contribuições de diversos pesquisadores acerca dos modelos de enfrentamento às drogas adotados na atualidade. Desse modo, o Proibicionismo, o

Abolicionismo e a Redução de Danos serão objeto desse breve estudo até mesmo porque é a partir da definição do modelo de enfrentamento adotado em cada país que se constroem e implementam as políticas públicas em atenção às drogas.

Worm (2016, p. 23) aponta que a “política proibicionista possui por concepção maior investimento no aparato social, ao passo que os modelos abolicionistas e de redução de danos possuem maior afinidade com as políticas sociais.” Nesse sentido, antecipamos que, com referência ao Proibicionismo, os estudos serão um pouco mais aprofundados, devido ao fato de que esse é o principal modelo adotado no Brasil, Paraguai e Argentina – países objeto da nossa investigação científica.

Cabe destacar que, de modo especial, no período imediatamente subsequente à Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS) foram os principais defensores e propagadores das regras jurídicas internacionais (Oliveira; Oliveira, 2021b). Desse modo, essas organizações internacionais disseminaram “modelos classificatórios e estigmatizadores das drogas e de seus usuários, claramente fundamentados em opiniões de uma minoria conservadora e puritana” (Martins, 2011, p. 108). Nesse contexto, a moral, a saúde e a segurança pública se aprofundaram enquanto dimensões de periculosidade associada às drogas (Rybka; Nascimento; Guzzo, 2018). Sendo assim, abordaremos inicialmente o modelo proibicionista.

2.2.1 Proibicionismo

No que tange ao Proibicionismo, sabe-se que se deriva da política de “guerra às drogas” deflagrada pelos Estados Unidos da América sob a presidência de Richard Nixon no início da década de 1970 e intensificada na presidência de Ronald Reagan entre 1981 e 1989. Alicerçada num viés mais repressivo permitiu a militarização das ações buscando reduzir a produção, o tráfico e o comércio ilegal de drogas que foram alçadas à questão de segurança nacional, situação que serviu de pretexto ao governo norte americano para justificar intervenções diplomático-militares em países como Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela.

Contudo, há que se ressaltar que as consequências negativas dessa investida bélico-política não se restringem apenas a nações da América do Sul ou Central, tendo em vista que também o “*México es una víctima de la estrategia impulsada por los EE.UU. porque las victorias parciales de esta lucha solo han resultado en el cambio de las rutas del tráfico de drogas*” (Rosen; Zepeda Martínez, 2015, p. 166). A história registra que a essência desse modelo de cunho estritamente repressivo de combate às drogas “adaptado e exportado” pelo

governo norte americano encontrou terreno fértil para ser implantada no Brasil durante o período da ditadura militar. Nesse sentido, Rybka; Nascimento e Guzzo (2018, p. 104) manifestam seu posicionamento particular a respeito dessa situação:

[...] as políticas proibicionistas que passaram a ser implantadas globalmente no início do século XX encontraram em nosso país um campo fértil, do ponto de vista da representação social do uso de SPA¹¹. De fato, o paradigma proibicionista contou não apenas com a aprovação das elites nacionais que ocupavam o poder, mas com a participação ativa dessas elites em sua formulação nos fóruns internacionais.

No entanto, também vem registrando a história que essa “guerra” está sendo perdida em todas as frentes de batalha, haja vista sua incapacidade em diminuir a produção ou demanda por drogas, bem como extinguir – ou minimamente desestruturar – o crime organizado em torno da produção e do tráfico de entorpecentes. Ademais, os campos de batalha que mais têm sido devastados nos combates encontram-se nas periferias dos grandes centros urbanos onde buscam sobreviver as camadas mais vulneráveis da população.

Vianna e Neves (2011, p. 35) declaram que “jovens pobres abordados portando pequena quantidade de droga para consumo próprio são mais facilmente identificados como traficantes enquanto os de classe média e alta são identificados como os usuários”. Além disso, constata-se que poucos casos de tráfico envolvendo jovens da classe média e alta são divulgados pelos veículos de comunicação de massa.

Portanto, no que concerne ao recorte populacional mais diretamente afetado pelas políticas repressivas utilizadas pelo modelo proibicionista de enfrentamento às drogas, verifica-se a ocorrência de um verdadeiro *apartheid* social, tendo em mente que, ao focar mais nas consequências do problema do que nas causas, de um modo geral, no caso específico do Brasil, o expressivo e maior número de baixas nesses combates é constituído por adolescentes e jovens negros, pobres e moradores da periferia. Essa mesma compreensão pode ser constatada nas contundentes observações de Batista (2003, p. 113):

[...] nossa política criminal de drogas é um tigre de papel: sua fraqueza provém de sua força. Sua forma e seu discurso de cruzada, moral e bélico, têm realizado muitas baixas, mas nada têm feito contra o demônio que finge combater: a dependência química. Esta só pode ser tratada com um olhar radicalmente diferente e que rompe com a esquizofrenia de uma sociedade que precisa se drogar intensamente, mas que precisa demonizar e vulnerabilizar as vítimas desse modelo perverso: dependentes químicos de substâncias ilegais, jovens e negros pobres das favelas do Brasil, camponeses colombianos ou imigrantes indesejáveis no hemisfério norte.

¹¹ Substância Psicoativa.

Pode-se perceber que a segregação social está presente na política nacional sobre drogas quando se faz a distinção entre drogas lícitas e ilícitas, levando-se em conta que a proibição de determinadas drogas não se dá em decorrência de interesses médico-científicos. Tal assertiva se comprova considerando-se que os prejuízos causados à saúde pelo tabaco e pelo álcool são mais acentuados do que os malefícios da maconha, por exemplo.

Entretanto, a segregação das minorias excluídas usuárias de drogas mais baratas também ocorre e pode ser comprovada facilmente mesmo quando se trata de duas drogas ilícitas. Percebe-se que essa “situação se materializa no enfrentamento diferenciado dado ao crack e à cocaína. Enquanto na cocaína os esforços de repressão são endereçados aos traficantes, no caso do crack, o alvo tem sido os dependentes” (Oliveira, 2019, p. 32). Nessa mesma linha de raciocínio, Hasson (2010, p. 104) enfatiza que

[...] o pano de fundo da sociedade de risco e da criminalização da pobreza são fatores relevantes para a manutenção da proibição, fatores estes que acabam por impedir novas abordagens ao problema, seja por desinteresse econômico, seja pela constante busca de segurança pelos incluídos e consequente imposição de exclusão para os excluídos.

Por conseguinte, a violação das garantias fundamentais e dos direitos das populações mais vulneráveis se constitui o reflexo mais visível da política belicista da “guerra às drogas” tendo em vista não ter conseguido controlar a oferta de drogas e o narcotráfico. Fiore (2012, p. 16) cita que “sob o proibicionismo, os consumidores de drogas são conduzidos a um contato estreito com o crime”. Agregada a essa constatação, Rocha (2013, p. 575) revela que

[...] os fundamentos ideológicos que se constroem acerca do tráfico de drogas criminalizam a pobreza. As chamadas políticas de combate ao tráfico de drogas desenvolvem-se a partir da prisão de pessoas que estão, via de regra, vivendo em morros e bairros periféricos dos centros urbanos e deixando sem penalização pessoas e grupos que estão na ponta das redes e/ou realizam crimes e ações ilegais de outras espécies (Rocha, 2013, p. 575).

No que se refere à Argentina, em estudo que visa investigar a forma como têm sido estruturadas as políticas públicas direcionadas aos usuários de substâncias consideradas drogas entre os anos 2003 e 2015, Llovera e Scialla (2017) apontam que, ao iniciarem a análise, já identificam a presença da herança proibicionista, de modo que submerge “em cheio” uma importante questão: *“el peso de la herencia prohibicionista en las políticas y legislaciones de nuestro país, y la convivencia no exenta de conflictividades que han presentado las iniciativas presentes en el transcurso de estos doce años”* (Llovera; Scialla, 2017, p. 78). As autoras pontuam que a ambiguidade na legislação que embasa as políticas públicas é uma característica permanente entre 2003 e 2015 quando se trata de políticas destinadas aos usuários de drogas.

Sin embargo, en el diseño, gestión y aplicación de políticas públicas bajo el amparo de la legislación vigente, encontramos que este enfoque se encuentra amalgamado, no de manera espontánea ni poco contradictoria, con otro de carácter conservador. Este último es el que, en materia de drogas, continúa promoviendo tanto las criminologías del otro, al considerar a los consumidores como desviados, irracionales, enfermos, monstruosos; como al paradigma bélico propio del prohibicionismo (Llovera; Scialla, 2017, p. 94).

Em outra investigação científica realizada na Argentina intitulada *Políticas públicas en materia de drogas en Argentina: políticas de estigmatización y sufrimiento*, Vásquez, (2014) relata que, em avaliação dos efeitos de 20 anos das políticas de repressão e perseguição de usuários, “*un estrepitoso fracasso*” foi constatado.

Un fracaso mucho mayor ha mostrado en favorecer la atención en salud de aquellos que requieren tratamiento por su consumo problemático. La reducción de la estigmatización y la discriminación es fundamental para la elaboración de políticas de inclusión desde una lógica de respeto por los derechos humanos que sustituyan las actuales políticas de exclusión y padecimiento (Vásquez, 2014, p. 837).

Em idêntica linha de raciocínio, Licona (2010) revela que um argumento contumaz utilizado para justificar a proibição das drogas colocadas na ilegalidade diz respeito à associação que se estabelece entre essas substâncias e as condutas criminosas. Todavia, defende que isso não implica, necessariamente, que o consumo seja em si mesmo um ato criminoso.

Hay personas que no consumen drogas y cometen delitos, como hay personas que las consumen y los cometen; lo que habría que preguntarse es si el consumo debe estar tipificado como un delito o es un acto criminal. ¿Que se castigue el delito, pero no así el consumo! Es verdad que cuando el consumo de este tipo de sustancias está asociado a algunas actividades que ponen en riesgo a otros, este tipo de consumo debe ser prohibido (Licona, 2010, p. 38).

Lynch (2018, p. 148)) afirma que a proibição das drogas chega a ser um caso paradigmático que demonstra e comprova o modo como a subjetividade moderna encontra-se condicionada por um conjunto de instâncias das mais variadas esferas, tais como: políticas, religiosas, morais, sanitárias, jurídicas entre outras, “*cuya complicidad tiende a impedir un ejercicio en verdad libre –y soberano– de la conducta, como es la ‘decisión personal’ sobre la elección de los propios objetos de consumo.*” Nesse mesmo entendimento, porém, no que diz respeito especificamente aos conflitos que se verificam entre o modelo proibicionista e a prevenção, Sodelli (2010, p. 643) reitera:

A insistência em preconizar o modelo proibicionista, a pedagogia do controle, o distanciamento do sentido de educar do sentido de prevenir, poderá custar a todos nós a perpetuação da inexistência de um autêntico trabalho de prevenção ao uso nocivo de drogas no âmbito escolar. Ou seja, o esquecimento de um dos sentidos mais próprios da educação: reduzir vulnerabilidades.

Ressaltamos que a questão das drogas pode ser trabalhada através de estratégias

adotadas em três frentes de atuação: a prevenção, a repressão e o tratamento/recuperação dos dependentes. Reconhecemos a importância de cada área, apesar de atuarmos mais diretamente no campo da prevenção. Não defendemos a tese de que se pode prescindir do necessário trabalho de repressão ao narcotráfico e suas interfaces. Contudo, em função do fracasso das políticas de cunho repressivo, sustentamos a ideia de que o multifatorial problema das drogas deve ser tratado sob outros prismas que não apenas o jurídico-policial.

2.2.2 Redução de danos

Em 1926, na Inglaterra, originou-se a prática de Redução de Danos a partir do Relatório Rolleston com recomendações que preconizavam o direito aos médicos de prescreverem suprimientos de opiáceos aos dependentes dessas drogas (Sodelli, 2010). No Brasil, a primeira experiência ocorreu em 1989 em Santos/SP através da tentativa, frustrada pelo Ministério Público, de distribuição de seringas entre dependentes de drogas injetáveis para evitar a contaminação pelo HIV e outras doenças. No entanto, registros apontam que apenas no ano de 1995, em Salvador, o primeiro programa oficial de Redução de Danos (RD) foi efetuado.

A premissa se trata de algo bastante simples, pois a RD tem como objetivo básico minimizar os efeitos negativos gerados pela utilização de drogas. “Por exemplo, em relação ao uso de droga injetável, constatada a dificuldade ou a falta de vontade dos usuários em abandonar a utilização da substância, a ideia é criar alternativas para diminuir o dano causado” (Sodelli, 2010, p. 642). Em decorrência disso, a estratégia utilizada consiste na distribuição de um kit que, atualmente, é composto de preservativos, seringa e agulha descartável, lenço com álcool para limpeza do local do pico, recipiente e água destilada para diluição.

Dessa forma, previne-se a contaminação e disseminação de DST/HIV/AIDS, hepatite entre outras doenças transmissíveis, ou seja:

Em resumo, pode-se dizer que a política de redução de danos relacionados ao uso de drogas preconiza a valorização do autocuidado e dos controles sociais desenvolvidos nas redes de sociabilidade dos próprios usuários. Essa abordagem implica uma postura aberta, respeitosa e participativa, que tem se mostrado muito mais eficaz em limitar os efeitos indesejáveis do uso de SPA (inclusive das legalizadas) do que o proibicionismo (Rybka; Nascimento; Guzzo, 2018, p. 108).

Neste sentido, a RD visa “minimizar o sofrimento e tratar com humanidade os usuários de drogas”, relata Rodrigues (2003, p. 275), mesmo se configurando “um passo além em tempos de proibicionismo visceral”. Na mesma perspectiva, Passos e Souza (2011) apontam que o “novo paradigma ético, clínico e político” inserido nas estratégias de RD passou por um

profundo processo de embates com os defensores do proibicionismo. Contudo, sabe-se que, mesmo na atualidade, a RD enfrenta muitas desconfianças e questionamentos por parte dos setores mais conservadores da sociedade.

Entretanto, dada a complexidade da problemática da dependência de substâncias psicoativas, em especial, em contextos de acentuada vulnerabilidade social, deve-se constituir redes multidisciplinares de profissionais que atuem com vistas à promoção da autonomia e a desconstrução do estigma dos usuários de drogas.

Deve-se investir em políticas públicas sobre drogas que levem em conta a liberdade e a garantia dos direitos humanos, baseadas nos princípios da RD, visando à promoção da saúde, ao respeito aos direitos de cidadania. É necessário fomentar a integração de políticas intersetoriais que incluam ações sinérgicas entre os diferentes setores da saúde, assistência social, trabalho, educação, esporte e cultura (Teixeira; Lacerda; Ribeiro, 2018, p. 22).

Assim, diferentemente do modelo proibicionista, a Redução de Danos não estabelece a abstinência como alternativa única, levando-se em consideração que sua proposta é a diminuição dos impactos nocivos das drogas na vida dos usuários nos aspectos tanto físicos, psíquicos, familiares quanto sociais e econômicos (Oliveira, 2019). Nessa modalidade de política, “o dependente não é excluído do meio social em que convive para ser tratado sob a técnica da abstinência” (Worm, 2016, p. 35). De sua parte, Santos, Soares e Campos (2010, p. 1007) argumentam que, de um modo geral

[...] no Brasil, a RD se apresenta como um conjunto de práticas de saúde fundamentadas na perspectiva teórica que concebe a existência de diferentes formas de relação do homem com as drogas, nem sempre vinculadas a um consumo problemático e, nesse sentido, seus objetivos não se restringem à eliminação do consumo. As medidas propostas visam a um conjunto de políticas voltadas para a redução de riscos e danos relacionados a todo tipo de consumo potencialmente prejudicial, distanciando-se do enfoque da guerra às drogas.

A política de RD estabelece que o usuário de drogas seja inserido em várias etapas de tratamento e apoio familiar, profissional e social. A finalidade desse processo é conduzir o dependente à abstinência, ou então, fazer com que os danos à saúde consequentes da drogadição sejam reduzidos a níveis toleráveis (Oliveira, 2019). O objetivo final dessa política é a garantia de melhor qualidade de vida aos usuários através do uso racional de substâncias entorpecentes.

2.2.3 Abolicionismo

A descriminalização ou despenalização do consumo de drogas tem sido um dos temas mais polêmicos nas últimas décadas em muitos países. Trata-se de debates intensos, de um

modo geral, visceralmente, ideológicos. Diferentes linhas de pensamento se enfrentam ou se complementam. Há aqueles que são favoráveis a proibição total (até mesmo do cigarro e do álcool), existem aqueles que advogam pela liberação de todas as substâncias, outros que se posicionam favoráveis apenas à legalização da maconha, outros, da cocaína, outros, outros e ainda mais outros. Enfim, são encontrados posicionamentos que ora se invalidam, ora se completam por envolverem muitas concepções de vida e de mundo (Oliveira, 2019). Desse modo, multiplicam-se argumentos de cunho moral, religioso, familiar ou ético que circulam pelas esferas jurídica, da segurança pública, da saúde e da educação.

Argumenta-se, em favor da legalização que, como o homem ao longo de sua história, vêm utilizando substâncias que alteram o estado de consciência, não há como se conceber uma sociedade sem drogas na atualidade. Sem embargo, trata-se de uma perspectiva parcial, haja vista que a sociedade tem também convivido, historicamente, com estupros, homicídios e outros crimes e esses são passíveis de punição (Bessa, 2010). No entanto, há que ressaltar que o uso de drogas se constitui uma questão de foro individual e não um crime cometido contra o outro, embora seja necessário reafirmar que esse consumo pode levar - e tem levado - muitos usuários e dependentes à prática de crimes contra as demais pessoas. Outro pressuposto pró-legalização utiliza como exemplos Portugal, Suíça, Canadá, Uruguai, Holanda e outros países que têm buscado caminhar no sentido de retirar da clandestinidade determinados tipos de drogas.

Todavia, levantam-se argumentos contrários afirmando que, em países a exemplo do Brasil, com profundas desigualdades regionais e sociais e com dimensões continentais, a legalização de drogas pode se tornar um fenômeno muito perigoso e fora de controle, colocando em risco toda uma geração. Neste contexto, Pereira *et al.* (2013, p. 372) enfatizam que vários tópicos devem ser objeto de debate, dentre eles a “descriminalização do uso e despenalização do usuário; a criação e, principalmente, a implementação de políticas intersetoriais amplas de prevenção contra o uso de todos os tipos de drogas.” Somado a isso, há que se investir no tratamento tanto no que se refere ao acesso quanto à qualidade dos serviços oferecidos.

Faz-se necessário também controlar a publicidade de drogas lícitas, a exemplo do álcool, bem como promover o maior envolvimento da sociedade com vistas à valorização da saúde e da vida. Reafirmam os autores que a discussão dessas questões é indispensável

[...] para que se possam adotar projetos sensatos e responsáveis em relação à legalização das drogas, principalmente no Brasil, onde não se conseguiu sanar questões consideradas mais simples, urgentes e menos dilemáticas, como é o caso da diminuição das desigualdades sociais e da melhoria das condições de saneamento básico, além da questão da fome e pobreza extremas (Pereira *et al.*, 2013, p. 373).

No cenário de legalização das drogas, alega-se que, especificamente na esfera da saúde, faz-se necessário reforçar as infraestruturas para fazer frente ao possível aumento do número de usuários e dependentes que demandarão atendimento especializado de equipes multidisciplinares. Nesse prisma, Laranjeira (2010, p. 368) assevera:

A legalização das drogas poderia contribuir para o aumento da demanda de usuários nos serviços de saúde, dado que não mais se sentiriam marginalizados e teriam a oportunidade de desfrutar de políticas públicas de atendimento. O maior controle diante dos recursos provenientes da comercialização das drogas poderia ser alcançado pelas autoridades governamentais, possibilitando investi-los em medidas de prevenção e tratamento. No entanto, é utópico pensar essa dinâmica em país que possui sistema de saúde precário, já que é difícil conceber que os recursos provenientes de impostos arrecadados com a legalização das drogas pudessem ser direcionados para a saúde, e mais ainda para tratar dependentes químicos, que a sociedade cria e ao mesmo tempo discrimina.

Ainda no que se refere à área da Saúde no âmbito da questão da legalização, especificamente, da maconha, no Brasil, cabe destacar um estudo realizado por Wink, Della Mea e Rossi (2019) com vistas a analisar tanto a percepção de médicos psiquiatras quanto de usuários de maconha em recuperação. Observou-se na citada investigação científica que 85% participantes da pesquisa se posicionaram contrariamente à legalização dessa droga, haja vista os prejuízos físicos, sociais e psíquicos. Ademais, detectou-se também a ineficácia das políticas públicas no setor. Por outro lado, verificou-se a concordância com o emprego do canabidiol para tratamento de doenças.

A diminuição da criminalidade, da violência e dos encarceramentos, bem como da seletividade punitiva e penal se constitui outro argumento a se somar à lista favorável à legalização das drogas. Adicionam-se ainda retóricas na esfera do direito natural e legítimo às escolhas individuais, à autonomia, ao livre arbítrio.

[...] la penalización de la dosis personal agrede el derecho ciudadano al libre desarrollo de la personalidad porque resta autonomía al individuo. Este tipo de intervención en la vida privada de las personas no puede legitimarse en la axiología, en los principios o en los fines del Estado democrático, porque son precisamente transgresión y desconocimiento de su esencia y de sus presupuestos. Por tal motivo, el discurso pro penalización del consumo que limita los contenidos del derecho ciudadano a la autonomía, es demagógico y tramposo, porque exagera los miedos del público y defiende la salida punitiva que este reclama, a sabiendas de que los resultados no alterarán sustancialmente la configuración del problema, pero con la claridad de que el narcotráfico y los problemas conexos rentan legitimaciones a quienes abanderan esta modalidad de populismo punitivo porque les permite concretar aspiraciones políticas particulares, como la reelección presidencial (Berrío; Parra, 2011, p. 163).

Além disso, questiona-se as motivações subjacentes contidas na diferenciação entre drogas lícitas e ilícitas. Nesse viés, Martins (2011, p. 77) atesta que o consumo de bebidas alcoólicas ao longo do tempo provoca mais danos à saúde do que as drogas ilícitas, bem como

mais violência doméstica, acidentes de trabalho e de trânsito. Dessa forma, constata-se “a hipocrisia de uma sociedade que tem, nas outras drogas, uma fonte de perversão e de crimes [...] as superlotações das prisões brasileiras não são decorrentes de usuários do álcool com infrações cometidas sob embriaguez”. Logo, embora não advogar a criminalização do álcool, a autora denuncia o paradoxo.

Laranjeira (2010, p. 367) afirma que “defender a legalização da produção e comercialização não significa fazer apologia ao uso de drogas”. Entretanto, ante o fracasso das políticas de cunho repressivo, é imperioso se pensar em alternativas de abordagem ao problema, pois conforme reitera Gómez (2018, p. 390):

[...] las estrategias de reducción y oferta de la demanda de drogas, como es sabido, no han tenido el éxito esperado y muchos hablan de un rotundo fracaso, además de efectos colaterales indeseables, por lo que se postula actualmente que las políticas y los programas que persiguen explícitamente reducir daños concretos son más eficaces que las que intentan alcanzar una sociedad “libre de drogas”.

Ao finalizarmos este subcapítulo sobre os modelos de enfrentamento às drogas, reconhecemos que a temática tem causado muita controvérsia nas mais diversificadas esferas da sociedade de modo que se fazem necessários ainda muitos estudos, análises e debates com vistas à implementação de políticas públicas na área.

Percebem-se muitas incertezas, contradições e desafios, segundo evidencia Laranjeira (2010, p. 631): “Há grande dificuldade na análise dos resultados das políticas relacionadas às drogas. Anos de debate internacional produziram poucas certezas sobre a eficácia das políticas”. Todavia, em consonância com o pensamento de Worm (2016, p. 33) entendemos que avanços têm ocorrido e que têm sido construídas alternativas que “podem vir como proposta de substituição à política proibicionista ou a elas serem aplicadas cumulativamente”. Destarte, essas construções se dão a partir da base normativa legal vigente em cada país, conforme veremos na continuidade dessa produção científica.

2.3 BASE NORMATIVA LEGAL SOBRE DROGAS ADOTADA NOS PAÍSES DA TRÍPLICE FRONTEIRA

As legislações sobre drogas nos países da Tríplice Fronteira objeto do nosso estudo encontram-se em vigência há vários anos. Se não, vejamos: no Brasil, a Lei nº 11.343 foi promulgada em 2006, enquanto, na Argentina, a Lei nº 23.737 data de 1989. Por sua vez, o Paraguai conta com a Lei nº 1.340 do ano de 1988.

Entretanto, não obstante a questionável longevidade desses instrumentos legais,

conforme veremos a seguir, diversas alterações têm sido feitas para atualizar essas bases normativas com vistas a adequá-las às transformações pelas quais a sociedade mundial têm passado, principalmente nas últimas três décadas, no que se diz respeito à compreensão das especificidades e interfaces do fenômeno das drogas.

Desse modo, cada nação promove os ajustes – de um modo geral, avanços – necessários à sua realidade. Nesse prisma, Rodríguez e Khenti, (2019, p. 3) asseveram que “*algunos países en las Américas están experimentando cambios, y en esta transición la marihuana ha sido la gran protagonista*”. Ressalte-se que essa afirmação acerca da maconha se deve ao fato de que alguns países das Américas a legalizaram enquanto outros descriminalizaram e/ou despenalizaram o seu uso. Além de tudo, pode-se verificar que novas legislações se fizeram necessárias no que se relaciona à utilização medicinal de produtos derivados da *Cannabis*.

De forma paradoxal, mesmo tendo sido o epicentro da “guerra às drogas”, as Américas têm assumido o pioneirismo nas reformas das políticas no setor. Conforme sustenta Szabó *et al.* (2020, p. 1): “[...] é crescente a tendência em prol de políticas de drogas voltadas para a saúde e a partir de uma perspectiva humana”. Apontam ainda os autores:

A despenalização da posse e do consumo de drogas e a permissão para uso medicinal da cannabis são as reformas mais observadas nas Américas. Existe uma ampla gama de mecanismos que garantem o acesso à cannabis medicinal, desde a concessão de autorizações individuais para a importação e o uso, até o desenvolvimento completo de uma política pública que regule o acesso total aos diferentes tipos de medicamentos.¹² países modificaram suas legislações para regulamentar o uso medicinal da planta. São sete os países que autorizam a produção e disseminação da maconha medicinal (Szabó *et al.*, 2020, p. 2).

Cabe mencionar que, constitucionalmente e em princípio, as modificações efetuadas nas legislações nacionais – em quaisquer esferas da vida em sociedade – são competência exclusiva do Poder Legislativo. Desse modo, o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) tem o papel de propor, analisar, debater, votar e aprovar os dispositivos legais. Porém, nos últimos anos, o Poder Judiciário (no âmbito de suas instâncias superiores) têm sido provocado pela sociedade e, portanto, atuado na temática das substâncias psicoativas. Situações dessa natureza ocorreram nos últimos anos na Argentina e estão em curso no Brasil.

Salientamos que, a partir desse momento do nosso estudo, apresentaremos as legislações relativas às drogas em vigência no Brasil, Argentina e Paraguai. Informamos que, quando começamos nossa investigação científica, havíamos cogitado efetuar uma aprofundada pesquisa documental abrangendo toda a historicidade da legislação nos três países, processo esse que demandaria extensa descrição. No entanto, após pesquisa de campo - que produziu grande volume de material para análise - e durante o andamento das demais etapas dos trabalhos,

optamos por desistir dessa ideia inicial em função de que constatamos existirem diversas produções que se debruçam sobre essa questão, em especial, com relação ao Brasil, a exemplo de nossa Dissertação de Mestrado.

Posto isso, envidaremos esforços no sentido de refletir acerca das mais recentes alterações pelas quais as referidas legislações passaram, tendo em vista que essas informações e análises contribuem de maneira mais efetiva com nossa investigação.

No que concerne ao Brasil, em 23 de agosto de 2006, editou-se a Lei nº 11.343¹² cujo *caput* apresentou a seguinte redação:

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (Brasil, 2006, np).

Registre-se que a Lei nº 11.343/2006 revogou a Lei nº 6.368/76 que, por sua vez, preconizava de forma exclusiva o modelo proibicionista de enfrentamento às drogas uma vez que preservou a punição efetiva dos usuários, política essa que se consolidou na década de 1970 durante o regime militar. Nesse viés, de acordo com Neves (2015, p. 66):

A Lei 6.368 de 1976 institui punições mais severas, com penas de reclusão que variam entre um a cinco anos, e em casos específicos, multas de elevado valor. Os novos dispositivos foram desenvolvidos no Brasil norteados pelos preceitos aprovados na Convenção da ONU de 1961, sendo que uma das justificativas utilizadas para agilizar a aprovação da nova legislação sobre drogas no Brasil era que a mesma facilitaria a atuação policial no enquadramento de traficantes (Neves, 2015, p. 66).

Por sua vez, a Lei nº 11.343, apesar de ainda estar alicerçada no modelo proibicionista, preconizou avanços como se verifica no Artigo 28 no qual são estabelecidas as seguintes penas para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal: “I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.” Todavia, não obstante esses avanços na legislação, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, em entrevista¹³ em 01/02/2017, levantou questionamentos acerca dos impactos dessa lei no perfil do aumento do número de presos por tráfico de drogas; argumentou Barroso:

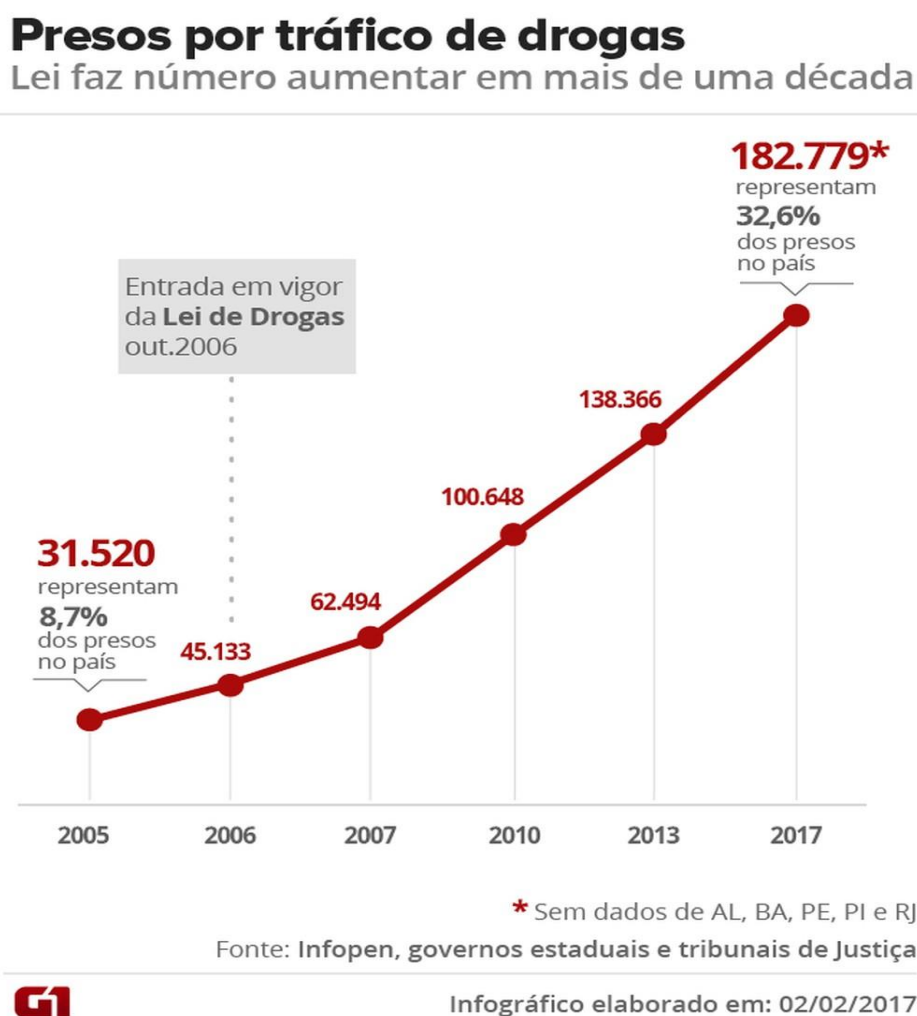
¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acesso em: 18 nov. 2023.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghml> Acesso em: 04 dez. 2023.

A crise no sistema penitenciário coloca agudamente na agenda brasileira a discussão da questão das drogas. Ela deve ser pensada de uma maneira mais profunda e abrangente do que a simples descriminalização do consumo pessoal, porque isso não resolve o problema. Um dos grandes problemas que as drogas têm gerado no Brasil é a prisão de milhares de jovens, com frequência primários e de bons antecedentes, que são jogados no sistema penitenciário. Pessoas que não são perigosas quando entram, mas que se tornam perigosas quando saem. Portanto, nós temos uma política de drogas que é contraproducente. Ela faz mal ao país.

O gráfico a seguir, apresentado na figura 5, extraído da mesma fonte da entrevista citada, comprova as afirmações do Ministro (à época da reportagem) e atual Presidente do STF.

Figura 5 – Aumento do número de presos por tráfico de drogas no Brasil entre 2005 e 2017:



Fonte: Velasco, D'Agostino, Reis (2017, np).

Há que se reconhecer que na Lei nº 11.343/2006, dentre as penalidades, não mais se encontra a privação de liberdade, ou seja, usuários de drogas “deixaram de ser vistos como um caso de polícia e passaram a ser entendidos como uma questão de saúde pública” (Oliveira, 2019, p. 43). Entretanto, verifica-se que o § 1º do art. 28 apresenta a seguinte redação: “Às

mesmas medidas submete-se quem, para seu **consumo pessoal**, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”. (grifo nosso).

Na sequência do art. 28, o § 2º apresenta aspectos subjetivos quanto à aplicação da Lei, tendo em vista sua redação: “Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às **circunstâncias sociais e pessoais**, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. (grifo nosso).

Logo, pode-se verificar de forma inequívoca a existência de brechas na Lei no que se refere à definição exata do critério legal que determine o preconizado **consumo pessoal** e quais são as **circunstâncias sociais e pessoais**.

No que tange à precariedade dos elementos que estabeleçam a diferenciação entre traficantes e usuários, Almeida (2018, np) aponta que aqueles que vivem “nos morros e nas favelas estão infinitamente mais propensos a serem enquadrados como traficantes, mesmo que estejam apenas consumindo a droga, já que as ‘circunstâncias pessoais e sociais’ é fator determinante nessa diferenciação”. Corroborando com essa reflexão, Oliveira (2019, p. 45) argumenta que as lacunas na redação do § 2º da Lei nº11.343 demonstram “a ‘atuação da seletividade penal’, bem como a ‘discrecionabilidade do julgador’”. Afirmar, a seguir:

Isso ocorre em função da inocuidade dos elementos que delimitam a fronteira entre uso e tráfico de entorpecentes, tendo-se em conta que não existem parâmetros suficientes para estabelecer a diferenciação entre a quantidade de drogas passível de ser consumida pelo portador e a quantidade da mesma que se possa definir como destinação ao comércio ilegal. Por conseguinte, o enquadramento do agente como usuário ou traficante dependerá da interpretação particular de cada aplicador da norma (Oliveira, 2019, p. 45).

Entendemos que, de um modo geral, a figura 6 a seguir, extraída do “Levantamento sobre Legislação de Drogas nas Américas e Europa e Análise Comparativa de Prevalência de Uso de Drogas”,¹⁴ consegue resumir e apresentar os critérios gerais da legislação acerca da posse de drogas para uso pessoal no Brasil.

No estudo em questão, pode-se comprovar que a Lei nº11.343 não preconiza pena de prisão por posse de maconha para consumo pessoal, porém, de acordo com o anteriormente evidenciado, não são determinados os critérios que diferenciam o consumo e o tráfico, vácuo esse que configura as citadas “brechas” na legislação.

¹⁴ Disponível em: https://sgmd.nute.ufsc.br/content/portal-aberta-sgmd/e01_m17/pagina-04.html Acesso em: 23 nov. 2023.

Figura 6 – Legislação posse drogas para consumo pessoal no Brasil:



¹Alguns países apenas indicam o que é considerado pequena, média e grande quantidade e as respectivas penas para cada caso, sem realizar a distinção entre uso e tráfico (por ex. Noruega, República Checa e Finlândia).

Fonte: Brasil (2017, np).

Assim sendo, na Lei nº 11.343/2006, existem “fronteiras borradas” que não estabelecem distinção “clara e objetiva” na definição de usuário e traficante fazendo, desse modo, com que a tipificação criminal seja contextual (Policarpo, 2010). Por conseguinte, entre o uso de drogas e o crime de tráfico, no momento da repressão, ocorre obrigatoriamente uma correlação. Por seu turno, Mendes *et al.* (2019) refletem a respeito do avanço na Lei nº 11.343 no que concerne ao porte de drogas para uso pessoal levando-se em consideração que:

[...] a justiça retributiva, baseada no castigo, foi substituída pela justiça restaurativa, cujo objetivo maior foi a ressocialização por meio de penas alternativas, como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade que se ocupem da prevenção/recuperação de usuários e medidas educativas. Desta forma, o porte de drogas foi despenalizado no Brasil, significando o fim da pena de privação de liberdade. Apesar disso, o encarceramento por delitos relacionados às drogas tem aumentado no Brasil (Mendes *et al.*, 2019, p. 3399).

Outro avanço contido na Lei nº 11.343/2006 em relação à Lei nº 6.368/76 se reporta à inclusão, ainda que de forma tímida, da política de Redução de Danos. Conforme o art. 20, se constituem atividades de atenção tanto ao usuário quanto aos familiares “aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas”.

Por seu turno, o art. 18 preconiza as atividades de prevenção do uso indevido de drogas como “aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a

promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção”. Ademais, o art. 19 estabelece os 13 princípios e diretrizes a serem observados nas atividades de prevenção.

Em relação à posse, produção e utilização de produtos derivados da Cannabis para fins medicinais, estão em tramitação no Congresso Nacional diversos Projetos de Lei (PL), entre eles, o PL 399/2015, o PL 5.295/2019 e o PL 89/2023.

A figura 7 (a seguir) contextualiza as principais proposições contidas no PL 399/2015.

Figura 7 – Proposituras contidas no PL 399/2015:

MEDICAMENTOS FEITOS COM CANNABIS SATIVA
O que o Projeto de Lei 399/15, em análise na Câmara dos Deputados, propõe

Cultivo	Medicamentos	Cânhamo
 - Permite o cultivo em todo o País para fins medicinais, científicos, veterinários e industriais, desde que feito por pessoa jurídica ou associação de pacientes - Exige autorização da Anvisa (no caso de remédios) ou do Ministério da Agricultura (no caso de uso veterinário e industrial) - Exige certificação dos teores de tetraidrocannabinol (substância psicoativa da maconha) das sementes de Cannabis comercializadas - Exige o controle de acesso ao local do cultivo, que não poderá ter identificação	 - Exige a comercialização em embalagens invioláveis e com prescrição médica - Remete o controle de preço e publicidade à Anvisa - Permite que farmácias fitoterápicas do SUS cultivem Cannabis medicinal para elaboração de produtos - Permite que farmácias de manipulação façam produtos de uso humano ou veterinário com Cannabis	 Autoriza a produção e comercialização de produtos fabricados a partir do cânhamo industrial, como cosméticos, produtos de higiene pessoal, celulose e fibras
		Importação e exportação  Permite que pessoas jurídicas importem e exportem sementes, plantas e derivados de Cannabis, exclusivamente para fins medicinais ou industriais

Fonte: PL 399/15

Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2021.

Por seu turno, entes federativos também têm buscado estabelecer arcabouços jurídicos e base legislativa legal visando à disponibilização de produtos à base de canabidiol aos pacientes de determinadas doenças.

A legislação brasileira, por exemplo, prevê, por meio da Portaria 344/98, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, do Ministério da Saúde (SVS/MS), o controle da planta e das substâncias derivadas da Cannabis. De acordo com essa determinação, o CBD é considerado uma substância controlada, enquanto o THC é uma substância

proscrita, ou seja, proibida, assim como o próprio vegetal. Atualmente, a aquisição de medicamentos pode se dar pela importação de produtos, pela compra nas farmácias, pelas associações canábicas e por meio de um auto cultivo, garantido através de um habeas corpus (Farias, 2023, np).

Por fim, no que se refere à descriminalização da posse de maconha para uso pessoal, enfatize-se que o tema se encontra em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) tendo sido a votação interrompida sob pedido de vistas efetuado em 24/08/2023. Registre-se que até essa data computavam-se 5 votos favoráveis à descriminalização e 1 contrário. Não há data definida, até o presente momento, para a continuidade do processo de votação dessa matéria.

No que diz respeito à Argentina, a *Ley 23.737* foi aprovada em 21 de setembro de 1989 e promulgada em 10 de outubro do mesmo ano. Destaque-se que, em seu art. 5º estabelece, além de multa, pena de 4 a 15 anos de prisão nos seguintes casos:

a) Siembre o cultive plantas o guarde semillas, precursores químicos o cualquier otra materia prima para producir o fabricar estupefacientes, o elementos destinados a tales fines; b) Produzca, fabrique, extraiga o prepare estupefacientes; c) Comercie con estupefacientes, precursores químicos o cualquier otra materia prima para su producción o fabricación o los tenga con fines de comercialización, o los distribuya, o dé en pago, o almacene o transporte; d) Comercie con plantas o sus semillas, utilizables para producir estupefacientes, o las tenga con fines de comercialización, o las distribuya, o las dé en pago, o las almacene o transporte; e) Entregue, suministre, aplique o facilite a otros estupefacientes a título oneroso (Argentina, 1989, n.p).

Por sua vez, o art. 12 prevê pena de 2 a 6 anos de reclusão a quem defender ou divulgar publicamente o uso de entorpecentes ou induzir outrem ao consumo. Entretanto, intensos debates ocorreram em torno do art. 14 que, originalmente, estabelece, além de multa, prisão pelo período de 1 a 6 anos às pessoas flagradas em posse de drogas.

Determina-se ainda que a pena será de 1 mês a 2 anos de prisão “*cuando, por su escasa cantidad y demás circunstancias, surgieren inequívocamente que la tenencia es para uso personal*”. No entanto, o artigo 19 da Constituição da Argentina estabelece o seguinte: “*Las acciones privadas de los hombres que de ningún modo ofendan al orden y a la moral pública, ni perjudiquen a un tercero, están sólo reservadas a Dios, y exentas de la autoridad de los magistrados. Ningún habitante de la Nación será obligado a hacer lo que no manda la ley, ni privado de lo que ella no prohíbe*”. Nesse contexto, entendendo que o art. 14 da Lei nº 23.737 afronta princípio constitucional, em 25 de agosto de 2009, a *Corte Suprema de Justicia de la Nación*, por unanimidade, descriminalizou a posse de droga para uso pessoal para pessoas de faixa etária igual ou superior aos 16 anos de idade.

A sentença (descriminalizatória) deixou claro que não se trata de legalização: a Corte não legalizou a droga na Argentina. A droga continua proibida. Mas a posse (ou porte) de pequena quantidade, para uso pessoal, está fora do direito penal. [...] A decisão da

Corte argentina segue uma tendência mundial, que também está presente na América Latina. Nos anos 70 e 80 preponderou a política repressiva norte-americana (guerra contra as drogas). Essa política está perdendo sua força (diariamente) frente aos usuários. Considerando-se que os recursos destinados ao "combate" das drogas são escassos, melhor (mais justo e mais adequado) é dirigi-los contra os traficantes (não contra os usuários) (Gomes, 2009, np).

Conforme já citado no caso do Brasil, a figura 8, extraída do mesmo “Levantamento sobre Legislação de Drogas nas Américas e Europa e Análise Comparativa de Prevalência de Uso de Drogas” resume os critérios gerais da legislação acerca da posse de drogas para consumo pessoal na Argentina.

Figura 8 – Legislação posse drogas para consumo pessoal na Argentina:



¹Alguns países apenas indicam o que é considerado pequena, média e grande quantidade e as respectivas penas para cada caso, sem realizar a distinção entre uso e tráfico (por ex. Noruega, República Checa e Finlândia)

Fonte: Brasil (2017, np).

Portanto, no caso da Argentina, observa-se a similaridade com a legislação brasileira no que diz respeito à ausência de critérios objetivos no que se refere à definição da quantidade de droga para uso pessoal.

Todavia, cabe destacar a existência de um dispositivo legal sem qualquer similaridade com a legislação brasileira ou paraguaia no concernente às substâncias psicoativas; trata-se do art. 15 da Lei nº 27.737/1989 que contempla a seguinte redação: “*La tenencia y el consumo de hojas de coca en su estado natural destinado a la práctica del coqueo o masticación, o a su empleo como infusión, no será considerada como tenencia o consumo de estupefacientes*”. Enfatize-se que o Art. 15, ao não criminalizar o consumo *in natura* da folha da *Erythroxylon*

coca, visa respeitar a culturalmente arraigada prática de *coquear*.¹⁵

Ressalte-se que, em 26 de maio de 2022, registrou-se outro significativo marco legislativo com a aprovação pelo *Congreso de la Nación Argentina* da *Ley 27.669*¹⁶ estabelecendo o *Marco Regulatorio para el Desarrollo de la Industria del Cannabis Medicinal y el Cáñamo Industrial* que em seu art. 1º assim define o seu objeto:

La presente ley tiene por objeto establecer el marco regulatorio de la cadena de producción y comercialización nacional y/o con fines de exportación de la planta de cannabis, sus semillas y sus productos derivados afectados al uso medicinal, incluyendo la investigación científica, y al uso industrial; promoviendo así el desarrollo nacional de la cadena productiva sectorial (Argentina, 2022, np).

Porém, cabe esclarecer que a legislação apenas permite a utilização da cannabis com teor inferior a 1% de tetrahidrocanabinol (THC) na sua composição química, ou sejam, plantas que não se constituam “cannabis psicoativa”, conforme determinado na lei.

As expectativas do governo apontam para a criação de 10.000 novos postos de trabalho nos primeiros anos. “Esse número é baseado apenas na demanda por produtos medicinais derivados da planta, destinados a cerca de seis milhões de usuários potenciais”.¹⁷ Outro aspecto significativo subjacente a essa legislação diz respeito à participação da sociedade civil organizada no processo de construção desse dispositivo legal, tendo em vista as mobilizações da sociedade civil organizada em torno da matéria.

A conquista de uma lei para regularizar o uso medicinal da maconha foi resultado da luta de mães cujos filhos padecem alguma doença tratável com cannabis. Diante do tabu e da penalização sobre o cultivo e o uso da maconha, essas mães conformaram uma rede de troca de conhecimentos e produtos para o tratamento de seus filhos. A organização *Mamá Cultiva* esteve na linha de frente dessa militância (Paixão, 2022, np).

O art. 4º da Lei cria a *Agencia Regulatoria de la Industria del Cáñamo y del Cannabis Medicinal (ARICCAME)* responsável pela regulamentação, controle e emissão de autorizações relacionadas ao uso de sementes de *cannabis*, das plantas e de seus derivados. Frise-se que, de acordo com o art. 12º da Lei, essas autorizações serão preferencialmente conferidas – com vistas a contribuir com o desenvolvimento das economias regionais – a cooperativas e pequenas

¹⁵ Entre os habitantes do vale Calchaqui, na Argentina, achava-se muito arraigado o costume de “coquear”, isto é, mascar folhas de coca. Fonte: Disponível em: <https://altamontanha.com/coca-a-folha-sagrada-dos-incas/> Acesso em: 19 nov. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27669-365303/texto> Acesso em: 19 nov. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://sechat.com.br/argentina-revoluciona-egalizar-cannabis-para-diferentes-usos/> Acesso em: 19 nov. 2023.

e médias empresas produtoras agrícolas que contemplem em suas atividades as perspectivas de inclusão de gênero e diversidade.

No que diz respeito ao Paraguai, verificamos encontrar-se em vigência a Lei nº 1340/88¹⁸ “*Que modifica y actualiza la Ley no. 357/72. Que reprime el tráfico ilícito de estupefacientes y drogas peligrosas y otros delitos afines y establece medidas de prevención y recuperación de farmacodependientes.*” Observa-se que o Art.1º apresenta a definição das substâncias que são consideradas entorpecentes e drogas perigosas:

a) Las incluidas en la lista anexa a la **Convención Única sobre Estupefacientes** y al Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas, ratificados por las Leyes Nos. 338 y 339 del 17 de diciembre de 1971. b) Todas aquellas de origen natural o sintético que pueden producir estados de dependencia, estimulación o depresión del sistema nervioso central o que tengan como resultado alucinaciones, trastornos de la función motora y sensorial y modificar el comportamiento, la percepción o el estado de ánimo, o cuyo consumo pueda producir efectos análogos a los de cualquiera de las sustancias indicadas en el inciso a de este artículo (Argentina, 1988, np). (Grifo nosso).

Pode ser observada neste dispositivo a herança da política norte americana de “guerra às drogas”, considerando-se que a aludida *Convención Única de 1961 sobre Estupefacientes, Enmendada por el Protocolo de 1972*¹⁹ está alicerçada no modelo proibicionista. Reitere-se que essa estratégia repressiva se estendeu por grande parcela dos países das Américas.

Verifica-se que a utilização de substâncias psicoativas não se configura crime (art. 2º) desde que certificada de forma expressa por profissionais/instituições previstas na lei. Entretanto, conforme o Art. 9º: “*El profesional médico que recetare sustancias estupefacientes, drogas peligrosas o productos que las contengan, sin razón terapéutica que lo aconseje o autorice, será castigado con penitenciaría de dos a ocho años*”. Por sua vez, os arts. 13º e 14º determinam penas de 6 a 25 anos para quem fornece substâncias psicoativas.

O art. 15º estabelece a aplicação da 10 a 25 anos àquele que fornece entorpecentes em “*establecimientos de enseñanza, instituciones religiosas, asistenciales, deportivas, culturales, sociales o sitios donde se realicen espectáculos públicos o lugares de detención o prisión*”. Nesses ambientes e espaços, se o crime for cometido por professores, religiosos, profissionais de saúde, diretores ou empregados das instituições, será aplicada a pena máxima.

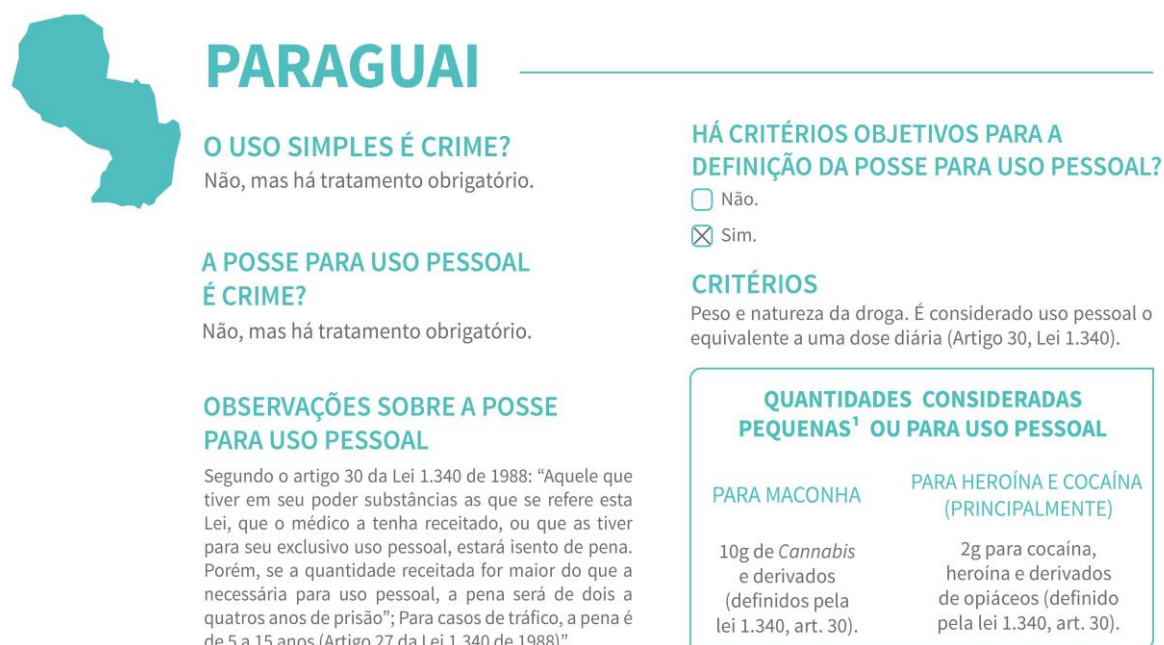
De acordo com o anteriormente referenciado nos casos de Brasil e Argentina, a figura 9, extraída do “Levantamento sobre Legislação de Drogas nas Américas e Europa e Análise

¹⁸Disponível em: <https://www.mspbs.gov.py/dependencias/dnvs/adjunto/04944e-LEYN13401988QUEREPRIMEELTRFICOILCITO.pdf> Acesso em: 19 nov. 2023.

¹⁹ Fonte: Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_es.pdf Acesso em: 19 nov. 2023.

Comparativa de Prevalência de Uso de Drogas” resume os critérios gerais da legislação acerca da posse de drogas para uso pessoal no Paraguai.

Figura 9 – Legislação posse drogas para consumo pessoal no Paraguai:



Fonte: Brasil (2017, np).

Como se observa, no Paraguai, diferentemente de Brasil e Argentina, os critérios que especificam a quantidade de drogas para uso pessoal são objetivos, ou seja, 10g de maconha e 2g de cocaína que são entendidos como a quantidade para uma dose diária.

Porém, será castigado com pena de 5 a 15 anos de encarceramento, de acordo com o art. 27º “*El que tuviere en su poder, sin autorización, sustancias estupefacientes, drogas peligrosas o productos que las contengan.*” No entanto, o critério diferenciado da maioria dos demais países se encontra expresso no art. 30º ao determinar que aquele que estiver de posse das substâncias expressas na lei, desde que “*el médico le hubiere recetado o aquel que las tuviere para su exclusivo uso personal*” (grifo nosso) estará isento de pena. Prossegue o artigo:

*Pero si la cantidad fuere mayor que la recetada o que la necesaria para su uso personal, se le castigará con penitenciaría de dos a cuatro años y comiso. Se considerará de exclusivo uso personal del farmacodependiente, la tenencia en su poder de sustancia suficiente para su uso diario. cantidad a ser determinada en cada caso por el Médico Forense y un Médico especializado designado por el Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social y otro por el afectado si lo solicitare, a su costa. En el caso de la **marihuana no sobrepasará diez gramos** y los gramos en el de la cocaína, heroína y otros opiáceos (Paraguai, 2014, np). (Grifo nosso).*

Registre-se que, com vistas às políticas de prevenção às drogas, a Lei nº 3.340, em seu art. 63º, cria o *Consejo Nacional de Prevención de la Farmacodependencia y Recuperación del Farmacodependiente* do qual elencamos algumas atribuições:

a) *Elaborar y ejecutar programas relativos a la prevención de la farmacodependencia.* d) *Coordinar, fiscalizar, apoyar y promover, en el campo de su competencia, las gestiones de organismos públicos y privados que asignen importancia a los programas de: educación preventiva en materia relativa al uso indebido de drogas peligrosas y al tráfico ilícito, propendiendo a su inclusión en los programas oficiales de estudio; fomento de las actividades de utilización constructiva del tiempo libre de la población y particularmente de la Juventud; tratamiento [...] capacitación del personal profesional y técnico, líderes y dirigentes sociales, voluntarios, padres de familia y la población en general; información y educación a través de los medios de comunicación social.* f) *Promover a nivel nacional campañas de información y educación sobre los riesgos del consumo de sustancias a que se refiere esta Ley y sus consecuencias* (Paraguai, 2014, np).

No que se refere à utilização da *cannabis* para fins medicinais, no Paraguai, em 2018, foi sancionada e em 2019 implementada lei que estabeleceu regulamentações para a produção e o uso da planta para pesquisa médica e científica.

3. A QUESTÃO DAS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA SOB O PRISMA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A partir deste momento do nosso estudo, passamos a apresentar recortes dos discursos dos profissionais da educação entrevistados no trabalho de pesquisa de campo realizado através da aplicação de entrevistas semiestruturadas em Língua Portuguesa (Apêndice A) e Língua Espanhola (apêndice B). Lembramos que se trata de 15 entrevistas, sendo sete no Brasil, quatro no Paraguai e quatro na Argentina. Reafirmamos que os(as) Participantes da Pesquisa são o(a) Secretário(a) Municipal de Educação (ou equivalente) em cada município, um(a) diretor(a) de escola municipal (ou equivalente) de *Ciudad del Este*/PY, um(a) diretor(a) de escola municipal (ou equivalente) de *Puerto Iguazú*/AR e dois/duas diretores(as) de escolas municipais de Foz do Iguaçu/BR. No que concerne aos(às) docentes, foram entrevistados(as) professores(as) que atuam com alunos do 5º ano do 1º Segmento do Ensino Fundamental (ou equivalente) na faixa etária média dos 10 aos 12 anos de idade, sendo dois/duas professores(as) no Paraguai, dois(duas) professores(as) na Argentina e quatro professores(as) no Brasil.

Reiteramos que procedemos pessoalmente a aplicação e gravação de todas as entrevistas, bem como a transcrição dessas em sua língua original. Assim sendo, na sequência, as falas dos(as) entrevistados(as) serão apresentadas nas Línguas Portuguesa e Espanhola. Ressaltamos que, devido ao compromisso de preservar a identidade dos(as) entrevistados(as), conforme explanado na Introdução desse estudo, especificamente no item 1.1.4 (Metodologia), passaremos a denominá-los(as) apenas Participantes da Pesquisa (PP de 1 a 15), sendo que essa sequência numérica obedece à ordem cronológica em que as entrevistas foram aplicadas.

Esclarecemos também que utilizamos, ao longo da redação de nosso estudo, letras maiúsculas (PP) para designar nossos entrevistados, mesmo em face da atualização promovida em 19 de julho de 2023 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 10520/2023) no que se refere à utilização de letras minúsculas - a exceção da letra inicial - em nomes de autores em citações. Mesmo reconhecendo o aspecto amplamente positivo dessa alteração, justificamos nossa escolha em função de que nossos “autores” são denominados apenas por duas letras, assim sendo, se fizemos uso de uma letra minúscula (Pp), entendemos que a compreensão quanto à autoria das falas poderá ser, em princípio, visualmente dificultada.

Sobrelevamos ainda que as informações coletadas no trabalho de campo serão agrupadas por afinidade de assunto com vistas a facilitar a compreensão e análise. Portanto, veremos a seguir oito subcapítulos gerados diretamente das oito perguntas que compunham o

roteiro da entrevista semiestruturada.

Todavia, acrescentamos que, por se tratar de uma entrevista semiestruturada, devido à repetida citação da temática concernente à família – optamos por dedicar à questão um subcapítulo específico. Entendemos ser oportuno e necessário agregar as contribuições dos(as) entrevistados(as) acerca desse tópico, haja vista que a família foi reiteradamente associada à problemática das drogas. A título de exemplificação – conforme será abordado na sequência desse estudo – a família foi apontada por 10 dos(as) 15 Participantes da Pesquisa como um dos principais obstáculos à abordagem da questão das drogas no âmbito das escolas.

3.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Inicialmente, pode-se afirmar que foi encontrada unanimidade de opinião nas respostas à pergunta nº 1: “Você constata, percebe ou acredita que os habitantes da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*) estão mais vulneráveis ao problema das drogas, Por quê? Em quais aspectos ou proporções?” PP-8 entende que a facilidade de acesso às drogas proporcionada pela localização estratégica em fronteira interfere para que haja um consumo mais acentuado de entorpecentes entre adolescentes, jovens e até mesmo crianças.

Agrega ainda PP-8 que “*la frontera es más accesible al traslado de sustancias [...] facilita más al vendedor porque [...] falta control, entonces yo creo que es vulnerable esta temática en las Tres Fronteras*”. Nesta mesma linha de raciocínio, PP-11 assegura que “essa vulnerabilidade às drogas aqui na Tríplice Fronteira é real; nós temos casos de crianças e adolescentes que são usuários e essa Tríplice Fronteira é uma passagem fácil de drogas”. PP-14 afirma que, além da questão da fronteira, a escola em que atua se localiza em região de extrema vulnerabilidade social, assim sendo, “tem muita criança envolvida com problema de drogas”. Por sua vez, PP-12 também alega que com o acesso mais facilitado às drogas na fronteira “*hay mucho más posibilidad a que se propague este fenómeno social que lastimosamente tiene mucha transcendencia sobre los niños y jóvenes.*” Alerta ainda PP-12:

Nosotros estamos en una zona muy estratégica, solamente a 15 kilómetros o poco más del Puente de la Amistad y por lo que podemos visualizar tenemos lastimosamente varios niños que están en esta situación vulnerable y cada vez más se propaga justamente porque estamos en una zona estratégica donde tiene mucha accesibilidad a todo tipo de persona de diversos países, entonces es más factible que se propague.

Constatou-se que essas falas dos(as) entrevistados(as) fazem menção mais específica à fronteira Brasil - Paraguai. Neste viés, Silva (2015, p. 93) observa que “não se pode desmerecer

a pujança comercial de *Ciudad del Este*, famosa tanto pela venda de produtos importados a baixo custo quanto pela circulação de drogas e armas, lavagem de dinheiro, entre outras ilicitudes”. Da mesma forma, PP-10 manifesta seu ponto de vista a respeito da fiscalização menos rigorosa que ocorre na Ponte da Amizade:

É só atravessar a ponte, sem nenhum tipo de fiscalização, você entra e volta sem problema nenhum. Inclusive menores de idade conseguem fazer a travessia da ponte e praticam este ilícito também, ajudam no tráfico de drogas aqui para o Brasil. Eu acredito sim totalmente nisso até porque, por exemplo, a clientela que nós temos aqui na nossa escola, nós temos alunos que são parentes, filhos, primos de traficantes e isso para eles é muito comum, para eles é como se fosse um ganha pão.

PP-13 aponta que essa vulnerabilidade mais acentuada se deve também aos aspectos sociais e econômicos. Além disso, percebe-se uma “facilidade da travessia das drogas pelo rio”. Cita ainda o fluxo de pessoas, principalmente, por questões de trabalho entre Brasil, Paraguai e Argentina. Verifica-se que a pandemia de Covid-19 que, por sua vez, aumentou o desemprego e, conseqüentemente, a pobreza, também contribuiu para, ao se suspenderem as barreiras de locomoção, agravar a situação referente a maior circulação de pessoas entre as cidades fronteiriças, de modo que, na visão de PP-1, com essa nova dinâmica, agravou-se a vulnerabilidade a ilícitos, em especial, o contrabando e o tráfico, bem como intensificaram-se os riscos à drogadição. Afirma também:

Eu acho que por conta de ser fronteira e nós recebermos aqui muitos habitantes também e principalmente depois da pandemia eu acho que aumentou um pouquinho mais a situação e se agrava essa questão da pobreza, do desemprego, a situação social mesmo das pessoas acaba ocasionando situações e que tornam as pessoas mais vulneráveis à questão das drogas tanto na Argentina quanto no Paraguai e no Brasil, pois as pessoas transitam muito de um país para o outro nessas condições (PP-1).

Nesse contexto, Reimann (2013, p. 53) denuncia que, na região da fronteira, muitos jovens são estimulados pelo desemprego e exclusão social “a buscar alternativas de ganho de renda nas ruas, seja na mendicância, no comércio informal, no contrabando ou no tráfico”. Por seu turno, Gemelli (2013, p. 89) se posiciona sobre essa relação pobreza/tráfico/uso de drogas:

[...] indiretamente, a condição de pobreza fortalece tanto as redes de trânsito das drogas, que leva indivíduos a aderirem a atividades do transporte de drogas, como, também, tal condição leva ao fortalecimento do consumo, visto por muitos usuários como uma “válvula de escape” dos problemas enfrentados em função de sua condição social de pobreza.

PP-2 chama a atenção para o fato de que viver na região de Tríplice Fronteira torna a todos mais susceptíveis aos riscos da comercialização e dependência de entorpecentes, ou seja, não apenas os envolvidos diretamente com o narcotráfico e os dependentes adultos, levando-se em conta que esse fenômeno se estende também sobre a sociedade em geral que é refém da

violência gerada nesse processo e, mais grave e acima de tudo, que vitimiza crianças e adolescentes, de modo mais particular, aqueles que se encontram em situação de rua ou aqueles filhos cujos pais ou responsáveis não lhes fornecem a necessária orientação. Alerta PP-2:

Son muchos más vulnerables al problema de las drogas en esta zona porque vivimos en la Triple Frontera. Se consume también en mayor grado [...] Y por desgracia no son solamente las personas adultas sino son aquellos niños, adolescentes que están en riesgo de calle o que simplemente las familias no les prestan la atención adecuada. Las proporciones se agigantan año a año.

No aspecto concernente à vulnerabilidade na Tríplice Fronteira, verifica-se que, no entendimento de PP-4, a cidade de *Puerto Iguazú*, na Argentina, sofre principalmente em função do ingresso de drogas no país a partir dos demais municípios que compõem a TF. Cita PP-4 que essa situação se agrava devido à falta de conscientização, da carência de recursos das famílias e do abandono pelo qual passam os filhos reflexo de pais imersos em situação de tráfico, contrabando ou uso/dependência de drogas.

Principalmente por el contexto geográfico ya que Puerto Iguazú se encuentra delimitada por vías fluviales lo que facilita el contrabando y el ingreso de muchas sustancias [...]. Entre los aspectos esta la falta de concientización contra el consumo de las sustancias. Alertar que acá, como es ciudad de tres fronteras, hay mucho ingreso y hay familias que por ahí son muy carentes de recursos y se ven influenciados a quererlas. Y una vez que ya los padres están inmersos en esta situación ya recae a veces en los hijos (PP-4).

Por sua parte, PP-7 aprofunda essa premissa de que *Puerto Iguazú*, de certa forma, encontra-se mais exposta à problemática da drogadição em decorrência de fazer fronteira com dois países que são produtores e distribuidores de substâncias psicoativas em proporção maior que a Argentina, de modo que no município de “*Iguazú, hay muchos distribuidores, muchos vendedores, digamos, y existe mucha vulnerabilidad en ese sentido*”. Concordando com este ponto de vista, PP-5 assim se posiciona:

Es más vulnerable justamente porque estamos en un clima subtropical donde sabemos que los cultivos en sobre todo en los dos países vecinos se desarrollan. Sabemos también de que la Triple Frontera es muy permeable, nosotros estamos delimitados por ríos. No solamente está delimitado el espacio fronterizo este controlado por aduanas y la parte militaría, si no que existen muchos ingresos ilegales al país por los cuales muchos residentes de Puerto Iguazú comercian artículos de uso cotidiano o sea mercaderías de distintos tipos sea alimentos o vestimentas sí no también estupefacientes de manera ilegal que no es solamente en Iguazú si no también más al sur seguramente porque el río lo permite, el río Paraná debe tener sus accesos.

Na sequência de suas colocações, PP-5 assegura desconhecer pontos clandestinos de passagem de drogas, armas e demais mercadorias que são traficadas ou contrabandeadas para a Argentina, porém, sabe-se que essas práticas ilícitas ocorrem até mesmo pelas características dos limites fluviais. Afirma ainda que a situação tem se agravado em função do momento

traumático pelo qual passa a economia do país.

Bertin (2014, p. 159) indica que “da mesma forma que o narcotráfico, a atuação do contrabando acontece de forma mais expressiva pelos rios”. Por sua vez, Souza (2009) alerta para a ausência ou omissão do Estado no que diz respeito ao tráfico de entorpecentes especificamente na fronteira Brasil - Paraguai.

Com dinheiro e poder, narcotraficantes passaram a recrutar campesinos paraguaios para engrossar o cultivo de maconha. A droga, que tem como principal destino o mercado brasileiro, está sendo plantada cada vez mais perto da fronteira entre os dois países. A Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (Senad) identificou plantio de maconha em um assentamento situado a apenas 120 quilômetros de Foz do Iguaçu, na localidade de Itakyry, e outro próximo a uma área de sem-terra no departamento (divisão administrativa) de San Pedro, região Norte (Souza, 2009, p. 107).

De sua parte, PP-3 analisa a grande movimentação que se verifica na Tríplice Fronteira. Ressalta que, além dos moradores locais, há muita passagem entre os três países de turistas e pessoas ligadas ao setor de compras e, dessa forma, torna-se mais difícil a fiscalização e se perde um pouco o foco no controle de quem e o que circula pela fronteira. Sendo assim, adverte que a comunidade regional se encontra mais exposta:

Son más vulnerables porque hay mucho paso de gente que no es del local, no están asentados en las ciudades, si no que vienen y que van de paso, eso sea por compras, eso sea por turismo, entonces, estas cosas influyen; esta gente que viene, no que tenga problema radical en eso, pero si pierde un poco el foco y el control de quién está actuando en la sociedad en cada momento porque nuestra sociedad, por esta razón turística - lo cierto - hace que tengamos muchas visitas y con estas visitas también tiene problemáticas al nuestro lugar (PP-3).

Verifica-se, nessa mesma perspectiva, que Oliveira (2012, p. 35) evidencia que a região da TF se configura como “sistemas inter e transnacionais permeáveis, cuja plasticidade social se faz nas relações entre pessoas e culturas em constantes e descontínuas deslocções no interior e no cruzamento dos três estados nacionais demarcados por fronteiras voláteis, difusas e intrigantes”. Reforçando a posição anterior de PP-3 concernente à questão da grande circulação de pessoas, veículos e mercadorias que se processa na região da Tríplice Fronteira, PP-6 explica: “Sabemos que es latente la realidad que tenemos hasta hoy con niños, adolescentes y jóvenes”. Afirma em acréscimo o(a) Participante da Pesquisa:

Es totalmente vulnerable nuestra zona de la Triple Frontera por el hecho de que hay una circulación natural por más que existen esos límites y también sus controles, la gente se mezcla [...] buscan una manera de insertarse por la necesidad que hay y eso hace que esa circulación masiva, libre que existe y que también les tocó a los adolescentes y niños que están expuestos a las drogas. Yo Podría hablar por la facilidad del contacto, del vínculo, principalmente que existe entre Ciudad del Este y Foz de Iguazú. En una proporción, hasta le diría en términos de porcentaje muy alto que sobrepasa los 60%, tendiendo en cuenta los chicos principalmente, los jóvenes y adolescentes que están muy a la deriva al descuido de las familias (PP-6).

Prosseguindo em suas observações acerca dessa situação de vulnerabilidade na Tríplice Fronteira que afeta mais diretamente a juventude que busca superar a crise, principalmente, econômica que esse recorte específico da população enfrenta, fazendo que “*entonces cayga facilmente en la drogadición*”, PP-6 defende que esses jovens são vítimas de sua condição de exclusão social e, paralelo a isso, do descuido das famílias.

PP-9 argumenta que, devido ao fato de nos localizarmos em uma região de Tríplice Fronteira “nós estamos numa região com uma característica diferenciada dentro do nosso país”. Ato contínuo, faz uma advertência no que se refere à questão da atuação do poder público no enfrentamento da problemática das drogas: “nós estamos à mercê de algo muito negativo para a sociedade”. Enfatiza PP-9 a necessidade do engajamento completo das esferas tanto políticas quanto educacionais para que essa situação não fuja mais ainda do controle.

3.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS

A 2ª pergunta à qual os entrevistados foram submetidos foi a seguinte: “A partir da sua experiência profissional, você entende que a prevenção às drogas pode e deve ser realizada através de práticas educativas no âmbito escolar, por quê?” A essa questão, PP-11 respondeu que acredita plenamente no efeito positivo do trabalho educativo. Todavia, alega que a escola necessita de um maior apoio do poder público e da sociedade, isto é, que ambos cumpram também os seus papéis para “ajudar essas crianças e adolescentes a não entrarem nas drogas. A escola ajuda, mas ela é apenas uma parte, ela não faz todo o trabalho completo de prevenção”. Questiona ainda PP-11: “A gente, no nosso dia a dia, tenta orientar, porém nós não somos a mãe, o pai ou o responsável e a gente passa apenas quatro horas com a criança e com 35 a 40 alunos não temos como atingir a todos”. Assim sendo, reitera a importância do papel da família.

Nesta perspectiva, com vistas à realização de um trabalho mais aprofundado de prevenção às drogas através de práticas pedagógicas, Chagas *et al.* (2017), em sua pesquisa que apresenta as “concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas” verificaram que algumas docentes entrevistadas defendem que a prevenção às drogas “pode e deve” ser realizada com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por outro lado, observaram-se posicionamentos contrários:

Algumas entrevistadas acreditam que a escola não possui a função de assumir essa demanda, pois “a responsabilidade é dos pais. A escola pode ajudar em relação às amizades, mas a escola já tem muita coisa para fazer e não aguenta se responsabilizar por mais essa”. Outro argumento utilizado pelas professoras se sustenta na percepção de que a droga “está fora da escola”, ou seja, não há um contato direto dentro dela, então não caberia à escola acolher essa demanda (Chagas *et al.*, 2017, p. 7).

Em consonância com este ponto de vista, PP-10 compreende a necessidade de a escola colaborar no trabalho preventivo à drogadição, no entanto, sustenta que “a gente não pode tomar isso para a gente como se fosse a nossa obrigação. Eu acho que a gente tem que auxiliar”. Na sequência, justifica sua observação relatando uma situação vivida em sua escola em que um aluno de 5º ano sofria pressão e discriminação da própria família tendo em vista que essa era composta por pais e irmãos traficantes e ele que “a gente via que era um bom garoto” não queria essa vida para si. Entretanto, no entendimento da entrevistada, “chegaria o momento em que ele não iria aguentar mais”. PP-10 complementa:

E assim, na escola, eu acho que a gente tem a chance de falar e colocar situações que eles desconhecem por que para eles um cara lá da favela ser assassinado porque está devendo para o tráfico, para eles é normal porque eles vivem aquilo ali, é a realidade deles, mas eu acho que a gente tem como contribuir sim, contribuir e auxiliar, mas não tomar para a gente como obrigação.

PP-10 entende ser necessário que o trabalho preventivo enfoque “essa questão dos exemplos que as crianças têm visto: o que realmente é bom para eles? O que é moral? Talvez seja hora de rever alguns conceitos que a gente tem achado que são naturais e não são”. Alerta para o fato de que, quando se fala da questão das drogas com crianças e adolescentes, torna-se importante estabelecer a interligação entre a drogadição e os problemas financeiros causados na família, a violência gerada na sociedade e suas consequências no sistema de saúde, entre outras interfaces: “a gente tinha que fazer os alunos entenderem e os colegas também que tudo está interligado”. Afirma ainda PP-10 que o trabalho conjunto entre a escola, o poder público e a sociedade pode apresentar resultados positivos: “como eu estou aqui nesta escola há vinte e cinco anos, eu vejo que a clientela que nós tínhamos antigamente era muito mais envolvida com isso do que hoje, talvez seja resultado do trabalho que foi feito neste período todo”, conclui PP-10, embasada em seus muitos anos de experiência na Educação.

Concernente ao papel da sociedade no que se refere às iniciativas com vistas à prevenção às drogas, PP-8 se reporta à importância da conscientização da coletividade: “*El docente tiene un papel súper importante de pasar esta información a los estudiantes. Pero también sería de suma importancia la promoción y prevención para concienciar a la sociedad de parte de los padres, abuelos, vecinos, la sociedad en sí*”. Somando-se ao pensamento de que a responsabilidade neste processo não cabe apenas às instituições educativas, assegura PP-9:

Dentro do currículo que nós trabalhamos, já temos algumas coisas presentes para serem trabalhadas. Não é uma questão só da escola; é uma questão política total, em âmbito total e não só por sermos uma região de fronteira, mas também fazendo parte de um estado e no âmbito federal, então assim; temos como trabalhar, mas isso precisa ser intensificado não apenas dentro da escola, pois o problema vem de fora.

Não obstante apontar para a necessidade de que a sociedade em geral cumpra com seu papel, PP-9 reconhece a importância do profissional da educação nesse contexto. “Nós sim, temos um poder muito grande dentro da sala de aula para poder trabalhar essas visões em cima de projetos, mas precisamos de um apoio externo para que isso seja concretizado”. Além disso, as limitações encontradas em muitas famílias é abordada por PP-6 ao analisar “*la gran responsabilidad que tenemos nosotros como docentes*”. O(a) entrevistado(a) destaca que, devido às deficiências educacionais de muitos pais, o ambiente escolar é fundamental e insubstituível não apenas na área da prevenção às drogas, mas em diversas outras:

Yo creo que el ámbito escolar es totalmente un espacio único que se da porque muchos de los padres, principalmente en nuestro país, no son personas formadas, no son personas preparadas, no son personas que puedan ayudar mucho en este sentido a los chicos. Y somos nosotros, los docentes, el sector de educación, la escuela, el mejor ambiente para que ellos reciban esta orientación, esta formación, esta capacitación. En este sentido, totalmente de acuerdo estoy mientras que sea en nivel mundial que la educación es el único espacio donde la persona puede formarse, desarrollarse y crecer no solamente como persona, también como familia y como sociedad (PP-6).

Nessa perspectiva referente à responsabilidade da escola na prevenção às drogas e às dificuldades enfrentadas nesse processo, PP-5 alerta para a necessidade de se trabalharem valores éticos e morais, haja vista que, em muitas famílias, os pais ou tutores são consumidores de drogas e os filhos convivem com isso a ponto de que para as crianças o consumo de drogas é algo cultural e normal em seu desenvolvimento.

PP-15 ratifica o papel da educação na prevenção, entretanto, alerta que as causas e consequências da drogadição devem ser trabalhadas “a partir do contexto em que as crianças estão inseridas”. PP-13 argumenta que, muitas vezes, determinadas crianças necessitam desse tipo de intervenção, pois “devido aos casos da família, elas acabam cobrando dos seus familiares o não-uso da droga”. Agregado às observações anteriores, PP-5 realça que a escola

{...} es la caja de resonancia de la sociedad y también sabemos de qué muchas veces sabemos que como esta naturalizado como parte de la cultura familiar, no se dan cuenta de que eso no corresponde y de que eso los perjudica en nivel de salud psicológica y física. Y la escuela tiene que marcar la diferencia porque queremos niños sanos, queremos adultos sanos, queremos adultos proactivos, queremos adultos que sean buenas personas cuando lleguen a la madurez.

Ainda no que se refere à responsabilidade dos professores com relação aos alunos no trabalho preventivo à drogadição, PP-5 salienta que “*debemos de hacer, debemos de hablar porque es posible trabajar para que ellos puedan entender y para que puedan saber y no cometer nunca estos errores*”. No prisma relativo à responsabilidade do professor no que concerne à prevenção à iniciação ao uso e abuso de drogas, PP-3 observa:

Nosotros somos los formadores de futuros ciudadanos, entonces nos corresponde desde de nuestro lugar, prevenirlos de varias maneras, o sea con charlas, o sea con contenidos transversales - que llamamos acá, ¿lo cierto? – en las otras materias, podemos tocar el tema y sobre todo, trabajar mucho ética y valores que van a ser la base de los futuros ciudadanos. Entonces, yo creo que sí; la escuela puede y debe hacerlo porque es parte de la formación integral del alumno.

Nesta mesma linha de raciocínio, PP-4 defende que a escola é a 2ª casa dos alunos e, portanto, tem o dever de contribuir com as famílias na formação integral desses. Logo, o trabalho preventivo à drogadição, além de outros males, deve estar entre as prioridades das instituições educacionais. Afirmo literalmente PP-4:

Creo que es importantísimo desde de la escuela enseñar porque somos la segunda casa del chico, tenemos todas las esperanzas puestas en los chicos de que ellos tengan esta concientización de que esto es muy dañino para la salud, para la familia, para el contexto mismo porque esto es como una red que se va comunicando a la sociedad y mayor concientización yo creo que va a hacer como un cambio no solo a los chicos, como a la familia, a la sociedad.

PP-4 avança em suas considerações afirmando que se trata de um trabalho bastante árduo, tendo em vista que especificamente a escola na qual atua está inserida em uma região em que “*hay barrios que son muy vulnerables [...] muy carentes de recursos, los padres con poco trabajo, influenciados ahora por el contrabando y los chicos se ven afectados, los padres por ahí no los ven*”. Entretanto, apesar desse panorama preocupante, PP-4 argumenta que o trabalho desenvolvido pela escola se constitui na maior possibilidade de que os alunos tenham melhores perspectivas de qualidade de vida tanto pessoal quanto profissional. Conclui PP-4, enquanto profissional da educação: “*Nunca, nunca bajar los brazos y desorientarnos porque nosotros somos una esperanza para estos chicos*”. Todavia, PP-14 enfatiza que para a realização da prevenção, faz-se necessário material didático, os pais na escola e o apoio de colaboradores externos especialistas na temática.

De sua parte, PP-2 relata que “*desde de mi experiencia profesional, entiendo que la prevención de drogas debe llevarse a cabo a través de las prácticas escolares*”. Em adição a esse pensamento, PP-1 defende o ponto de vista de que é de fundamental importância que o trabalho preventivo ao primeiro contato com as drogas e a posterior dependência seja realizado no âmbito das instituições de ensino a partir do 1º segmento do Ensino Fundamental.

Desde os pequeninhos, no nosso caso nas escolas municipais, se nós formos trabalhando com as crianças quais são os malefícios que a utilização de drogas pelo usuário de drogas pode trazer para a vida futura deles, nós teremos daí com certeza adolescentes, jovens e adultos com uma condição muito menos vulnerável. Então, a gente precisa fazer uma política de conscientização e de formação dessas crianças e desses adolescentes para que eles se tornem cidadãos sem nenhum problema por se serem usuários de drogas (PP-1).

Agregamos o entendimento de PP-6 de que “*el futuro de una nación depende de cómo uno fue educado*”. Percebe ainda que tanto no Paraguai, quanto no Brasil ou Argentina a educação tem sido culturalmente pouco valorizada. Não obstante, crê na educação que, não apenas na área da prevenção às drogas, mas em diversas outras, busca “*no solamente formar elementarmente y si trabajar la integralidad de la persona.*”

Por sua vez, PP-12, no que diz respeito à educação, enquanto arma preventiva à iniciação e dependência de drogas e outros males, afirma que: “*la escuela es el espacio más importante*”. Prossegue em seu raciocínio citando grandes pensadores que afirmam que a arma mais poderosa para transformar o mundo se trata da educação e cita que “*hay muchas formas de transformar; combatiendo las drogas, combatiendo las guerras*”. Acredita PP-12, até mesmo de forma relativamente utópica que, através da realização sistemática de programas, ações e atividades motivacionais, conversas, palestras, oficinas entre outras iniciativas realizadas no cenário educacional, se pode até mesmo **erradicar** a drogadição entre os estudantes ou as motivações que os levam à iniciação, uso e dependência de drogas tanto lícitas quanto ilícitas. Conforme explica na sequência:

Muchas veces los motiva la depresión, la falta de estructuración de la familia porque sabemos también que la primera escuela es la familia, pero, lastimosamente están desintegradas, entonces muchos de los niños y jóvenes buscan la felicidad, como se sienten vacíos, entonces, buscan en estas sustancias que son terroríficas para mí porque son sustancias que dañan, que matan no en un día; la droga es una enfermedad que mata lentamente a la persona.

Observa-se, nas colocações de PP-12, sua convicção de que o âmbito educativo tem papel fundamental no enfrentamento à problemática das drogas: “*el espacio de las instituciones educativas es el más importante para combatirlas*”. O(a) entrevistado(a) defende o posicionamento de que a equipe de profissionais de educação deve envidar esforços no sentido de proporcionar um ambiente escolar agradável pelo qual os estudantes se sintam atraídos e tenham prazer em nele permanecer, ou seja:

Tenemos que hacer que nuestros niños sean felices, tenemos que enseñarles, tenemos que hacer que nuestros alumnos sean felices en estar acá y no que ellos prefieran no venir a la escuela. Nuestra misión como educadores es que ellos permanezcan felices en nuestra institución y no que ellos solo sean felices solamente cuando llega el sábado y el domingo. Que ellos aprendan no solamente a leer o escribir, que ellos aprendan a ser buenas personas y a contribuir positivamente en nuestra sociedad, en nuestro país para una transformación verdadera de nuestro país.

PP-12 reconhece a dificuldade no que diz respeito à construção desse cenário dentro das escolas no dia a dia atribulado e exaustivo do processo pedagógico. Apesar disso, defende que se deve caminhar rumo a esse objetivo, mesmo tendo consciência de que “*es muy difícil, pero*

todo depende de la educación”. Além disso, alega que, na maioria das vezes, o essencial não se trata de quantos títulos acadêmicos uma pessoa tenha alcançado, isto é, de quantas especializações, mestrados ou doutorados tenha concluído; o que realmente importa é que o profissional da educação – gestor ou executor – verdadeiramente acredite no poder transformador da educação e queira e busque contribuir para melhorar o âmbito educativo. Na defesa dessa argumentação, PP-12 assim se manifesta:

La parte actitudinal es muy importante, más diría yo que la parte procedimental o la parte conceptual. Para mí, uno de los pilares fundamentales es la parte espiritual, como nosotros llegamos a nuestros estudiantes; eso que es más importante, no me sirve de nadie a mi gente que grita, grita, grita se yo no tengo el amor de mis estudiantes, se yo no tengo la confianza para que ellos sean buenas personas y busquen aprender la lección que les damos.

PP-12 conclui afirmando que as lições que os professores têm o papel de socializar com os alunos devem ser ensinamentos não apenas para 3, 4 anos ou para a fase em que esses estão na escola; o aprendizado deve servir, isso sim, para a vida toda, isto é, deve contribuir positivamente para que os estudantes venham a ter um futuro melhor enquanto pais, mães, profissionais, cidadãos, enfim.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO

A seguir, a 3ª pergunta à qual os entrevistados responderam: “Quais políticas públicas (programas, projetos, ações) preventivas às drogas já foram implantadas ou se encontram em andamento nas escolas do seu município?” No que diz respeito ao município de Foz do Iguaçu, PP-1 cita o Programa Educacional de Resistência às drogas e à Violência (PROERD) que é desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

Nós temos um programa, o PROERD que é uma parceria com a Polícia Militar em que eles fazem um trabalho. Esse ano, nós estamos em algumas unidades escolares que eles fazem sempre com as crianças do 5º ano. [...] eu acho que ele atua também nas escolas estaduais, mas eu não sei bem qual é o foco. Nas escolas municipais, o PROERD tem um trabalho bem afim com os nossos alunos.

Por sua vez, PP-9 aponta que há alguns projetos que, em decorrência do período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, foram interrompidos e que deveriam retornar o quanto antes, dentre eles o PROERD. Entretanto, apesar de reconhecer ser esse um programa complexo, faz uma ressalva no que diz respeito ao seu raio de abrangência, pois defende que ele deveria buscar alcançar anualmente todas as turmas de 5º ano de todas as escolas municipais de Foz do Iguaçu.

[...] deveria abranger, acredito como educadora, todas as escolas aqui em Foz, não apenas 10, mas os 5ºs anos de todas as escolas municipais, independentemente da localização, de onde está inserida [...] todos deveriam ser atingidos; deveria ser dada a oportunidade dentro do ano ou de dois anos para que todas as escolas fossem alcançadas (PP-9).

A situação apontada por PP-1 e PP-9 de que o PROERD é executado anualmente apenas em algumas escolas municipais é atestada por PP-11 – que trabalha em instituição escolar municipal diferente da em que atua PP-9 – ao afirmar que:

No âmbito da escola, nós tivemos há alguns anos o programa do PROERD, um programa muito bom, que ajudava muito, porém de alguns anos para cá nós não temos mais. Eu acho importante que volte ou que tenha novos programas, novos projetos, ações dentro da escola voltadas para a prevenção ao uso das drogas.

Nessa mesma perspectiva, PP-14 destaca a importância do PROERD, todavia, realça que o Programa “infelizmente não está mais funcionando para os nossos alunos dos 5ºs anos [...] são vários anos que não tem mais, eu não lembro se são 10 ou 12 anos, mas faz vários anos que não tem mais”. Desse modo, observando-se comparativamente os discursos de PP-1, PP-9, PP-11 e PP-14, pode-se verificar a existência de contraposições parciais no que concerne à realização do PROERD. Entendemos que isso ocorre em função de que em Foz do Iguaçu há 50 escolas municipais e o programa estava atingindo apenas 10 das instituições, o que significa que as instituições de ensino onde trabalham PP-9 e PP-14 não têm sido contempladas com o programa nos últimos anos.

Somando-se às observações anteriores, PP-13 também reitera que o PROERD deveria acontecer todos os anos em todas as escolas para os alunos de 5º ano, mas não acontece.

Este ano, não tivemos PROERD e à medida em que ele acontece, ajuda na orientação e na prevenção das drogas. Só que é um Programa que acaba sendo fragmentado; não tem uma continuidade e deveria ter para que nós tivéssemos uma amplitude maior, um sucesso maior onde essas crianças pudessem ser assistidas continuamente porque elas vivem em uma condição social de vulnerabilidade (PP-13).

PP-15 recorda ter participado do PROERD quando era aluno(a) do 5º ano da rede municipal. Entretanto, reforça as constatações dos(as) demais Participantes da Pesquisa ao realçar que o grande problema das políticas públicas na esfera da prevenção às drogas é a sua descontinuidade, ou seja, ocorrem de forma esporádica.

Todavia, verifica-se que o Governo Estadual afirma não ter a disponibilidade de contingente de policiais militares para atender aos 399 municípios paranaenses com esse trabalho. Entretanto, somada à excepcionalidade de Foz do Iguaçu no que concerne à vulnerabilidade às drogas típica da fronteira, há que se considerar que grande parte dos municípios não solicitam o PROERD.

Figuras 10 – PROERD volta a ser ofertado nas escolas rede municipal de Foz - 20/09/2022:



A Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Prefeitura de Foz do Iguaçu reativaram o convênio para execução do PROERD, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. O projeto, realizado em Foz do Iguaçu desde 2001, ficou suspenso por mais de dois anos devido à pandemia da covid-19. Nesta retomada, que inicia no dia 27 de setembro, serão contempladas as turmas de 5º anos das escolas Cândido Portinari (Jardim Petrópolis), Najla Barakat (Jardim Itaipu) e Professora Lucia Marlene Nieradka (Vila Yolanda).

Fonte: Foz do Iguaçu (2022, np).

Figuras 11 – PROERD volta a ser ofertado nas escolas rede municipal de Foz - 21/09/2022:

[...] O PROERD é desenvolvido por policiais militares voluntários e devidamente capacitados. O intuito é informar e prevenir as crianças quanto aos malefícios do álcool e das drogas e também orientar os pais sobre como lidar com o assunto em casa. “O objetivo é dotar os estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência”, explica Nilma Rezende, cabo da Polícia Militar e educadora social do PROERD. 21 de setembro de 2022.



Fonte: Portal da Cidade (2022, np).

Figura 12 – Alunos de escolas municipais recebem certificado pelo PROERD - 15/05/2017:



Mais de 200 crianças entre 10 e 11 anos participaram da formatura de mais uma turma do programa em Foz do Iguaçu. Nesta formatura os alunos das escolas municipais Presidente Getúlio Vargas e Cecília Meireles prestigiaram a solenidade de formatura organizada especialmente para eles. São crianças entre 10 e 11 anos que estudam no 5º ano do ensino fundamental e que recebem aulas práticas e teóricas do grupo da Polícia Militar capacitado para ministrar as aulas. O projeto acontece desde o ano 2000 no município.

Fonte: Foz do Iguaçu, (2017, np).

Figura 13 – Proerd forma 500 alunos de escolas municipais em Foz - 04/12/2018:



O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) formou mais uma turma nessa segunda-feira (3), em Foz do Iguaçu. Os alunos são crianças entre 10 e 11 anos que estudam no 5º ano do ensino fundamental e que recebem aulas práticas e teóricas de um grupo capacitado da Polícia Militar. Na tarde de ontem, 500 alunos das escolas municipais Carlos Gomes, Jardim Naipi, Professor Benedito João Cordeiro, receberam certificados em uma solenidade realizada no ginásio de esportes Costa Cavalcanti, que contou com a presença de professores e coordenadores do projeto.

Fonte: GDiá (2018, np).

As atividades do PROERD se estendem ao longo de 10 lições, ao final do ciclo, são realizadas as “formaturas”; eventos que reúnem centenas de alunos e suas famílias, conforme

registram as figuras 12 e 13. Porém, tanto a descontinuidade quanto a limitada abrangência do programa em Foz do Iguaçu, comprovam-se também nas Figuras 10, 11, 12 e 13.

Por sua vez, o nível de eficiência do PROERD, em um município do Estado do Paraná, foi objeto de estudo dos já referenciados Demetrio, Viana e Hoeflich (2013) cuja conclusão aponta que o programa “vem desempenhando um papel importante na área educacional e de forma eficiente quanto aos seus objetivos”. De acordo com os autores:

[...] visualizou-se um percentual positivo em relação à prevenção de drogas, bem como na ação de evitar atitudes e comportamentos de violência e agressividade. Verificou-se ainda que o alcance dos objetivos do programa não se restringiu apenas ao contexto escolar, mas também no ambiente familiar e social dos alunos, pois segundo os mesmos, o programa contribuiu para efetuar mudanças no seu cotidiano, como este prevê ao ser compartilhado com os demais membros da família e amigos (Demetrio; Viana; Hoeflich, 2013, np).

Além do PROERD, outro programa citado pelos(as) entrevistados(as) se trata do Concurso “Arte Sem Cigarro é um Show”. PP-9 relata que esse surtiu um efeito muito positivo na comunidade, tendo em vista que “os pais vinham ver o que estava acontecendo, ver os trabalhos das crianças e ver por que elas estavam trabalhando isso”. Percebe que as crianças levavam para suas famílias informações acerca dos malefícios do tabagismo e isso “acabou cutucando um pouquinho os pais” de modo que se vislumbrou um retorno positivo não só para as famílias, mas também na escola e para o município como um todo.

Nesse mesmo prisma, PP-1 também destaca o retorno positivo das famílias gerado pelo programa “Arte Sem Cigarro é um Show”. Acrescenta PP-1 que essa iniciativa era conduzida pelo Conselho Municipal Antidrogas.

O “A arte sem cigarro é um show” fazia parte do Conselho Municipal Antidrogas e através dele, na época, a gente resgatou histórias belíssimas de famílias que as crianças influenciaram positivamente dentro das próprias famílias através de um trabalho que foi feito na escola, levando para suas casas. Faz alguns anos já que não tem mais e é claro que um resgate seria bem interessante.

PP-10 realça que esse programa deveria voltar, pois o cigarro, devido ao fato de não ser uma droga ilegal, é visto com naturalidade pelas crianças e adolescentes. No entanto, “quando a gente na escola começa a trabalhar o outro lado, a gente vê que eles já começam a pensar”. O concurso “Arte Sem Cigarro é um Show” passou a ser realizado desde 2002 em Foz do Iguaçu, sendo oficializado através da Lei Municipal nº 3.488/2008. Cabe ressaltar que esse concurso reunia estudantes dos vários níveis oferecendo premiações em categorias tais como o teatro, a poesia e o desenho.

A seguir, apresentamos as Figuras 14, 15 e 16 que contemplam cartazes elaborados pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu de três edições do referido Concurso.

Figura 14 – Cartaz de divulgação da VIII edição/2010 do Concurso “Arte sem Cigarro é um Show” – E. M. Írio Manganelli:



Fonte: Escola Municipal Írio Manganelli²⁰ (2010).

Figura 15 – Cartaz de divulgação da IX edição do Concurso “Arte sem Cigarro é um Show”:



Fonte: Paiva²¹ (2011, np).

²⁰ Disponível em: <https://escolairiomanganelli.webnode.com.br/products/refer%C3%A2ncia%20%232/> Acesso em: 03 dez. 2023.

²¹ Disponível em: <https://pt.slideshare.net/GiseliPaiva/arte-sem-cigarro-um-show-2011> Acesso em: 03 dez. 2023.

Figura 16 – Cartaz de divulgação da X edição do Concurso “Arte sem Cigarro é um Show”:



Fonte: Escola Municipal Irio Manganelli²² (2012, np).

Além do PROERD e do concurso “Arte Sem Cigarro é um Show”. Os(as) entrevistados(as) fizeram observações acerca do Programa de Palestras “Sem Drogas é Bem Melhor”. PP-11 afirma: “Lembro também do programa de palestras “Sem Drogas é Bem Melhor” que era feito e agora retornou.” A respeito do programa, PP-1 destaca:

Foram 127 palestras em 2022, ações que se fazem para um público de quase 5.000 crianças e até adultos que frequentam o EJA, que você consegue levar a informação. Eu acho importante levar ao conhecimento deles esse saber de como fazer a prevenção, do que acontece com eles numa situação de risco e o que eles precisam fazer para se prevenirem.

Nessa perspectiva, PP-13 e PP-14 testemunham que as palestras do Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” colaboram muito com a conscientização dos alunos. PP-1 considera o programa benéfico para os alunos, além de ser um apoio para as famílias que, muitas vezes, têm muitas dificuldades em fazer esse trabalho preventivo em casa:

²² Disponível em:

<https://www.facebook.com/profile/100028942136938/search/?q=cartaz%20arte%20sem%20cigarro> Acesso em: 03 dez. 2023.

A formação de uma pessoa que vem, de um palestrante que tem conhecimento com os alunos, às vezes tem mais efeito que a família querer fazer um trabalho dentro de casa, pois o aluno ouve a pessoa na escola, a criança ouve muito o professor, o palestrante e ele interage mais com alguém de fora, às vezes, do que com uma pessoa da própria família. Então, trata-se de um trabalho altamente positivo e é dessas ações que a gente precisa que continuem e as que não têm mais que retornem nas escolas.

PP-9 defende a realização do programa “Sem Drogas é Bem Melhor” ou similares, pois percebe ser muito produtivo quando vem um especialista externo à instituição escolar e se soma ao trabalho dos professores. Porém, afirma que as palestras devem ser realizadas de modo a se associarem à vivência das crianças. PP-15 concorda com essa observação e acrescenta que esse Programa também não se trata de um trabalho contínuo. PP-9 destaca ainda que o Programa “tem que continuar e outros programas deveriam ser mantidos.” Enfatiza também que se deve buscar abranger uma camada cada vez maior da sociedade; os colégios estaduais, por exemplo.

Eu vejo como válido sim este trabalho porque é algo que vem a somar com o trabalho que a gente faz na escola, então é positivo. Vindo de uma pessoa de fora que tem conhecimento, que vai direto ao ponto então vem só acrescentar ao trabalho que já é feito na escola [...] independente da pessoa ou do segmento que vem trabalhar, é algo assim que é da realidade do nosso município essa preocupação em trazer algo que venha a somar, mas que venha diretamente na realidade onde se está vivendo (PP-9).

Percebe-se que as observações de PP-10, a seguir, se constituem uma síntese de todas as contribuições anteriores relativas aos programas e ações já desenvolvidas ou em execução em Foz do Iguaçu com vistas à prevenção à iniciação ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

O PROERD, por exemplo, é um que a gente teve mais recentemente, tem as palestras do Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” e houve o “A Arte Sem Cigarro é um Show” desenvolvido pelo Conselho Municipal Antidrogas. Pois, quando você fala em prevenção, não é um gasto, é um investimento e se a gente estiver falando que salvou um aluno, eu acho que já valeu a pena qualquer tipo de investimento, que seja um, mas já valeu. Portanto, eu acho necessário os programas que nós tínhamos (PP-10).

Verifica-se de forma inequívoca na fala dos(as) entrevistados(as) que tempos verbais empregados se encontram, na maioria das vezes, no pretérito; isso significa dizer que “andamos para trás” nos últimos anos no que se refere à implementação ou manutenção de políticas públicas de prevenção às drogas no âmbito da educação.

Com relação ao Programa de Palestras “Sem Drogas é Bem Melhor”, registre-se que foi instituído em Foz do Iguaçu através da aprovação de um Projeto de Lei de minha autoria enquanto membro do Poder Legislativo Municipal. A Lei nº 3044/2005 que cria o Programa dispõe em seu Parágrafo Único do art. 1º sobre a obrigatoriedade da realização de palestras acerca da prevenção ao consumo de drogas lícitas e ilícitas para os alunos de 3ª e 4ª série (atuais 4ºs e 5ºs anos) de todas as unidades da rede municipal de ensino. O art. 3º determina que o Município deve prever em seu orçamento dotações orçamentárias para as despesas decorrentes

da execução do Programa. A seguir, são apresentados registros fotográficos de algumas palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” ao longo de vários anos.

Figuras 17 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2005 e 2006:



Palestra realizada na Escola Municipal Benedito João Cordeiro
Jardim Tarobá – 14/09/2005.



Palestra realizada na Escola Municipal Augusto Werner
Vila Carimã – 31/05/2006.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2005 e 2006.

Após aprovação da lei, durante alguns anos, conforme as figuras 17 A e B, o projeto foi executado pelo próprio autor do Projeto e deste estudo, tendo em vista a sua experiência na área de realização de palestras sobre o tema. Ressalte-se que, nesse caso, a execução das atividades não acarretaram custos ao erário público. Todavia, a partir do momento que esse autor não mais teve disponibilidade de tempo para essas palestras, o Programa foi totalmente interrompido.

Figuras 18 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2020:



Palestra realizada na Escola Municipal Santa Rita de Cássia
Vila Pérola – 02/03/2020.



Palestra realizada na Escola Municipal João XXIII
Morumbi I – 16/03/2020.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2020.

Após alguns anos de interrupção, o Programa foi retomado em 2020 quando novamente

esse autor disponibilizou seu tempo para o voluntariado. No entanto, não obstante estarem agendadas uma centena de encontros, foram proferidas apenas 16 palestras nas escolas municipais até o dia 16 de março, sendo então o trabalho paralisado pela pandemia de Covid-19 que impôs o isolamento social.

Nesse mesmo contexto pandêmico transcorreu a maior parte do ano de 2021. Assim sendo, como as aulas presenciais eram substituídas pelo Ensino Remoto, não houve a realização das palestras do Programa durante todo o ano letivo.

Entretanto, em 2022, as atividades escolares presenciais foram retomadas em sua integralidade e, sendo assim, foram realizadas 127 palestras com vistas à prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas para todos os alunos dos 5ºs Anos do Ensino Fundamental I Segmento das 50 escolas municipais de Foz do Iguaçu.

Figuras 19 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2022:



Palestra realizada na Escola Municipal Frederico Engel
Jardim Copacabana – 29/03/2022.



Palestra realizada na Escola Municipal João da Costa Viana
Lot. Três Lagoas – 23/05/2022.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Figuras 20 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” em 2022:



Palestra realizada na Escola Municipal Érico Veríssimo
Jardim São Paulo – 01/06/2022.



Palestra realizada na Escola Municipal João Adão da Silva
Lagoa Dourada – 30/06/2022.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Cabe ressaltar que também em 2023 esse trabalho foi realizado devido ao fato de que esse autor se propôs a executá-lo sem custos para o Poder Público. E dessa mesma forma, foram proferidas 87 palestras no 1º semestre e 92 no 2º semestre, totalizando 179 encontros.

Figuras 21 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” no 1º semestre de 2023:



Palestra realizada na Escola Municipal Arnaldo Isidoro de Lima
Vila C – 12/04/2023.



Palestra realizada na Escola Municipal Irio Manganelli
Morumbi I – 17/04/2023.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Figuras 22 A e B – Exemplos de palestras realizadas no Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” no 2º semestre de 2023:



Palestra realizada na Escola Municipal Getúlio Vargas
Vila Adriana – 30/08/2023.



Palestra realizada na Escola Municipal Josinete Holler
Vila A – 21/11/2023.

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Além do Programa “Sem drogas é bem melhor”, do PROERD e do concurso “Arte sem cigarro é um show”, verifica-se que Foz do Iguaçu, dada a gravidade da questão das drogas, tem adotado outras estratégias governamentais com vistas ao enfrentamento do problema.

Desse modo, “entre 2005 e 2012 esteve em funcionamento uma Secretaria Municipal específica sobre drogas e, desde 1999, existe um Conselho Municipal acerca do tema” (Oliveira; Cury, 2022a, p. 49). Todavia, conforme já analisado, essa Secretaria Municipal não atingiu seus objetivos nos 8 anos em que esteve em funcionamento e o COMUD tem enfrentado os mais variados obstáculos ao seu pleno funcionamento.

No que concerne ao Paraguai, PP-7 explana que “*las políticas públicas se hacen en nivel de nación a través de la matriz de salud, en salud es que más desarrollamos. Luego, se preparan talleres y charlas realizadas por instituciones para de ayudar a la niñez*”. Por sua parte, SP-8 assinala que existe um plano de ação em nível de sala de aula.

Por ejemplo, el material de Educación para la Salud. También tenemos, hablamos sobre esta institución, como, por ejemplo, el UNICEF, el Ministerio de Educación y Ciencias también, principalmente de la CODENI²³, tenemos este pequeño aporte, un apoyo sería para también hacer una introducción con nuestros niños.

PP-8 defende a necessidade desse trabalho em função de que as crianças e adolescentes se encontram em uma etapa da vida em que são muito vulneráveis às drogas e passam a consumir se tiverem oportunidade. Por sua vez, PP-12 reporta que a escola fazia a prevenção às drogas através de várias parcerias, porém, com o advento da pandemia e a paralisação das atividades por um longo período, ainda estão buscando reestruturar esse trabalho:

Este año no ocurrió porque no tuvimos tempo, pero nosotros trabajábamos mucho con el CODENI, pero como fueran dos años de pandemia, se paralizó casi todo, recién ahora otra vez estamos reestructurando todo. Recién este año estamos trabajando con la CODENI, estamos trabajando también con la Comisaria de la zona, la Policía Municipal y también la Fiscalía, la Policía de Tránsito.

PP-12 alerta sobre uma nova realidade no retorno às aulas após a pandemia; destaca que as atividades realizadas em 2022 têm sido com o foco principal de prevenir acerca dos possíveis malefícios dos cigarros eletrônicos (POD). Complementa que estes artefatos são muito comuns entre os jovens e estão invadindo as instituições de ensino, haja vista que podem ser encontrados em qualquer quiosque de esquina e a um preço bastante acessível.

Esto para nosotros fue la mayor preocupación porque estaba invadiendo toda la institución. Entonces, nosotros hablamos con la CODENI y con la policía, para que ellos vengán hacer charlas en cada clase, así estamos haciendo ya, en cada clase porque cuando hay más de ochenta personas, los jóvenes ya no escuchan, entonces nosotros iniciamos en cada sala de clase de cuarenta y cinco o cincuenta alumnos y ahí se puede atender mejor, se puede conversar mejor, se puede dialogar mejor.

PP-12 afirma considerar ser importante trabalhar a conscientização dos alunos a respeito dos possíveis prejuízos causados à saúde pelos cigarros eletrônicos e similares apesar de ser uma situação bastante recente e não haver ainda estudos conclusivos relativos aos danos que esses dispositivos podem ser causados à saúde dos usuários.

Este se fuma y es muy dañino porque niños de once años inclusive ellos utilizan y es muy peligroso también. Esto es reciente, muy reciente y no sabemos cuál es el efecto, a futuro o que puede causarles, así como el cigarrillo a un tempo atrás de los sesenta todavía no se tenía certeza científicamente de que nadie podría causar y recién en los

²³ *Consejería Municipal por los Derechos del Niño, Niña y adolescente.*

ochenta más o menos se hizo publicidad de que es dañino totalmente para los pulmones. Lo mismo es hoy con el POD, no se sabe, todavía, con certeza, cual es el daño que hace.

Realça PP-12 que além da questão do cigarro eletrônico, também já estão conseguindo retornar aos poucos com as palestras sobre temas afins e demais atividades sobre as drogas mais comuns encontradas entre os estudantes, dentre elas, a maconha e o cigarro normal. Nesse prisma, apresentamos na figura 23 (a seguir), foto de uma atividade realizada em 2021.

Figura 23 – Palestras sobre violência intrafamiliar realizadas em junho de 2021 no Centro Educativo Municipal em *Ciudad del Este* – Paraguai:



Nuestros jóvenes del Tercer Curso del turno mañana participaron de una importante charla bajo la denominación “Noviazgo sin violencia”. La presente actividad es encarada por la Secretaría de la Mujer de la Municipalidad de Ciudad del Este, en el marco de un programa educativo sobre la prevención de la violencia, que apunta a incidir en la erradicación de la misma en el ámbito intrafamiliar mediante la concienciación de los jóvenes y adolescentes en las instituciones educativas.

Fonte: Centro Educativo Municipal de *Ciudad del Este* Paraguai²⁴, 2021.

Em contrapartida, sob um ponto de vista muito mais negativo com relação às políticas públicas de prevenção às drogas no âmbito da educação levadas a efeito no Paraguai, encontram-se as considerações de PP-6 que assegura: “*Nosotros como nación, como país, como ministerio estamos timidamente trabajando [...] No hay proyectos, no hay programas que yo tenga conocimiento, las políticas públicas no se trazan justamente sobre este trabajo*”. E conclui dizendo crer que se está à deriva nesta área em nível de país e de governo.

No que se refere à Argentina, PP-2 relata que, como o flagelo das drogas segue crescendo a cada dia, “*las políticas públicas se trabajan en conjunto con el municipio des de la*

²⁴Disponível em:

https://www.facebook.com/photo?fbid=760126652570398&set=pcb.760126705903726&locale=es_LA Acesso em: 03 dez. 2023.

Dirección de Drogadiciones”. Menciona ainda que o mais importante é o trabalho em rede, tendo em vista que a situação específica de vulnerabilidade de cada bairro exige que a questão seja tratada com diferentes enfoques.

PP-4 aponta que a principal iniciativa do poder público em 2022 na esfera da prevenção às drogas através de práticas educativas foi a realização de uma capacitação oferecida pelo *Ministerio de Prevención de Adicciones y Control de Drogas* em parceria com o *Ministerio de Prevención de la Provincia* e o município. “Se dio una vez, dan talleres, trabajan con los docentes y nos entregan unos materiales didácticos que podemos disponer en la escuela”, salienta PP-4. Relata ainda que esse Ministério, responsável pela área de enfrentamento das drogas, mantém uma plataforma que abriga projetos, ideias e atividades que podem ser trabalhadas em sala de aula. A citada experiência da capacitação é também relatada por PP-5:

Nosotros este año fuimos convocados por el Ministerio de Prevención de Adicciones y Control de Drogas de la Provincia de Misiones y se ha realizado capacitaciones presenciales a maestros y a directivos. También el municipio tiene una Dirección Municipal de Prevención de Adicciones. El municipio a veces también de manera conjunta con los referentes del Ministerio y otras veces por iniciativa propia van a las escuelas y dan charlas a los chicos”.

A seguir, figura (foto) de encontro com estudantes realizado em Puerto Iguazú em 2021.

Figura 24 – Palestras sobre prevenção ao consumo problemático realizadas em junho de 2021 na Escola N° 694 em Puerto Iguazú – Argentina:



Dando continuidad a las charlas de información y prevención de consumos problemáticos en instituciones educativas, estuvimos en la Escuela N° 694 del barrio Belén en Iguazú, con los estudiantes de 6to y 7mo del turno tarde, con quienes compartimos también juegos didácticos de ayuda mutua y trabajo en equipo.

Fonte: Escola N° 694 em Puerto Iguazú – Argentina²⁵, 2021

²⁵ Disponível em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=952648795522485&set=pcb.952648895522475&locale=es_LA Acesso em: 03 dez. 2023.

Reporta ainda PP-5 que as instituições de ensino têm a autonomia para sistematizar e formalizar, a seu critério, atividades, projetos, programas e ações de prevenção a qualquer tipo de droga, sejam lícitas ou ilícitas de maneira sistemática e na frequência e faixa etária que julgarem pertinente e não apenas nos últimos anos. Cita que *“el trabajo, por ejemplo, de uso del cigarrillo, del tabaco, que por ahí es una droga por hacía no ser ilegal y que hoy esta normalizado y por ahí no correspondería. Igual que el alcoholismo”*. Alega que se faz necessário esse trabalho acerca do cigarro e do álcool em função de que quando os estudantes se aproximam da adolescência, sabe-se que muitos vão querer consumir.

A figura 25 (a seguir) retrata atividade de prevenção às drogas realizada nas escolas argentinas de nº 722, 711, 746, 462, 412, 615, 862, 694, 807 e Escola Satélite 25 de Maio.

Figura 25 – *Charla sobre prevención en adicciones a alumnos de Puerto Iguazú:*



Temáticas: *Definición y clasificación de adicciones; introducción a las adicciones comportamentales; definición y características de la Ludopatía o Juego Patológico; Tabaquismo: definición y consecuencias; alcoholismo: definición y consecuencias. Pautas para prevenir a adicciones: diversidad de actividades (deportes, danza, educación).*

Fonte: IPLYC: Lotería De Misiones²⁶, 2014.

PP-3 também comenta que todos os professores de *Puerto Iguazú* participaram de um evento no qual tiveram palestras com vários especialistas. Menciona também que, ano passado, receberam *“una persona que venía de Salud de Misiones a dar charlas a los alumnos con material audiovisual y con explicaciones, la verdad, muy de acuerdo de los niños de la*

²⁶ Disponível em: <https://www.loteriademisiones.com.ar/portal/charla-sobre-prevencion-en-adicciones-a-alumnos-de-puerto-iguazu/> Acesso em: 03 dez. 2023.

Primaria, sé que también estuvieron en las Secundarias”. Destaca ainda que as atividades citadas foram realizadas na esfera governamental através de parceria entre o município e o governo da Província de Misiones.

Ainda no que diz respeito ao trabalho preventivo à drogadição no âmbito específico da instituições de ensino em que trabalha, PP-3 observa que:

En la escuela, nosotros tenemos nuestros mini proyectos en las distintas áreas, no en una sola; así que vamos tocando el tema transversal y vamos ampliando la información, la prevención de acuerdo también a la realidad de los barrios, a la realidad de la familia, ¿a lo que vamos escuchando – lo cierto? – o sea de los padres, o sea de los chicos. Entonces, según la necesidad, vamos reforzando los temas para prevención, pero mucho de ética, de valores, de trabajo con familia.

Em função de que a escola onde trabalha se encontrar localizada em uma região de acentuada vulnerabilidade social, PP-3 narra que havia muitos problemas de violência *“no en la escuela, si no en el barrio”*. A partir dessa realidade, a escola começou a trabalhar a questão realizando algumas oficinas de valores; um trabalho com as famílias para a construção da paz. *“Hicimos creo que tres o cuatro talleres con toda la familia y fueron descubiertas preciosas y hoy por hoy vemos muchísimo resultado de todo eso que inculcamos en las familias.”* Relata que as atividades eram realizadas conjuntamente pelos pais, filhos e comunidade em geral. *“Y de eso se vio el resultado. Entonces, tengo fe y esperanza de que también en esta prevención que estamos haciendo se veas resultados, espero que en poco tiempo”*, conclui PP-3 expressando acentuado otimismo em suas observações.

Concluindo este subcapítulo, consideramos importante reiterar que, conforme o(a) Participante da Pesquisa nº 12, o cigarro eletrônico (POD) se transformou em um grave desafio para as instituições de ensino da fronteira do Paraguai com o Brasil, tendo em vista que a comercialização desse dispositivo não é proibida no Paraguai, sendo encontrado em qualquer estabelecimento a um preço muito baixo. Desse modo, na volta da pandemia, constatou-se que grande parcela dos estudantes estava usando o cigarro eletrônico de maneira compulsiva. Somado à questão relativa ao POD que tem afetado mais o Paraguai, há que se registrar a intensa utilização do narguile em Foz do Iguaçu.

3.4 O MATERIAL DIDÁTICO

A pergunta número 04 respondida pelos(as) entrevistados(as) faz referência ao material didático: *“O material didático utilizado abrange conteúdos que servem de apoio para a atuação do professor em atividades pedagógicas preventivas ao uso e abuso de drogas”?*

No que concerne à questão do material didático, verifica-se que, de um modo geral, os posicionamentos são contraditórios, tendo em vista que ao mesmo tempo em que alguns entrevistados relataram a dificuldade em encontrar subsídios para o trabalho preventivo à drogadição através de práticas pedagógicas em sala de aula, outros, em contrapartida, alegaram que, mesmo sendo parciais ou insuficientes, há materiais didáticos à disposição dos professores para realizarem atividades acerca do tema com os alunos.

PP-7 afirma que, de um modo geral, *“material didáctico y apoyo de profesionales no se contemplan. Y necesitamos para poder mejorar”*. PP-14 lamenta que, mesmo se sabendo que as drogas se constituem um grave problema social, *“infelizmente, os livros didáticos não vêm abordando esse problema”*. De sua parte, PP-11 assim se pronuncia: *“Olha, eu acredito que transversal um trabalho mais assim relacionado às drogas, a gente não tenha. Talvez a gente consiga trabalhar, mas não está no currículo”*. Nesse contexto, PP-13 aponta que *“raramente a gente encontra no material didático alguns gêneros textuais que contemplam a temática, mas de modo superficial”*. Por sua vez, PP-6 reconhece que *“textos que trabajen transversalmente la cuestión de las drogas, hay, pero muy parciales”*. Prossegue PP-6 com suas colocações:

[...] no existe un texto propio por decir donde se trabajan los temas transversales, pero sí, contempla muy parcialmente los temas de respecto, de ciencias naturales, de salud entonces se habla un poco sobre la importancia no solamente de lo conocimiento acerca de lo que implica, las consecuencias de las drogas y todo sobre el ser humano, si no también, un poco habla de la prevención.

PP-6 explica ainda que está institucionalizado a nível de país que os professores, dependendo da direção de cada escola, podem desenvolver atividades e projetos específicos de acordo com a necessidade de cada instituição. Por seu turno, os autores Chagas *et al.* (2017) revelam terem observado, em sua já citada pesquisa, que a temática concernente às drogas:

[...] tem certa liberdade de ser trabalhado na escola quando surge o interesse das professoras, considerando que muitas delas afirmam existir uma autonomia, até mesmo na construção do planejamento curricular. Essa percepção é reforçada, por exemplo, quando uma entrevistada afirma que “o planejamento é feito de forma a dar liberdade dos professores intervirem” ao identificar uma situação que justifique essa ação (Chagas et al., 2017, p. 16).

Segundo PP-6, *“el Ministerio de Educación y Ciencias de nuestro país²⁷ deja una pequeña brecha a cada institución para poder hacer la adecuación curricular”*. Declara ainda ter conhecimento de instituições educativas de *Ciudad del Este* que estão trabalhando nessa área. PP-8 reafirma essa possibilidade:

²⁷ Paraguai.

El material didáctico puede ser flexible, de acuerdo con la necesidad que uno ve en el ambiente. Entonces, de acuerdo con cada estudiante se va formulando un proyecto para concienciar sobre todo a no consumir porque hay varios tipos de drogas que son, por ejemplo, de venta libre, que incluye el tabaco, el alcohol que son sustancias que también al ver que en casa hay consumo, de repente, se le da esa gana de probar.

Mesmo assim, PP-8 enfatiza: “*necesitamos también de material de apoyo*”. Por seu turno, PP-1 comunica que no planejamento escolar do professor, já existe conteúdo dentro da temática da cidadania que contempla a prevenção às drogas. Explica ainda PP-1:

Dentro do apostilado e de algumas cartilhas que a gente recebe, o material extra que nós temos, palestras que a gente recebe em parcerias com universidades ou com pessoas que têm conhecimento sobre o assunto que também fazem esse trabalho junto com as escolas e dá para a gente ter, em parceria com o BNCC²⁸, um planejamento atrelando os conteúdos no dia a dia.

Corroborando com esse posicionamento, PP-9 testemunha que dentro do 4º e 5º ano em que se trabalha mais a questão da cidadania, da luta pelos direitos e o cumprimento dos deveres, estão contemplados assuntos que se reportam à questão social e que, inserido nesse contexto, é abordada de forma muito breve a problemática das drogas. Somando-se a essa perspectiva, PP-15 reconhece que o material didático pouco aborda a drogadição e que o tema deveria ser mais trabalhado, especialmente, com os 4ºs e 5ºs anos tendo em vista que “eles começam a demonstrar mais interesse”. No entanto, mesmo o pouco subsídio fornecido encontra dificuldade em ser utilizado, conforme explana PP-9.

Por outro lado, nós não temos um tempo hábil para que se possa trabalhar direcionado para isso, independentemente da realidade que nós estamos vivendo em nosso bairro. Então, projetos sociais que se associem com o trabalho da escola, do professor na escola, eles vêm trazer um resultado mais positivo acredito, porque nós professores temos dentro do currículo muitas situações para poder sanar durante o ano independente das dificuldades das crianças, então quando vem uma pessoa ou grupo de pessoas que trazem este projeto para dentro da escola, trabalhando em consonância com os dois lados, a gente vê um resultado mais positivo.

PP-9 conclui seu raciocínio acerca de colaboradores externos à escola que se dispõem a realizar palestras e outras atividades com os alunos reafirmando que quando é “alguém diferente que está vindo para trazer uma experiência, uma questão de fala”. Entende PP-9 que, nesses casos, a absorção pelas crianças também ocorre de uma maneira diferente.

PP-3 explica que no “*manual integrado tiene el tema de la prevención y en el material de ética también hay cuidado de la prevención*”. Entretanto, questiona o fato de que esse material se limita às drogas lícitas. “*Más que nada pasaba del alcohol y del cigarrillo, más que*

²⁸ A Base Nacional Curricular Comum é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 03 dez. 2023.

nada”. Em sua fala, PP-2 também salienta que os professores devem, além de se utilizarem de materiais didáticos, buscar conhecer a realidade em que a escola está inserida.

Nosotros tenemos dentro del ESI²⁹ materiales como trabajar este flagelo, pero por supuesto los profesionales de la educación debemos primero que nada conocer nuestra comunidad y adaptar todo tipo de información para trabajar en las aulas respetando la ideología de nuestras comunidades con respecto al manejo de estos temas tan delicados no solo para los niños sino para las familias también.

Na visão de PP-5 cada vez que um professor vai a “*una capacitación se la deja con afiches y proyectos donde se tiene la prevención de esto. El maestro, yo creo que simplemente trata el tema de una manera muy aislada y no es constante en la transversalidad del tema*”. Reconhece PP-5 que esses materiais e essa temática são trabalhados apenas quando “*surge el tema en la escuela, cuando es un emergente*”. No entendimento de PP-4 disponibiliza-se

[...] muy poco material en la temática entonces tenemos que buscar en la internet, tiene que profundizar con algún otro material. Siempre, nosotros cuando vamos, tenemos proyectos institucionales les hicimos nosotros que son los que se trabajan en aula por o lo mínimo una vez por semana con los chicos de séptimo grado.

Todavia, PP-4 advoga que esses projetos também deveriam ser trabalhados com parcela maior de alunos além do sétimo ano, ou seja, não apenas do quarto ao sexto ano “*que están en una edad que nosotros por ahí consideramos ya que podrían estar en contacto con esa sustancia y al desconocerla y tener influencia de otros negativos y por ahí los lleva al consumo*”. Evidencia ainda a necessidade de mais materiais didáticos, pois a plataforma governamental disponibilizada, apesar de ser bastante ampla, ainda não fornece material suficiente, de modo que os professores têm que buscar nas redes sociais ou em outros meios uma base mais aprofundada para poder fazer um trabalho teórico com os alunos.

PP-12 explana que os programas do ministério da área da saúde sempre disponibilizam materiais com conteúdos que podem ser aprofundados nos trabalhos em sala de aula “*y también cuando se hacen las charlas con la CODENI, ellos traen folletitos para entregar a los estudiantes*”. Relata também que fazem mais campanhas através dos meios eletrônicos, tendo em conta que o mundo digital se popularizou mais durante a pandemia e se trata de uma das formas mais eficazes de se aproximar mais dos estudantes. Evidencia ainda PP-12:

Tenemos un soporte en donde establece la ley que el consumo y la comercialización de todo tipo de droga es totalmente prohibido. Entonces, enseñamos a ellos la ley y que pueden ser procesados desde los catorce años inclusive a no ser también que

²⁹ O Programa de Educación Sexual Integral (ESI) foi instituído pela Lei 26.150/06 e estabelece que todos os educandos têm direito a receber educação sexual integral nos estabelecimentos da rede pública ou privada da Argentina.

tengan lo reglamentario, se tienen documentado por un médico que ellos pueden tener cierta cantidad como esta en la ley. Y vamos explicando de las consecuencias inclusive que pueden traer tanto a la salud cuanto des de la parte jurídica también, como puede afectarlos.

De acordo com relato de PP-12, as palestras e rodas de conversa têm como objetivo motivar os estudantes a não se iniciarem no uso de drogas. Busca-se detectar qual situação difícil o jovem está atravessando – na esfera pessoal ou familiar – que possa fazer com que ele passe a consumir substâncias psicoativas. Verifica-se que, em princípio, muitos desses problemas “*son familiares, existen muchas familias disfuncionales, problema con la mamá, con el papá, separaciones o maltratos que son situaciones de vulnerabilidad*”. Segundo PP-12, percebe-se que, muitas vezes, essas situações de vulnerabilidade familiar se constituem a principal motivação para a iniciação ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

3.5 FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Tendo em vista que as perguntas de nº 01 a 04 foram até aqui apresentadas em Língua Portuguesa e levando-se em consideração que o trabalho de campo demandou a utilização de dois idiomas, por escolha desse autor em respeito à proporcionalidade, as perguntas de nº 05 a 08, a partir de agora, serão apresentadas em Língua Espanhola. Questão nº 05: *¿Los docentes reciben capacitación o actualización/reciclaje para desarrollar actividades de prevención de drogas? En caso afirmativo, ¿cuáles y cuándo? Si no, ¿por qué?*

PP-9 revela que, em nível municipal, todos os anos são realizadas formações que abrangem diversas áreas do conhecimento e dos problemas sociais. Entretanto, esses encontros não contemplam atividades especificamente relacionadas à questão das drogas.

O professor tem disponibilidade de escolher qual formação ele quer fazer de acordo com sua atuação dentro da escola. Na área de drogas, diretamente, não tem. Mas a gente tem sobre esta questão social da nossa realidade de fronteira, mas específico para as drogas, não há.

PP-14 reafirma esse entendimento ao citar que não se fala nesse assunto, que os professores não recebem essa formação: “é como se fosse um assunto fora da nossa realidade. É muito triste isso”. Também acerca das atualizações dos professores, PP-4 afirma que não há formação continuada, pois “*generalmente las capacitaciones son como talleres, se hacen en un día y después ya se dejan y encierra ahí*”. Entretanto, argumenta:

Lo que nosotros, las escuelas, tratamos de implementar es un proyecto institucional para que se pueda trabajar durante todo el año con los chicos porque esta falencia en la droga no está solo un día; esta todos los días y todos los años. La

concientización es un trabajo continuo, yo no puedo venir hablar hoy de una cosa y olvidarme y ya mañana es pasado. Hay que recordar siempre, el ser humano tiene tentaciones y la tentación puede estar en cualquier lado hoy en día.

A necessidade de ferramentas adequadas para trabalhar a prevenção às drogas no âmbito escolar é citada por PP-2 em função de que se faz necessário estabelecer um eixo de trabalho entre a direção da instituição, a equipe psicopedagógica, os professores e a família para que se tenha êxito nas atividades realizadas diretamente com os alunos. Assim sendo, assegura PP-2:

Nosotros recibimos capacitaciones todos los años, principalmente en el postpandemia se hizo como un análisis, una síntesis de todo lo que pasó en la pandemia y justamente con eso es lo que estamos trabajando y apuntando en mejorar esta parte del consumo. Si bien que a veces vienen capacitaciones a nivel federal para todas las escuelas y nosotros adaptamos y trabajamos en todos por ciclos dentro de la institución educativa.

Por outro lado, PP-4 narra que “*este año, por ejemplo, los docentes, tuvimos una concientización y creo que faltaría más para los padres, para los hijos*”. Enquanto isso, PP-3 entende serem necessárias essas formações para a atuação dos professores na esfera da prevenção à drogadição. No entanto, aponta que essa escassez de reciclagens e atualizações, nos últimos anos se deve em grande parte ao fato de que “*la pandemia paralisó todas las iniciativas pedagógicas*”. Por seu turno, PP-1 reconhece que, dada a gravidade do problema, são poucas as formações acerca dessa área:

É claro que na formação normal que os professores têm com os coordenadores, com professores ou com palestrantes que a gente recebe no município acabam, às vezes, acontecendo atividades sobre esse tema, mas eu acho que ainda não é o suficiente. Uma formação específica para que o professor possa identificar e possa trabalhar com o aluno, eu acho que daria e ainda tem essa defasagem em se trabalhar com uma formação mais pautada em cima desse tema com os professores do 1º ao 5º ano.

PP-7 menciona que, no que diz respeito às atividades de formação dos professores com vistas ao enfrentamento das drogas, apesar de que há pouco apoio do ministério ou de outras instituições, “*a nivel institucional, siempre se organiza y se preparan*”. Por outro lado, PP-8 se contrapõe parcialmente a esse posicionamento ao enfatizar:

Necesitamos más de capacitación porque en la realidad hay muchas cosas que se nos escapan de nuestras manos. Entonces, necesitamos este acompañamiento de personas capacitadas más que nosotros mismos en el ámbito que vengan y que nos den esta orientación que vamos a utilizar con nuestros niños.

PP-13 relata que atua na educação municipal há mais de 30 anos e que, durante este tempo todo, participou de apenas de “dois momentos de formação para prevenção às drogas. É deficitário; raramente acontece”. Por sua vez, PP-15 reitera: “desde que eu estou no município, eu nunca participei.” Nesse mesmo enfoque relativo à preparação dos professores com vistas

ao trabalho de conscientização dos alunos acerca dos entorpecentes, PP-11 manifesta a sua preocupação ao asseverar que a temática das drogas não é evidenciada nas semanas pedagógicas e outras atividades com os docentes.

Eu acredito que seria muito importante porque daí haveria a prevenção e haveria uma orientação para essas crianças não entrarem neste mundo das drogas. Porque, às vezes, a família já tem o pai usuário, irmãos usuários e aí aquela criança está naquele meio envolvido com drogas e ela acha aquilo, digamos, normal (PP-11).

Apesar de concordar que as reciclagens e formações que são proporcionadas aos professores não tenham um enfoque mais direto na área da capacitação do docente para a implementação de atividades pedagógicas com viés preventivo à drogadição, PP-10 alega que, às vezes, os professores também não têm como objetivo tanto a realização de atividades de enfrentamento às drogas quanto buscar formação na área.

Mas o que eu vejo assim também é que, às vezes, nós, professores, estamos querendo deixar um pouco esse tema de lado, não abranger como deveríamos abranger porque não está no conteúdo, então eu tenho que ficar só naquilo ali. Formações, a gente tem algumas que falam, mas são bem poucas, são bem poucas mesmo e eu não vejo grande participação, pessoas interessadas em participar porque tem problemas de drogas na sua região.

PP-5 assegura que os professores recebem formações e que, inclusive, o Ministério de Educação da Argentina mantém em nível nacional a *Plataforma Guacurari* a qual abriga a parte teórica desenvolvida e os docentes podem pesquisar os temas de seu interesse, bem como atividades e exercícios para trabalhar com os alunos em sala de aula. Todavia, isso depende de cada instituição educacional, pois são elas que definem o seu projeto educativo institucional particular adaptado à sua realidade, ao seu entorno, às demandas da comunidade. “*Esos son acuerdos que se plantean en inicio de clase y después cada maestro en el grado hace su bajada y adecúa este contenido, estes lineamientos a su grupo en clase*”, conclui PP-5.

Acerca da citada Plataforma Guacurari, constatamos que se trata, basicamente, de uma ferramenta disponibilizada pelo poder público com vistas ao apoio aos professores, às instituições de ensino, aos estudantes e às famílias:

*El programa de innovación educativa Plataforma Guacurari es una herramienta para operacionalizar los principios de la educación disruptiva destinado a docentes, equipos de gestión, estudiantes y familias. Su objetivo es brindar una educación inclusiva, innovadora y de calidad en la provincia de Misiones. Sus principios orientadores son el trabajo en red con instancias y áreas que contemplan una pluralidad de actores involucrados con el diseño de escenarios educativos potenciadores del desarrollo.*³⁰

³⁰ Disponível em: <https://plataformaguacurari.com/programa/> Acesso em: 03 dez. 2023.

Ressaltamos que a Plataforma Guacurará apresenta as dimensões pedagógica e tecnológica proporcionando, dessa forma, dentre outros serviços, conteúdos educativos em formato digital que facilitam a interação professor/aluno.

No que lhe concerne, PP-6 relata que o *Ministerio de Educación y Ciencias* (MEC) do Paraguai desenvolve um projeto em nível nacional que contempla todas as áreas, tanto instrumentais quanto transversais com o objetivo de capacitar os docentes. Informa ainda que dentro dessa formação, que ocorre anualmente no início do ano letivo, ou seja, antes do início das aulas, há capacitação para que os professores possam trabalhar com os alunos durante o ano. No entanto, PP-6 faz questão de frisar que *“cada institución educativa tiene que tomar estos aspectos que según la necesidad se presenta por la zona o la unidad donde trabaja donde está asentada la institución para trabajar más profundamente con los estudiantes”*. Corroborando com as informações anteriores, PP-12 explica que as aulas se iniciam na terceira semana de fevereiro e, antes disso, são realizadas as pré-classes e os círculos de aprendizagem.

Ressalta ainda que nesses momentos são efetuadas análises de como transcorreu o ano anterior, de como se percebeu o comportamento dos alunos, enfim, como a instituição se encontra frente às suas questões. No que concerne às drogas, de um modo geral, verifica-se que os maiores desafios são relativos à maconha e ao cigarro. Dessa forma, segundo PP-12:

Nosotros analizamos como podemos ayudar y formulamos un plan de trabajo para definir a partir de qué edad se puede abordar este tema, abordar des de la edad a que corresponde hablar sobre este tema porque para los más chicos no hacemos, pero a partir del cuarto ya está en el plan de que nosotros podemos hablar, pero eso de acuerdo con el contexto. Entonces, aprovechamos este tiempo de las pre-clases para eso, primeramente (PP-12).

Explana ainda PP-12 que, geralmente, a escola conta com o apoio de um especialista que trabalha muito com narcóticos e que busca orientar os professores acerca das melhores maneiras de se efetuar a abordagem do tema tanto com os alunos quanto com os pais.

3.6 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO TRABALHO PREVENTIVO

Pode-se verificar que com relação à pergunta nº 6: *“¿Cuáles son los principales obstáculos para la prevención de las drogas en las escuelas?”* foram encontradas posições mais diversas, tendo em vista a realidade específica de cada cidade e de cada país objeto da investigação, mesmo assim, percebe-se que há várias convergências entre as respostas dadas.

Conforme se observa nas palavras de PP-7, a questão da família é muito reiterada quando se trata dos obstáculos enfrentados pela instituição escolar na realização de um trabalho

mais efetivo de prevenção à iniciação, uso ou dependência de drogas lícitas ou ilícitas. Expõe PP-7 que “*el acompañamiento y comprensión de los padres; los padres no aceptan y este es el mayor obstáculo que tenemos. Los padres dicen siempre ‘no, mi hijo no va a hacer, mi hijo no es así’ y ellos no aceptan*”. PP-14 aponta que “os pais não participam, não vêm na escola nem nas reuniões bimestrais, as famílias não aceitam”, sendo que, desse modo, se torna bem difícil trabalhar esse assunto. Além disso, PP-14 cita também a carência de material didático e a falta de cursos e reciclagens na área para os professores.

Por seu turno, PP-12 entende que a participação da família se constitui o grande obstáculo colocado ao trabalho de prevenção às drogas no âmbito escolar: “*Existe el obstáculo de la participación de los padres*”. Menciona ainda que, em sua instituição, as palestras e atividades sobre o tema geralmente são realizadas apenas para os alunos, tendo em vista a dificuldade de que os pais participem de um encontro conjunto com os filhos.

Cualquier tipo de charla que vamos a hacer es así a parte con los padres y a parte con los alumnos y el obstáculo mayor que encontramos es juntar las doble partes porque a veces acurren veinte padres de los cincuenta estudiantes para una reunión mínima, de los cincuenta matriculados acurren veinte. Entonces, el mayor obstáculo, yo creo que sea la participación de los padres porque el más importante es que ellos acurran a estas charlas para que ellos también aprendan en su casa a cómo prevenir, a como detectar, a ver que su hijo está incurriendo en esta situación, que él está cayendo en una situación de la drogadicción (PP-12).

Outro obstáculo enfrentado foi relatado por PP-8 – saliente-se que se encontra ainda no âmbito da família – se relaciona ao negacionismo dos pais com relação ao uso de drogas, condutas antissociais ou comportamentos de risco dos filhos. Detecta-se que os pais demonstram relutância em aceitar que seus filhos possam estar envolvidos em situações que denotem possíveis falhas na educação proporcionada pela família, ou seja, que exponham ou envergonhem os pais e mães. PP-8 denuncia:

La dificultad es la negación de los padres principalmente; ellos no aceptan que el niño o el adolescente tienen este problema de conducta comenzando, primeramente. No quieren aceptar, dicen que los niños en casa se comportan de manera diferente y que eso tal vez es un invento de la profesora y, por ejemplo, el acompañamiento. Eso creo que está en todo ámbito nosotros tenemos este déficit de acompañamiento de los padres. Necesitamos más participación referente al apoyo desde casa para sus hijos.

PP-2 também argumenta que há muita resistência por parte das famílias que não entendem e não aceitam que as instituições educativas trabalhem a problemática das drogas com os estudantes. “*Esto es un flagelo muy grave que tenemos dentro de las escuelas y nos cuesta trabajar con los papás este tema*”, salienta PP-2.

Nesse mesmo prisma, PP-4 considera que a maior dificuldade enfrentada ao se buscar tratar da temática relacionada às drogas através de atividades pedagógicas dentro da sala de aula

se encontre no âmbito familiar, de modo mais acentuado, em lares desestruturados.

El acompañamiento de la familia. La aceptación. A veces, es medio chocante para la familia que tratemos cosas que son cotidianas. Es difícil para ellos aceptar ciertas cuestiones como sea el tema de las drogas, como sea, por ejemplo, la aceptación cuando decimos para el que el chico tiene alguna discapacidad, cuando el chico está violento. Hay una violencia en parte tanto de familia... es difícil la aceptación de la familia, son familias muy cerradas y eso requiere mucho trabajo (PP-4).

Ainda no que se refere à resistência das famílias ao trabalho preventivo e ao atendimento de situações detectadas, PP-1 relata que, apesar de que do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental são poucas as ocorrências, levando-se em consideração a faixa etária em que esses alunos se inserem, quando situações pontuais de uso de drogas são diagnosticadas, a exemplo de casos de evasão escolar em que se utiliza o Programa de Combate ao Abandono e à Evasão Escolar³¹, realiza-se um trabalho de assistência ao estudante e à família.

O obstáculo principal eu acho que são as famílias não quererem. Às vezes, nós temos dificuldades. Nós tivemos o caso de uma família onde a nossa maior dificuldade não era o atendimento com o aluno, mas com a família, pois essa achava que não tinha necessidade desse atendimento. Então, assim, é uma questão social difícil de você lidar quando os próprios familiares acham que faz parte e que é daquele jeito que tem que ser. As assistentes sociais encontraram muita dificuldade para lidar com a situação (PP-1).

Na mesma concepção, PP-5 considera que a família se constitui o principal obstáculo à realização do trabalho de enfrentamento às drogas, de modo que, quando surgem situações específicas a serem resolvidas, tanto o aluno quanto os professores, muitas vezes, se encontram sozinhos frente à problemática.

Creo que el mayor obstáculo es la familia. Es la misma familia que tiene naturalizado la drogadicción, tiene naturalizada la pobreza, tiene naturalizado que la droga le ayuda a seguramente a evadirse de las situaciones económicas y de la pobreza en esto universo. Cuando surgen situaciones que llaman la atención al maestro se recurre obviamente a los equipos interdisciplinarios que posee el municipio como es la Dirección de Niñez y Familia donde se busca el acompañamiento, el asesoramiento y también a los psicólogos y asistentes sociales de la Unidad Sanitaria de Puerto Iguazú. También se trabaja mucho con los agentes sanitarios que están en los barrios y que sirven de nexo con los profesionales (PP-5).

Afirma ainda PP-5 que, muitas vezes, quando se trabalha a temática da drogadição, são

³¹ Programa implementado no município de Foz do Iguaçu através da Lei nº 4.821, de 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2019/483/4821/lei-ordinaria-n-4821-2019-institui-o-programa-de-combate-ao-abandono-escolar-no-municipio-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias> Acesso em: 03 jan. 2024.

realizadas reuniões e se convocam especialistas, a exemplo da *Policia de la Mujer*, que aborda temas relativos à família, à proteção das crianças, à violência de gênero entre outros. No entanto, nesses encontros com diversos atores sociais, como os pais têm a liberdade de assistir ou não, a maioria absoluta não comparece de modo que se impossibilita que a mensagem seja levada a todos os setores da sociedade diretamente interessados na resolução dessas questões que interferem no dia a dia da vida escolar e da comunidade como um todo.

PP-11 faz menção específica relativa às dificuldades de aprendizagem geradas pela dependência de drogas. Primeiramente cita as crianças geradas por mães que consumiram entorpecentes durante a gravidez. Sendo assim, relata ter acompanhado casos em que, às vezes, verifica-se defasagem na aquisição do conhecimento: “Aquela criança ela avança, ela aprende, depois ela recai ou ela aprende até certo ponto e depois fica estagnada e não evolui na aprendizagem”. Menciona ainda outros casos que acompanhou de crianças que usuárias de substâncias psicoativas “também, às vezes, a criança que usa, o adolescente que usa, existem casos em que a aprendizagem dele fica muito aquém” (PP-11).

Sob prisma completamente diferente dos anteriores, PP-6 identifica como dificuldade à realização de um trabalho preventivo à drogadição mais efetivo a questão curricular do seu país, em função de que, em determinados aspectos o currículo construído a partir da capital não contempla situações específicas como no caso da Tríplice Fronteira.

[...] nosotros tenemos el Ministerio de las Ciencias es que traza el currículo para todo el país, no por estado, entonces eso hace que realmente muchas veces tengamos dificultad de no poder adaptar en esta zona en particular. Porque somos nosotros que conocemos cada caso de acá de la Triple Frontera y desde Asunción, la capital, no conocen nuestra realidad. Sin embargo, las políticas trazadas a nivel central también se trazan para nosotros, entonces, en este sentido, yo creo que se pierde (PP-6).

Ainda conforme PP-6, outro problema que se verifica diz respeito ao fato de que, muitas vezes, os gestores públicos colocados para gerir a educação em nível governamental não são especialistas no assunto, ou seja, trata-se de pessoas indicadas politicamente, porém “*que no han tenido conocimiento y experiencia en el campo de la educación*”. PP-6 conclui sua observação afirmando que para dirigir os destinos educacionais de um país ou de uma instituição “*tendrían que ser personas apasionadas, personas que amen realmente la educación y que crean firmemente que hay caminos para educar*”. PP-13 relata que a própria gestão não incentiva para que o trabalho de prevenção às drogas aconteça. Somada a isso, cita a falta de conhecimento dos professores para abordar o tema com as crianças.

Por seu turno, PP-12 lamenta que dentre os principais obstáculos se encontre a dificuldade em encontrar palestrantes e especialistas para conduzirem atividades com os

estudantes: *“obstáculos para hacer la prevención es que no hay muchos colaboradores para dar estas charlas”*. Ressalte-se que essa dificuldade se deve principalmente ao fato de que, de um modo geral, as escolas não dispõem de recursos para a contratação desses profissionais para a realização de palestras, oficinas e outras atividades.

No entendimento de PP-9, a necessidade de se cumprir o currículo estabelecido dificulta ou até mesmo impossibilita que sejam trabalhados em sala de aula temas extracurriculares em função de que não há tempo hábil para tais atividades. Assim sendo, quando lhe foi perguntado quais são os principais obstáculos para a realização de um trabalho preventivo à drogadição dentro das práticas educativas, PP-9 foi categórica ao declarar:

Eu acredito que o primeiro deles seja esta questão do currículo que nós temos que seguir – que é muito importante e a gente não tem nem como fugir disso – mas incrementar dentro desse currículo, coisas, conteúdos que a gente possa ao longo do tempo ir desvendando dentro das aulas para que se contemple tanto a questão curricular quanto extracurricular. A gente até tem esse viés para poder trabalhar, mas se for dar uma ênfase maior em cima dessa questão, nós ficamos amarrados com o tempo, então o tempo fica curto.

Na perspectiva apresentada por PP-9 de “incrementar dentro desse currículo”, Pereira, Paes e Sanchez (2016, p. 8), em sua pesquisa junto a 263 dirigentes escolares da cidade de São Paulo apontam que “menos da metade das escolas do ensino fundamental II e do ensino médio possui um programa de prevenção ao uso de droga inserido no currículo”. Acerca da situação de constante pressão à qual estão submetidos os professores no seu cotidiano profissional dentro de todo o contexto atual da educação, em sua produção acerca do cotidiano escolar e as práticas interculturais, Candau (2016, p. 813) enfatiza:

Os docentes se sentem continuamente pressionados pelos múltiplos mecanismos burocráticos, pelas condições de trabalho, pelas inúmeras avaliações locais e nacionais e pela necessidade de garantir desempenhos que permitam às escolas e aos sistemas de ensino obter cada vez mais resultados considerados melhores.

Nessa perspectiva, PP-15 coloca que dentre os principais obstáculos ao trabalho de prevenção às drogas se encontra a “cobrança massiva em cima de conteúdos próprios para avaliação de larga escala seja Prova Paraná, Prova Brasil e a gente acaba ficando preso a muitos desses objetivos”. Novamente, Pereira, Paes e Sanchez (2016, p. 8) assinalam que, nos resultados do seu estudo, diversos são os desafios encontrados com vistas à implementação de programas de prevenção, no âmbito educacional, ao consumo de substâncias psicoativas:

Os resultados sugerem que os processos do cotidiano escolar, como a falta de tempo para formação dos professores e as demandas concorrentes para outras disciplinas são desafios para a implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas de São Paulo, indicando a necessidade de adequações na estrutura curricular e cotidiana das escolas.

Uma das dificuldades para que se procedam atividades com vistas à prevenção às drogas em sala de aula, segundo PP-10 “é o professor entender que isso não é um problema só da Secretaria de Segurança Pública; é com a gente também”. Aponta ainda para a carência de material didático como subsídio para se trabalhar o tema.

PP-3 elenca três fatores que dificultam para que os professores possam realizar um trabalho de prevenção às drogas mais efetivo: 1- *La formación de los profesores*; 2 - *Un material más concreto que sea específico, que no sea solo sobre el alcohol y el tabaco si no también ya para otras drogas*; 3 - *Más información adaptada a la escuela primaria*. A seguir, PP-3 explica em detalhes sua resposta, iniciando por afirmar que o material didático não deveria apresentar apenas informações para o conhecimento das substâncias:

[...]si no que envuelven la parte emocional, la parte espiritual tal vez, la parte psicológica de cómo y porque eso influye a los chicos. Entonces que ellos puedan también de alguna manera canalizar y se suceden estas cosas en su familia, con sus hermanos, sus padres, que también ellos sepan como ir trabajando sus emociones, la parte familiar, como pedir ayuda, que poden hacer también. Para trabajar todo eso, nosotros tenemos que nos capacitar también y tener algún tipo de material o algún lugar a nosotros para apoyarnos. Si bien las cosas que hacemos, los docentes siempre hacemos cosas, somos muy creativos.

Concluindo seu raciocínio, PP-3 reitera que “*sería muy conveniente algún material ya más formal y unificado*”. Acerca da necessidade de mais material didático direcionado à prevenção às drogas, SP-4 também se manifesta:

[...] falta material didáctico o mucho más material didáctico para que el docente se pueda formar mejor. A veces, no es suficiente tener una capacitación o dos capacitaciones que duran un día, si no que esto debería ser continuo al menos una vez por mes o cada tres meses para que el docente también se informe para poder afrontar esta dificultad porque este es como que un tema nuevo que ellos tienen que afrontar.

PP-4 acrescenta ainda que, mesmo se sentindo, às vezes, abandonados e sozinhos no trabalho de prevenção às drogas, os professores nunca “*bajan los brazos*” porque acreditam nos alunos e buscam o melhor para eles. Todavia, sustenta que os educadores, para a realização desse trabalho, necessitam a parceria de profissionais da área da saúde e da ação social.

3.7 SUGESTÕES E PROPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

Na pergunta nº 7, solicitou-se a opinião pessoal dos entrevistados: *¿Cuáles son sus sugerencias/críticas/propuestas de políticas públicas (programas, proyectos, acciones) para realizar el trabajo de prevención de drogas a través de prácticas educativas?* PP-7, apresenta como principais sugestões “*más capacitación, manejo de estrategia y materiales*

pedagógicos concretos de apoyo”. Na sequência, observa-se que a resposta de PP-10 também contempla várias sugestões voltadas ao aprimoramento do trabalho de prevenção no âmbito da educação. Se não, vejamos o que propõe PP-10:

O material didático, uma formação mais específica, principalmente, nas regiões com grande vulnerabilidade social, a gente sabe que tem algumas regiões da cidade. A questão da conscientização do professor, a possibilidade de a gente chamar, de alguma maneira, a família para a escola para tratar desse assunto porque hoje a participação dos pais na escola é muito difícil.

Percebe-se que as sugestões se reportam a questões concretas vivenciadas no cotidiano da educação, pois englobam desde o material didático e a formação e conscientização do professor até o envolvimento da família na vida escolar dos filhos. Pode-se observar que as sugestões de PP-8 também dizem respeito à questão do material didático e do trabalho extensivo às famílias.

Necesitamos material de apoyo. Necesitamos de afiches y otros materiales de repente para que podamos concienciar, comenzando por los chicos y también a los padres, charlas para padres, sería bueno; así tipo una escuela para padres y hablar de toda esta deficiencia que tenemos a nivel nacional, no solamente acá en las Tres Fronteras. Entonces, en esta parte necesitamos de acompañamiento sería un buen apoyo con estos materiales (PP-8).

Da mesma forma, PP-3 sugere que haja mais material didático específico de orientação sobre os riscos das drogas. Contudo, avança em seu raciocínio afirmando que são necessários mais especialistas, tais como psicólogos, psiquiatras e psicopedagogos trabalhando na área, pois não se pode deixar o trabalho de enfrentamento das drogas apenas sob a responsabilidade das equipes de educação, saúde e da segurança pública. Assegura, por exemplo: *“la gendarmería sigue suela en ese trabajo de prevención acá en la frontera”*. PP-3 insiste na argumentação de que não se deve apenas trabalhar a parte exterior do problema, isto é, os seus reflexos na educação, na segurança, família, na sociedade e na vida em comunidade. Deve-se, isto sim, preocupar-se com a prevenção às causas internas, às motivações para a iniciação ao uso de drogas.

Lo que lleva la persona a que caiga en la adicción, veo que estamos trabajando en la parte externa; en la sustancia, pero no estamos trabajando las emociones y por lo que la gente llega a la sustancia. Hay, yo creo que tendríamos que sentarnos todos los actores que podemos colaborar y armar algo. Pero sí, creo que falta e involucraría más que el personal de salud y las personas de salud psíquica sea psicólogo, psiquiatras, psicopedagogos que pueden ayudarlos con su parte interna (PP-3).

Acerca de atividades conjuntas entre diferentes áreas do município, PP-2 conclui: *“Primero de nada, como sugerencia, lo que podríamos hacer es trabajar en el municipio*

salud y educación en conjunto, hacer como una red de trabajo”. Entretanto, entende que esse trabalho deve ser iniciado logo no começo do ano estabelecendo-se políticas de atuação com a comunidade nas duas áreas e com a participação das famílias. Assegura que, dessa forma, as práticas educativas de prevenção às drogas desenvolvidas em sala de aula terão uma eficácia muito maior, tendo em vista que as famílias também serão atendidas e orientadas tanto pelas equipes de saúde quanto pela instituição escolar.

PP-4, ainda no que concerne às parcerias nas ações de prevenção, PP-4 considera que as instituições educacionais devem buscar atuar mais em conjunto com as estruturas que o município disponibiliza tais como “*el equipo psicopedagógico que se van intervenir en las escuelas*”. Também aponta serem necessárias as parcerias com a “*Acción Social y Dirección de la Niñez*”, entre outras estruturas públicas do âmbito social. Conclui afirmando que os professores se sentem mais respaldados quando atuam conjuntamente com outros profissionais em situações específicas em que surgem problemas na área da drogadição entre os alunos ou mesmo nas famílias. Da mesma forma, acerca da importância do estabelecimento de parcerias, PP-15 argumenta que um trabalho em rede envolvendo a Educação pode ser muito mais produtivo:

[...] articulando melhor a rede de proteção à criança e ao adolescente, o Programa de Combate ao Abandono e à Evasão Escolar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; todos atuando em parceria para fazer um trabalho de conscientização; o fortalecimento desses órgãos.

Em acréscimo, PP-15 denuncia que não se vê grande preocupação com relação à proteção das crianças e das camadas mais vulneráveis da população dentro das agendas públicas: “precisam ser pensadas políticas públicas [...] desde as drogas, a violência, a mendicância porque a gente vê bastantes pessoas em situação de rua devido às drogas, provavelmente usuárias de crack que abandonaram seus lares”. Além dessas reflexões, PP-15 apresenta ainda outra propositura: “numa medida mais ampla deveria se mexer no currículo de formação dos professores, mas daí a gente entra num debate muito teórico, muito difícil de alcançar”, admite o(a) Participante da Pesquisa.

Por seu turno, nas afirmações de PP-5, nota-se que as preocupações se dirigem totalmente para campos outros que não os da prevenção em educação. Todavia entendemos ser importante e necessário registrar seu discurso no sentido de que a problemática relacionada aos entorpecentes se constitui um fenômeno multicausal. Desse modo, reconhecemos que todas as variáveis possíveis devem ser sempre objeto de estudo e posteriores intervenções de acordo com as esferas em que a situação mais está afetando a

parcela da comunidade em análise. Dessa maneira, PP-5 contextualiza a parte inicial de sua manifestação no âmbito do combate ao tráfico de drogas:

Personalmente hablando, yo creo que debía haber mayores acuerdos entre la policía, los militares y la Prefectura para evitar el ingreso de la droga. Aquí en Misiones, como Argentina misma, es un lugar de tránsito. Acá si se encontrar producción, plantaciones, son muy pocas. Pero, se encuentran, digamos, todos los que son los paquetes que le usan como en tránsito. Primero que nada, yo creo que debía reforzar el tema en las fronteras, pero con políticas serias, políticas tripartitas.

Prosseguindo em suas sugestões, PP-5 cita que se deve “*trabajar muchísimo más con la concientización y las prevenciones*”. Todavia, neste momento de nossa análise dos discursos, fazemos um parêntese para destacar que apenas PP-5 agregou às suas considerações o tema relativo aos centros de recuperação de dependentes.

[...] también reforzar el tema de los centros de recuperación de adictos. Nosotros acá en Misiones, no me arriesgo a decir cuántos centros estatales tenemos para recuperación de chicos. Se que hay, pero de algunos privados y están distantes en este caso a 60 o 70 kilómetros en la ciudad de Eldorado, pero acá en esta zona creo que no hay [...] Se que hay este juzgado que enfrenta situaciones críticas y interviene y tiene ciertas instituciones pero que no están en Iguazú.

Registre-se que se faz necessário o destaque dado às observações referentes ao tratamento/recuperação de dependentes de substâncias psicoativas tendo em vista que, a partir da experiência do autor, sabe-se que, dentre os âmbitos de enfrentamento das drogas – prevenção, repressão e tratamento – as maiores deficiências se verificam na esfera da recuperação em função da escassez de locais específicos para essa intervenção em toda a região da Tríplice Fronteira. Cabe enfatizar que essa grave defasagem na oferta de espaços para tratamento se acentua mais quando se busca internação para dependentes do sexo feminino e se aprofunda criminosamente quando se fazem necessárias estruturas para atender menores de idade. Acerca do tratamento dos dependentes, Gemelli (2013, p. 92) entende que “o tráfico de drogas é um problema social, seu combate passa pela necessidade de políticas sociais que tragam melhorias às condições de vida da população, aliado a políticas voltadas à **recuperação dos usuários de drogas**”. (Grifo nosso).

Por outro lado, de forma menos objetiva, PP-6 não apresenta sugestões ou propostas específicas com vistas a contribuir no trabalho de prevenção às drogas, entretanto, quando questionado expõe seu ponto de vista: “*Quien está en la educación deben ser personas que realmente amen su país. Que la persona tenga este patriotismo realmente y ver con visión muy clara que el futuro de una nación depende de cómo uno fue educado*”. Em contrapartida, partindo de uma ótica mais concreta, PP-12 manifesta grande preocupação no que diz respeito ao aumento do consumo de drogas nos últimos tempos: “*Nosotros vemos como se naturaliza*

en las calles y decimos como están acá los policiales y eso ocurre casi que naturalmente”. Prossegue em seu raciocínio afirmando que entende ser de fundamental importância um compromisso geral de toda a comunidade, de toda a sociedade e do poder público em âmbito nacional, de maneira que seja gerada uma consciência maior na coletividade, pois não pode continuar parecendo normal às pessoas verem alguém estirado numa rua sem que nada seja feito. Nesse sentido, argumenta:

Entonces, hay un trabajo amplio, largo y macro que hacer que nosotros en el espacio educativo buscamos hacer con nuestros niños, pero sería muy bueno que todas las entidades, que todos los Ministerios y Secretarías trabajen de manera más articulada para combatir genuinamente y no solo acciones hechas personalmente de una forma que no tenga el alcance y el impacto para la sociedad, para el país (PP-12).

Salienta ainda PP-12 que o MEC deve promover mais campanhas inseridas em um plano nacional contínuo de difusão e informação *“porque en un cierto tiempo ellos parecen que hacen, pero en otro tempo no hacen”*. Apesar de sua ressalva, PP-12 reconhece que a pandemia fez com que fossem paralisadas muitas atividades. No entanto, alerta também que não se pode mais *“poner como excusa la pandemia”*. Desse modo, enfatiza que as campanhas do ministério devem ser retomadas, porém com um novo formato.

[...] no pueden quedarse más en el pasado con las campañas que hacían antiguamente porque el contexto de la juventud de cierta forma cambió y la internet y sus posibilidades es una herramienta que a veces para nosotros no es muy utilizada, pero para nuestros estudiantes se le dan un gran mal uso. Entonces hay que tener una manera de hacer más campañas masivas.

Reitera PP-12 que as campanhas devem estar inseridas em *“todo el sistema nacional de prevención de manera articulada”* e não ser realizadas somente pelo MEC ou apenas em nível interno das instituições educacionais.

A partir de outra realidade, PP-1 reforça a importância do PROERD e sugere que o programa seja implementado em todas as turmas de 5º ano do 1º Segmento do Ensino Fundamental de todas as instituições educacionais do Município de Foz do Iguaçu, considerando-se que em 2022 contemplou apenas 20% dessas escolas. Conforme avalia PP-1:

Hoje, nós temos o PROERD atendendo a 10 (dez) escolas e eu tenho 50 (cinquenta) escolas. Então, se nós tivéssemos um programa onde todos os anos atingisse todos os alunos de uma faixa etária, 5º ano por exemplo, eu sei que todos os anos, 3.500 alunos passariam por essa formação.

PP-1 reforça também a importância de um programa de formação – através de oficinas, por exemplo – para os professores no âmbito da prevenção às drogas para que os docentes venham a ter mais segurança na condução de práticas educativas que contribuam para demonstrar aos alunos os malefícios causados pelo uso, abuso e dependência de entorpecentes.

PP-14 sugere que “deveria haver uma conscientização pela mídia” com vistas a conscientizar as famílias e resgatar a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Elenca ainda algumas outras sugestões tais como a volta do PROERD, a manutenção das palestras do Programa *Sem Drogas é Bem Melhor*, reciclagens para os professores e o material didático.

Sob prisma diferenciado, percebe-se que PP-11 coloca suas sugestões no âmbito mais comunitário e não especificamente dentro do fazer pedagógico; “deveria haver um conjunto de atividades relacionadas ao lazer e a profissões para essas crianças”. Na sequência, busca enumerar algumas possibilidades: “Ensinar uma profissão para essas meninas, um trabalho manual, um crochê, um trabalho de manicure que futuramente venha a ser uma profissão. Para os meninos pode ter uma escola de cabeleireiro, corte de cabelo, fazer barba ou ensinar futebol, por exemplo.” Conclui que isso pode fazer com que as crianças e adolescentes tenham uma nova visão sobre a vida e o futuro e, conseqüentemente, estejam menos vulneráveis:

Mostrar realmente que existe um mundo diferente, que existe um mundo fora das drogas que é muito mais maravilhoso do que aquele mundo nas drogas. Existe vida diferente, existe uma forma diferente de viver, existe uma nova sociedade se a pessoa quiser. Então, o poder público poderia estar ampliando mais escolas, como se fossem escolas-bairro.

Na perspectiva de PP-11, tendo em vista que as escolas-bairro são espaços públicos que disponibilizam quadras poliesportivas, espaços e condições para realização de cursos profissionalizantes, oficinas e orientações sobre temas diversos, contribuem assim de forma inequívoca para evitar que muitas crianças e adolescentes ingressem na drogadição. PP-11 entende que dessa forma “haveria um resgate maior. Retirá-los do meio onde vivem e há drogas”. Porém, ressalta que os projetos devem ser contínuos para proporcionar para as crianças e adolescentes outra realidade. Por sua vez, PP-13 apresenta sugestões em duas esferas:

Primeiramente o trabalho de prevenção contínuo com as crianças do 5º ano até por questão de maturidade, da entrada para a adolescência. Em 2º lugar, envolver as famílias, trazer as famílias para a escola para esclarecer os malefícios que a droga causa na família que acabam sendo destruídas e, muitas vezes, psicologicamente aferradas em razão do uso das drogas.

Concluindo este subcapítulo relativo às sugestões, propostas ou críticas dos entrevistados com vistas à realização do trabalho preventivo à drogadição no âmbito do fazer pedagógico na TF, agregamos as contribuições de PP-9 que, inicialmente assim se manifesta: “Uma coisa importante também para ser falada é a questão da presença dos pais.” Ato contínuo, faz um relato de experiência adquirida em um município menor onde trabalhou anteriormente e no qual obtiveram resultado mais positivo em fazer com que os pais fossem mais parceiros da escola e acompanhassem mais a vida escolar dos filhos.

Assim, segundo PP-9: “Quando você consegue trazer os pais ou a comunidade do bairro para dentro da escola, para eles perceberem o trabalho que está sendo feito e vendo surtir efeito, nós temos uma aliança muito forte e a resposta para a sociedade em geral fica bem mais positiva.” No entanto, PP-9 reconhece que “é um desafio trazer os pais para a escola” em função das dificuldades existentes nesse sentido em Foz do Iguaçu justamente por se tratar de um município com população mais numerosa, com características inerentes à fronteira, com acentuadas diferenças entre as próprias regiões da cidade, quer seja na questão da vulnerabilidade social ou mesmo na articulação da comunidade entre outros aspectos. No entanto, entende que o poder público municipal deve trabalhar de forma específica no âmbito das famílias, a exemplo de como se trabalha na saúde e outras áreas:

Formular uma política social precisa em volta da construção familiar, na formação familiar, porque o que nós vemos são muitas famílias desestruturadas por várias questões sociais e a gente sabe que, muitas vezes, o poder público não tem como alcançar a todos, mas o que se pode fazer para que esses problemas não sejam construídos ou não aconteçam? Então, a partir do momento em que a gente pensa onde está a causa, será que a causa é a família desestruturada, é a questão econômica, enfim, o que está acontecendo para que este problema social das drogas seja tão evidente na nossa fronteira (PP-9).

Por fim, PP-9 se pronuncia em tom de desabafo: “Eu não consigo crer que dentro do poder público não existam pessoas com esse pensamento, que não vejam no foco, o que se pode tratar para que a gente tenha uma consequência melhor dentro da sociedade”. E conclui suas argumentações reiterando que as secretarias municipais das áreas sociais devem buscar articular um plano de trabalho que contemple ações com vistas a fortalecer as famílias tanto no que concerne à sua formação e papel na educação geral e no acompanhamento dos filhos.

3.8 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Na pergunta nº 8, solicitamos que os entrevistados manifestassem sua opinião acerca da possibilidade de estabelecimento de parcerias nesta região de fronteira: “¿Cree que los municipios de la Triple Frontera pueden desarrollar políticas públicas conjuntas para la prevención de drogas en el ámbito educativo? Por favor, comenta.

Pode-se depreender, de um modo geral, através das respostas dos entrevistados a existência de predisposição para a ação e o reconhecimento da importância e, até mesmo da necessidade urgente, da realização de atividades, programas, ações, enfim, políticas públicas conjuntas entre as cidades desta Tríplice Fronteira com vistas à prevenção à iniciação, ao consumo e à dependência de drogas lícitas e ilícitas. Neste aspecto, PP-4 reforça que:

[...] ayudaría muchísimo ver la mirada de diferentes países siempre es muy enriquecedor por ahí creemos que solo uno no es capaz. Sí tenemos el país vecino y otro país vecino, entonces yo creo que se los tres se ponen en conjunto a trabajar sería genial y más, por ahí se pueda enriquecer el contenido y que favorezca también a nosotros, los docentes para el tema y materialidad de proyectos, de más acciones en un trabajo conjunto, por ahí, una conexión no tiene, pero el otro lado tiene y no complementa. Si complementan las tres, yo creo que sería un trabajo muy lindo sí.

De forma lacônica, PP-11 verbaliza seu ponto de vista: “Eu acho que seria ótimo, que seria muito resolutivo porque daí a Tríplice Fronteira seria uma só força para combater este problema”. Da mesma maneira, PP-2 manifesta sua crença nos reflexos e resultados de parcerias entre *Puerto Iguazú*, *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu no que tange à prevenção às drogas. Porém, alerta para a necessidade de que isso ocorra não apenas na esfera da educação, mas também em outras áreas afins, pois desse modo poder-se-ia diminuir consideravelmente o consumo problemático de entorpecentes na região.

Yo creo que firmemente tendrían que trabajar los tres municipios juntos. Me parece que esta sería una de las grandes soluciones para minimizar el consumo problemático que tenemos en la Triple Frontera. Si no si porque yo creo firmemente que se nosotros nos comprometemos desde la educación y los municipios trabajan en conjunto sobre otras actividades que realicen y que nosotros podamos brindar a la juventud y a los niños yo creo que va a cambiar muchísimas cosas.

PP-13 defende a ideia de que as “Secretárias de Educação desses 3 países deveriam desenvolver um projeto de um trabalho contínuo de prevenção das drogas já que [...] os 3 países estão envolvidos, então esse trabalho deveria acontecer em forma de uma parceria”. A possibilidade do intercâmbio de experiências e a perspectiva da troca de conhecimentos entre os profissionais da educação dos três países também se constituem as principais motivações de PP-8 no sentido da realização de projetos, programas e atividades conjuntas.

Sería muy interesante en este sentido porque podemos aprender unos de otros. Aprender maneras de enseñanza de país vecino, por ejemplo. Entonces, sería buenísimo, implementar de vez en cuando también para aprender el máximo unos de otros. Me resultaría interesante porque no conozco a todo, me falta mucho para aprender, todavía. Así, voy aprendiendo en el día a día, entonces, yo creo que sería una buena opción implementar esto de trabajar en conjunto.

Apesar de que a pergunta apresentada tem um viés específico no que diz respeito às políticas públicas conjuntas de prevenção à drogadição unicamente no âmbito da educação, verificou-se na Análise dos Discursos que vários entrevistados apresentaram relatos denotando uma preocupação maior com o contexto geral da TF no que se refere ao narcotráfico, ao contrabando, à fiscalização, à atuação policial, à violência gerada pelas práticas ilícitas e, até mesmo acerca da questão do tratamento e recuperação de dependentes.

Nesse caso específico, PP-7 enaltece a perspectiva do trabalho conjunto, pois dessa

forma, no seu entendimento, “*cuando nosotros encontramos estudiantes drogadictos, podemos encontrar canales donde llevar, tenemos que saber donde llevar para recibir ayuda para poder salir del problema de drogadicción*”. Logo, como se pode depreender, a preocupação de PP-7 não se reporta à prevenção através de práticas educativas, mas à busca de ajuda para encontrar local adequado para o tratamento de alunos dependentes de substâncias psicoativas.

Novamente, encontramos casos de relatos que não se referem especificamente à prevenção em educação. PP-12, por exemplo, direciona suas observações mais diretamente ao controle das fronteiras visando coibir o narcotráfico. Revela acreditar na possibilidade e importância da realização do trabalho conjunto na Tríplice. Todavia, argumenta que para que isso se concretize, faz-se necessária, da parte dos três países, pré-disposição ao diálogo e à negociação visando ao bem comum.

Relata ainda que, apesar de não querer nominar países em específico, sabe-se que há países que exercem um controle fronteiriço mais rigoroso que outros. Denuncia também PP-2 que “*de repente surgen también ciertas cuestiones de corrupción que impiden que se pueda trabajar de manera conjunta, que se pueda hacer cumplir los reglamentos que ya están establecidos*”. Entretanto, ratifica ter absoluta convicção de que os regulamentos podem ser cumpridos e que, sendo assim, muita coisa poderia melhorar na região da Tríplice Fronteira, inclusive a prevenção das mazelas sociais geradas pelas drogas.

Hay que tener una voluntad para converger entre los tres países y, para eso, tiene que asentarse, negociar, hablar, más con una misma directriz porque si voy a Puerto Iguazú, el control es mucho más efectivo, pero si voy a Paraguay o Brasil, la entrada es mucho más fácil, es decir, no hay una articulación, no hay una organización, entonces los tres intendentes tienen que tomar la misma medida de cómo se va plantear, como se va controlar, como se va a erradicar, por ejemplo, el contrabando o el narcotráfico (PP-12).

PP-12 reconhece a existência de fatores externos que podem funcionar como complicadores, considerando-se que cada país tem seu contexto particular, “*pero para mí nada es imposible siempre cuando hay voluntad, responsabilidad, disciplina y, sobre todo, honestidad para hacer bien las cosas*”, declara.

Neste mesmo viés, PP-6 entende que o momento é propício, tendo em vista que estão sendo estreitados vínculos entre os municípios em outras áreas de modo que no âmbito da prevenção à drogadição também seria possível. Afirma o(a) entrevistado(a):

Creo firmemente que es posible porque creo que hay disposición, hay voluntad, hay nuevos aires en la zona, en la región diferente de gobiernos anteriores, entonces, tenemos que aprovechar este espacio que me parece único y creo firmemente que es posible, es cuestión de que vayamos trabajando en proyectos, asentemos y acordemos y así de esa manera vamos a involucrar a todos que es posible, agentes privados, civil y trabajar de forma comunitaria. Yo estoy convencido de que es totalmente factible.

A respeito de parcerias já existentes em outras áreas na Tríplice Fronteira, PP-3 destaca que o mesmo tem condições de ser concretizado no que concerne à prevenção às drogas; *“yo creo que sí porque hay tratados Internacionales de colaboración y lo hacen en otras áreas así que sí”*. Porém, adverte para a necessidade de mais compromisso e seriedade no sentido de que haja o cumprimento dos acordos firmados.

Alerta ainda para o fato de que, muitas vezes, os acordos estabelecidos não são levados ao conhecimento da população para que a sociedade civil possa exercer o controle social, isto é, fiscalizar tanto a implementação quanto a efetividade desses compromissos assumidos entre os países. No entanto, não obstante suas ressalvas, os três municípios da Tríplice Fronteira *“pueden a trabajar en conjunto sí, siempre a nivel regional es el mejor abordaje des de cuanto más se habla es mucho mejor”*, acredita PP-3.

Com o intuito de exemplificar as observações anteriores dos(as) entrevistados(as) acerca das parcerias já em andamento em outras esferas da Tríplice Fronteira, agregamos a contribuição de PP-1 que relatou ter participado – início de novembro de 2022 – de uma reunião na Itaipu Binacional com representantes do Brasil, Argentina e Paraguai para tratarem da questão relativa às consequências da migração de alunos na Tríplice Fronteira.

Afirma PP-1: *“Se eu trabalho com a situação na qual é o aluno que está indo ou a criança que está voltando, eu posso trabalhar também a situação de vulnerabilidade nesse setor das drogas envolvendo os 3 países”*. PP-1 assevera ser totalmente positivo e que se facilitará muito o trabalho dentro das escolas se houver uma política de prevenção às drogas entre os três municípios, as três fronteiras, os três países.

No seu ponto de vista, PP-5 alega reconhecer a importância desse trabalho conjunto e que ele poderia chegar a ser feito, porém de forma enfática manifesta seu ceticismo a respeito das probabilidades de essas políticas públicas sejam implementadas na prática. Isso ocorre em função de diversos fatores:

Soy escéptica porque creo que los motivos son, puédese decir, multicausales. Sabemos que el tráfico de drogas es para algunas familias muy pobres un recurso económico. También sabemos de qué a los gobernantes se le hace muy difícil erradicar eso porque no hay trabajo genuino por lo menos acá en Argentina, no sé en Paraguay ni en Brasil y yo creo que se ellos se dedican a contribuir al tráfico de drogas es porque no tienen trabajos reales y trabajos que lleven a sustentar a su familia. Yo creo que la en el fondo es lo único recurso que tienen desgraciadamente para sostener a familias que siempre son familias numerosas (PP-5).

PP-15 igualmente manifesta seu ceticismo no que se relaciona à possibilidade do trabalho conjunto com vistas à prevenção às drogas no âmbito da educação entre Foz do Iguaçu/BR, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazú/AR:

Eu vejo como meio utópico. Seria muito maravilhoso se existisse essa articulação. Olhando assim, aparentemente nem o município está articulado para esses tipos de casos. Eu acredito que primeiramente temos que organizar a nossa casa para depois expandir. Eu vejo que outras questões de vulnerabilidade também são muito difíceis de se tratar quando há casos que envolvem Paraguai ou Argentina a gente perde esse mapeamento.

Como entrave à eficácia das ações de enfrentamento às drogas, PP-5 cita ainda a questão relativa ao ambiente em que essas pessoas mais vulneráveis estão inseridas, além da falta de cultura. Enfatiza também que “*tenderíamos una Triple Frontera más sana*” se os municípios estabelecessem políticas públicas sérias conjuntamente e recebessem o aporte necessário dos governos federais dos três países. Sem essa união entre os municípios e um conjunto de políticas públicas e investimentos em diversas áreas por parte dos estados nacionais, uma região de extrema vulnerabilidade como a Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina continuará bastante exposta à ação de traficantes, contrabandistas e outros criminosos.

PP-9 discorre sobre a importância do trabalho conjunto, pois desse modo não se está trabalhando apenas em um polo, mas conseguindo alcançar os outros que fazem a divisa, a fronteira e, sendo assim, o trabalho tem probabilidades de surtir um efeito maior do que se for implementado isoladamente por um município, tendo em vista que as três cidades ao mesmo tempo que exercem também sofrem influências das demais. Trata-se de uma relação de interdependência cujos reflexos se dão sobre as três comunidades. Evidencie-se que essa dinâmica ocorre de forma mais acentuada no âmbito das drogas. Nesse contexto, PP-9 também entende que a localização geográfica estratégica da Tríplice Fronteira facilita a circulação de pessoas, mercadorias e, paralelo a isso, de ilícitos variados.

É importante que nesses países, nessas cidades se tenha um trabalho como esse porque a união faz a diferença, então seria muito interessante. Lógico, falando em política de novo, dentro de Foz do Iguaçu, nós não podemos pensar só em Foz do Iguaçu, pois nós temos municípios vizinhos que fazem a diferença [...] nós dependemos do Paraguai, dependemos da Argentina e eles dependem de nós também, falando em Brasil, e é um vínculo por ser fronteira muitas coisas ruins acontecem também pelas facilidades que se têm de acesso de um lugar para o outro (PP-9).

Buscando defender mais o seu ponto de vista, PP-9 reforça que esse trabalho conjunto, além de surtir um efeito maior, também formaria na comunidade e nos gestores públicos mais conscientização acerca da gravidade da questão e, em decorrência disso, atrairia mais pessoas para se envolver na busca da resolução dessa problemática.

No que se refere à possibilidade do trabalho conjunto de prevenção às drogas no âmbito da educação entre os municípios da Tríplice Fronteira, agregamos as profundas reflexões de PP-10 que inicialmente afirma que “o trabalho em parceria é fundamental, mas eu acho que ainda que tinha que acontecer alguma coisa antes em cada cidade. Sabe, eu acho que esse seria

o passo seguinte”. Com vistas a esclarecer seu posicionamento, relata situações do bairro onde está inserida a escola em que atua “a gente tem pessoas que vivem disso, então, é uma questão de conscientização primeiro para mostrar que isso não é um jeito de ganhar a vida”. Assim sendo, na visão de PP-10, o primeiro passo consiste em gerar nos alunos e famílias a consciência de que se envolverem com drogas (consumo, dependência, comercialização ou tráfico) torna as pessoas extremamente mais vulneráveis às doenças, à violência, à prisão ou à morte.

PP-10 reconhece que se as forças policiais das cidades da Tríplice Fronteira “falassem a mesma língua”, já seria um grande avanço. Todavia, agrega uma grave denúncia no que concerne aos entraves para um efetivo trabalho conjunto nesta fronteira:

Há a questão do jogo de interesses também porque tem pessoas aí que vivem no meio político que também estão envolvidos com isso. Então assim, até que ponto para cada autoridade policial é interessante se combater esse tipo de coisa? Quem é que vai deixar de ganhar se as três cidades se unirem e falarem a mesma língua na questão do combate? Vão ter *know-how* para enfrentar isso tudo? (PP-10).

Por fim, PP-10 reitera sua crença na importância, necessidade e urgência da temática da drogadição ser trabalhada conjuntamente por Foz do Iguaçu, *Puerto Iguazú* e *Ciudad del Este*. Entretanto, reafirma também sua reflexão de que há passos anteriores a esse trabalho; coisas que, invariavelmente, têm que vir antes.

3.9 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Devido ao fato de que nosso trabalho de campo foi realizado através de uma entrevista semiestruturada e, por diversas vezes, no decorrer das oito questões, tendo os entrevistados abordado a questão familiar, ao final dessas perguntas, quando foi aberto um espaço a eles para que, se quisessem e achassem necessário ou oportuno, fizessem mais considerações acerca de quaisquer temas, novamente, a família se constituiu o principal assunto.

Em função disso, optamos por construir, em acréscimo, um subcapítulo específico acerca dessa questão, embora, conforme já citado, em diversos momentos anteriores desse trabalho a família foi objeto de estudo, tendo em vista que, conforme Quezada *et al.* (2012, p. 162), “*la familia es el primer elemento socializador, en cuyo seno se educa y forma al individuo, para que sus miembros sean capaces de desarrollarse y ser personas autónomas, que puedan enfrentarse e integrarse a la vida*”. Do mesmo modo, Fantin e García (2011, p. 193) salientam:

El crecimiento, desarrollo y constitución de una persona dentro de un núcleo familiar resulta uno de los fenómenos más complejos de la vida. Cada factor del ambiente familiar (relación entre los padres como pareja y con los hijos, creencias, estilos y formas de educar, conflictos, ambiente) puede interactuar de múltiples maneras, lo

cual resulta en la formación de un estilo particular de interpretar la realidad, definir quiénes somos y cómo nos relacionamos con los demás.

A família se constitui o primeiro modelo de relações sociais em função de ser o núcleo social básico, sendo nela que as crianças adquirem valores e identidade própria. Por sua vez, depois da família, a escola se configura o entorno mais próximo; espaço onde as crianças mantêm as relações sociais e aprendem a conviver em sociedade (Arias; Vásquez, 2017, np). Neste sentido, argumentam ainda os autores:

La escuela no puede concebirse sin una adecuada relación familia-escuela en la que se exprese la participación activa de padres y madres; los educadores saben que la participación de las familias es fundamental para la comunidad educativa [...] Un buen clima organizacional, buenas relaciones personales, trabajo colaborativo entre las familias y las escuelas favorece a los buenos aprendizajes, debido a que se ha demostrado que la mayor preocupación de las familias por sus hijos en la escuela eleva la autoestima de estos, mejorando sus resultados de aprendizajes (Arias; Vásquez, 2017, np).

Por seu turno, o(a) entrevistado(a) PP-1 frisa que a participação dos pais na vida escolar dos filhos é muito importante não apenas em datas ou eventos específicos, tais como: Dia da Família, Feiras de Ciências, Reuniões de Pais ou reuniões para entrega de boletins.

A gente sempre fala que o envolvimento da família dentro da comunidade escolar é extremamente importante não apenas no aspecto pedagógico, mas também em outras questões que se tenha necessidade; até mesmo para a criança perceber o quanto ela é importante dentro do seu círculo familiar, que a família a está acompanhando (PP-1).

Neste viés, em sua já citada pesquisa junto a professoras do Distrito Federal, Chagas *et al.* (2017, p. 12) citam que as profissionais da educação encontram alguns obstáculos quando tentam estabelecer uma relação de parceria com as famílias dos alunos. Apontam, por exemplo que habitualmente se verifica muita “dificuldade dos pais em comparecer com frequência à escola em virtude da carga horária no trabalho, o que leva algumas professoras a questionarem o comprometimento com a educação de seus filhos”. Destacam ainda preocupações do público-alvo da pesquisa no seguinte sentido:

Uma delas afirmou que essa relação é restrita às reuniões de pais e mestres e às atividades festivas da escola. Outra contou que, em sua turma, tem um contato diário com as famílias e que na escola, a cada quinze dias, reserva um horário para os pais de alunos que estão dando muito “problema”. Ela ainda se queixou que são poucos os que participam dessas reuniões e que, normalmente, buscam os professores apenas quando acontece algum tipo de “problema” (Chagas *et al.*, 2017, p. 12).

Portanto, muito além do concernente ao aspecto pedagógico ou datas comemorativas especiais, faz-se necessária a parceria dos pais no que diz respeito a outras situações que se desenrolam no ambiente escolar, dentre elas, de modo especial e mais grave, a relativa às drogas. PP-1 sustenta que a família deve buscar se fazer presente no espaço educativo em

quaisquer situações em que a escola tenha necessidade. Assim, PP-14 se manifesta de forma categórica quanto à presença dos pais na vida escolar dos filhos:

As famílias de hoje não participam da vida escolar dos filhos. Infelizmente nas reuniões, vêm 10 a 12 pais, bem aqueles pais que nem precisariam vir. Os pais que precisam vir mesmo não vêm. Se você liga, eles maltratam você, dizem que não têm tempo de vir na escola, então é bem complicado mesmo. Na época da pandemia, era a mesma coisa; a gente vinha na escola para distribuir as atividades e os pais não vinham buscar.

Nesse mesmo aspecto, PP-7 menciona uma parcela dos pais até buscam comparecer às reuniões na escola, mas o mesmo não ocorre quando eles são convocados para tratar de problemas específicos apresentados pelos filhos, especialmente, quando se trata de envolvimento com drogas.

Vienen a reuniones, pero cuando hay problemas concretos, específicos con los hijos ahí es donde empieza el problema; muchos padres ven los hijos de manera diferente en casa y que el actuar de su hijo es diferente en la escuela, entonces ellos muchas veces no aceptan. Muchas veces nosotros no vemos o que tenemos en las narices y el otro ya está viendo, entonces ellos no aceptan que su hijo ya está fumando, que ya está tomando otro tipo de sustancia.

PP-7 alega perceber que os pais não gostam quando a escola tenta interferir em questões que lhes causam exposição ou desconforto. Porém, mesmo com a resistência dos pais, conclui: *“Pero nosotros, como institución, como profesionales, tenemos que hacer algo, cuando vemos que está mal, tenemos que actuar para poder ayudar a ellos”*. PP-7 reafirma sua posição por entender que se faz necessário que primeiramente a família reconheça que está com um problema para, na sequência, aceitar e receber auxílio da escola e de outras áreas.

Pode-se verificar que, na visão de PP-3, as instituições de ensino têm encontrado muitas dificuldades em atrair as famílias para que se envolvam na educação dos filhos. Segundo PP-3, a proporção dos pais que participam da vida escolar dos filhos e das atividades propostas é menor em relação aos ausentes e omissos:

Por lo que yo veo; es mi realidad porque cada escuela, cada institución, cada barrio, incluso y cada ciudad tiene distintos índices, pero en este momento yo veo que eso es en nivel general porque escucho otros docentes de otras provincias y tenemos hoy por hoy, según mi análisis, 25 a 30% de familias que participan, 30% en máximo.

PP-3 esclarece que chega a esse cálculo através do comparecimento dos pais quando se fazem reuniões, quando se solicita a colaboração ou quando se convida a família para atividades. Afirma ter consciência de que, muitas vezes, determinados pais não podem se fazer presentes em função do trabalho. Contudo, ressalta que há pouca presença mesmo quando são feitas reuniões ou atividades fora do horário laboral.

Ni en sus días libres tienen esa voluntad de venir y charlar y ver cómo se va sucediendo la educación del hijo o cuando los piden colaboración con alguna cosa, son mucho menos comprometidos en venir hasta acá. Uno solicita una colaboración y esperamos un número muy pequeño que colabore. Eso puede variar de lugar a lugar, pero no creo que varíe mucho. Hasta puede reunir unos 50, 60%, pero se nota mucho la ausencia de la familia (PP-3).

Em unísson, PP-10 declara que tem percebido, ao longo dos quase 30 anos que atua na educação, que a não-participação dos pais na vida escolar dos filhos, a não-parceria com a escola e a terceirização da educação se constitui um fenômeno progressivo agravado ainda mais pelo advento das redes sociais e aprofundado pela pandemia de Covid-19.

Nós fizemos uma reunião esses dias para montar a APMF³² e de 1.000 crianças que nós temos na escola, a gente não tinha 100 pais presentes. Então, se você colocar o tema de abordar o uso de drogas, não sei se aparece alguém porque há muita falta de consciência. Os pais, talvez, não fiquem alertas para alguns sinais que as crianças dão de que alguma coisa está ficando diferente na vidinha delas, algum tipo de amizade perigosa que elas estão se envolvendo.

Não obstante a resistência dos pais, PP-10 assevera que, enquanto profissional e mãe, busca cumprir com seu papel e dever de orientar e alertar os pais quando há sinais – “a gente percebe na escola; o comportamento da criança mudando, as companhias...” – de que um aluno está se envolvendo com drogas; “a gente não pode poupar nada dos pais, aquilo que a gente vê tem que relatar [...] não adianta a gente querer enfeitar uma coisa que está vendo e, às vezes, aquele choque de realidade pode ser a salvação do filho”. Comenta que já passou por situações na escola em que teve que falar para algumas famílias sobre o uso de drogas: “Teu filho é usuário, talvez a senhora não tenha percebido, mas ele é usuário e, se ele continuar assim, daqui um tempo, a senhora vai encontrá-lo numa situação muito difícil para uma mãe”. Afirmo PP-10 que tratar de questões dessa natureza, principalmente com mães de crianças e adolescentes, são momentos muito delicados, todavia, entende que tem a obrigação de tomar esse tipo de atitude, pois a proteção dos alunos e o seu dever profissional devem sempre ser colocados em primeiro lugar não obstante as dificuldades encontradas em se tomar determinadas atitudes.

Em investigação científica – realizada junto a 1143 adolescentes da cidade de *San Luís*, Argentina – que teve como objetivo “*indagar la relación entre ciertos factores familiares (vínculo entre los miembros, estilo de crianza, formación, política educativa, valores transmitidos) y el consumo de sustancias*”, os autores anteriormente citados, Fantin e García (2011, p. 193), chegaram à seguinte conclusão:

[...] diversos factores familiares como la presencia de relaciones conflictivas en la pareja de los padres; una baja calidad de relación entre el adolescente y sus padres;

³² Associação de Pais, Mestres e Funcionários.

una percepción deteriorada del adolescente de ambas figuras paternas; la carencia de premios y de reconocimiento de los logros obtenidos como característica de la educación de los hijos; la resistencia por parte del adolescente a aceptar los valores transmitidos por los padres y la inconsistencia en la aplicación de los límites resultaron ser variables familiares significativamente asociadas al consumo de alcohol y drogas (Fantin; García, 2011, p. 209).

Por seu turno, Lema *et al.* (2011, p. 264) efetuaram uma pesquisa com o objetivo de *“estimar la prevalencia del consumo de alcohol en jóvenes de una universidad privada de Cali - Colombia, y establecer su relación con factores familiares y sociales”* e observaram que, além do histórico familiar, ou seja, mãe ou pai consumidor de álcool,

[...] otros factores familiares, que han sido evaluados en relación con el consumo de alcohol, son los antecedentes de maltrato, la funcionalidad familiar, la satisfacción respecto al sistema familiar, la comunicación padres-hijo, la cercanía con los padres, las actitudes de los padres hacia el consumo de alcohol, el seguimiento del consumo de los hijos por parte de los padres, el apoyo familiar y los estilos de crianza (Lema et al., 2011, p. 265).

Como se constata nos resultados do citado estudo realizado com jovens universitários, a família pode ser um fator de proteção ou de risco no que se refere ao futuro consumo de drogas. Destarte, reforça-se a importância do envolvimento dos pais na educação dos filhos desde a infância até mesmo porque a adolescência se constitui uma fase de maiores riscos à iniciação ao uso e consequente dependência de substâncias psicoativas.

Novamente, de acordo com Fantin e García (2011, p. 209), *“los valores transmitidos por los padres y aceptados en la infancia suelen ser rechazados en la adolescencia, ya que los jóvenes buscan crear su propio marco de valores”*. Por seu lado, Guimarães *et al.* (2008, p. 73) defendem a ideia de que *“a dependência de drogas é uma forma de lidar com os problemas dessa fase da vida, principalmente se o adolescente não possui uma estrutura familiar na qual se sente apoiado, acolhido e bem orientado”*. Desse modo, buscam sobrelevar a importância do papel da família para o enfrentamento dessa questão.

PP-13 assevera perceber que quando se trata de uma família estruturada, a criança tende a ser mais participativa, mais aberta e a ter mais facilidade na aprendizagem. Por outro lado, quando a criança faz parte de uma família em situação de vulnerabilidade em que os pais ou irmãos são usuários de drogas

[...] essa criança se sente mais envergonhada, ela muitas vezes acaba se excluindo do restante da turma, é faltosa, tem mais dificuldade para aprender, é carente até de material escolar, de alimentação, de vestuário, de medicação, de tudo o que uma criança precisa para se desenvolver saudável e, principalmente, de afeto porque muitas vezes ela sofre vários tipos de violência, desde a violência doméstica, a violência física, a psicológica, da violência por falta de uma orientação sexual, então são vários tipos de violência causados por essa família.

Malbergier, Cardoso e Amaral, (2012, p. 678) relatam que “os estudos têm mostrado que variáveis relacionadas ao ambiente familiar exercem grande influência no início e na manutenção do consumo de álcool, tabaco e maconha entre adolescentes”. Afirmam ainda que diversos outros fatores intrafamiliares têm sido associados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas nessa fase da vida tais como:

[...] relacionamento ruim com os pais, ter membro da família que abusa e/ ou é dependente de alguma substância, violência doméstica, desorganização familiar, viver apenas com um dos pais, pouca comunicação entre familiares e falta de suporte e monitoramento familiar (Malbergier; Cardoso; Amaral, 2012, p. 678).

Em contrapartida, Moreira, Vóvio e De Micheli (2015, p. 131) alertam para os riscos embutidos na “percepção preconceituosa sobre a família, que por vezes é culpabilizada pelo consumo de drogas, dificultando a construção da parceria necessária para ações preventivas mais abrangentes e efetivas”. Por sua vez, observa-se nas colocações de PP-6, no que se refere ao envolvimento dos pais na educação dos filhos, que se pode verificar que os alunos cujos pais fazem “*el acompañamiento más cercano*” apresentam melhor rendimento escolar e menor índice de problemas comportamentais em âmbito geral.

Por outro lado, pode-se perceber que os filhos de pais ausentes se encontram em situação de maior vulnerabilidade. No entanto, PP-6 busca encontrar explicações para essa profunda desconexão entre muitos pais e as instituições escolares:

Naturalmente eso se da porque los padres tienen que estar haciendo casi lo imposible para ganar el pan diario. Entonces, hay desatención, a veces están cansados y todo eso. No hubo la formación de los padres. Hoy nosotros tenemos taller para generación de padres y ellos no tuvieron la oportunidad, ni siquiera de hacer el nivel primario y menos universitario. Entonces eso hace que realmente ellos tengan limitación natural y creo que la educación, la formación está total, única y absolutamente en manos de los docentes, de los educadores, de los maestros (PP-6).

Contudo, apesar de elencar atenuantes à não-participação dos pais na educação dos filhos, PP-6 frisa que “*el acompañamiento familiar de la educación aquí en Paraguay es una materia pendiente*”. Nesse mesmo viés, porém, ampliando o raio de omissão e desatenção dos pais para além do ambiente escolar, PP-11 enfatiza que a família está muito distante dos filhos:

[...] as crianças estão, assim, por elas mesmas. Às vezes, a família nem olha para o filho. Há casos de mães tipo assim: a criança chega na escola um dia e está com o calçado bem maior do que o pé dela, outro dia, um calçado bem menor, outro dia, ela está com roupa suja. Então, isso reflete uma mãe ou um pai que não observaram essa criança ao sair de casa. Nós temos casos em que a criança chega amarela de fome, tremendo de fome, então, não teve um adulto, uma pessoa responsável que ofereceu um chazinho, um leite e uma comidinha para essa criança. Então, você percebe no dia a dia que essa criança não tem ninguém por ela.

PP-11 prossegue – emocionada – narrando que a criança chega à escola e se torna

perceptível que “não tem ninguém que a ensine a tomar um banho, a escovar os dentes, a limpar e cortar as unhas, a se apresentar bem, a estar com a roupa bem limpa”. De modo que esse estado apenas reflete que não há adultos observando e orientando essa criança que “esse papel do pai, da mãe e da família está deixando muito a desejar”. Neste sentido, acerca dos cuidados físicos e educacionais básicos que devem ser dispensados às crianças e da importância do papel educativo das famílias, Carvalho (2004, p. 47) ressalta:

A educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto –, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva. Como processo de socialização, a educação tem duas dimensões: social – transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores.

Somado às suas observações anteriores que dizem respeito a situações em que as crianças são vítimas da irresponsabilidade, da negligência e do abandono, dentre outros problemas internos à família, PP-11 relata uma – dentre as muitas – situação concreta que acompanhou na escola e que vulnerabiliza ainda mais as crianças:

Às vezes acontece um problema em casa e a criança se preocupa tanto, tanto, mas ela não consegue resolver. Eu tive um caso em que eu perguntei para uma aluna por que ela havia faltado no dia anterior e ela explicou que teve um problema em casa; que os pais ficaram brigando a noite inteira, que ela e os irmãos não conseguiram dormir e no outro dia, por esse motivo, ela não conseguiu se levantar e vir para a escola. Essas crianças são vítimas.

Tomás (2001, p. 69), em estudo no qual teve como objetivo “refletir sobre as mudanças sócio-históricas que se produziram na concepção e na vivência da infância, vinculadas ao papel desempenhado pela Educação”, analisa a evolução histórica dos direitos das crianças e adolescentes em nível mundial e conclui que essa parcela específica da população se encontra entre as maiores e mais frequentes vítimas no que se refere às questões de crises econômicas, acesso à educação entre outras. Frisa ainda a autora:

Num nível micro, também na família, a pobreza, a falta de espaço, a alimentação insuficiente, o desemprego, o trabalho infantil, o abandono e o insucesso escolar, o alcoolismo, a agressividade e os castigos corporais, assim como a falta de diálogo, o autoritarismo, ou o excesso de permissividade e as rupturas familiares marcam diretamente a vida de uma multidão de crianças (Tomás, 2001, p. 72).

Sob outro prisma, PP-5 também busca construir um profundo relato acerca das mais diversificadas situações intrafamiliares que vitimizam as crianças, adolescentes e jovens. Apesar de reconhecer ser uma pessoa extremamente pragmática e objetiva, confessa causar-lhe profunda tristeza chegar a seguinte constatação:

Nuestros alumnos son hijos de padres que ya tienen el contrabando institucionalizado en la familia. Entonces, no conocen otra manera de sostenerse. Eso hace con que se mendingue por ahí y que no vengan, que no bajen a la escuela porque quieren dinero más fácil, con menos esfuerzo a través de lo que está en una interacción con una propuesta de vida, que es contrabandear, traficar [...] Pero, las familias son muy vulnerables, los jóvenes son muy vulnerables a la raíz de la falta de trabajo (PP-5).

Agregadas aos aspectos nocivos da mendicância e do trabalho infantil denunciados por PP-5, somamos as observações de Reimann (2013, p. 117) de que, muitas vezes, essas crianças, adolescentes e jovens “estão expostos a maiores riscos à sua saúde, à violência das ruas, ao assédio sexual, a drogas”. PP-5 relata ainda perceber que, enquanto há estudantes que abandonam a sala de aula para se dedicar à ilicitude, existem outros que, com o apoio da família, voltam a estudar depois de se tornarem adultos e, muitas vezes, seguem uma carreira técnica e se tornam profissionais; “*es válido y aplaudible*”, enfatiza PP-5.

Com relação aos que abandonam o estudo, muitas vezes, envolvidos nas drogas, PP-5 conclui que, geralmente, não conseguem mais mudar de vida e que essa situação de vulnerabilidade precisa ser modificada: “*que se necesita un cambio, se necesita porque se está destruyendo la juventud y se está destruyendo de cierta forma también la niñez, niños que ya dejaron de ser niños*”. Esse contexto, reitera SP-5, faz com que se produzam adultos doentes.

Em função de trabalhar com alunos muito vulneráveis, PP-4 salienta que se faz necessário um trabalho complementar realizado pelo poder público ou entidades através de projetos e atividades de conscientização com as famílias “*porque hay familias que realmente necesitan, como hay familias que niegan, hay familias que necesitan y detrás de cada familia, hay niños y ese niño es que hay que defender*”. Nesse sentido, Njaine e Minayo (2003, p. 132) entendendo que “a família e a escola têm sido historicamente a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo”, ressaltam:

A negação do diálogo, as formas de violência física, sexual, moral e psicológica contra esse grupo etário que ocorrem muitas vezes no âmbito intrafamiliar podem refletir na vida escolar sob a forma de comportamentos agressivos ou mesmo apáticos dos alunos, desafiando os educadores para o enfrentamento dessa problemática. Diante da violência, o desafio maior é o reconhecimento da complexidade de suas manifestações, sem reduzi-la a uma única fonte. O lugar da escola, como fonte privilegiada de mediação, assim como o da família possibilita uma atuação ampla no campo da prevenção da violência (Njaine; Minayo, 2003, p. 132).

Todavia, as autoras destacam ainda que a família e a escola devem trabalhar de forma conjunta. Acerca disso, PP-2 discorre sobre uma estratégia utilizada há vários anos para aproximar os pais da escola em que atua; expõe que, a partir da identificação de problemas na leitura e na escrita dos alunos, começaram a trabalhar a questão de várias formas e, dentre elas, a apresentação de trabalhos: “*expo matemática, expo lengua, expo conservación del medio*

ambiente. Entonces en donde involucramos a la familia, no solamente el chico hace el trabajo, si no, el papá, la mamá, la abuela, el hermano”. Conforme PP-2, essa prática se consolidou na instituição como uma maneira de aproximar a família da escola, tendo em vista que o trabalho de educação não compete apenas ao docente.

[...] yo tengo que involucrar la familia para que el niño pueda crecer en una forma sana y en un marco de aprendizaje porque no se trabaja solo, se trabaja con muchos entes. Entonces, involucrándose, bajó el índice de repitencia, bajó el índice de inasistencia y entendemos como la familia llega y viene a la escuela y se ha integrado y también participa. Es mui bueno para mejorar varios flagelos no solamente el tema de la problemática de aprendizaje, sino también el compromiso para otras situaciones que se nos vienen como una de esas que es el consumo problemático (PP-2).

Evidencia ainda PP-2 que, paralelo a isso, a instituição envidou esforços, em parceria com o município, na realização de atividades extraescolares, tais como oficinas de folclore e árabe, bem como atividades esportivas e recreativas que envolvem os familiares, além dos alunos. *“Nosotros vamos involucrando a las familias y se va a cambiar la mentalidad también, la forma de concientización de que vaya aplacando a los diferentes flagelos que aparecen en el día a día dentro de las comunidades”*, conclui PP-2.

Neste enfoque sobre a família, PP-12 aborda a importância da Escola de Pais que se pretende implementar novamente no ano seguinte na instituição em que trabalha. Informa também que sua escola oferece um espaço integral com acompanhamento profissional para que os pais que queiram estudar à noite deixem seus filhos, de modo que, de acordo com PP-12, *“los padres puedan también aprender, porque se la familia está educada ahí si va a poder ayudar a sus hijos por lo menos para revisar las tareas”*. PP-12 alega ainda que sempre busca dizer aos pais: *“Usted tiene que dedicar a su hijo por lo menos una hora cuando llega y revisar sus tareas. Se trabaja, pero intente llegar hasta las ocho de la noche y dedicar una horita al hijo”*. Acerca da importância da presença dos pais na vida dos filhos e na parceria com a escola e o acompanhamento nas atividades escolares, PP-12 enfatiza que os pais devem:

Preguntarles como le fue en la escuela, preguntarles se tienen alguna dificultad y revisar sus cuadernos, revisar su mochila para ver si no trago algún lápiz, algún objeto extraño, algo que no sea de él, del niño. O en fines de semana, que tenga algún tiempo – yo sé que trabajamos todos los días – pero estos momentos que se deben dedicar se le pueden cambiar la vida.

Na sequência, PP-12 volta a sobrelevar o quanto considera importante a aproximação da escola com as famílias. Argumenta que, com a ausência do apoio familiar, torna-se muito difícil para a instituição educativa conseguir criar as condições essenciais na esfera emocional para que se alcance êxito na educação. Exemplifica desse modo sua argumentação:

Los países como Noruega o Finlandia pueden tener un alto índice en cuanto a PISA³³, en cuanto a todo lo que es porcentaje, contaje de alumnos excepcionales, pero hay algo muy importante que les falta a estos países y según las pesquisas científicas identifican que han varios casos de suicidio emocional porque por más que ellos tengan una educación excepcional, la parte espiritual es muy importante. Hay una parte espiritual que no se va a poder cambiar con la tecnología, que no se va a poder cambiar con la virtualidad porque el ser humano necesita de este contacto con su docente, el ser humano necesita, el niño, el joven necesita este contacto con sus padres para el apoyo emocional (PP-12).

Nesse enfoque, Pereira, Silva e Souza (2009, p. 94) reiteram que é dever de todos nós, adultos “dar oportunidade para que a criança possa sentir, explorar, conhecer o mundo em que vive, podendo exercitar seus sentidos de forma lúdica e prazerosa”. Ressaltam ainda os autores que, além disso, os limites e as possibilidades da criança devem ser respeitados e que ela deve ser reconhecida como produtora e inovadora da cultura na qual se encontra inserida.

Concluindo, PP-12 enfatiza que o mais importante no ser humano é a parte emocional por que se não estamos bem emocionalmente, “*si no estamos bien con nuestro espíritu*”, não há lugar algum em que estaremos felizes, por isso, realça PP-12 que temos que estar bem com nossos alunos no âmbito escolar e com nossos filhos no ambiente familiar.

³³ Programme for International Student Assessment – PISA – (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

4. ANÁLISE DE CONTEÚDO

O presente capítulo efetua a Análise de Conteúdo das entrevistas dos(as) profissionais da educação já devidamente referenciados(as) em momentos anteriores dessa produção científica. Sendo assim, observar-se-á, na sequência desse estudo, que a AC está construída no formato descritivo subsidiada por três gráficos (1, 2 e 3) e dois quadros (3 e 4). Somado a isso, a Análise de Conteúdo também conta com suporte do software IRAMUTEQ; ferramenta através da qual foram geradas seis Nuvens de Palavras (Figuras 26, 27, 28, 30, 32 e 33) e duas Análises de Similitudes (Figuras 29 e 31). Consideramos necessária a utilização dessas técnicas de representação gráfica por se tratar de elementos visuais que contribuem para a melhor compreensão dos enunciados.

Especificamente, no que tange à Nuvem de Palavras, saliente-se que, ao evidenciar as expressões que apresentam maior frequência e representatividade dentro do corpus textual, essas imagens auxiliam na elaboração de uma síntese das principais informações contidas nos discursos dos(as) Participantes da Pesquisa. Por seu turno, no que se reporta à Análise de Similitudes, verifica-se que a visualização da conexidade entre as palavras facilita a compreensão da estrutura de construção tanto do texto quanto dos temas mais importantes.

Destacamos que, com vistas a alimentar o IRAMUTEQ para a produção das imagens, foram utilizados 135 textos, correspondentes às 8 perguntas efetuadas a cada um dos 15 entrevistados aos quais se somam as demais contribuições individuais feitas por cada PP ao final do roteiro de perguntas. Neste contexto, identificam-se 9 categorias de análise agregando elementos em comum tais como: vulnerabilidade, papel da educação, material didático, formação de professores, obstáculos, políticas públicas, trabalho conjunto, propostas e família.

Ratificamos que as etapas e fases propostas para se coletar o material e prepará-lo para a realização da AC - conforme Yin (2016) e Bardin (2016) - foram observadas com rigor científico, sendo que os áudios e os textos completos das transcrições encontram-se arquivados em acervo do pesquisador. Destarte, esse autor, após realizar, gravar e transcrever pessoalmente todas as entrevistas, compilou o material, efetuou a decomposição dos conteúdos e, na sequência, recompôs, isto é, rearranjou os *corpus* textuais para submetê-los à interpretação descritiva e ao IRAMUTEQ para a geração das figuras com vistas à Análise de Conteúdo.

Nessa perspectiva, verificar-se-á, a seguir, nas Nuvens de Palavras e nas Análises de Similitudes, que em alguns momentos são excluídas determinadas classes gramaticais que poluiriam as imagens com demasiadas palavras que não agregam informações relevantes ao estudo. Desse modo, nas figuras, observa-se que artigos, conjunções, preposições, interjeições

e numerais são sempre eliminados. Por sua vez, os substantivos, verbos, adjetivos, advérbios e pronomes permanecem como formas ativas. Todavia, dependendo da imagem trabalhada, mesmo algumas dessas formas ativas citadas não são selecionadas para verificação.

Ademais, informamos que, a exemplo do que ocorreu no Capítulo III, novamente encontramos dificuldade em agrupar com exatidão por afinidade os assuntos evidenciados pelos(as) interlocutores(as). Por conseguinte, nas análises a seguir, pode-se observar que os temas se mesclam ou se sobrepõem em alguns momentos do trabalho. No entanto, entendemos que essa limitação não compromete a compreensão dos aspectos essenciais do estudo.

4.1 A VULNERABILIDADE ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

No que diz respeito à acentuada vulnerabilidade a que estão expostos os habitantes das cidades da Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu-Brasil, *Puerto Iguazú*-Argentina e *Ciudad del Este*-Paraguai, conforme já evidenciado, identifica-se nas contribuições obtidas através das entrevistas que foi encontrada unanimidade de percepção acerca dos riscos mais acentuados causados pela problemática das drogas na região. Verifica-se que todos(as) os(as) entrevistados(as), de alguma forma, em algum momento específico ou sob um determinado aspecto, afirmam entender que residir neste território pleno de particularidades se constitui um fator de maior exposição aos problemas gerados pelo envolvimento com o narcotráfico ou o mais acentuado consumo/dependência de substâncias psicoativas.

A maior vulnerabilidade devido à intensa mobilidade humana e às deficiências no controle desse fluxo de pessoas e mercadorias encontra-se evidenciada em diversas manifestações dos(as) interlocutores(as), tais como: “a fronteira é mais acessível ao tráfico de substâncias psicoativas”, “viver na região de Tríplice Fronteira nos torna mais susceptíveis aos riscos da comercialização e dependência de entorpecentes”, “*nosotros estamos en una zona muy estratégica*”, “somos muito mais vulneráveis porque vivemos na Tríplice Fronteira”, “aqui se consome drogas em maior proporção”, “a Tríplice Fronteira é totalmente vulnerável porque há muita circulação de pessoas de diversos países”, “*hay mucha más posibilidad a que se propague este fenómeno social*”, “há falta de controle”, “a maior passagem de turistas e pessoas ligadas ao setor de compras torna mais difícil a fiscalização”, entre outras afirmações denotam a compreensão dos habitantes de que a Tríplice Fronteira se caracteriza como uma região diferenciada do contexto geral dos três países.

Constata-se que vários(as) entrevistados(as) fizeram alusão ao fato de que essa vulnerabilidade às drogas existente na região afeta, além da sociedade em geral, em especial,

os jovens, adolescentes e, de modo mais grave, as crianças, de acordo com o que se verifica nas observações a seguir: “esta vulnerabilidade às drogas aqui na Tríplice Fronteira é real; nós temos casos de crianças e adolescentes que são usuários”, “os adolescentes e crianças estão expostos às drogas”, “podemos ver que muitas crianças estão em situação vulnerável e assim, as drogas cada vez mais se propagam”, *se consume también en mayor grado .[...] aquellos niños, adolescentes que están en riesgo de calle o que simplemente las familias no les prestan la atención adecuada*”, “situação de vulnerabilidade que afeta mais diretamente os jovens que buscam superar a crise, principalmente, econômica. Essa juventude fica mais exposta [...] é vítima de sua condição de exclusão social e, paralelo a isso, do descuido das famílias”, “é latente essa realidade que temos hoje com crianças, adolescentes e jovens”. E assim, afirmações dessa natureza se sobrepõem e se multiplicam.

A Nuvem de Palavras a seguir (figura 26) construída a partir das contribuições dos(as) Participantes da Pesquisa do Paraguai acerca da vulnerabilidade às drogas na TF comprova as observações anteriores, pois detecta-se que, dentre as palavras mais repetidas, à exceção do adjetivo “*mau*” e dos pronomes indefinidos adjetivos “*mucha*” e “*muy*”, encontram-se os substantivos “*zona*”, “*niños*”, “*frontera*”, “*adolescente*”, “*jóvenes*” e “*droga*”, os verbos “*propagar*” e “*están*” e o adjetivo “*vulnerable*”. Destarte, confirmam-se nessa imagem que os(as) entrevistados(as) apontam a fronteira como uma zona em que as crianças, adolescentes e jovens estão mais vulneráveis ao mal das drogas que tem se propagado de forma acentuada.

Figura 26 – Nuvem de Palavras-Iramuteq – Vulnerabilidade-Paraguai:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

No que concerne às diferenças entre os três países, pode-se destacar que a fronteira Foz do Iguaçu/*Ciudad del Este* é citada como o ponto mais sensível no aspecto relativo à fragilidade na fiscalização e, portanto, mais vulnerável ao narcotráfico e suas consequências. Registre-se, por exemplo, a fala de um(a) profissional da educação que atribui os maiores riscos a que estão expostos em função de estarem localizados geograficamente “*solamente a 15 quilómetros o poco más del Puente de la Amistad*” ou então, de acordo com outro(a) entrevistado(a), “devido à facilidade da travessia das drogas pelo rio, por mais que nós temos a fiscalização, nós temos esse problema”. Encontramos, dentre outras, as seguintes colocações, na mesma linha de raciocínio: “pela facilidade do contato, do vínculo, principalmente, que existe entre *Ciudad del Este* e Foz de Iguaçu” ou “menores de idade conseguem fazer a travessia da ponte e praticam este ilícito também, ajudam no tráfico de drogas aqui para o Brasil”. Consideramos importante reiterar que a totalidade das afirmações elencadas nesse parágrafo são de autoria de entrevistados(as) brasileiros(as) e paraguaios(as).

A Figura 27 (a seguir) apresenta a Nuvem de Palavras composta pelos discursos dos(as) entrevistados(as) de Foz do Iguaçu/BR com relação à questão da maior vulnerabilidade às drogas à que está exposta a comunidade da Tríplice Fronteira.

Figura 27 – Nuvem de Palavras-Iramuteq – Vulnerabilidade-Brasil:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Percebe-se que, dentre as palavras mais proferidas, podem ser elencadas: “droga”, “fronteira”, “ter”, “muito”, “acreditar”, “estar”, “tríplice”, “mais”, “problema”, “sim”, “situação”, “comunidade” e “vulnerabilidade”. Desse modo, podemos selecionar esses elementos decompostos dos discursos e recompô-los gerando um texto único que expressa exatamente a visão dos(as) Participantes da Pesquisa acerca do tema. Se não, vejamos: o advérbio de afirmação “sim” e os verbos “acreditar” e “ter” somados aos substantivos “droga” e “problema” combinados com os advérbios “mais” e “muito” agregados aos substantivos “situação”, “fronteira”, “vulnerabilidade”, “comunidade” e ao adjetivo “tríplice” podem ser todos reagrupados formando um enunciado com sentido pleno com o seguinte teor: **“Sim, acredita-se que o fato de ter mais droga na Tríplice Fronteira se constitua um problema e que isso coloque a comunidade em situação de muita vulnerabilidade”**. Sendo assim, comprova-se, através dessa Nuvem de Palavras, que um extenso número de vocábulos e expressões contidas em 7 corpus textuais originais processados pelo IRAMUTEQ puderam ser resumidos em um único período composto por poucas palavras que sintetizam, de um modo geral, o pensamento dos(as) Participantes da Pesquisa brasileiros(as). Destarte, verifica-se que a imagem pode ser literalmente lida e interpretada sem auxílio de quaisquer outros recursos.

Por seu turno, os(as) Participantes da Pesquisa de nacionalidade argentina salientam que a cidade de *Puerto Iguazú* sofre principalmente em função do ingresso de drogas no país a partir dos demais municípios que compõem a Tríplice Fronteira. Apontam que *Puerto Iguazú*, de certa forma, encontra-se mais exposta à problemática da drogadição em decorrência de fazer fronteira com dois países que são produtores e distribuidores de substâncias psicoativas em proporção maior que a Argentina.

Logo, percebe-se que as falas, em geral, são categóricas ao afirmar que *Puerto Iguazú* se encontra mais vulnerável em função do ingresso de drogas a partir do Brasil e do Paraguai. A delimitação fluvial é abordada de modo específico: *“principalmente por el contexto geográfico ya que Puerto Iguazú se encuentra delimitada por vías fluviales lo que facilita el contrabando y el ingreso de muchas sustancias”, “sabemos también de que la Triple Frontera es muy permeable, nosotros estamos delimitados por ríos”, “no es solamente en Iguazú si no también más al sur seguramente porque el río lo permite, el río Paraná debe tener sus accesos”*. Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazú* estão delimitados pelo rio Iguaçu, porém, a fala anterior se refere à fronteira Argentina/Paraguai cuja delimitação ocorre pelo rio Paraná.

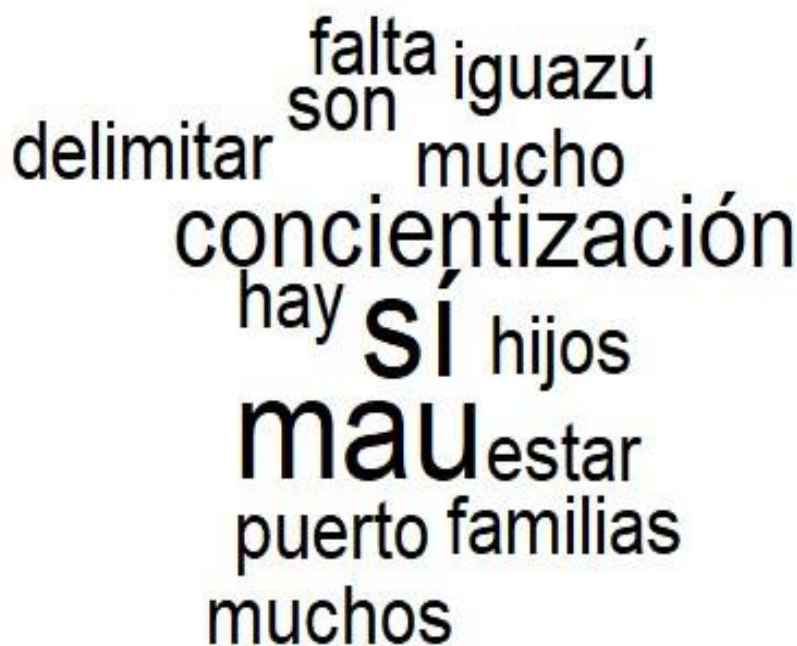
O(a) interlocutor(a) alega desconhecer pontos clandestinos de passagem de drogas, armas e demais mercadorias que são traficadas ou contrabandeadas do Paraguai para a Argentina, porém, denuncia ser de domínio público que essas práticas ilícitas ocorrem pelas

características dos limites fluviais da região em análise.

De acordo com os(as) entrevistados(as), essa situação de vulnerabilidade em *Puerto Iguazú* é agravada atualmente pela crise econômica pela qual a Argentina atravessa de modo que o contrabando e o tráfico se transformam em estratégias de sobrevivência para muitas famílias carentes de recursos e empregos, de acordo com o que afirma um(a) sujeito da pesquisa: “*en Iguazú, hay muchos distribuidores, muchos vendedores, digamos, y existe mucha vulnerabilidad en ese sentido*”. Conforme pode ser verificado, esse problema é ainda mais aprofundado pela falta de consciência e pelo abandono por parte dos pais pelo qual passam os filhos. Infere-se que, dentre os fatores elencados para o desemprego, o aumento da pobreza e o agravamento da vulnerabilidade a ilícitos (contrabando e narcotráfico) indicou-se também a pandemia de Covid-19.

Na sequência, será analisada a Nuvem de Palavras - representada na Figura 28 - gerada pelo IRAMUTEQ que contém o ponto de vista dos(as) profissionais da educação argentinos(as) a respeito da vulnerabilidade às substâncias psicoativas no âmbito da Tríplice Fronteira.

Figura 28 – Nuvem de Palavras-Iramuteq: Vulnerabilidade-Argentina:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

A Nuvem de Palavras relativa à Argentina apresenta em destaque o advérbio de afirmação “*Sí*”, ou seja, os(as) entrevistados(as) confirmam que os habitantes da TF se encontram em situação de maior exposição às drogas e seus reflexos. Outro aspecto abordado que se evidencia nos verbos “*falta*” e “*delimitar*” diz respeito à questão dos controles ao trânsito

de veículos, pessoas e mercadorias na fronteira. Evidencia-se uma fiscalização mais criteriosa em *Puerto Iguazú* e a predominância do “*mau*” controle nas aduanas brasileira e paraguaia. Ademais, cita-se a delimitação por rios que vulnerabiliza mais a Argentina.

Entretanto, cabe frisar que nessa representação gráfica, em comparação às figuras 26 (Paraguai) e 27 (Brasil), foram nominados alguns elementos novos tais como: “*hijos*”, “*conscientización*” e “*familia*”. Depreende-se que esses termos fazem referência à fragilidade de muitas famílias em decorrência da crise econômica que se verifica na Argentina na qual muitos pais estão desempregados ou envolvidos com o contrabando ou o tráfico. Salienta-se que os filhos são as principais vítimas dessa situação somada à falta de conscientização dos pais. Desse modo, verifica-se que os argentinos citam a vulnerabilidade dos filhos em decorrência do desemprego dos pais enquanto os paraguaios apontam a exposição direta das crianças e adolescentes em função do envolvimento com o consumo e o tráfico de drogas.

Sobreleve-se que a categoria “vulnerabilidade” é a única em que se optou pela geração de mais de uma imagem (três nuvens de palavras menores) em função de que se buscou captar e compreender a percepção dos(as) Participantes da Pesquisa de cada país sobre a temática.

Enfim, em face das contribuições analisadas neste subcapítulo, verificou-se que há mais um ponto em comum nas entrevistas no que diz respeito ao enfrentamento da questão das drogas na Tríplice Fronteira: detecta-se o entendimento de que essa problemática deve ser tratada pelos governos dos três países em suas três esferas; municipal, estadual e federal.

4.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO ÀS DROGAS

No que se relaciona à crença dos profissionais da educação na importância, necessidade e efetividade da prevenção às drogas através de práticas educativas e ao papel do professor, da escola e da educação em si nesse processo, nota-se que os(as) entrevistados(as) entendem que eles têm uma grande responsabilidade nessa questão e acreditam no “efeito altamente positivo do trabalho educativo”. Pode-se identificar que há a convicção de que a educação é a ferramenta mais importante para contribuir na formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes enquanto pessoas e cidadãos, tendo em vista que se trata da “arma mais poderosa para transformar o mundo” e, segundo esse(a) docente, há muitas formas de transformar, sendo que uma delas se materializa no combate às drogas. Constatam-se várias alegações alicerçadas em “muitos anos de experiência profissional” e que dão conta de que a prevenção às drogas deve ser levada a cabo através de práticas educativas. Entretanto, reitera-se que essa orientação deve considerar o “contexto” em que a criança está inserida.

No que faz referência ao papel dos profissionais da educação, são encontradas repetidas observações no sentido de que “o docente tem o importante papel de passar as informações acerca das drogas para os alunos”. Salientam os(as) educadores(as) que lhes compete transmitir aos seus alunos não somente conhecimentos teóricos acerca das disciplinas dispostas no currículo e que sirvam apenas para os anos em que o estudante se encontra no ambiente escolar; devem, isto sim, socializar ensinamentos que contribuam “positivamente para um futuro melhor enquanto seres humanos, profissionais e cidadãos”. Nessa perspectiva, devem ser envidados esforços para que os alunos não aprendam apenas a ler e escrever, mas que aprendam a ser “boas pessoas” que venham a contribuir positivamente na sociedade, na transformação verdadeira do seu país. Apontam os(as) interlocutoras (as) que as equipes escolares devem buscar transformar as instituições de ensino em ambiente pelo qual os alunos se sintam atraídos e sejam felizes em nele permanecer.

Neste aspecto, são identificadas várias falas que colocam a escola como “espaço único” e ambiente mais importante e insubstituível no trabalho com vistas à prevenção à iniciação ao consumo e a consequente dependência de drogas tanto as socialmente aceitas quanto as ilegais; “a escola é o melhor ambiente para que as crianças, adolescentes e jovens recebam orientação”. Ressalta-se também que as instituições educativas são “a 2ª casa dos alunos” e a “a caixa de ressonância da sociedade” e, portanto, devem marcar a diferença para que as crianças e adolescentes se transformem em adultos sãos e proativos. Desse modo, a escola tem o papel de contribuir com as famílias para a formação integral das futuras gerações através da ênfase aos valores éticos e morais, tendo como um dos pilares a dimensão espiritual.

Entretanto, não obstante compreender seu papel no processo educativo, os profissionais advertem que não podem fazer o trabalho completo de prevenção às drogas de forma isolada, pois a escola é apenas uma parte de um todo composto pelas famílias, pela sociedade em geral e pelo poder público, por isso, necessita de colaboração e maior apoio desses segmentos. Assim sendo, os(as) professores(as) argumentam que não podem assumir a prevenção às drogas sozinhos, como se fosse “obrigação”. Reconhecem que podem auxiliar neste trabalho, que os educadores têm um grande poder em sala de aula, mas que precisam de “apoio externo” para que isso seja concretizado.

Pode-se inferir que essa acentuada responsabilidade pela prevenção às drogas atribuída às instituições de ensino e adotada pelos(as) docentes em suas falas ocorre, na visão dos(as) profissionais da educação, principalmente, devido às limitações das famílias em cumprir essa função. Quanto às motivações subjacentes à questão familiar, torna-se possível identificar algumas diferenças entre as três cidades em análise.

Em *Ciudad del Este*/Paraguai, aponta-se que muitos pais não são pessoas formadas e preparadas e que, em decorrência dessa deficiência, não conseguem ajudar muito os filhos no trabalho preventivo à drogadição.

Quanto a *Puerto Iguazú*/Argentina, reitera-se a questão econômica, o desemprego dos pais que passam a se dedicar ao contrabando de modo que a convivência com essas práticas ilícitas associada à vulnerabilidade afeta os filhos.

No que se refere a Foz do Iguaçu/Brasil, observa-se a preocupação com os alunos cujos pais/responsáveis são consumidores assíduos de drogas lícitas ou ilícitas, tendo em vista que em função de conviver com essa realidade, muitas vezes, o consumo de drogas se torna algo “normal” no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Assim sendo, nota-se que podem ser encontradas diversas alusões dos(as) entrevistados(as) à necessidade de se trabalhar o aspecto emocional dos alunos para fazer frente às lacunas deixadas pelas famílias que, muitas vezes, estão desestruturadas e desintegradas a tal ponto que leva crianças à depressão, a se sentirem vazias e a buscarem nas drogas a felicidade, isto é, uma fuga dessa realidade.

Todavia, cabe registrar que, apesar das apreensões e questionamentos apresentados, a maioria das contribuições dos(as) profissionais da educação testemunha sua confiança na importância do trabalho desenvolvido por eles.

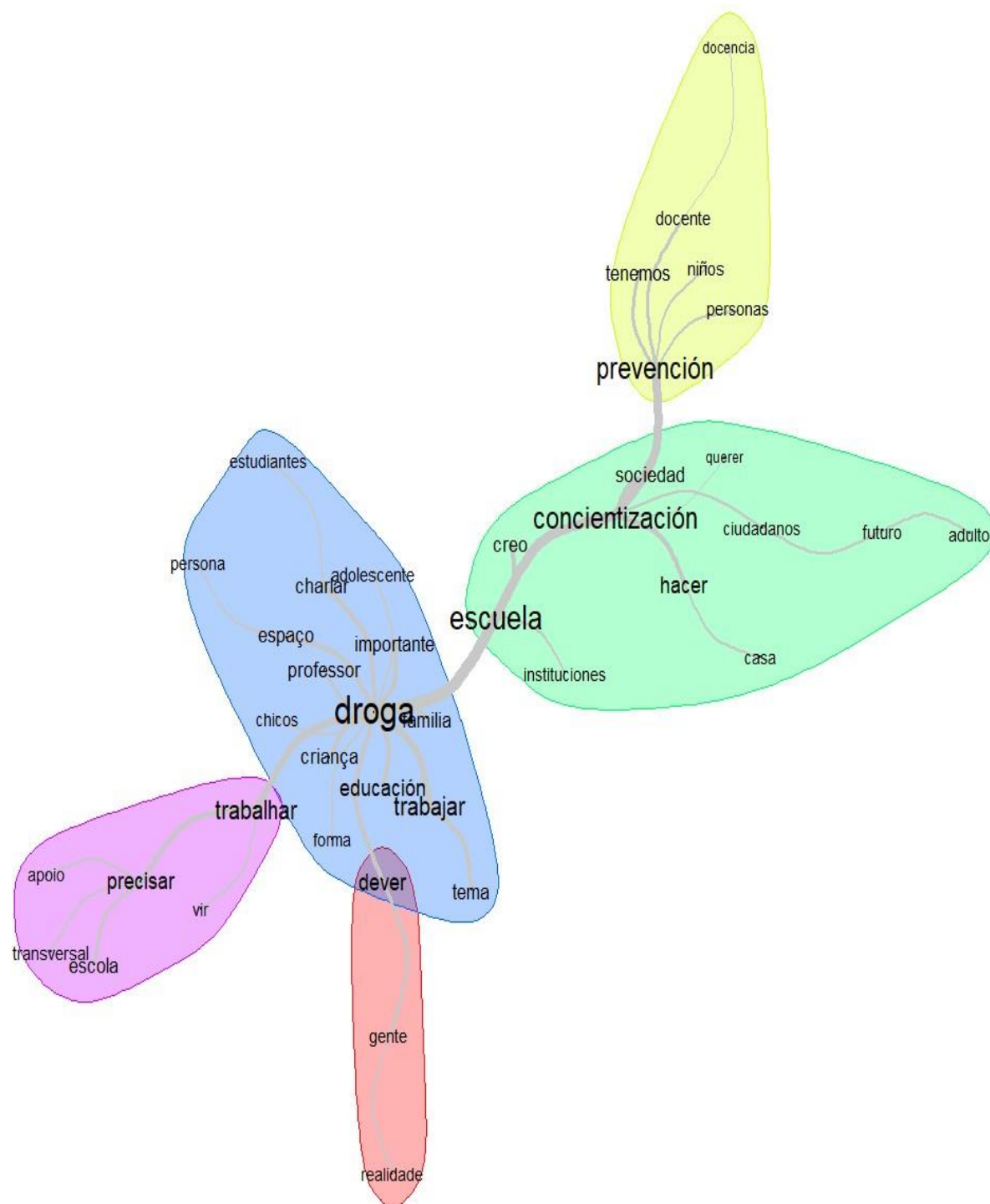
Destaque-se que, neste sentido, apesar de que os(as) entrevistados(as) já atuam na profissão, em média, por tempo superior aos 20 anos, foram encontradas narrativas que apresentam uma visão de cunho até mesmo idealista. Se não, vejamos alguns exemplos: “o futuro de uma nação depende de como as pessoas são educadas”, “somos formadores de futuros cidadãos”, “somos uma esperança para essas crianças”, entre outras declarações.

Entendemos até mesmo ser utópica – haja vista que o fenômeno das drogas é multicausal e extremamente complexo – a afirmação apresentada de que a prevenção às drogas “através da realização sistemática de atividades motivacionais, conversas, palestras, oficinas, entre outras realizadas no cenário educacional” pode **erradicar** as drogas na vida dos estudantes e as motivações que os levam à iniciação ao uso e à dependência de substâncias psicoativas.

Finalmente, acreditamos ser importante realçar que se percebe nas falas dos(as) Participantes da Pesquisa o consenso de que tanto no Paraguai, quanto no Brasil ou Argentina a educação tem sido culturalmente pouco valorizada.

A representação gráfica a seguir (Figura 29) demonstra a conectividade entre as palavras possibilitando a análise da relação entre elas de modo a auxiliar na identificação da estrutura do conteúdo do *corpus* textual concernente ao papel da educação na prevenção às drogas.

Figura 29 – Análise de Similitudes-Iramuteq: Papel da educação:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Ressalte-se que a Análise de Similitudes se trata de uma representação visual baseada na Teoria dos Grafos³⁴ e, nessa perspectiva, a árvore de palavras permite identificar e compreender as relações estabelecidas entre si no interior dos *corpus* textuais.

³⁴ A Teoria dos Grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/_grafos Acesso em: 06 fev. 2024.

Consideramos importante mencionar que, para a construção da Figura 29, foram elencadas como formas ativas apenas as 3 classes gramaticais que constatamos agregarem contribuição mais significativa ao estudo proposto. Buscou-se ainda com essa estratégia a geração de uma imagem menos poluída. Por conseguinte, contabiliza-se no diagrama a ocorrência de 30 substantivos, 9 verbos e 2 adjetivos.

Destarte, a partir dos 15 textos acerca do papel da educação na prevenção ao uso de substâncias psicoativas submetidos ao software IRAMUTEQ para análise, verifica-se que a palavra “droga” se encontra em destaque no ponto central da imagem diretamente interligada numa progressão linear à direita aos termos “*escuela*”, “*concientización*” e “*prevención*”.

Observa-se também que a palavra “droga” se conecta, rumo às porções inferiores da imagem, aos termos “trabalhar” e “dever”. Desse modo, a partir desses seis vocábulos em destaque, são estabelecidas as conexões com todas as demais palavras possibilitando a rápida e inequívoca leitura visual do ponto de vista dos(as) entrevistados(as) a respeito do papel reservado à educação na prevenção às drogas.

Nesse contexto, comprovando a afirmação anterior, observa-se que nas duas porções à direita da figura, as palavras “*escuela*”, “*concientización*” e “*prevención*” se ligam aos verbos “*creo*”, “*hacer*”, “*querer*” e “*tenemos*”, bem como se conectam aos substantivos “*sociedad*”, “*ciudadanos*”, “*futuro*”, “*niños*”, “*personas*” e “*adulto*”. Por conseguinte, depreende-se que os(as) Sujeitos da Pesquisa acreditam que a escola tem o papel de contribuir com a sociedade transformando as crianças em futuros cidadãos adultos saudáveis e livres das drogas. Veem-se ainda palavras tais como “*docente*” e “*casa*”, o que denota que os professores podem contribuir nessa área com as famílias que, muitas vezes, não fazem esse trabalho em casa por negligência, omissão ou despreparo.

Nessa mesma perspectiva, na ramificação central inferior, encontram-se interligadas à palavra “drogas” os termos “dever”, “gente” e “realidade” demonstrando que os professores reconhecem seu dever de abordar a realidade das drogas. Consideramos necessário registrar que a palavra “gente” se encontra empregada em substituição à expressão “nós” ou “os professores”. Isso ocorre comumente no discurso direto em 1ª pessoa do plural na língua portuguesa.

Em contrapartida, no ramo inferior à esquerda na imagem, alerta-se para o fato de que as atividades com vistas à prevenção não se constituem papel que deva ser relegado unicamente às instituições de ensino. Logo, percebe-se que algumas palavras ligadas e em maior destaque dentre elas: “trabalhar”, “precisar”, “apoio” e “escola” se traduzem num chamamento ao poder público e à sociedade para que se somem às instituições de ensino nas iniciativas de enfrentamento à drogadição. Por seu turno, infere-se que o termo conexo “transversal” aponta

que a temática da prevenção às drogas deve ser conduzida transversalmente no cotidiano das disciplinas e atividades educativas.

Por sua vez, o agrupamento de palavras que se localiza no meio da figura orbitando em torno da palavra “droga” é constituído por três classes de palavras; os verbos “*trabajar*” e “*charlar*”, o adjetivo “importante” e, dentre os principais substantivos encontram-se “*educación*”, “espaço”, “professor”, “*familia*”, “*chicos*”, “criança”, “adolescente”, “*estudiantes*” e “tema”. Observe-se que há registros em ambas as línguas (português e espanhol). À vista disso, na análise dessa porção da imagem, pode-se recompor os termos e se chegar a uma redação aproximada ao seguinte teor: Na visão do **professor**, o **espaço** da **educação** é o mais **importante** para se **trabalhar** o **tema** da **droga** com os **estudantes**, pois a **família** tem dificuldades em **falar** sobre isso com as **crianças** e os **adolescentes**.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO

Com relação a este 3º subcapítulo – que faz a abordagem da questão das políticas públicas locais específicas de prevenção às drogas no âmbito da educação – optamos pela análise isolada de cada um dos municípios objeto de estudo, tendo em vista que são programas, ações e atividades específicas desenvolvidas pelos atores de cada cidade em particular.

Assim sendo, observa-se, no que tange a **Foz do Iguaçu/BR**, que são citados por quase todos os(as) Participantes da Pesquisa três programas de prevenção às drogas implementados no âmbito das escolas da rede municipal de educação: o “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD),” o Concurso “A Arte Sem Cigarro é um Show” e o Programa de palestras “Sem Drogas é Bem Melhor”.

Acerca do PROERD, destacamos que, na avaliação dos entrevistados, se trata de uma política pública com grande aceitação perante a comunidade escolar e as famílias. Avaliado como “um programa muito bom, que ajudava muito”, essa atividade desenvolvida pela Polícia Militar encontra-se implementada no município há duas décadas. Todavia, verifica-se que sua abrangência é muito limitada, haja vista que, em 2022, por exemplo, atendeu as turmas de 5º Ano do I Segmento do Ensino Fundamental de apenas 10 das 50 escolas municipais, ou seja, 80% dos alunos de 5º Ano de Foz do Iguaçu não foram contemplados com este trabalho de prevenção às drogas e à violência. Nesse sentido, as colocações se sucedem: “O PROERD deveria acontecer todos os anos nos 5ºs anos, mas não acontece”, o PROERD infelizmente não está mais funcionando para os nossos 5ºs anos”, “nós tivemos há alguns anos o programa do PROERD [...] de alguns anos para cá nós não temos mais. Eu acho importante que volte”. Nessa

perspectiva, todos os entrevistados manifestaram o desejo de que haja o retorno, a continuidade e a ampliação da capilaridade do Programa.

Este autor, tendo em vista a sua já citada vasta experiência no âmbito educacional e no trabalho preventivo à drogadição, em especial no município de Foz do Iguaçu e região, considera importante e necessária a execução anual do PROERD, especialmente para os alunos do 5º ano, em todas as escolas da rede municipal.

Somado a isso, o Concurso “Arte Sem Cigarro é um Show” também é positivamente avaliado devido ao seu efeito na comunidade. Cita-se que, a partir do momento em que os alunos começaram a levar para as suas famílias as informações acerca dos malefícios do tabagismo, “os pais vinham também ver o que estava acontecendo, ver também os trabalhos das crianças e ver por que elas estavam trabalhando isso”. Contudo, apesar de ter sido transformado em Lei Municipal que preconiza a realização anual do Concurso, os entrevistados apontam que “faz alguns anos já que não tem mais e é claro que um resgate seria bem interessante”. Portanto, pode-se constatar que Lei nº 3.488/2008 não tem sido cumprida, gerando assim prejuízos aos alunos e às famílias.

Por seu turno, o Programa “Sem Drogas é Bem Melhor” – as “palestras nas escolas com as turmas de 5ºs anos que auxiliam e orientam na prevenção às drogas” – foi mencionado de forma reiterada devido ao fato de que a comunidade escolar “percebe ser muito produtivo quando vem um especialista externo à instituição escolar e se soma ao trabalho dos professores”. Sendo assim, concretiza-se como “um trabalho altamente positivo e é dessas ações que a gente precisa que continuem”. No entanto, a exemplo do Concurso “Arte Sem Cigarro é um Show”, não obstante a vigência da Lei Municipal nº 3.044/2005 que determina a realização de palestras a cada 90 dias, constata-se que esse trabalho ficou paralisado durante mais de uma década tendo sido retomado apenas em 2020. Registre-se que sua execução tem dependido de trabalho voluntário, tendo em vista que não tem sido disponibilizados recursos (conforme previsto em Lei) para a contratação de profissionais especialistas na área da prevenção.

Torna-se de fundamental importância destacar que se percebe, de forma inequívoca, na fala dos entrevistados, que os tempos verbais empregados se encontram, na maioria das vezes, no pretérito; “eu acho necessário sim os programas que nós **tínhamos**”. (grifo nosso). Isso significa dizer que em Foz do Iguaçu houve um retrocesso nos últimos 15 anos no que se refere à prevenção às drogas no âmbito da educação, haja vista que o PROERD atinge apenas 20% dos alunos do 5º Ano, o Concurso “Arte Sem Cigarro é um Show” deixou de ser realizado há vários anos e o Programa de Palestras “Sem Drogas é Bem Melhor” sofreu interrupção por longo período e depende totalmente da disponibilidade de voluntários para a sua execução.

No que tange à ***Ciudad del Este/PY***, infere-se através das contribuições dos entrevistados que as políticas públicas de prevenção às drogas são construídas em nível nacional através do material *Educación para la Salud*. Também são preparadas palestras e oficinas que contam com o apoio e aporte da CODENI. São apontados ainda como parceiros nas iniciativas de prevenção às drogas, a *Comisaria de la Zona*, a *Policía Municipal*, a *Fiscalía* e a *Policía de Tránsito*, apesar de que, conforme citado, a pandemia de COVID-19 gerou uma interrupção nas atividades que estão sendo retomadas aos poucos.

Ademais, a CODENI e a Policía têm contribuído na realização de palestras para os alunos acerca de uma nova situação que se apresentou no retorno às aulas presenciais após a pandemia: o grande número de alunos que passaram a fumar cigarros eletrônicos que são comercializados a um preço bastante acessível. Além dessa questão do cigarro eletrônico, as instituições estão aos poucos retomando o trabalho de prevenção às drogas mais comuns encontradas entre os estudantes; a maconha e o cigarro normal.

Entretanto, pode-se perceber nas observações dos(as) Participantes da Pesquisa um viés acentuadamente negativo no que se relaciona às políticas públicas implementadas a partir das esferas governamentais, com ênfase no âmbito federal. Afirma-se que na área de prevenção à iniciação, ao uso e à dependência de drogas, o Paraguai está à deriva em nível de país e de governo, tendo em vista que, de um modo geral, as atividades, ações e programas implementados no setor são de iniciativa exclusiva das instituições de ensino.

Em linhas gerais, no que se relaciona a ***Puerto Iguazú/AR***, nota-se que as políticas públicas com vistas à prevenção às drogas são trabalhadas em conjunto com a *Dirección Municipal de Prevención de Drogadicciones*, em função da necessidade do trabalho em rede, de acordo com a situação específica de vulnerabilidade de cada bairro. Afirma-se que a problemática das drogas se constitui um flagelo e vem crescendo dia a dia e que a situação é mais acentuada nas escolas secundárias.

O alinhamento das esferas do poder público nas ações preventivas à drogadição encontra-se estruturado em nível nacional pelo “*Ministerio de Prevención de Adicciones y Control de Drogas*, no âmbito provincial pelo *Ministerio de Prevención de la Provincia* e na esfera local pela *Dirección Municipal de Prevención de Drogadicciones*”.

Assim sendo, relatos dão conta de que, por exemplo, em 2022, o poder público nacional, em parceria com o provincial, ofereceu uma capacitação presencial na esfera da prevenção às drogas através de práticas educativas aos professores e às equipes diretivas das instituições escolares. Essa capacitação foi realizada em formato de oficinas e foram disponibilizados materiais didáticos para serem utilizados nas escolas em atividades com os alunos.

Cita-se também que profissionais do município, às vezes, em parceria com as demais esferas públicas (Saúde, Assistência Social, Segurança Pública) e em outros momentos “*por iniciativa propia van a las escuelas y dan charlas a los chicos*”. Aponta-se outra ação, sendo essa desenvolvida pela esfera provincial: “*una persona que venía de Salud de Misiones a dar charlas a los alumnos con material audiovisual y con explicaciones*”. Mencionou-se ainda que a existência da plataforma online *Guacurarí*, mantida em nível nacional pelo *Ministerio de Prevención de Adicciones y Control de Drogas* que disponibiliza aos professores subsídios para a realização de atividades em sala de aula.

Outro aspecto realçado pelos(as) Participantes da Pesquisa da Argentina se direciona à autonomia dada às instituições de ensino para a estruturação e implementação de atividades, projetos, programas e ações de prevenção às drogas de acordo com as demandas específicas de cada escola. “*En la escuela, nosotros tenemos nuestros mini proyectos en las distintas áreas [...] así que vamos tocando el tema transversal y vamos ampliando la información, la prevención de acuerdo también a la realidad de los barrios*”. Nesse caso, a realidade das famílias do entorno dessa escola também tem sido levada em consideração.

Dentre as iniciativas das escolas às quais se fizeram alusões, destaque-se a referente a uma instituição de ensino situada em região de acentuada vulnerabilidade social em que havia muitos problemas de violência no bairro. Assim sendo, a partir dessa realidade, a escola passou a realizar algumas oficinas de valores com as famílias para a construção da paz. “*Hicimos [...] talleres con toda la familia y fueron descubiertas preciosas y hoy por hoy vemos muchísimo resultado de todo eso que inculcamos en las familias.*” Relata que as atividades eram realizadas conjuntamente pelos pais, filhos e comunidade em geral.

Embora, no que se reporte a *Puerto Iguazú*, tenham sido aqui apresentadas contribuições dos(as) profissionais da educação apontando para experiências relativamente exitosas, cumpre realçar que ficaram evidenciadas várias questões passíveis de análise mais detalhada. Cite-se, por exemplo, que entrevistados(as) alegaram que essas políticas públicas tanto nacionais quanto provinciais não são realizadas anualmente de forma sistemática.

Encontram-se também ressalvas à plataforma *Guacurarí* no sentido de que ela não disponibiliza “*material suficiente*”, não obstante ser bastante ampla. Evidencia-se, portanto, que as atividades mais efetivas de prevenção às drogas em *Puerto Iguazú* são as realizadas por iniciativa das próprias instituições educativas.

Com vistas a auxiliar na compreensão das principais contribuições, construímos o quadro 3 (a seguir) com a síntese do relatado pelos(as) entrevistados(as) a respeito das políticas públicas de prevenção às drogas implementadas em cada município dessa Tríplice Fronteira.

Quadro 3 – Síntese das políticas públicas implementadas nos municípios da TF:

FOZ DO IGUAÇU/BR	PUERTO IGUAZÚ/AR	CIUDAD DEL ESTE/PY
PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).	<i>Asociaciones con el Ministerio de Prevención de Adicciones y Control de Drogas de la Provincia de Misiones.</i>	<i>Asociaciones con el CODENI (Consejería Municipal por los Derechos del Niño, Niña y adolescente).</i>
Concurso “A arte sem cigarro é um show”.	<i>Asociaciones con la Dirección Municipal de Prevención de Adicciones.</i>	<i>Asociaciones con la Policía.</i>
Programa de palestras “Sem drogas é bem melhor”.		

Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Através de rápida observação desse quadro, pode-se concluir que, na percepção dos(as) Participantes da Pesquisa, em Foz do Iguaçu, não existem de fato políticas públicas efetivadas pelo Poder Público e em andamento, tendo em vista que o PROERD é realizado (nos anos em que isso ocorre) em poucas escolas municipais, o Concurso a “Arte sem cigarro é um show” foi interrompido há diversos anos e o Programa de Palestras “Sem drogas é bem melhor” só é oferecido nos anos em que voluntários se disponibilizam para executá-lo. Do mesmo modo, no que tange à Argentina e ao Paraguai, verifica-se que não existem políticas públicas estabelecidas e continuadas e sim, parcerias com órgãos e instituições que realizam trabalhos sob demanda específica ou conforme disponibilidade.

4.4 O MATERIAL DIDÁTICO

No aspecto concernente ao material didático, nota-se que, de um modo geral, os posicionamentos dos(as) entrevistados(as), embora apresentem um encaminhamento mais negativo, são parcialmente contraditórios, tendo em conta que ao mesmo tempo em que vários(as) interlocutores(as) denunciam a não existência ou a significativa dificuldade em encontrar subsídios para o trabalho preventivo à drogadição através de práticas pedagógicas em sala de aula, outros, por sua vez, alegaram que, mesmo sendo parciais ou insuficientes, existem materiais didáticos à disposição dos professores para a realização de atividades a respeito do tema com os alunos.

Desse modo, para que não sejam geradas interpretações equivocadas acerca de qual realidade se está analisando especificamente, procederemos as interpretações, da mesma forma que no subcapítulo anterior, isto é, cada cidade de cada país em separado.

Assim sendo, no que diz respeito à **Ciudad del Este/PY**, detecta-se, num primeiro momento, a inexistência de materiais didáticos de apoio ao trabalho dos professores com vistas

à prevenção às drogas, conforme assegurado: “*Material didáctico y apoyo de profesionales no se contemplan. Y necesitamos para poder mejorar*”. Pode-se citar outra afirmação dando conta de que “*necesitamos también de material de apoyo*”. Paralelo a isso, identificam-se manifestações no sentido de que, mesmo parciais, há textos que trabalham “*transversalmente la cuestión de las drogas*”. Argumenta-se que o tema da prevenção às drogas é parcialmente contemplado quando se abordam questões relativas às ciências naturais, à saúde e ao respeito.

Por outro lado, constata-se a existência de argumentações dando conta de que o Ministério da Saúde, através de seus programas, sempre disponibiliza materiais que podem ser utilizados nas atividades realizadas em sala de aula. Alega-se também que a CODENI habitualmente distribui aos estudantes materiais impressos explicativos a respeito do perigo das drogas por ocasião da realização de palestras nas escolas. Somado a isso, salienta-se que “*el Ministerio de Educación y Ciencias de nuestro país deja una pequeña brecha a cada institución para poder hacer la adecuación curricular*”. Aponta-se ainda que tem sido realizadas campanhas através de meios digitais, tendo em vista sua maior inserção entre os jovens.

De maneira idêntica, em **Puerto Iguazú/AR**, percebe-se a preocupação com a escassez de materiais didáticos que possam servir de subsídio aos professores nas atividades dirigidas à prevenção à drogadição. São encontradas alusões ao “*manual integrado*” que abrange o tema da mesma forma que o “*material de ética*”. Porém, enfatiza-se que “*más que nada pasaba del alcohol y del cigarrillo*”, ou seja, esses materiais se limitam à questão das drogas lícitas. Aponta-se que o material de *Educación Sexual Integral (ESI)* também contempla informações que possibilitam a abordagem do flagelo das drogas.

Entretanto, detectam-se reiteradas observações dando conta de que existe “*muy poco material en la temática*”. Logo, os professores têm que buscar informações acerca do tema através de pesquisas na internet ou outras fontes. Destarte, acentua-se a necessidade de mais materiais didáticos, haja vista que até mesmo a plataforma governamental *Guacurarí* não fornece suficiente material de apoio.

Em contrapartida, verifica-se afirmação que atribui parcela da “responsabilização” aos professores pela deficiência de atividades na área de prevenção às drogas, pois sempre que o docente vai a “*una capacitación se la deja con afiches y proyectos donde se tiene la prevención*”. Contudo, afirma-se que, mesmo assim, os professores trabalham a temática de forma muito isolada e sem constância no que concerne à transversalidade.

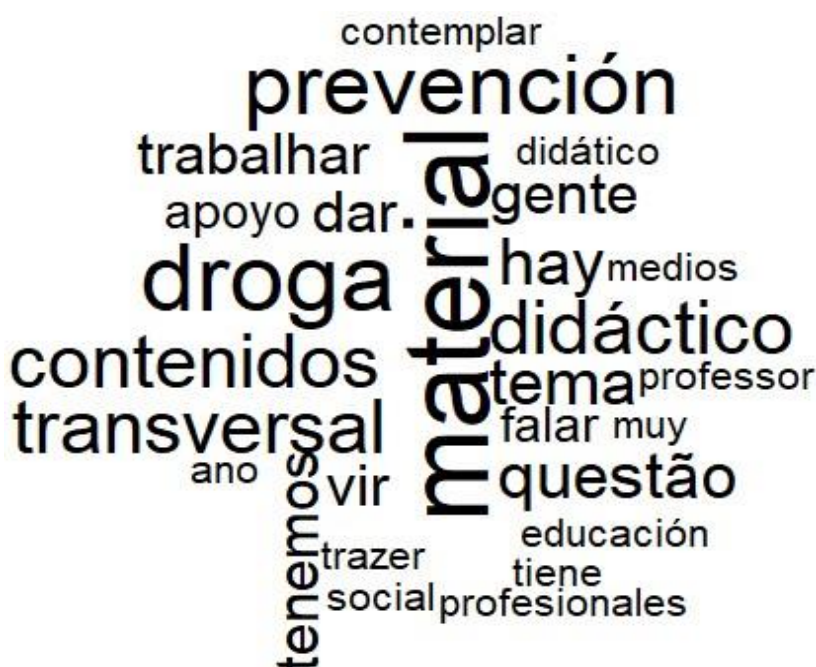
A respeito de **Foz do Iguaçu/BR**, depreende-se que há posicionamentos controversos, considerando-se que foram detectados interlocutores que asseguram que “raramente a gente encontra no material didático alguns gêneros textuais que contemplam a temática”,

“infelizmente os livros didáticos não vêm abordando este tema” e “talvez a gente consiga trabalhar, mas não está no currículo”. Ademais, identifica-se a existência de outro(a) entrevistado(a) relatando que no planejamento escolar do professor, já há conteúdo dentro da temática da cidadania que contempla a questão da prevenção às drogas. Assegura-se ainda que há informações sobre drogas “dentro do apostilado e de algumas cartilhas que a gente recebe, o material extra que nós temos”. Nesse viés, outro(a) Participante da Pesquisa atesta que quando se trabalha a questão da cidadania, mais especificamente com o 4º e o 5º ano, a temática das drogas pode ser abordada.

Todavia, observa-se que, independentemente da disponibilização de pouco material de apoio, as práticas educativas com vistas à prevenção à iniciação, consumo e dependência de substâncias psicoativas, quando realizadas o são de forma muito superficial em função de que, conforme reconhecem os profissionais, não há um tempo hábil para se aprofundar a questão frente a todas as exigências do currículo.

Conforme se constata na Figura 30 (a seguir), a Nuvem de Palavras corrobora grande parte das observações anteriores, haja vista colocar em destaque de maneira visual os vocábulos que apresentam maior incidência no conteúdo.

Figura 30 – Nuvem de Palavras-Iramuteq – Material didático:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Registre-se que com vistas à construção dessa Nuvem de Palavras pelo IRAMUTEQ foram mantidas como formas ativas as seguintes classes de palavras: verbos, substantivos,

adjetivos e advérbios. Logo, conforme se observa, encontram-se em maior evidência os termos “material”, “droga”, “*prevención*”, “*contenidos*”, “transversal” e “*didáctico*”. Na sequência, são menos destacadas as palavras “*hay*”, “*tenemos*”, “dar”, “questão”, “gente”, “trabalhar”, “*apoyo*” e “tema”. Portanto, constata-se que essa representação gráfica traduz o pensamento mais recorrente entre os(as) entrevistados(as) apontando para a necessidade de se ter material de apoio para a realização de atividades de prevenção às drogas. Percebe-se novamente a alusão à importância de se trabalhar o tema de modo transversal.

4.5 FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFESSORES

No que se refere à formação, reciclagens e capacitações dos professores com vistas ao desenvolvimento de atividades preventivas à drogadição junto aos alunos, optou-se também por analisar de modo específico cada município objeto de estudo para que se possa ter uma visão particular de cada realidade trabalhada. Neste subcapítulo, efetuiremos apenas a análise descritiva por ser recurso suficiente aos objetivos que estabelecidos nesta etapa do estudo.

Em **Puerto Iguazú/AR**, constata-se que os(as) profissionais da educação direcionam suas observações no sentido de manifestar a necessidade de mais atividades com enfoque na preparação para o trabalho de prevenção às drogas no âmbito escolar; afirmam precisar de mais subsídios para desenvolver atividades com os alunos. Alegam que “*generalmente las capacitaciones son como talleres, se hacen en un día*”, ou seja, apontam para a inexistência de formação continuada a respeito do tema.

A partir das falas dos(as) entrevistados(as), depreende-se que, em *Puerto Iguazú*, a pandemia de Covid-19 acentuou a escassez de reciclagens e atualizações. No entanto, cita-se que no pós-pandemia essas atividades foram retomadas, principalmente com o objetivo de se efetuar uma análise de tudo o que aconteceu. Novamente, faz-se menção à Plataforma *Guacurarí* enquanto ferramenta que se soma à formação dos professores, pois disponibiliza a parte teórica que esses profissionais possam efetuar pesquisas conforme seu interesse.

Tomando como referência as contribuições dos(as) Participantes da Pesquisa do município de **Foz do Iguaçu/BR**, pode-se assegurar que não existem atividades específicas acerca da temática das drogas nas Semanas Pedagógicas ou outros momentos em que se disponibilizam capacitações para os professores. “Não se fala desse assunto; é como se fosse um assunto fora da nossa realidade”, afirma-se.

Nota-se que as formações realizadas anualmente abrangem diversas áreas do conhecimento com abordagem dos problemas sociais da realidade de fronteira sem, no entanto,

estarem voltadas ao tema da drogadição, não obstante a gravidade do problema. Em relação a essa lacuna, detectam-se colocações atestando que a preparação dos professores para trabalhar essa questão “seria muito importante porque daí haveria a prevenção e haveria uma orientação para essas crianças não entrarem neste mundo das drogas”. Por sua vez, outro(a) entrevistado(a) relata que em encontros com os coordenadores acontecem, às vezes, atividades sobre o tema.

No entanto, apesar de ter sido mencionado que deveriam ocorrer reciclagens com enfoque mais direto na preparação dos docentes para a identificação de situações de risco ou uso de drogas e, na sequência, trabalhar isso com o aluno, por outro lado, observa-se posição absolutamente contrária que faz um *Mea culpa* ao relatar que “às vezes, nós, professores, estamos querendo deixar um pouco esse tema de lado, não abranger como deveríamos abranger porque não está no conteúdo”. Manifesta-se ainda o entendimento de que, mesmo que houvesse capacitações voltadas para a prevenção às drogas, não haveria participação significativa da parte dos profissionais da educação.

Nas palavras dos(as) entrevistados(as) de **Ciudad del Este/PY**, encontra-se afirmação de que o *Ministerio de Educación y Ciencias (MEC)* desenvolve nacionalmente, no início do ano letivo, capacitação em todas as áreas para os docentes. Porém, no tema específico das drogas, verifica-se pouco apoio. Nesse contexto, as próprias escolas organizam suas reciclagens; “*a nivel institucional, siempre se organiza y se preparan*”. Essas atividades ocorrem nas intituladas “*pré-clases*”, isto é, antes do início das aulas que geralmente acontece na 3ª semana de fevereiro.

Apesar disso, os profissionais da educação reiteram que necessitam de mais capacitação porque “*hay muchas cosas que se nos escapan de nuestras manos. Entonces, necesitamos este acompañamiento de personas capacitadas más que nosotros mismos en el ámbito*”. Neste sentido, a escola em questão afirma sempre contar com o apoio de um especialista em narcóticos que prepara os professores para intervenções junto aos alunos, principalmente acerca da maconha e do cigarro, bem como na orientação dos pais.

4.6 OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO TRABALHO PREVENTIVO

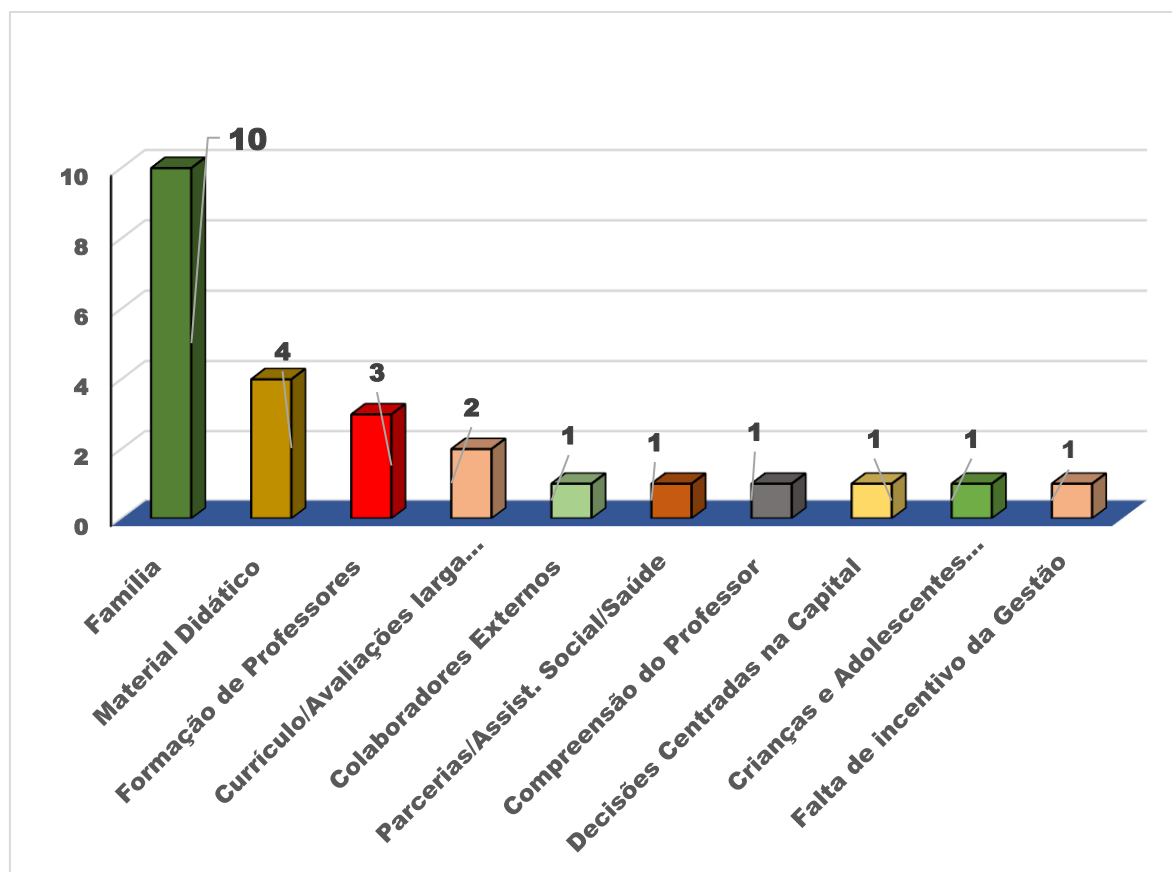
No que se reporta aos obstáculos enfrentados para a implementação e a execução de políticas públicas de prevenção às drogas na esfera da educação, foram encontradas algumas posições mais diversas, tendo em vista a realidade específica de cada cidade objeto da investigação. Entretanto, percebe-se que há várias convergências entre as respostas. Em decorrência disso, optou-se por retornar ao formato utilizado nos subcapítulos 4.1 e 4. 2, ou

seja, efetuar de forma englobada a análise das informações e não separadamente por município.

Enfatize-se que o obstáculo sobre o qual foi detectada maior convergência de opiniões entre os educadores dos três países se reporta à questão da família. *“El acompañamiento y comprensión de los padres”*. *“Existe el obstáculo de la participación de los padres”*. Além da deficiência no acompanhamento, participação e compreensão dos pais, menciona-se ainda o negacionismo desses quando confrontados pela escola com situações de uso de drogas por parte dos filhos: *“la dificultad es la negación de los padres principalmente; ellos no aceptan que el niño o el adolescente tienen este problema de conducta”*. Agregado a essas questões, evidenciou-se reiteradamente que os pais, na maioria das vezes, não comparecem às atividades propostas pelas escolas sobre o tema das substâncias psicoativas ou quando surgem situações pontuais de envolvimento dos filhos com as drogas. “Os pais não participam, não vêm na escola nem nas reuniões bimestrais”, conclui um(a) Participante da Pesquisa.

O gráfico 1 (a seguir) visa comprovar o quanto a família, de acordo com as observações anteriores, se constitui um obstáculo às atividades de prevenção às drogas.

Gráfico 1 – Número absoluto de vezes que cada obstáculo ao trabalho de prevenção das drogas foi apontado pelos(as) Participantes da Pesquisa:

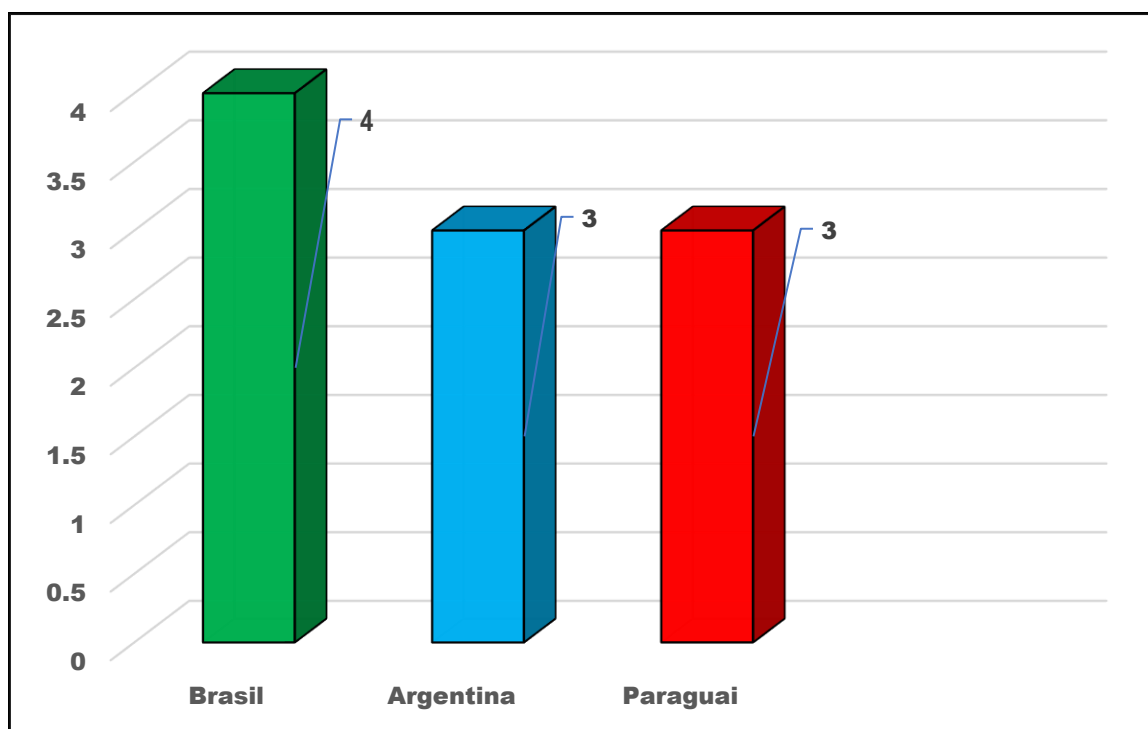


Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

De acordo com o que se verifica no gráfico anterior, a família foi apontada por 10 dos(as) 15 Participantes da Pesquisa como um dos principais obstáculos ao enfrentamento do problema das drogas no âmbito das instituições de ensino. Em decorrência disso – conforme anteriormente verificado – fez-se a opção pela redação de um subcapítulo específico sobre a temática relativa à questão familiar. Percebe-se ainda no gráfico que os(as) 15 Participantes da Pesquisa elencaram um total de 25 obstáculos; isso ocorreu em função de que há entrevistados que citaram mais de 1 item.

Por seu turno, o gráfico 2 (a seguir) demonstra a quantidade (por nacionalidade) dos Participantes da Pesquisa que atribuíram à família o maior obstáculo para a realização de atividades com vistas à prevenção às drogas no âmbito das escolas.

Gráfico 2 – Número absoluto de Participantes da Pesquisa (por país) que colocam a família como principal obstáculo à realização de atividades relacionadas às drogas:

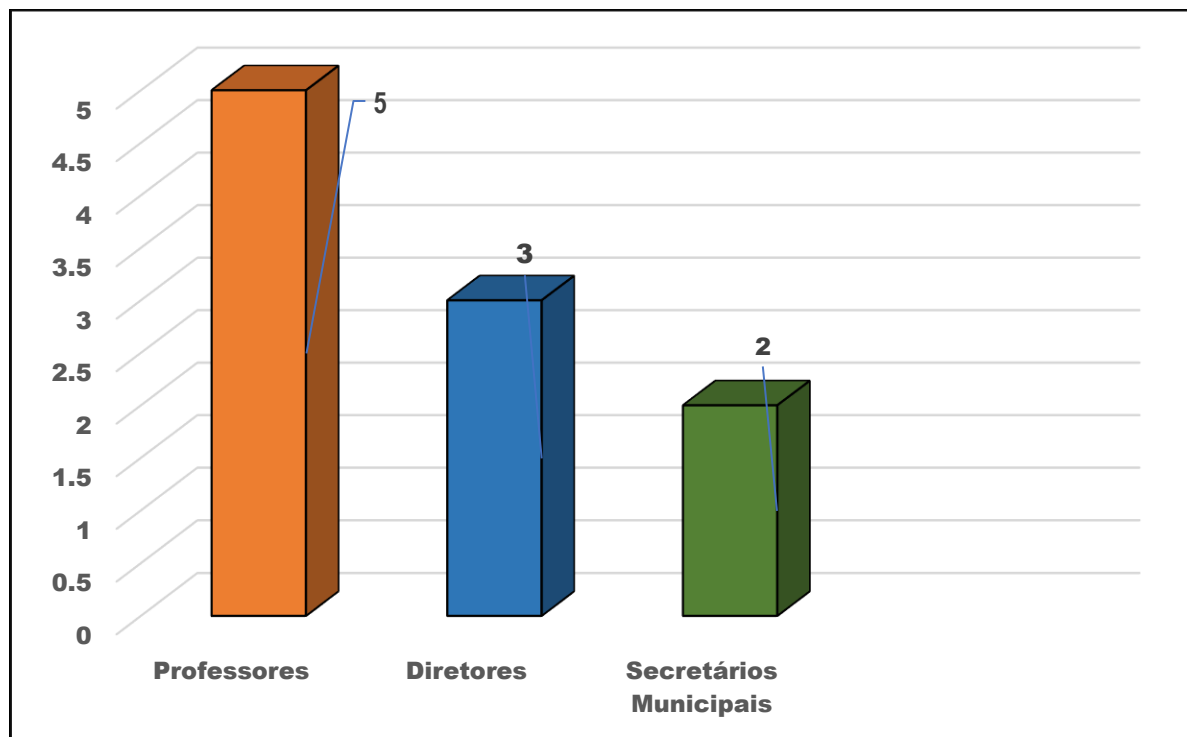


Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, pode-se verificar que dentre os(as) 10 Participantes da Pesquisa que apontaram a família como o principal obstáculo ao trabalho contra as drogas nas escolas, encontram-se 3 argentinos(as), 3 paraguaios(as) e 4 brasileiros(as), números esses que demonstram uniformidade de opinião nos três países sobre o tema.

Por sua vez, o próximo gráfico detalha, por função, o número de Participantes da Pesquisa que colocam a família como maior obstáculo às atividades de prevenção.

Gráfico 3 – Número absoluto de Participantes da Pesquisa (por função) que atribuem à família o principal obstáculo ao trabalho de prevenção das drogas:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Observa-se no gráfico 3 que cinco (dentre os/as 8) professores(as), três diretores(as) de escolas (dentre os/as 4) e dois(duas) Secretários(as) de Educação (dentre os/as 3) entendem que a família se constitui o maior entrave para a prevenção às drogas na esfera escolar.

Agregada à questão da família, a falta ou escassez do material didático foi o 2º item mais citado como obstáculo à realização de atividades educativas no campo da prevenção à drogadição. Exemplifique-se na afirmação de que “*sería muy conveniente algún material ya más formal y unificado*”. Na sequência, aponta-se a defasagem no que tange à formação dos professores na área da prevenção às drogas.

Sob prisma diferenciado, verificam-se contribuições apontando o currículo como outro fator que dificulta a realização de atividades mais efetivas de prevenção às drogas. Docentes de Foz do Iguaçu argumentam que a obrigatoriedade quanto ao cumprimento do currículo estabelecido até mesmo impossibilita que sejam trabalhados temas extracurriculares. Apesar de compreenderem que o currículo é necessário e não há como se fugir dessa responsabilidade, entendem que “o tempo fica curto” se forem dar uma ênfase maior na questão da conscientização sobre os riscos do consumo de drogas. Ressalte-se que a cobrança massiva por bons desempenhos nas avaliações de larga escala, tais como Prova Paraná e Prova Brasil

dificultam que sejam trabalhados outros temas que não constem nos conteúdos específicos das disciplinas regulares. Acerca ainda da questão curricular, professores de *Ciudad del Este* relatam que o currículo escolar é construído a partir da capital do país, sendo que, por conseguinte, não contempla questões específicas da fronteira, em especial, as relativas às drogas. “*Nosotros tenemos el Ministerio que traza el currículo para todo el país, no por estado, entonces eso hace que realmente muchas veces tengamos esa dificultad de no poder adaptar en esta zona en particular*”. Alega-se que os profissionais de *Asunción* que elaboram o currículo não conhecem a realidade da Tríplice Fronteira. De sua parte, verifica-se que os(as) entrevistados(as) da Argentina não indicaram a questão curricular como entrave às ações preventivas à drogadição.

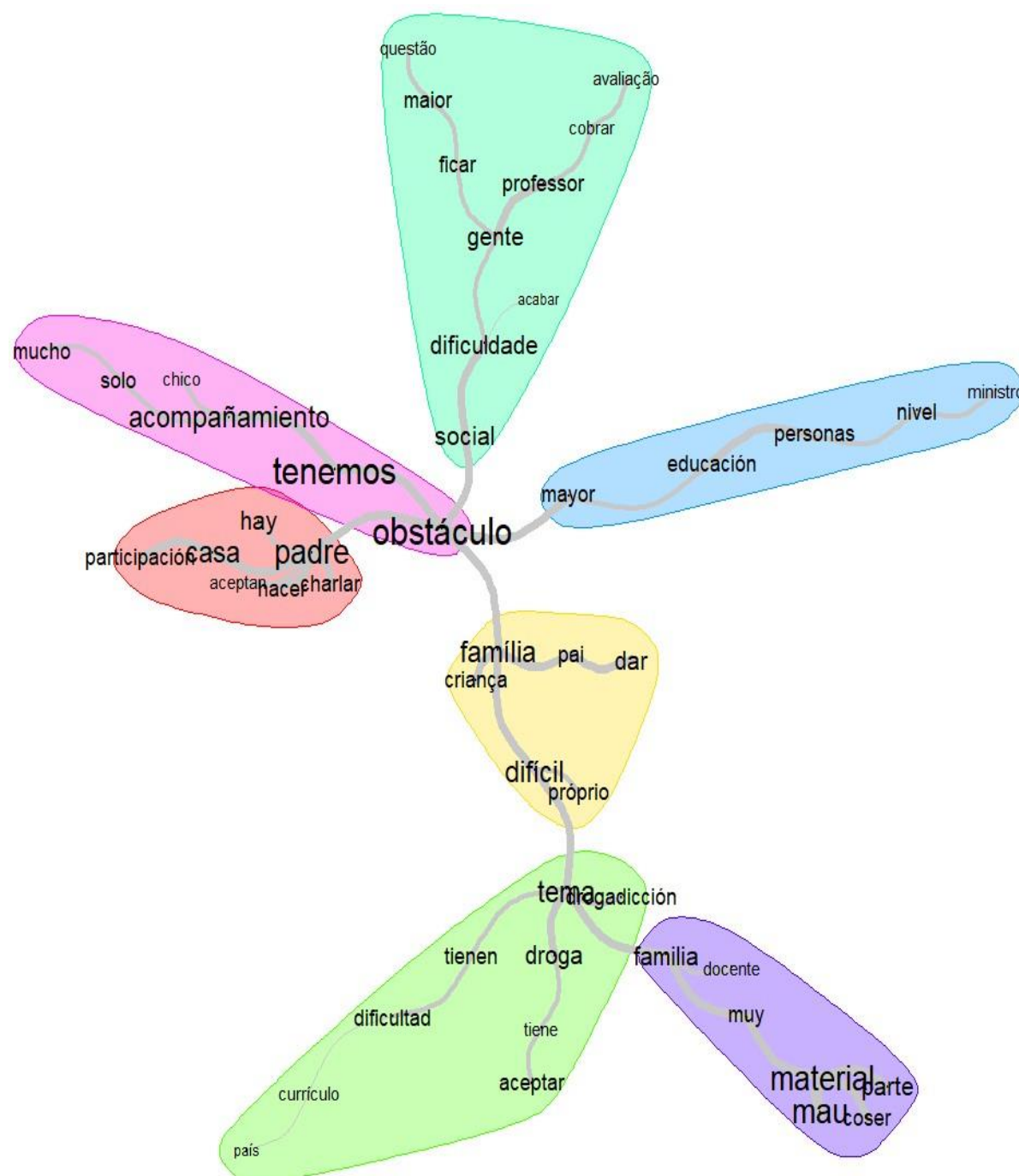
Saliente-se que outra dificuldade encontrada pelas instituições de ensino para a realização de palestras, oficinas, rodas de conversa, dentre outras atividades de prevenção com os alunos, se trata da incapacidade financeira das escolas para a contratação de profissionais externos. Cita um(a) interlocutor(a) de *Ciudad del Este* que um dos “*obstáculos para hacer la prevención es que no hay muchos colaboradores para dar estas charlas*”. Ressalte-se que isso ocorre – não apenas no Paraguai – levando-se em consideração que as escolas não dispõem de recursos próprios para a contratação de profissionais especialistas tendo que depender e contar geralmente com a boa vontade e a disponibilidade de voluntários.

A nomeação política para o desempenho de funções executivas no âmbito da educação nas três esferas de poder se constitui outro problema citado por interlocutores(as), considerando-se que, muitas vezes, esses gestores públicos não são sequer especialistas em educação. Isso posto, de um modo geral, esses dirigentes não têm o conhecimento e/ou a sensibilidade necessária para colocar a temática das drogas entre as prioridades do ministério, secretaria estadual ou municipal. Nesse contexto, vislumbra-se outro obstáculo que se trata da falta de incentivo ao trabalho de enfrentamento das drogas por parte dos gestores públicos.

Outros óbices às atividades preventivas mencionados se referem à falta de compreensão dos professores acerca do seu papel, aos alunos que já apresentam comprometimento com o uso de drogas e ao isolamento das instituições de ensino para realizar trabalhos de enfrentamento das drogas. Todavia, nesse prisma, apesar de ratificar a maior necessidade de parcerias com profissionais das áreas da saúde, ação social, segurança pública, esportes, cultura entre outras, percebe-se que os(as) docentes argentinos asseguram “*nunca bajar los brazos*” mesmo se sentindo, muitas vezes, sozinhos(as) na realização de atividades de prevenção às drogas.

Na sequência, efetuaremos o estudo do conteúdo da Figura 31, a respeito das adversidades colocadas ao trabalho de prevenção às drogas no âmbito das instituições de ensino.

Figura 31 – Análise de Similitudes-Iramuteq: Obstáculos à prevenção em educação:



Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

Inicialmente, verifica-se que a palavra “obstáculo” se encontra na estrutura central do diagrama; sendo assim, dela partem ou a ela se ligam várias ramificações dessa árvore. Destarte, de acordo com o já detectado e apontado, identificam-se diversas conexões ratificando que, na percepção dos(as) Participantes da Pesquisa, a família se apresenta como o principal óbice à prevenção às drogas na esfera da educação.

No ramo superior à esquerda, localizam-se em ordem crescente as palavras em língua espanhola “*mucho*”, “*solo*”, “*chico*”, “*acompañamiento*”, “*tenemos*” que se conectam ao termo “obstáculo”. Assim, verifica-se que essa fração da imagem recompõe o conteúdo de falas dos(as) entrevistados(as) denotando que se tem como obstáculo o fato de que as crianças se encontram muito sozinhas em função da falta de acompanhamento dos seus pais.

Do mesmo modo, no agrupamento de palavras centralizado à esquerda, nota-se padrão idêntico, pois encontram-se os termos (todos em espanhol) “*padre*”, “*casa*”, “*hay*”, “*participación*”, “*aceptan*”, “*hacer*” e “*charlar*”. Por conseguinte, depreende-se que uma adversidade para se trabalhar o problema das drogas reside no fato de que os pais não participam e não aceitam que se façam atividades que falem sobre o tema.

Ademais, ainda relacionados à questão familiar, no conjunto de palavras centralizadas na porção central inferior da figura, registram-se vocábulos diretamente ligados à palavra “obstáculo” tais como “família”, “criança”, “pai”, “difícil”, “dar” e “próprio”. Logo, essas aproximações atestam que, também entre os(as) entrevistados(as) brasileiros(as) se aponta que os pais têm dificuldade em dar seu tempo e presença para as crianças.

A ramificação centralizada à direita também faz referência direta à família, tendo em vista que a deficiência educacional de muitos pais (no Paraguai) foi apontada como dificuldade para se tratar do tema das drogas na esfera familiar. As palavras “*mayor*”, “*educación*”, “*personas*” e “*nivel*” retratam essa constatação.

Enfim, conclui-se que, com relação à família enquanto obstáculo ao trabalho de prevenção às drogas, essa Análise de Similitudes corrobora as interpretações às quais se chegou no formato descritivo e que igualmente se encontram representadas no Gráfico 1.

Somado a isso, outra constatação a que se chega através da análise da imagem da Figura 31 (p. 175) é a que se relaciona à dificuldade que os professores enfrentam para trabalhar a questão social das drogas em função de que os docentes sofrem uma cobrança maior acerca dos conteúdos estabelecidos com vistas a se atingir resultados mais positivos nas citadas avaliações de larga escala. Assim, conectadas diretamente à palavra “obstáculo” enumeram-se “social”, “dificuldade”, “gente”, “ficar”, “maior”, “questão”. Detalhe importante a ser observado se materializa na ramificação à direita da bifurcação ocorrida a partir da palavra “gente” onde temos a seguinte sequência de palavras que não deixa dúvidas acerca das afirmações anteriores: “professor”, “cobrar” e “avaliação”.

Outro obstáculo assinalado nas entrevistas diz respeito à inexistência ou escassez de material didático; essa afirmação também pode ser verificada visualmente na Figura 31 que apresenta em destaque a palavra “material” na porção inferior à direita. Por fim, o agrupamento

de palavras na parte inferior à esquerda aponta para alguns aspectos tais como a dificuldade para o trabalho preventivo a questão da aceitação e o fato de que a temática não se encontra inserida no currículo das instituições de ensino.

Concluindo essa Análise de Similitudes, entendemos que se pode comprovar a conectividade existente entre a palavra central “obstáculo” e as várias ramificações que se constroem a partir dessa matriz. Desse modo, essa representação gráfica consolida um resumo do pensamento dos(as) Participantes da Pesquisa acerca da temática em estudo.

4.7 SUGESTÕES E PROPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

Após verbalizadas, gravadas e transcritas as sugestões, críticas ou propostas dos entrevistados, decidimos, a exemplo dos subcapítulos 4.3, 4.4 e 4.5, efetuar a análise dessas contribuições separadamente por cidade, tendo em vista que, apesar das convergências encontradas, grande parcela das observações faz referência específica à realidade de cada município/país recorte geográfico deste estudo.

Nas falas dos profissionais da educação de ***Ciudad del Este/PY***, verificamos, enquanto sugestão, a concordância na reiteração da necessidade de mais “*materiales pedagógicos concretos de apoyo*”, além de “*más capacitación*”. Outro aspecto abordado concerne às ações a serem desenvolvidas pelas instituições escolares com vistas a se alcançar o maior o envolvimento da família na vida escolar dos filhos.

Observa-se que outra sugestão elencada se refere às campanhas contra o uso de drogas. Propõem os entrevistados que o MEC promova mais campanhas e que essas estejam inseridas num plano nacional contínuo de difusão, considerando-se que “*en un cierto tiempo ellos parecen que hacen, pero en otro tempo no hacen*”. Logo, essas campanhas devem fazer parte de todo o sistema nacional de prevenção de maneira articulada, ou seja, não devem ser feitas apenas pelo MEC ou isoladamente pelas escolas. Sugere-se assim que “*todos los ministerios y las secretarias trabajen de manera más articulada*”. Somado a isso, apresentou-se a proposta de que as campanhas promovidas pelo Ministério devem adotar um novo formato, “*no pueden quedarse más en el pasado con las campañas que hacían antiguamente porque el contexto de la juventud de cierta forma cambió*”. Assim sendo, propõe-se o uso maior da internet, pois essa ferramenta alcança maior penetração entre os alunos.

Por sua vez, um(a) dos(as) entrevistados(as), de forma menos objetiva, não encaminha sugestões ou propostas específicas, entretanto, afirma: “*Quien está en la*

educación deben ser personas que realmente amen su país y vean con visión muy clara que el futuro de una nación depende de cómo uno fue educado”. Desse modo, reitera suas reservas com relação às indicações de gestores públicos para atuarem na área da educação puramente por critérios políticos.

Da mesma forma que com relação aos profissionais da educação do Paraguai, identificam-se propostas comuns dos docentes de **Foz do Iguaçu/BR** no sentido de que haja mais material didático, formação específica na área de prevenção às drogas para os professores e estratégias que busquem atrair mais as famílias para as escolas, apesar de que se reconhece que aproximar os pais para a escola se constitui um desafio.

Ainda no que diz respeito às famílias, propõe-se que o Poder Público Municipal envide esforços com vistas a dar um suporte efetivo no âmbito da estruturação familiar, que sejam formuladas e implementadas políticas públicas sociais em volta da construção familiar, a exemplo de outras ações que ocorrem na saúde e educação. Segundo entrevistados(as), essas atividades devem ser voltadas ao fortalecimento das famílias, principalmente no que tange à sua responsabilidade e papel na educação dos filhos e ao acompanhamento dos estudos desses.

Verificam-se duas outras propostas específicas referentes à realidade de Foz do Iguaçu: a primeira sugere que o PROERD seja executado anualmente nas 50 escolas municipais para todos os alunos do 5º Ano do I Segmento do Ensino Fundamental, haja vista que atualmente apenas 20% das instituições de ensino (conforme citado em subcapítulo anterior) são contempladas com esse programa de prevenção às drogas e à violência desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

Por seu turno, a segunda sugestão, reivindica a construção de escolas-bairro em mais regiões da cidade que apresentam maior vulnerabilidade social. Ressalte-se que esses equipamentos públicos contemplam em sua estrutura quadras poliesportivas, espaços e condições para a realização de atividades diversas dentre elas aulas de dança, futebol, oficinas e cursos profissionalizantes.

Na visão dos(as) profissionais da educação entrevistados(as), “haveria um resgate maior”, tendo em vista que essas crianças e adolescentes seriam automaticamente retirados “do meio onde vivem e há drogas”. Argumenta-se, por exemplo, que a oferta de oficinas diversas e cursos profissionalizantes que tenham como objetivo o ensino de profissões tais como manicure ou cabeleireiro entre outras se constituem em fatores de proteção contra as drogas para esse recorte da população.

Da mesma forma que no Paraguai e no Brasil, encontram-se sugestões dos

entrevistados de **Puerto Iguazú/AR** dando conta da necessidade de mais material didático específico com orientações acerca dos perigos do uso, abuso e dependência de drogas legais e ilegais. Todavia, percebe-se que não se mencionou a questão da formação dos professores ou da parceria com as famílias.

Outra propositura formulada pelos(as) profissionais da educação de *Puerto Iguazú* atenta para o fato de que os professores não têm condições de trabalhar a questão das drogas isoladamente. Assim sendo, reivindica-se que haja mais especialistas atuando nessa área. Até mesmo porque não se deve atacar apenas os reflexos das drogas na sociedade, deve-se, isto sim, trabalhar as causas internas, ou seja, as motivações que levam os alunos à iniciação ao uso e à posterior dependência.

Portanto, propõe-se a parceria com psicólogos, psiquiatras e psicopedagogos neste âmbito. Nas palavras de um(a) interlocutor(a): *“Primero de nada, como sugerencia, lo que podríamos hacer es trabajar en el municipio Salud y Educación en conjunto, hacer como una red de trabajo”*. Por conseguinte, recomenda-se que as instituições de ensino estabeleçam parcerias também com a *“Acción Social y Dirección de la Niñez”*, bem como com as demais estruturas afins existentes no município.

Registramos, em acréscimo e por entender a relevância das observações, duas outras sugestões apresentadas por educadores(as) da Argentina que, a bem da verdade, não têm relação direta com o escopo deste estudo, ou seja, as políticas públicas de prevenção às drogas no âmbito da educação.

A primeira contribuição faz referência especificamente à realidade de *Puerto Iguazú* no que concerne ao combate ao narcotráfico: *“debía haber mayores acuerdos entre la policía, los militares y la Prefectura para evitar el ingreso de la droga”*. Reafirma-se que a vulnerabilidade de *Puerto Iguazú* reside, de um modo geral, no fato de que a cidade se constitui um ponto estratégico de passagem para as drogas ilícitas oriundas tanto do Brasil quanto do Paraguai.

Por sua vez, a segunda sugestão menciona um grave problema existente em toda a Tríplice Fronteira e entorno, pois se reporta à inexistência de centros públicos, gratuitos e de qualidade para o tratamento/recuperação para dependentes de drogas. Desse modo, há que se *“reforzar el tema de los centros de recuperación de adictos”*, evidencia o(a) participante da pesquisa.

Entendemos que o quadro 4 (a seguir) contribui para a melhor visualização das principais sugestões e críticas colocadas pelos(as) entrevistados(as). Optamos por apresentá-las por país de modo a facilitar a distinção de cada realidade específica.

Quadro 4 – Sugestões e propostas dos(as) Participantes da Pesquisa:

PARAGUAI	ARGENTINA	BRASIL
Disponibilização de mais material didático de apoio.	Disponibilização de mais material didático de apoio.	Disponibilização de mais material didático de apoio.
Realização de mais capacitações para os professores.	Realização de mais trabalhos conjuntos entre Educação, Saúde e Assistência Social.	Realização de formações mais específicas para os professores.
Realização de mais trabalho conjunto com áreas afins.	Promoção do envolvimento maior da área da saúde, psicologia, psiquiatria e não apenas a Polícia.	Disponibilização de um conjunto de atividades relacionadas ao lazer e às profissões.
Deflagração de mais campanhas informativas por parte do governo central.	Concretização de maiores acordos entre a <i>Polícia</i> , <i>Militares</i> e a <i>Prefeitura Naval</i> para impedir o ingresso de drogas.	Realização anual do PROERD; do programa de palestras “Sem drogas é bem melhor” e do concurso “A arte sem cigarro é um show”.
	Disponibilização de centros de tratamento para dependentes de drogas em <i>Puerto Iguazú</i> .	Adoção de estratégias para trazer a família para a escola.
		Construção de mais escolas-bairro com espaços e atividades diversificadas.
		Conscientização das famílias através dos veículos de comunicação.
		Melhor articulação da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022/2023.

A partir da análise do quadro 4, pode-se observar que os(as) entrevistados(as) dos 3 municípios elencaram como principal sugestão a disponibilização de mais material didático de apoio aos professores na realização de atividades preventivas à drogadição. A realização de trabalhos conjuntos entre as áreas afins (Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública) também surgiu como proposta nos 3 municípios. Somado a isso, verifica-se também o destaque dado à formação/capacitação dos professores com vistas à realização do trabalho preventivo. No mais, verificam-se, de um modo geral, proposituras mais específicas à realidade de cada município/país.

4.8 O TRABALHO CONJUNTO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Quanto às possibilidades e perspectivas de parcerias entre os três municípios, pode-se perceber através das respostas dos(as) entrevistados(as) a predisposição para a ação e o reconhecimento da importância e, até mesmo da necessidade urgente, da realização de atividades, programas, ações, enfim, políticas públicas conjuntas entre as cidades que compõem a Tríplice Fronteira que se destinem à prevenção à iniciação do uso, ao consumo e à dependência de drogas lícitas e ilícitas

Porém, embora a pergunta dirigida aos(às) profissionais da educação tenha um encaminhamento específico no que diz respeito às políticas públicas conjuntas de prevenção à drogadição **unicamente** no âmbito da educação, verifica-se na análise dos discursos que vários(as) entrevistados(as) apresentam relatos denotando uma preocupação maior com o contexto geral da Tríplice Fronteira. Por conseguinte, conforme observado, identificam-se diversas observações que se reportam ao narcotráfico, ao contrabando, à fiscalização, à atuação policial, à corrupção, à violência gerada pelas práticas ilícitas e, até mesmo acerca da questão do tratamento e recuperação de dependentes.

No tocante ao trabalho conjunto na esfera da educação, constata-se que a perspectiva do intercâmbio de experiências e da troca de conhecimentos se constituem as principais motivações para as parcerias. *“Podemos aprender unos de otros. Aprender maneras de enseñanza de país vecino, por ejemplo, para aprender el máximo unos de otros”*. Os(as) docentes dos três países citam que atividades em conjunto podem favorecer os conteúdos e a materialidade de projetos na área da prevenção.

No entanto, percebe-se que um(a) PP, em viés paralelo, apesar de reconhecer que o trabalho em parceria é fundamental, defende que se faz necessário que cada município busque antes disso gerar nos alunos e nas famílias a consciência de que o envolvimento com drogas torna as pessoas extremamente vulneráveis a diversos males. Contudo, alerta para a necessidade de que, além da educação, outras áreas afins atuem no setor de modo que se possa diminuir consideravelmente o consumo problemático de entorpecentes.

O enfrentamento do narcotráfico, do contrabando e de outros ilícitos através do controle mais rigoroso das fronteiras se faz necessário e, segundo interlocutores(as), demanda o trabalho conjunto das forças de segurança pública dos três países. A predisposição ao diálogo e à negociação visando ao bem comum se colocam como premissas básicas neste processo. *“Hay que tener una voluntad para converger entre los tres países y, para eso, tiene que asentarse, negociar, hablar, más con una misma directriz”*. Neste aspecto, estabelece-se um paralelo e uma crítica com relação à acentuada diferença de rigidez no controle na aduana para a entrada na Argentina com relação à extrema facilidade encontrada quando do ingresso no Brasil e no Paraguai. Comprova-se dessa forma que não existe um critério único, organização ou articulação entre os três países. Assim, afirma-se que as políticas de combate ao contrabando e ao narcotráfico devem ser construídas de forma tripartite.

Todavia, os(as) entrevistados(as) levantam questionamentos acerca da perspectiva de concretização desse trabalho conjunto, considerando-se que *“surgen también ciertas cuestiones de corrupción que impiden que se pueda trabajar de manera conjunta”* de modo que sejam

cumpridos os acordos firmados. Questiona-se ainda quem é que vai deixar de ganhar se as três cidades se unirem e “falarem a mesma língua” na questão do combate, pois acredita-se que haja um pesado jogo de interesses envolvido no âmbito dessas práticas ilícitas estabelecidas historicamente no território da Tríplice Fronteira.

Nesse prisma, identifica-se certo ceticismo com relação às parcerias com vistas ao enfrentamento das drogas; *“Soy escéptica porque creo que los motivos son, puede decir, multicausales”*. Depreende-se que essa afirmação se encontra fundamentada em argumentos que atribuem o tráfico, o contrabando e o consumo de substâncias psicoativas a fatores diversos, dentre eles a questão da pobreza e do desemprego, de modo que as práticas ilícitas se constituem *“lo único recurso que tienen desgraciadamente para sostener a familias”*. Essa incredulidade no que tange às parcerias entre os três países é compartilhada também por outros(as) entrevistados(as): “Eu vejo como meio utópico”. Argumenta-se que nem sequer os próprios municípios se encontram articulados para a questão e que “primeiro temos que arrumar a nossa casa” e após isso buscar-se a expansão.

Em contrapartida, identificam-se contribuições denotando que, apesar de diversos fatores complicadores externos, *“nada es imposible siempre cuando hay voluntad, responsabilidad, disciplina y, sobre todo, honestidad para hacer bien las cosas”*. Consoante a essa assertiva, observa-se o entendimento de que se vive atualmente um momento propício para novas parcerias entre *Puerto Iguazú*, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, tendo-se em vista que *“hay nuevos aires en la zona, en la región, diferente de gobiernos anteriores”*. Essas observações ancoram-se no conhecimento de que em outras áreas já existem em vigor tratados internacionais de colaboração.

Enfim, pode-se verificar nas colocações dos(as) Participantes da Pesquisa, a compreensão de que se constitui uma tarefa extremamente difícil para os governantes a erradicação do problema das drogas em qualquer âmbito. No entanto, acredita-se que se poderá construir uma *“Triple Frontera más sana”* se os três municípios implementarem políticas públicas e ações conjuntas, bem como contarem com o apoio dos respectivos governos nas esferas estaduais e federais.

Além disso, menciona-se que os acordos que vierem a ser firmados entre os três municípios e países devem obedecer, em especial, aos Princípio da Publicidade e da Transparência a fim de que a sociedade civil possa exercer o controle social da execução dessas ações, programas e/ou investimentos.

A partir da observação e análise da Nuvem de Palavras contida na Figura 32 (a seguir), pode-se validar as contribuições anteriores dos(as) profissionais da educação.

da educação. Asseguram, por exemplo, que essa parceria na TF pode ser “interessante”, todavia, para isso “acontecer” vai “depende” de cada “cidade” que precisa se “envolver”, “*tener*” “*voluntad*” e “falar” a “mesma” “língua”.

Ademais, na visão dos(as) professores(as), o trabalho conjunto se apresenta como uma possibilidade de se “aprender” sobre a questão com colegas de profissão dos países “*vecinos*”, tendo em vista que o “vínculo” e o intercâmbio de conhecimentos e atividades potencializa as ações desenvolvidas na “área” da prevenção em cada “município” em particular. Destaca-se que o objetivo maior de todo esse processo se trata da proteção dos “*niños*” e da “*familia*”. Depreende-se ainda que o verbo “*soy*” e o adjetivo “*escéptica*” expressam o ceticismo de entrevistados(as) no que se refere à concretização de ações unificadas entre os três municípios.

Enfim, pode-se constatar que novamente se comprova que uma simples representação visual a exemplo dessa Nuvem de Palavras possibilita a compreensão de perspectivas verbalizadas ao longo de centenas ou milhares de palavras e expressões que compõem os discursos dos(as) 15 profissionais da educação entrevistados(as) no trabalho de campo.

4.9 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Levando-se em consideração que a temática da família já foi abordada quase à exaustão em subcapítulos anteriores, efetuar-se-á, neste momento, uma breve análise de maneira agrupada das contribuições específicas mais importantes dos(as) entrevistados(as), tendo-se em vista que os(as) docentes de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú* convergem praticamente em todos os aspectos no que se refere à não-participação dos pais na vida educacional dos filhos.

Em princípio, pode-se assegurar que as instituições escolares das três cidades em estudo enfrentam as mesmas e significativas dificuldades no que diz respeito às tentativas de atrair os pais para o espaço escolar e para que se envolvam mais efetivamente na vida escolar dos filhos. “*El acompañamiento familiar de la educación aquí en Paraguay es una materia pendiente*”. Todavia, pode-se constatar que não apenas os pais paraguaios, também os brasileiros e os argentinos, em sua maioria, têm sido omissos e negligentes no que concerne ao acompanhamento da educação dos filhos. “*Tenemos hoy por hoy, según mi análisis, 25 a 30% de familias que participan, 30%, en máximo*”. Afirmam os(as) Participantes da Pesquisa que esses pais não se fazem presentes no ambiente escolar mesmo quando as reuniões, eventos ou atividades outras propostas às famílias são realizadas fora do horário de trabalho.

Embora tenham sido relatadas algumas experiências exitosas neste sentido, percebe-se

que, em termos gerais, a situação de distanciamento das famílias não se altera significativamente no que se refere ao seu envolvimento dentro da comunidade escolar. Assevera-se que o avanço das redes sociais e o advento da pandemia de Covid-19 apenas expuseram e tornaram ainda mais agudo esse fenômeno social.

Entretanto, verifica-se que todos(as) os(as) profissionais da educação concordam que esses momentos que os pais devem dedicar aos seus filhos *“pueden cambiar la vida”*. Comungam também, embasados(as) em sua experiência na educação – quase ou mais de 30 anos –, que os filhos de pais ausentes se encontram em situação de maior vulnerabilidade não apenas no que concerne à drogadição. Por outro lado, os alunos cujos pais priorizam *“el acompañamiento más cercano”* apresentam melhor rendimento escolar e menor envolvimento em situações de indisciplina ou de risco.

Para além da questão da não-participação ou acompanhamento da educação dos filhos, identificam-se relatos de situações de desatenção e negligência que afrontam os Direitos Humanos, a Constituição Cidadã, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a razoabilidade mínima de um ser humano; casos reportados nas entrevistas que se constituem ou beiram ao crime. Citam-se alunos que chegam à escola *“amarelos de fome, tremendo de fome”* em função de que os pais ou responsáveis não ofereceram sequer *“um chazinho, um leite e uma comidinha para essa criança”*. Crianças que chegam à escola com calçado bem maior ou menor que os pés, com roupa suja. Crianças que *“não têm ninguém por elas”*. Crianças que não têm alguém que as ensine *“a tomar um banho, a escovar os dentes, a limpar e cortar as unhas”*. Crianças que não conseguem despertar para irem às aulas pela manhã por não terem conseguido dormir porque os pais brigaram a noite inteira. Crianças que sofrem todo tipo de violência *“física, doméstica, psicológica, por falta de orientação sexual”*. Enfim, crianças vítimas de maus tratos, da omissão e do abandono de pais, no mínimo, irresponsáveis.

Constata-se nas entrevistas a inconformidade de um(a) docente em face das trágicas situações em que infâncias estão sendo destruídas: *“niños que ya dejaron de ser niños”* sob risco de se tornarem adultos doentes. Ao mesmo tempo, encontra-se alento no idealismo e compromisso profissional de outro(a) educador(a) que, frente à fragilidade da instituição familiar, adverte que *“detrás de cada familia, hay niños y ese niño es que hay que defender”*.

Enfatizam-se ainda as contribuições de um(a) interlocutor(a) que, mesmo em tempos virtuais pós-pandêmicos e de omissão das famílias, reitera que se o aluno não tiver o contato com seus professores e o filho não tiver a presença dos pais, não estará bem emocionalmente.

A Nuvem de Palavras a seguir, representada pela Figura 33, agrupou as palavras e as organizou em função da sua frequência dentro do contexto da família de modo a se

das relações familiares. Destacamos ainda a palavra “pandemia”, haja vista que se denuncia reiteradamente nos discursos que a pandemia de Covid-19 agravou e expôs mais o “problema” referente aos cuidados, presença e participação dos pais na vida dos filhos.

Ao finalizarmos esse capítulo dedicado à Análise do Discurso e de Conteúdo, reconhecemos as limitações e os desafios inerentes a esse trabalho, todavia, não obstante as dificuldades encontradas, entendemos ter atingido o objetivo proposto de compreender, interpretar e traduzir o pensamento dos(as) Participantes da Pesquisa no que tange às políticas públicas com vistas à prevenção às drogas no âmbito da educação na Tríplice Fronteira Brasil/Paraguai/Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que então não mudamos?
 Por um motivo simples: os políticos.
 Políticos, veja você, são dependentes de drogas.
 Quer dizer, não diretamente.
 Políticos são indiretamente dependentes de drogas.
 Eles dependem é de votos.
 Sem votos, não ganham eleições e,
 portanto, não conquistam cargos,
 e sua carreira acaba.

(Denis Russo BURGIERMAN)

O enfrentamento da questão das drogas se constitui uma tarefa árdua qualquer que seja a época, o âmbito, a cultura ou o país. Trata-se de tema controverso, campo minado, terreno pantanoso, areia movediça. Hipocrisia, falsos moralismos, jogos políticos de poder e interesses escusos e corporativos são apenas algumas das peças que compõem esse mosaico monocromático condenado a nunca formar uma figura definitiva.

Destarte, a sociedade mundial ao longo dos tempos se debate frente a esse desafio. A polêmica dita o tom dos embates onde se verificam no decurso da História ora avanços, ora retrocessos. A temática é controversa, por conseguinte, não existem fórmulas mágicas, receitas milagrosas ou respostas prontas, da mesma forma que não há planos à prova de fracassos na área e que não se encontra concluída a redação final do manual universal que conduza em definitivo a humanidade rumo à solução do problema concernente ao uso, ao abuso e à dependência de substâncias psicoativas, bem como ao narcotráfico e seu rastro de sangue, violência e destruição.

Logo, num determinado período e cultura se proibiu o café³⁵, noutros, o tabaco³⁶, o ópio³⁷ (Hasson, 2010, p. 25). Em contrapartida, muitos países descriminalizaram o uso de diversas drogas enquanto outros ainda proíbem até mesmo o álcool. Desse modo, observam-se países com legislações mais brandas, ao mesmo tempo, outros em que se aplica a pena de morte a traficantes. O haxixe já foi utilizado como medicamento, no

³⁵ No século XVI, no Egito, o café foi banido.

³⁶ No século XVII, o czar russo determinou que os usuários de tabaco fossem executados. Por volta do ano 1650, o tabaco foi proibido na Bavária, Saxônia e Zurique, e o sultão Otomano passa a executar aqueles que não cumprem a lei.

³⁷ Em 1792, a pena para quem vende ópio na China passa a ser o estrangulamento.

entanto, na atualidade, é substância proscrita. A maconha já foi totalmente proibida, todavia, atualmente, tem se transformado num importante remédio. Quem está certo? Alguém está errado? Entendemos que não sejam essas as interrogações, pois não nos compete julgar questões que atravessam gerações ou culturas arraigadas há séculos, milênios até. Quem pode condenar uma questão cultural ou religiosa? Quem pode julgar a ciência ou uma prática ancestral? A visão maniqueísta, quer nos parecer, não encontra terreno fértil para criar raízes nesta seara relativa à utilização de entorpecentes. Portanto, tudo indica que essa conversa ainda vai longe, muito longe.

Pois bem; e quanto a nós que estamos tentando sobreviver aqui nesta encruzilhada da América do Sul; no Coração do Mercosul; no dito “corredor do narcotráfico”, nesta difusa Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina? Onde nos inserimos neste complexo contexto? O que buscamos com este estudo? Aonde essa produção científica quer nos levar? Por que se procedeu esta investigação e por quais razões se redigiu essa tese?

Respondemos de pronto: buscamos proteger nossas crianças e adolescentes, nossos filhos e netos, nossas gerações futuras. Simples assim, importante assim, necessário assim. Objetivou-se com esse estudo, a construção de mais conhecimentos e a soma de novas reflexões com vistas a subsidiar as famílias, as instituições de ensino, os gestores, a classe política, o poder público, enfim, para que de posse de mais informações e diagnósticos, cumpram com seu papel constitucional e dever moral e de ofício de elaborar, implementar e executar políticas públicas de enfrentamento das drogas lícitas e ilícitas direcionadas principalmente aos segmentos mais vulneráveis; as crianças e os adolescentes.

O que nos preocupa de fato? O porquê dessa tese em meio a tantas polêmicas? A razão desse trabalho encontra-se ancorada em nossa Pergunta, no nosso Problema de Pesquisa: Como a implementação de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas de forma conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina pode contribuir de forma eficaz para o enfrentamento dos riscos relativos à iniciação e à dependência de substâncias psicoativas por parte de crianças e adolescentes?

Reiteramos que esse recorte da população necessita de maior proteção, haja vista se encontrar em faixa etária de extrema vulnerabilidade em função das diversas mudanças ocorridas nos aspectos biológicos, psicológicos e cognitivos. Sendo assim, cabe à sociedade dita adulta o papel de instrumentalizar essa camada da coletividade com ferramentas que lhe dê conhecimento e motivos suficientes para não ingressar no mundo das drogas, não obstante as pressões do grupo, a curiosidade, os problemas familiares e a facilidade de acesso; principais fatores de risco apontados nos mais diversos estudos para

a iniciação ao uso, o abuso e a dependência de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas.

Ademais, somadas às vulnerabilidades inerentes a essa fase particular da vida, as crianças e adolescentes residentes na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina se encontram ainda mais susceptíveis aos riscos gerados pelas drogas, pois, conforme se pode verificar *in loco*, no submundo dos entorpecentes, a TF se transforma em um cenário de guerra. Nesse contexto, as prisões da região estão superlotadas de jovens em função do envolvimento com o narcotráfico ou devido a roubos, assaltos ou homicídios praticados no desespero de se conseguir dinheiro para sustentar o vício, pois dívidas contraídas nas “bocas” e não pagas são o principal fato gerador de muitos assassinatos entre os jovens.

Podem estar certos - prezadas e prezados que me brindam com a leitura dessa tese - de que não há metáforas, hipérboles ou fatalismos em nossas observações; é essa exatamente a prática comum nos becos da drogadição: dívidas de drogas, de um modo geral, se pagam com a vida. Ressalte-se que outra possibilidade de pagamento que resta é o ingresso no narcotráfico, opção essa que, invariavelmente, também não tem final feliz, tendo em vista que dentre as 3.500 pessoas que estão “encarceradas em Foz do Iguaçu, 80% delas é por tráfico”, de acordo com o relatado pelo médico psiquiatra Dr. José Elias Aiex Neto³⁸ em reunião do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD) com a presidência da Câmara Municipal em 31/02/2022.³⁹

À vista disso, afirmamos peremptoriamente que o envolvimento com o tráfico ou a dependência de drogas confirma o já tão desgastado clichê: “caminho sem volta que geralmente conduz a apenas dois destinos: cadeia ou cemitério”. Por que enfatizamos isso? Há décadas, convivemos com situações dessa natureza, de modo que temos acompanhado várias dezenas de casos de jovens, adolescentes e até mesmo crianças cujas vidas foram roubadas – árvores que morreram ainda nas sementes – e, mais triste e mais grave; o choro de muitas mães que perderam seus filhos ainda ecoa na nossa mente.

Tiro de espingarda calibre 12 na cabeça, morto crivado de balas escondido embaixo da cama, quatro tiros no peito aos 15 anos de idade, saraivada de tiros enquanto estava deitado no chão de casa assistindo tv e outro, outra, outro e mais outro... Todos eles jovens, todos com família, todos que levaram consigo para o túmulo parte de suas mães. Desses

³⁸ Dr. José Elias Aiex Neto, médico psiquiatra formado pela Universidade Federal do Paraná em 1975. Falecido em 12/01/2024 ao qual rendemos homenagem por sua dedicação à saúde mental em Foz do Iguaçu durante 30 anos. Destacamos ainda que o Dr. Aiex foi o 1º a ocupar o cargo (2005 a 2007) de Secretário Municipal Antidrogas.

³⁹ Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/noticias/camara-de-foz-deve-apoia-semana-de-combate-as-drogas> Acesso em: 11 fev. 2024.

todos eu sei nome e sobrenome, a história, a cor dos olhos, a expressão de medo, o endereço anterior e o atual e definitivo. Não há exageros nas minhas palavras; eu vi, vivi, abracei, aconselhei, tentei internar, internamos, investimos em dezenas; perdemos quase todos.

Às pessoas que não convivem com essa realidade, aos cidadãos normais que trabalham, estudam, pagam suas contas, têm família, amor, teto e afeto pode parecer um tanto quanto surreal que tragédias dessa magnitude aconteçam na nossa região, na nossa cidade, no nosso bairro e, muitas vezes, na casa ao lado. Mas acontecem sim, alheias à nossa vontade ou ciência, multiplicam-se nas sombras da noite e, muitas vezes, nas luzes do dia em plena praça pública. Por vezes, a coletividade acompanha, fica até sabendo das batalhas que se travam e do caos instalado através das páginas policiais dos veículos de comunicação ou das mídias sociais.

Por outro lado, para as camadas mais vulneráveis, os da “zona selvagem” (Santos, 2007), aqueles que estão na linha de fogo; meninos e meninas que tentam fugir da escravidão e enganar a morte, para esses, a compulsão, o medo, a dor e a desesperança povoam o cotidiano, tais como a sombra, são companheiros inseparáveis. Para as progenitoras desses “ninguéns que custam menos que as balas que os matam” (Galeano, 1997) ou as “vidas proibidas de serem vidas” (Freire, 1987) restam as infintas noites sem dormir, a oração, o desconsolo e o derradeiro pranto.

Não tenham dúvidas acerca do que aqui escrevo, membros da academia, pesquisadores, enfim, todos e todas que me acompanham até este momento, pois estive nesse cenário ainda em 1994, depois em 2001, novamente em 2006, de novo em 2011, outra vez em 2015, idem em 2020, igualmente em 2023, também ontem e, possivelmente, estarei nessa mesma cena do crime amanhã. Já vi muita dor, sofri em demasia, por isso, as amargas palavras, a luta, a TESE.

Sendo assim, tendo sido externadas essas observações de cunho intimista-pessoal relativas à motivação e propósito primeiro da nossa pesquisa, passamos à redação das propriamente ditas Considerações Finais. Assim, inicialmente, cabe enfatizar que o longo processo de construção dessa investigação foi marcado por constantes aquisições de novos conhecimentos. As entrevistas, as leituras, as aulas, as reuniões com o orientador, a redação, as análises, enfim, todas as etapas agregaram descobertas de inestimável valor.

Desse modo, olhamos em retrospectiva com gratidão pelo caminho percorrido, não obstante os tropeços, percalços e, por vezes, incertezas quanto ao mais adequado rumo a ser tomado. Do mesmo modo, contemplamos o porvir com a esperança de que essa nossa produção possa ajudar a descortinar novos horizontes no enfrentamento do flagelo da

drogadição, embora, lamentavelmente, tenhamos constatado que a sociedade da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina está perdendo essa guerra que ceifa a liberdade e/ou a vida de muitos dos seus filhos e filhas.

Verificamos que, de fato, não se encontram implementadas políticas públicas continuadas e efetivas de prevenção às drogas no âmbito da educação em nenhum dos três municípios dos três países. Existem, isso sim, ações isoladas, programas eventuais, atividades esparsas que, a bem da verdade, são resultados muito mais da abnegação e comprometimento dos profissionais da educação e das instituições de ensino do que de iniciativas do Poder Público do qual pouco se vê de concreto.

Por óbvio que não podem ser negadas as parcerias – devidamente relatadas pelos(as) entrevistados(as) – que ocorrem em *Puerto Iguazú/AR* e *Ciudad del Este/PY*. Inegável também que o PROERD e alguns outros projetos são executados, vez por outra, em escolas municipais de Foz do Iguaçu/BR.

Entretanto, essas empreitadas descontínuas e desconexas nada mais são do que uma gota d'água neste profundo oceano das substâncias psicoativas em que estão submersos os nossos adolescentes, jovens e o que é ainda mais grave; muitas das nossas crianças. Não propagamos aqui uma visão maniqueísta acerca da temática. Contudo, o caminho a ser percorrido é infinitamente mais longo do que o já trilhado, ou seja, urge que o Poder Público cumpra com seu dever e faça incomparavelmente mais do que tem feito até então! Outrossim, entendemos que à sociedade civil organizada também se reserva um importante papel no processo de elaboração e demais etapas do ciclo das políticas públicas.

Nessa perspectiva, com vistas a contribuir nesse cenário, elencamos como principal propositura de nossa investigação científica a criação de uma Câmara Técnica específica para tratar da temática da prevenção às drogas na estrutura do Conselho de Desenvolvimento Trinacional (CODETRI), instância criada em 2018 através da parceria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ), do *Consejo de Desarrollo Económico, Social y Medioambiental de Ciudad del Este* (CODELESTE) e do *Consejo de Desarrollo Económico y Social de Puerto Iguazú* (CODESPI).

Defendemos essa ideia, haja vista que é na plenária do CODETRI que ocorrem as discussões, definições e encaminhamentos de “questões relacionadas a vários setores que abrangem a região trinacional que tem como objetivo principal ter um canal de cooperação institucional para enfrentar os problemas comuns da fronteira”, conforme afirma Rubio (2019, p. 3). Nesse contexto, reiteramos que a temática relativa à prevenção às drogas pode e deve ser contemplada nas discussões dessa importante ferramenta democrática trinacional.

Somado a isso, entendemos que se faz necessário que os municípios que compõem a Tríplice Fronteira criem mecanismos próprios para tratar da questão das drogas. Nesse sentido, constatamos que *Puerto Iguazú/AR* já conta em sua estrutura administrativa com a *Dirección Municipal de Prevención de Adicciones*. Logo, recomenda-se à *Ciudad del Este/PY* a criação de uma instância em formato análogo e a Foz do Iguaçu sugere-se a recriação da Secretaria Municipal de Políticas sobre Drogas, tendo em vista que, conforme já analisado neste estudo, essa estrutura existiu entre de 2005 a 2013 e sua extinção se configurou um retrocesso.

Reiteramos a importância da constituição de espaços governamentais específicos para o enfrentamento da drogadição no território dos municípios da Tríplice Fronteira, tendo em mente que, desse modo, facilita-se o diálogo, o intercâmbio de experiências, bem como a implementação de programas conjuntos. Propõe-se que os secretários de políticas sobre drogas (ou equivalentes) de cada município sejam membros da Câmara Técnica a ser criada no CODETRI. Ademais, recomenda-se a participação do Secretário de Educação (ou equivalente) de *Puerto Iguazú*, Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este* nesse fórum de debates.

Afora essas proposituras que se encaminham diretamente à esfera do Poder Público e à sociedade civil organizada, teceremos agora algumas considerações finais a respeito de outros aspectos evidenciados pelos(as) Sujeitos da Pesquisa durante o trabalho de campo.

Verificou-se unanimidade de opiniões no que diz respeito à mais acentuada vulnerabilidade a que estão expostos os moradores da Tríplice Fronteira. Consequentemente, reivindica-se ao Poder Público que implemente mais programas e ações visando garantir maior proteção, em especial, na área da segurança pública.

Observou-se que os(as) entrevistados(as) também são unânimes em afirmar que acreditam no papel da educação através da realização de trabalhos preventivos à iniciação ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Todavia, enfatiza-se que essa atribuição não pode ser delegada apenas às instituições de ensino, ou seja, aponta-se para o dever da sociedade civil e dos governos de se somarem nesse processo.

Identificou-se a inexistência, escassez ou inadequação do material didático de apoio para subsidiar os profissionais da educação na condução de atividades relativas à prevenção à drogadição. Nesse enfoque, aconselha-se que os municípios adquiram ou produzam material específico adaptado à sua realidade. Registre-se que no concernente a esse tema, encontrou-se concordância entre os(as) professores(as) no que tange falta de material didático. Em contrapartida, entre os diretores de escolas e gestores públicos, as opiniões se dividem.

Com relação à formação e atualizações dos professores com vistas à prevenção às drogas, percebeu-se que essas praticamente inexistem nas semanas pedagógicas no Brasil e nas

pre-clases no Paraguai, enquanto na Argentina, embora ocorram algumas reciclagens, essas não são continuadas. Nesse prisma, sugere-se que a temática seja incluída regularmente nas programações dos encontros de capacitação dos docentes.

Constatou-se que outro denominador comum entre os(as) entrevistados(as) é a questão que se reporta ao papel da família. Infere-se que os pais estão cada vez mais ausentes e omissos no que se refere à educação dos filhos, ao acompanhamento dos estudos, à orientação sobre drogas e à presença e parceria com a escola. Nesse entendimento, propõe-se que o Poder Público também contribua nas estratégias para conscientizar os pais e aproximá-los das instituições de ensino. Na prática, solicita-se aos governos municipais que deflagrem campanhas publicitárias através dos veículos de comunicação de massa e das redes sociais com vistas a sensibilizar as famílias quanto ao seu papel e importância. Sabe-se que isso é possível, considerando-se que os municípios reservam dotação orçamentária anual para divulgação de suas obras e ações.

No que concerne à visão dos(as) Participantes da Pesquisa sobre o trabalho conjunto direcionado à prevenção às drogas, verificou-se também concordância quanto à possibilidade, importância e necessidade dessa parceria entre Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*. Contudo, paralelo a isso, detectou-se, parcial ceticismo por parte de entrevistados(as) que não acreditam que essa cooperação virá a ser estabelecida devido à existência de fatores externos complicadores em defesa de interesses escusos outros que impossibilitam essa sinergia. Nesse contexto, para a superação dessas resistências, evidencia-se novamente nossa propositura principal; a criação de uma Câmara Técnica específica CODETRI para contemplar a temática.

Reforça-se também visando ao enfrentamento dos impasses ao trabalho colaborativo, o encaminhamento relacionado à criação de uma Secretaria especial sobre drogas (ou equivalente) em cada município, de modo que as políticas públicas possam ser centralizadas sob a responsabilidade de gestores específicos, tendo esses agentes públicos a atribuição de efetuar a articulação interna, isto é, a transversalização das atividades e programas pelas demais estruturas da administração além da educação, dentre elas a saúde, a ação social, a cultura, o esporte e a segurança pública.

Por conseguinte, enfatize-se que essa estratégia vai ao encontro de contribuições de entrevistados(as) apontando que, para buscar estabelecer parcerias externas, os municípios devem levar em conta a necessidade de que “teria que vir alguma coisa antes” ou “primeiro teria que se arrumar a própria casa”. Dessa maneira, no momento seguinte, as cooperações no âmbito macro da Tríplice Fronteira poderão ser estabelecidas com maior probabilidade de êxito.

Neste momento da conclusão do nosso estudo, trataremos de algumas breves proposituras particulares de cada município. Sendo assim, em *Ciudad del Este*/PY, além da

anteriormente referenciada necessidade da disponibilização de mais material didático de apoio e da oferta de mais capacitações para os professores, observou-se também a reivindicação da realização de mais trabalho conjunto com áreas afins. Por seu turno, quanto a *Puerto Iguazú/AR*, somada à carência parcial de material didático, demanda-se a execução de mais trabalhos conjuntos entre Educação, Saúde e Assistência Social com a promoção do envolvimento maior da área da saúde, psicologia e psiquiatria.

No que se relaciona a Foz do Iguaçu/BR, somadas às sugestões comuns às demais cidades da TF, percebem-se algumas proposituras mais pontuais tais como a realização anual do PROERD, do programa de palestras “Sem drogas é bem melhor” e o retorno do concurso “Arte sem cigarro é um show”. Enfatize-se que se propõe que essas atividades abranjam regularmente as 50 escolas municipais. Recomenda-se ainda a construção de mais escolas-bairro com espaços e atividades diversificadas de formação, lazer, esportes e orientação profissional. Evidencia-se também a necessidade da melhor articulação da rede de proteção à criança e ao adolescente já consolidada no município.

Ainda no que tange a Foz do Iguaçu, ratificamos a obrigatoriedade do Executivo Municipal de cumprir a Lei nº 2.647/2002 que torna compulsória a realização anual da Semana Municipal de Combate às Drogas, pois ao apresentarmos Projeto de Lei no Legislativo Municipal para a criação desse dispositivo legal, defendemos a ideia de que se trata de uma importante oportunidade para que a temática relativa à drogadição seja debatida pela sociedade, para que os pais sejam chamados aos espaços escolares, para que sejam disponibilizadas formações aos professores, para que sejam convidados especialistas para proferirem palestras e oferecer capacitações, para que as políticas públicas sejam elaboradas, propostas, implementadas e/ou revistas, enfim, para que o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD) possa ser mais conhecido e valorizado pela sociedade, bem como mais respeitado pelo Poder Público no cumprimento de suas atribuições e no atendimento de suas demandas.

No que se reporta à Pergunta de Pesquisa, demonstramos que a implementação de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas de forma conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina pode contribuir de forma mais eficaz para o enfrentamento dos riscos relativos à iniciação e à dependência de substâncias psicoativas por parte de crianças e adolescentes. Salientamos que, nessa perspectiva, iremos entregar o presente estudo em mãos para as três administrações públicas municipais objetivando que, a partir dessas informações e análises, as proposituras ora apresentadas possam ser colocadas na agenda das políticas públicas em nível de prioridade.

Quanto aos objetivos desse estudo, entendemos terem sido atingidos, tendo em vista que

pesquisamos as bases normativas legais vigentes e os modelos de enfrentamento das drogas adotados no Brasil, Paraguai e Argentina. Além disso, identificamos as políticas públicas de prevenção às drogas na esfera da educação implementadas nos municípios de Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR. Ademais, efetuamos o estudo das estratégias e ações de prevenção às drogas através de práticas educativas no território da Tríplice Fronteira. Somado a isso, apresentamos proposições de políticas públicas educacionais de prevenção às drogas passíveis de adoção individual ou conjunta pelos municípios da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Finalmente, evidenciamos que essa pesquisa não visou comprovar a eficácia das políticas públicas de prevenção às drogas implementadas no âmbito da educação, buscou, isto sim, compreender se e como ocorrem essas intervenções. Nessa perspectiva, reiteramos que essa investigação não teve a pretensão, sequer teria condições, de tentar esgotar o debate acerca da controversa temática do consumo de drogas e sua prevenção, haja vista sua multifatorialidade em âmbito geral e sua ainda mais acentuada complexidade no recorte geográfico específico da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, de modo que o seu respectivo enfrentamento demanda a implementação de políticas públicas em diversos setores.

No entanto, defendemos a ideia de que essa produção acadêmica poderá servir de consistente base para futuras investigações mais específicas. Logo, descortina-se a possibilidade de que novos estudos interdisciplinares possam vir a se somar a esse buscando maior aprofundamento acerca das causas e consequências do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, bem como as estratégias de enfrentamento desse desafio que tem sido historicamente colocado à humanidade.

Isso posto, concluímos essa produção científica convictos de que foram apontados caminhos possíveis para a quebra do atual paradigma e, a partir disso, o estabelecimento de equânime e profícua cooperação entre *Puerto Iguazú*/AR, Foz do Iguaçu/BR e *Ciudad del Este*/PY no que concerne à prevenção às drogas na esfera das práticas educativas. Nossa confiança nessa premissa encontra-se manifesta nas palavras de um(a) Participante da Pesquisa de nacionalidade paraguaia: “*para mi, nada es imposible siempre cuando hay la voluntad, la responsabilidad, disciplina y, sobre todo, honestidad para hacer bien las cosas*”.

REFERÊNCIAS

- AITA, E. A Tríplice Fronteira sul sob a ótica do terrorismo: uma análise da legislação antiterrorismo da Argentina, Brasil e Paraguai. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.4 n.2, p. 35 -56, 2016.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ALMEIDA, Renata Visco Costa de. Evolução da legislação antidrogas no Brasil. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 2018.
- ANDRADE, B. C. **Os ilícitos transfronteiriços na Área de Responsabilidade do Comando Militar da Amazônia e seus reflexos para o preparo de suas tropas**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10109/1/MO%206451%20-%20Bruno%20Correa%20ANDRADE.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.
- ANDRADE, T. M. Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(12):4665-4674, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/15.pdf> Acesso em: 12 fev. 2024.
- ANDRADE, I. O.; LIMA, R. C. Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. In: **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública: Volume 1 / Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et al.]** - Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.
- ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; SOUZA, R. K. T.; MATSUO, T.; SOUZA, H. D. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.16 supl.1, 2011.
- ARANDA, G.; OVANDO, C. *Nociones de seguridad y control en el plan frontera norte: una expresión de teichopolítica*. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá (Colombia). Vol. 13 N.º 1 - Enero-junio, 2018, 67-92.
- ARGENTINA. **Código Penal. Ley 23.737/1989**. Su modificación. Incorporase el artículo 18 bis a la Ley N° 10.903. Remplázanse los artículos 25 y 26 de la Ley N° 20.655 e incorporase a la misma el artículo 26 bis. Deróganse los artículos 1° al 11 de la Ley N° 20.771 y sus modificatorias. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-23737-138/actualizacion> Acesso em: 19 nov. 2023.
- ARGENTINA. **Ley 27.669, de 05 de mayo de 2022**. Marco regulatorio para el desarrollo de la industria del cannabis medicinal y el cáñamo industrial. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27669-365303/texto> Acesso em: 19 nov. 2023.
- ARIAS, M. D. O.; VÁSQUEZ, H. C. *Relación familia-escuela en el contexto rural. Miradas desde las familias*. **Educación** Vol. XXVII, N.º 52, marzo 2018, pp. 98-118.
- BALLER, L. **FRONTEIRA E FRONTEIRIÇOS**: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Tese (Doutorado em História) –

Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARSZCZ, J. **Política pública de prevenção PROERD: uma abordagem institucionalista**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2017.

BATISTA, V. M. O tribunal de drogas e o tigre de papel. **Revista Estudos Criminais** 4. Doutrina. N. 3. 2003.

BERRÍO, H. L. L.; PARRA. A. R. *Guerra contra las drogas, populismo punitivo y criminalización de la dosis personal*. **Medellín**, julio-diciembre de 2011: pp. 141-167.

BERTIN, M. **O ensino da geografia na Tríplice Fronteira (Puerto Iguazú/AR, Foz do Iguaçu/BR e Ciudad del Este/PY) e o turismo como possibilidade de reflexão das representações sociais e espaciais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

BESSA, M. A. Contribuição à discussão sobre a legalização de drogas. **Revista de Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol.15, no.3, May, 2010.

BORDIGNON, F. **As cooperações policiais internacionais em fronteiras, do local ao global: o comando tripartite na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2019.

BOURDIEU, P. Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=Adquirir%2C%20guardar%20ou%20trazer%20consigo,\(cinq%C3%BCenta\)%20dias%2Dmulta](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=Adquirir%2C%20guardar%20ou%20trazer%20consigo,(cinq%C3%BCenta)%20dias%2Dmulta). Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL - **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 7.179, de 20 de maio de 2010**. Institui o plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas, cria o seu comitê gestor, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7179&ano=2010&ato=602ETRUEMVpWT8d6#:~:text=Ementa%3A,GESTOR%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Levantamento**

sobre legislação de drogas nas Américas e Europa e análise comparativa de prevalência de uso de drogas. In: _____. Aberta: portal de formação a distância. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: https://sgmd.nute.ufsc.br/content/portal-aberta-sgmd/e01_m17/pagina-00.html Acesso em: 19 dez. 2023.

BURGIERMAN, D. R. **O fim da guerra**: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2011.

CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, v.46 n.161, p.802-820 jul./set. 2016.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **BIB** - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (61), 25–52. 2006.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola–família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004.

CATTA, L. E. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1994.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Átlas da Violência – 2019**/ Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9406/1/Atlas%20da%20viol%c3%aancia_2019.pdf Acesso em: 12 dez. 2023.

CHAGAS, J. C.; MARQUES, R. H. B.; PEDROZA, R. L. S.; PULINO, L. H. C. Z.; SANDRA S. F. L.; SIQUEIRA, S. B.; SOUSA, T. R.; SUDBRACK, M. F. O. Concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas. **Revista Brasileira de Educação** v. 22 n. 71, 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMISSÃO Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. **Drogas e democracia**: rumo a uma mudança de paradigma. Declaração, 2016. Disponível em: https://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/uploads/2016/07/drugs-and-democracy_statement_PT.pdf Acesso em: 12 fev. 2024.

COSTA, P. H. A.; MOTA, D. C. B.; CRUVINEL E.; PAIVA, F.S.; RONZANI, T.M. Metodologia de implementação de práticas preventivas ao uso de drogas na atenção primária latino-americana. **Rev. Panam. Salud Publica**. 2013;33(5):325–31.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. “Negro: de bom escravo a traficante”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 37, Número 2, Maio/Agosto 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/qS545VxdWgG8r8nDZLnDsnn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 fev. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto

Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNIAL, S. L. Conflictos alrededor de cuestiones con poca saliencia política: el debate por la despenalización de drogas en Argentina (2009-2014). **Revista SAAP** [online]. 2016, vol.10, n.2, pp.1-9.

CURY, M. J. F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

DEMETRIO, A. J.; VIANA, G.; HOEFLICH, V. A. Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. **Revista Capital Científico** – Volume 11 n.2 – maio/agosto 2013.

DEROSSO, G. S. **Vivências nas territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Foz do Iguaçu. 2018.

DOLDAN, R. R. **A relação entre a atuação do estado no combate ao contrabando e ao descaminho na Tríplice Fronteira e a redução populacional de Foz do Iguaçu no início do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2019.

DUVICQ, C.; PEREIRA, G. F.; Riquelme, N.; CARVALHO, A. M. P. *Consumo de drogas lícitas e ilícitas en escolares y factores de protección y riesgo*. **Rev. Latino-americana Enfermagem**. Nº 12. março-abril, p. 345-351. 2004.

FANTIN, M. B.; GARCÍA, H. D. *Factores familiares, su influencia en el consumo de sustancias adictivas*. **Ajayu**, 9(2), agosto 2011, 193-214.

FARIAS, E. **Novos tempos**: Cannabis Medicinal ganha espaço no SUS, 2023. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/novos-tempos-cannabis-medicinal-ganha-espaco-no-sus>. Acesso em: 19 nov. 2023.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos**, 92, março, 2012. pp. 9-21.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORES, O. V.; PESSINI, M. P.; TALLEI, J. I. *La formación docente como movimiento social por la educación en la triple frontera*. **Estudios Fronterizos**, 22, 2021.

FONSECA, M. S. **Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental**. Tese (Doutorado em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2006.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia Do Trabalho Científico**, IESDE BRASIL. - 1. ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 2647, de 06 de setembro de 2002**. Institui a Semana Municipal de Combate às Drogas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2002/264/2647/lei-ordinaria-n-2647-2002-institui-a-semana-municipal-de-combate-as-drogas> Acesso em: 20 fev. 2024.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 3025, de 18 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a reestruturação organizacional da prefeitura do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2005/303/3025/lei-ordinaria-n-3025-2005-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 fev. 2024.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 3044, de 05 de maio de 2005**. Cria o programa "Sem Drogas é Bem Melhor". Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2005/304/3044/lei-ordinaria-n-3044-2005-cria-o-programa-sem-drogas-e-bem-melhor-destinado-aos-alunos-de-3-e-4-series-das-escolas-da-rede-municipal-de-ensino-fundamental-na-forma-que-especifica> Acesso em: 07 dez. 2023.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 3.477, de 14 de agosto de 2008**. Altera e acresce dispositivos da Lei nº 3.025, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei nº 3.264, de 19 de setembro de 2006, que "dispõe sobre a reestruturação organizacional da prefeitura do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências." Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2008/348/3477/lei-ordinaria-n-3477-2008-altera-e-acresce-dispositivos-da-lei-n-3025-de-18-de-janeiro-de-2005-alterada-pela-lei-n-3264-de-19-de-setembro-de-2006-que-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-e-da-outras-providencias?q=3477> Acesso em: 20 fev. 2024.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei Municipal nº 3.488, de 2 de outubro de 2008**. Institui o concurso "Arte sem cigarro é um show." Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2008/349/3488/lei-ordinaria-n-3488-2008-institui-o-concurso-arte-sem-cigarro-e-um-show?q=3.488> Acesso em: 03 dez. 2023.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 3.655, de 21 de dezembro de 2009**. Altera a lei nº [3.025](#), de 18 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da prefeitura do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências, alterada pelas Leis nos [3.264](#), de 19 de setembro de 2006 e 3.477, de 14 de agosto de 2008. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/850510/lei-3655-09> Acesso em: 20 fev. 2024.

FOZ DO IGUAÇU, **Lei nº 3.879, de 09 de setembro de 2011**. Altera a Lei nº [3.025](#), de 18 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da prefeitura do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências, alterada pelas Leis n.º 3.264, de 19 de setembro de 2006, 3.477, de 14 de agosto de 2008, 3.655, de 21 de dezembro de 2009, 3.697, de 17 de maio de 2010 e 3.768, de 16 de novembro de 2010. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2011/388/3879/lei-ordinaria-n-3879-2011-altera-a-lei-n-3025-de-18-de-janeiro-de-2005-que-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-e-da-outras-providencias-alterada-pelas-leis-ns-3264-de-19-de-setembro-de-2006-3477-de-14-de-agosto-de-2008-3655-de-21-de-dezembro-de-2009-3697-de-17-de-maio-de-2010-e-3768-de-16-de-novembro-de-2010?q=3879> Acesso em: 20 fev. 2024.

FOZ DO IGUAÇU, **Alunos de escolas municipais recebem certificado pelo PROERD**, 2017. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=41031> Acesso em: 06 nov. 2023.

FOZ DO IGUAÇU, **PROERD volta a ser ofertado nas escolas da rede municipal de Foz**, Publicado página online da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia.php?id=50885> Acesso em: 07 dez. 2023

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 5 ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, 34 (100), 2020.

GAZETA do Iguaçu, **Jornal**, edições de 04 de agosto de 2005, 20 de agosto de 2012 e 16 de janeiro de 2019.

GDIA, PROERD forma 500 alunos de escolas municipais em foz. **Jornal Gdia**, 2018. Disponível em: <https://gdia.com.br/proerd-forma-500-alunos-de-escolas-municipais-em-foz/> Acesso em: 06 nov. 2023.

GEMELLI, V. **As redes do tráfico**: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Francisco Beltrão. 2013.

GÓMEZ, J. D. *El costo social para la salud pública a causa de la regularización de las drogas ilícitas*. **Rev. Cienc. Salud**. Bogotá, Colombia, vol.16 (3): 389-392, septiembre-diciembre de 2018.

GOMES, L.F. Corte argentina descriminaliza a posse de droga para uso pessoal, **Jornal Migalhas**, 2009. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/92630/corte-argentina-descriminaliza-a-posse-de-droga-para-uso-pessoal> Acesso em: 19 nov. 2023.

GUIMARÃES, A. B. P.; HOCHGRAF, P. B.; BRASILIANO, S.; INGBERMAN, Y. K. Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. **Rev. Psiqu. Clín.** 2008;36(2):69-74.

HASSON, Felipe. **Constituição, democracia e liberdade**: o problema nas drogas nas sociedades democráticas contemporâneas. 2010. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia) – Faculdades Integradas do Brasil - UniBrasil, Curitiba.

HERRERA, L. J. *Prevención contra las drogas*. **Rev. Costarr. Salud Pública**, 19: 93-100 N.º 2 – Vol. 19 – Julio-diciembre, 2010.

KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

JORNAL PORTAL DA CIDADE, PROERD volta a ser ofertado nas escolas da rede municipal de Foz do Iguaçu, **Jornal Portal da Cidade, Foz do Iguaçu**, 2022. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/proerd-volta-a-ser-ofertado-nas-escolas-da-rede-municipal-de-foz-do-iguacu-4351> Acesso em: 07 dez. 2023.

LANA, J. F.; NASCIMENTO, J. C. P. PROERD: um instrumento de prevenção à violência em Minas Gerais – Brasil. **O Alferes**, Belo Horizonte, 77 (30): 146-162, jul./dez. 2020.

LARANJEIRA, R. Legalização de drogas e a saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Volume 15, Nº 3, Mai, 2010. P. 621 – 631.

LEAL, M. R. Relato e questões de uma pesquisa: diagnóstico sobre o PROERD. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 2, n. 1, p. 8-21, 2018.

LEMA, L. F.; VARELA, M. T.; DUARTE, C.; BONILLA, M. V. *Influencia familiar y social en el consumo de alcohol en jóvenes universitarios*. **Rev. Fac. Nac. Salud Pública** 2011; 29(3): 264-271

LICONA, N. E. A. *¿Se debe criminalizar el consumo de drogas ilegales?* **Cuicuilco**, número 49, julio-diciembre, 2010

LLOVERA, M. S.; SCIALLA, M. *Políticas de drogas en Argentina (2003-2015). Reflexiones en torno a la puja entre lo heredado y lo reformulado*. **Temas y debates** 34 / año 21 / julio-diciembre 2017 / pp. 77-99

LYNCH, F. M. *Diagrama de un dispositivo Prohibición de drogas y constitución de subjetividad*. **Runa** /39.2 [137-152] julio-diciembre, 2018

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas Sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (3), 580-595.

MAIA, L. S.; VELOSO, S. C. D. L. O programa educacional de resistência às drogas e à violência, da Polícia Militar de Minas Gerais, no contexto dos direitos da criança e do adolescente. **Revista humanidades**, v.7, n.1, Fev., 2018.

MALBERGIER, A.; CARDOSO, L. R. D.; AMARAL, R. A. Uso de substâncias na adolescência e problemas familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(4):678-688, abr., 2012.

MARTINS, V. L. **Mal(ditas) drogas**: um exame dos fundamentos socioeconômicos e ideopolíticos da (re)produção das drogas na sociedade capitalista. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARENHAS, M. C. **Memórias da Ponte Internacional da Amizade**: representações de um espaço binacional. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2021.

MENDES, R. O.; PACHECO, P. G.; NUNES, J. P. O. V.; CRESPO, P. S.; CRUZ, M. S. Revisão da literatura sobre implicações para assistência de usuários de drogas da descriminalização em Portugal e Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(9):3395-3406, 2019.

MINAYO, M. C. S & DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 14(1):35-42, jan-mar, 1998.

MONTEIRO, E. P.; GOMIDE, H. P.; SILVEIRA, P. S.; RONZANI, T. M. Curso de prevenção ao uso de drogas: Descrição e avaliação de satisfação. **Estudos de Psicologia**, 21(3), julho a setembro de 2016. 328-336.

MORAIS, P. C. M. **Drogas e políticas públicas**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2005.

MOREIRA, A.; VÓVIO. C. L.; DE MICHELI, D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-135, jan./mar. 2015.

NAIM, M. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

NASCIMENTO, M. O.; DE MICHELI, D. Avaliação de diferentes modalidades de ações preventivas na redução do consumo de substâncias psicotrópicas em estudantes no ambiente escolar: um estudo randomizado. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(8):2499-2510, 2015.

NETO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, A. C. **Genealogia das políticas proibicionistas sobre drogas no Brasil, 1970-1990**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Santa Maria. 2015.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção, **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.13, p.119-34, 2003.

NUNES, M. Papel e ações das instituições brasileiras na faixa de fronteira. In: **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública: Volume 1 / Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et al.] - Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

OLIVEIRA, N. R. O. **Foz do Iguaçu intercultural**: cotidiano e narrativas da alteridade. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2012.

OLIVEIRA, S. P. **Inimigo Público nº 1** (A realidade das drogas em Foz do Iguaçu). Edição

Independente. Foz do Iguaçu, 1999.

OLIVEIRA, S. P. **Um Presente de Pai**. Edição Independente. Foz do Iguaçu, 2007.

OLIVEIRA, S. P. **NÃO Uma Prova de Amor**. Edição Independente. Foz do Iguaçu, 2011.

OLIVEIRA, S. P. **Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu. 2019.

OLIVEIRA, S. P.; CURY, M. J. F. Estratégias públicas de enfrentamento das drogas em Foz do Iguaçu – Pr. **Tempo de Ciência**, Toledo, v. X, n 4, 2022a.

OLIVEIRA, S. P.; CURY, M. J. F. Um território de fronteira marcado pelas drogas: Foz do Iguaçu/Brasil – Ciudad del Este/ Paraguai. CURY, M. J. F. (Org.) **Representações sobre territorialidades transfronteiriças**. 1. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2022b.

OLIVEIRA, S. P.; OLIVEIRA, G. B. O fracasso em Foz do Iguaçu – Paraná do programa do governo federal “Crack, é possível vencer”. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, julio, 2020a.

OLIVEIRA, S. P.; OLIVEIRA, G. B. Vulnerabilidades às drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, diciembre, 2020b.

OLIVEIRA, S. P.; OLIVEIRA, G. B. Drogas e Políticas Públicas: reflexões com ênfase na prevenção. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 9, n. 2, 2021a.

OLIVEIRA, S. P.; OLIVEIRA, G. B. Modelos de enfrentamento às drogas: notas para reflexão. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 1, p. 346-360, 2021b.

OLIVEIRA, S. P.; OLIVEIRA, G. B. A trajetória da Secretaria Municipal Antidrogas de Foz do Iguaçu-PR (2005-2013). **Revista Orbis Latina**, v. 13, p. 163-180, 2023.

PAIVA, A. C. **Políticas educacionais para diversidade e escolas nas fronteiras**: o caso de Foz do Iguaçu com a Argentina e o Paraguai. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2016.

PAIXÃO, F. Argentina promulga lei que regula cannabis medicinal e cânhamo industrial **Jornal Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/27/argentina-promulga-lei-que-regula-cannabis-medicinal-e-canhamo-industrial> Acesso em: 19 nov. 2023

PAIXÃO, I. R.; SOARES, C. B.; OLIVEIRA, L. C.; CORDEIRO, L.; TRAPÉ, C. A.; CAMPOS, C. M. S. Drogas e sociedade: material de apoio a atividades educativas na perspectiva emancipatória. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 16, núm. 2, pp. 621-641, 2018.

PARAGUAI. **Ley no. 357/1972**. *Reprime el trafico ilicito de estupefacientes, drogas peligrosas y otros delitos afines y establece medidas para la recuperación de los toxicómanos*. Disponível em: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/2565/ley-n-357-reprime-el-trafico-ilicito-de-estupefacientes-drogas-peligrosas-y-otros-delitos-afines-y-establece-medidas-para->

[la-recuperacion-de-los-toxicomanos](#) Acesso em: 20 fev. 2024.

PARAGUAI. **Ley 1.340/1988**. *Que modifica y actualiza la ley no. 357/72. que reprime el tráfico ilícito de estupefacientes y drogas peligrosas y otros delitos afines y establece medidas de prevención y recuperación de farmacodependientes*. Disponível em: <https://www.mspbs.gov.py/dependencias/dnvs/adjunto/04944e-LEYN13401988QUEREPRIMEELTRFICOILCITO.pdf> _ Acesso em: 19 nov. 2023.

PASSOS, E. H; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Revista Psicologia & Sociedade**, 2011, 23(1), 154-162.

PEDROSO, R. T.; JUHÁSOVÁ, M. B.; HAMANN, E. M. A ciência baseada em evidências nas políticas públicas para reinvenção da prevenção ao uso de álcool e outras drogas. **Interface** (Botucatu). 2019; 23: e170566.

PEREIRA, A. P. D.; PAES, A. T.; SANCHEZ, Z. M. Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas. **Rev. Saúde Pública**, 2016, 50:44.

PEREIRA, A. P. D.; SANCHEZ, Z. M. Características dos Programas escolares de Prevenção ao Uso de Drogas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(8):3131-3142, 2020.

PEREIRA, B.; SILVA, K. S. S.; SOUZA, R. Um Cidadão não Nasce Grandão. **Saúde e Sociedade**, v.18, supl.2, 2009.

PEREIRA, L. C; JESUS, I. S.; BARBUDA, A. S.; SENA, E. L. S.; YARID, S. D. Legalização de drogas sob a ótica da bioética da proteção. **Rev. bioét.** (Impr.). 2013; 21 (2): 365-7.

PEREIRA, N. A.; TAVARES, M. Percepções sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). **Cadernos da Fucamp**, v.16, n.26, p.35-57, 2017.

PERES, G. M.; GRIGO, T. M.; SCHNEIDER, D. R. Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, out/dez. 2017 v. 37 n°4, 869-882.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento - **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

QUEZADA, G. F. C.; PAREDES, T. D.; ZANETTI, A. C. G.; VENTURA, C. A. A. *Consumo de drogas psicoactivas y factores de riesgo familiar en adolescentes*. **CUIDARTE**, Revista de Investigación. Programa de Enfermería UDES, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIMANN, V. **As crianças da ponte**: o trabalho de crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu - Paraná. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foz do Iguaçu. 2013.

REIS, A. A. C.; MALTA, D. C.; FURTADO, L. A. C. Desafios para as políticas públicas voltadas à adolescência e juventude a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(9):2879-2890, 2018.

RENOLDI, B. *Los problemas de las soluciones: Una lectura antropológica de la política en las drogas ilegales*. **Apuntes de investigación del CECYP 2014**. Año XVII. Nº 24. pp. 121-143.

ROCHA, A. P. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 115, p. 561-580, jul./set. 2013.

RODRIGUES, T. Política das drogas e a lógica dos danos. **Rev. Verve** 3: 257-277, 2003.

RODRIGUEZ, M, F. R.; KHENTI, A. *Percepción de daños y beneficios de la marihuana y su relación con la intención de uso y consumo en adolescentes colombianos*. **Texto & Contexto Enfermagem**, 2019, v. 28(Spe): e158.

ROLIM, M.; HERMANN, D.; OLIVEIRA, C. L. O PROERD funciona? Notas a partir de estudo quase-experimental. **Ciências Sociais Unisinos** 56(3):381-390, setembro/dezembro 2020.

ROSEN, J. D.; ZEPEDA MARTÍNEZ, R. *La guerra contra el narcotráfico en México: una guerra perdida*. **Reflexiones**, vol. 94, núm. 1, pp. 153-168, Universidad de Costa Rica San José, Costa Rica. 2015.

RUBIO, E. **CODETRI – Conselho de Desenvolvimento Trinacional**: a importância do conselho trinacional para a região de fronteira. Foz do Iguaçu, 2019. Fonte: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6454> Acesso em: 10 fev. 2024.

RYBKA, L. N.; NASCIMENTO, J. L.; GUZZO, R. S. L. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estud. psicol.** Campinas. 35(1), 99-109, 2018.

SANCHEZ, Z. V. D. M.; OLIVEIRA, L. G.; RIBEIRO, L. A.; NAPPO, S. A. O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(3):699-708, 2010.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 2007.

SANTOS, L. R. O papel do PROERD na eficácia das políticas de segurança pública: reflexões sobre intervenções sociais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação** - REASE. São Paulo, v.8. n.02. fev. 2022.

SANTOS, V. E.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [3]: 995-1015, 2010.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas emetodológicas. **Rev. Bras. Hist. Cienc. Soc.**, v.1, n.1, p.1-15, 2009.

SAUTU, R.; BONIOLO, P.; DALLE, P. ELBERT, R. **Manual de metodología**. *Contrucción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, A. F. Práticas religiosas em contexto migratório: o caso da Tríplice Fronteira Latino-americana. **Inter-Legere**. nº 17, ago./dez. de 2015. p. 89-104. Natal-RN.

SILVA, K. C. **As operações de combate ao tráfico transnacional de maconha na fronteira Brasil - Paraguai como estratégia de poder do Estado**. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Foz do Iguaçu. 2020.

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(3):637-644, 2010.

SOUZA, E. B. C. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.3, n.1, p.103-116, jan./jul. 2009.

SZABÓ, I.; PELLEGRINO, A. P.; TABOADA, C.; GIANNINI, R. A.; PORTO, V. Reformas na política de drogas nas Américas. Instituto Igarapé, **Artigo Estratégico**, 46, julho, 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020-07-20-AE-46_Reforma-em-politica-de-drogas.pdf Acesso em: 12 fev. 2024.

TATMATSU, D. I. B.; SIQUEIRA, C. E.; DEL PRETTE, Z. A. P. Políticas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil e nos Estados Unidos. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(1):e00040218.

TEIXEIRA, M. B.; LACERDA, A.; RIBEIRO, J. M. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28(3), e280306, 2018.

TEIXEIRA, M. B.; RAMÔA, M. L.; ENGSTROM, E.; RIBEIRO, J. M. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(5):1455-1466, 2017.

TOMÁS, C. A. A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-históricas. **Paidéia**, 2001, 11(20), 69-72.

TRONCOSO ZÚÑIGA, V. *Narcotráfico y el desafío a la seguridad en la triple frontera andina*. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Vol.12 nº1, Bogotá. Jan./June, 2017, pp. 103-130.

VALENTE, J. Y.; GALVÃO, P. P. O.; GUSMOES, J. D. S. P.; SANCHEZ, Z. M. Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin’ it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(11):4175-4189, 2022.

VÁSQUEZ, a. Políticas públicas en materia de drogas en Argentina: políticas de estigmatización y sufrimiento. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 830-839, Out-Dez 2014.

VELASCO, C.; D'AGOSTINO, R.; REIS, T. Um em cada três presos do país responde por tráfico de drogas. **Jornal G1 Globo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml> Acesso em: 01 dez. 2023.

VIANNA, P. C.; NEVES, C. E. A. B. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, 16(1), janeiro-abril/2011, 31-38.

VILLA, R. D. O Paradoxo da Macrossegurização: Quando a Guerra ao Terror não Seguritiza Outras “Guerras” na América do Sul. **Revista Contexto Internacional**, vol.36 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2014.

VILLANUEVA, L. F. A. **Política Pública Una visión panorámica**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD - Bolivia) Primera edición: septiembre 2012. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/bo/politica_publica_una_vision_panoramica.pdf Acesso em: 22 fev. 2024.

WORM, N. **Política nacional de enfrentamento às drogas no Brasil**: novas estratégias a partir da análise dos pontos de desarticulação do programa Crack, é possível vencer. (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2016.

WINK, G. A.; DELLA MEA, C. P.; ROSSI, T. Legalização da Maconha: Percepção de Psiquiatras e de Usuários em Recuperação. **Trends Psychol.** 27 (3). Sept, 2019.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

APÊNDICE A - ROTEIRO PADRÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

- 1) Você constata, percebe ou acredita que os habitantes das cidades da Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*) estão mais vulneráveis ao problema das drogas, por quê? Em quais aspectos ou proporções?
- 2) A partir da sua experiência profissional, você entende que a prevenção às drogas pode e deve ser realizada através de práticas educacionais no âmbito escolar, por quê?
- 3) Quais políticas públicas (programas, projetos, ações) preventivas às drogas já foram implantadas ou se encontram em andamento nas escolas do seu município?
- 4) O material didático utilizado abrange conteúdos que servem de apoio para a atuação do professor em atividades pedagógicas preventivas ao uso e abuso de drogas?
- 5) Os professores recebem formação ou atualizações/reciclagens para desenvolver atividades de prevenção às drogas? Se sim, quais e quando? Se não, por quê?
- 6) Quais os principais obstáculos enfrentados para a prevenção às drogas nas escolas?
- 7) Quais são as suas sugestões/críticas/propostas de políticas públicas (programas, projetos, ações) para a realização de trabalho preventivo às drogas através das práticas educacionais?
- 8) Você acredita que os municípios da Tríplice Fronteira podem desenvolver políticas públicas conjuntas de prevenção às drogas no âmbito da educação? Comente, por gentileza.

APÊNDICE B - GUIÓN ESTÁNDAR DE ENTREVISTAS SEMIESTRUCTURADAS

- 1) *¿Notas, percibes o crees que los habitantes de los municipios de la Triple Frontera (Foz do Iguaçu, Ciudad del Este y Puerto Iguazú) son más vulnerables al problema de las drogas, ¿por qué? ¿En qué aspectos o proporciones?*
- 2) *¿Desde su experiencia profesional, entiende que la prevención de drogas puede y debe llevarse a cabo a través de prácticas educativas en el ámbito escolar? ¿Por qué?*
- 3) *¿Qué políticas públicas (programas, proyectos, acciones) para prevenir las drogas ya se han implementado o están en ejecución en las escuelas de su municipio?*
- 4) *¿El material didáctico utilizado contempla contenidos que apoyen la actuación del docente en actividades pedagógicas para la prevención del uso y abuso de drogas?*
- 5) *¿Los docentes reciben capacitación o actualización/reciclaje para desarrollar actividades de prevención de drogas? En caso afirmativo, ¿cuáles y cuándo? Si no, ¿por qué?*
- 6) *¿Cuáles son los principales obstáculos para la prevención de las drogas en las escuelas?*
- 7) *¿Cuáles son sus sugerencias/críticas/propuestas de políticas públicas (programas, proyectos, acciones) para realizar el trabajo de prevención de drogas a través de prácticas educativas?*
- 8) *¿Cree que los municipios de la Triple Frontera pueden desarrollar políticas públicas conjuntas para la prevención de drogas en el ámbito educativo? Por favor comenta.*

ANEXOS

ANEXO I – AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (BRASIL)



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

Anexo II

Autorização da Instituição Coparticipante

O pesquisador SERGIO PAULO DE OLIVEIRA está autorizado por esta instituição SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU a realizar a pesquisa intitulada POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA assegurando as normas da Resolução 466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e suas complementares.

Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição Coparticipante será iniciada somente após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).

Maria Justina da Silva
Secretária Municipal da Educação
Portaria Nº 68.756/2019

FOZ DO IGUAÇU, 08 DE AGOSTO DE 2022.

ANEXO II – AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (PARAGUAI)



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

Anexo II

Autorização da Instituição Coparticipante

O pesquisador SERGIO PAULO DE OLIVEIRA está autorizado por esta instituição DIRECCIÓN DE EDUCACIÓN Y CULTURA – MUNICIPALIDAD DE CIUDAD DEL ESTE a realizar a pesquisa intitulada POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA assegurando as normas da Resolução 466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e suas complementares.

Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição Coparticipante será iniciada somente após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).



CIUDAD DEL ESTE, 09 DE AGOSTO DE 2022.

ANEXO III – AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE (ARGENTINA)

impulsado por

**MISIONES**
PROVINCIA**CONSEJO GENERAL
DE EDUCACIÓN**

Dirección de Enseñanza Primaria
Supervisión de Zona Departamental XI – Puerto Iguazú

NOTA N°: 142/22**ASUNTO:** Ref/ Prof. Sergio Paulo de
Oliveira – RG N° 3.513.722-0**AUTORIZACIÓN**

Tomado conocimiento de la investigación “*Políticas Públicas Educativas De Prevenção Às Drogas Na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina*”, desarrollada por el doctorando Sergio Paulo de Oliveira, RG N° 3.513.722-0, esta Supervisión lo AUTORIZA a realizar las entrevistas a Directores, Maestros de Grados y/o Coordinadores Pedagógicos de las Escuelas Primarias – Modalidad Común – dependientes de ésta.

Se extiende la presente en Puerto Iguazú a los veinticinco días del mes de agosto del año dos mil veintidós, para ser presentada ante las autoridades que lo requieran.



LIC. MONICA BEATRIZ ELORZ
Supervisora Escolar
CONSEJO GENERAL DE EDUCACIÓN
Provincia de Misiones

Continuação Anexo III – Autorização de Instituição Coparticipante (Argentina):

impulsado por  CamScanner 



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

Anexo II Autorização da Instituição Coparticipante

O pesquisador SERGIO PAULO DE OLIVEIRA está autorizado por esta instituição

Supervisión Departamental Zona XI del Consejo General de Educación -
a realizar a pesquisa intitulada POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS
NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL – PARAGUAI – ARGENTINA assegurando as normas da Resolução
466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e suas complementares.

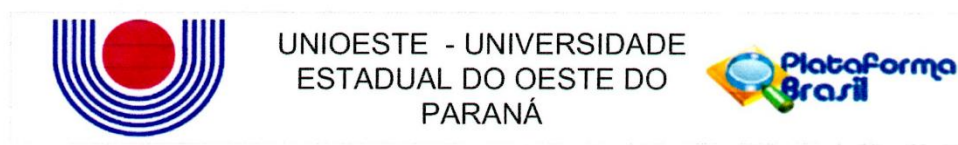
Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição Coparticipante será iniciada somente
após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).



[Signature]
Lic. MONICA BEATRIZ ELORZ
Supervisora Escolar
CONSEJO GENERAL DE EDUCACIÓN
Provincia de Misiones

PUERTO IGUAZÚ, 10 DE AGOSTO DE 2022.

ANEXO IV – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA.

Pesquisador: SERGIO PAULO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64363922.7.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.713.862

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa trata-se de um estudo observacional transversal. A pesquisa de campo se dará através de entrevista semiestruturada aplicada a 12 pessoas, sendo 4 no Brasil, 4 no Paraguai e 4 na Argentina, público esse constituído por 3 secretários de educação, 3 diretores de escolas municipais e 6 professores da rede municipal de ensino. Também se fará a análise da base normativa legal relativa à questão das drogas nos 3 países. Os materiais coletados serão objeto de análise de discurso e análise de conteúdo. Com vistas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, o trabalho científico proposto dividir-se-á em etapas assim distribuídas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise e interpretação das informações.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar as políticas públicas (ações, programas e projetos) de prevenção ao uso indevido de drogas na área da educação implementadas no território dos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, Ciudad del Este-Paraguai e Puerto Iguazú-Argentina.

Objetivos Secundários:

- a. Efetuar levantamento da base normativa legal e dos modelos de enfrentamento das drogas adotados no Brasil, Paraguai e Argentina;
- b. Investigar as estratégias e ações de enfrentamento das drogas através da prevenção em

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO
UF: PR **Município:** CASCAVEL
Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIOESTE - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ



Continuação do Parecer: 5.713.862

educação no território da Tríplce Fronteira;

c. Efetuar um estudo comparativo das políticas públicas de prevenção às drogas em educação entre os municípios de Foz do Iguaçu/BR, Ciudad del Este/PY e Puerto Iguazú/AR.

d. Propor políticas públicas educacionais de prevenção às drogas passíveis de adoção conjunta pelos três municípios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos, assim como os benefícios estão adequados com as exigências éticas da Resolução 466/12:

Riscos:

Os riscos apresentados pela pesquisa são aqueles inerentes ao processo da entrevista, tais como evocar lembranças e memórias nos entrevistados que podem afetar seu estado emocional e também pela guarda e sigilo dos dados do entrevistado. Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação (e/ou de seu filho(a)) em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, comprovadamente decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização;

Benefícios:

Os benefícios residem no fato de que os resultados do estudo serão disponibilizados às secretarias de educação dos municípios envolvidos com vistas à adequação das políticas públicas já em execução ou à implementação de novas políticas públicas de prevenção às drogas no âmbito da educação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância para a área de Ciências Sociais Aplicadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão anexados e de acordo com a Resolução 466/12: .

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto considerado adequado do ponto de vista ético envolvendo seres humanos de acordo com a Resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar o Relatório Final na Plataforma Brasil até 30 dias após o encerramento desta pesquisa.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIOESTE - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ



Continuação do Parecer: 5.713.862

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2013675.pdf	19/10/2022 11:29:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto191022.pdf	19/10/2022 11:24:03	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma191022.pdf	19/10/2022 11:23:15	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	InstrumentodePesquisa.pdf	19/09/2022 13:13:30	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/09/2022 11:45:15	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	ANEXO_II.pdf	08/09/2022 10:31:50	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_IV.jpg	07/09/2022 18:25:28	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_III.jpg	07/09/2022 18:25:00	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_I.jpg	07/09/2022 18:19:36	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	07/09/2022 15:48:37	SERGIO PAULO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 20 de Outubro de 2022

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO
UF: PR Município: CASCADEL
Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -
TCLE



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: **Políticas públicas educacionais de prevenção às drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina**

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – “CAAE” N° 64363922.7.0000.0107

Pesquisador para contato: Sergio Paulo de Oliveira

Telefone: (45) 99975-5319

Endereço de contato (Institucional): Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
– Campus Foz do Iguaçu/PR.

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre as Políticas públicas educacionais de prevenção às drogas na Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina. Os objetivos estabelecidos são identificar as políticas públicas (ações, programas e projetos) de prevenção ao uso indevido de drogas na área da educação implementadas no território dos municípios de Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Este* - Paraguai e *Puerto Iguazú* - Argentina, investigar as estratégias e ações de enfrentamento às drogas através da prevenção em educação no território da Tríplice Fronteira e efetivar um estudo comparativo das políticas públicas de prevenção às drogas em educação entre os municípios de Foz do Iguaçu/BR, *Ciudad del Este*/PY e *Puerto Iguazú*/AR e têm o propósito de propor políticas públicas educacionais de prevenção às drogas passíveis de adoção conjunta pelos três municípios. Para que isso ocorra você será submetido(a) a uma entrevista semiestruturada. No entanto, a pesquisa poderá causar a você o desconforto de evocar memórias relativas a frustrações pessoais ou no exercício de sua atividade profissional.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja

possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém 03 (três) páginas. Você deve vistar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do Sujeito da Pesquisa

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Eu, Sergio Paulo de Oliveira, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante.

Assinatura do pesquisador

Cascavel, ____ de _____ de 20____.